



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DESSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

SERVIÇO SOCIAL, CLASSE, GÊNERO E RAÇA: tendências teórico-metodológicas e as
possíveis contribuições da Teoria Unitária

Rayane Noronha Oliveira

Natal – RN

2021

RAYANE NORONHA OLIVEIRA

SERVIÇO SOCIAL, CLASSE, GÊNERO E RAÇA: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária

Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Orientadora: Profa. Dra. Antoinette Madureira

Natal – RN

2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Oliveira, Rayane Noronha.

Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária / Rayane Noronha Oliveira. - 2021.
227f.: il.

Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2021.
Orientadora: Profa. Dra. Antoinette Madureira.

1. Serviço Social - Tese. 2. Gênero - Tese. 3. Classe - Tese. 4. Raça - Tese. 5. Sexualidade - Tese. 6. Teoria da Reprodução Social - Tese. I. Madureira, Antoinette. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 364:316.342.2

RAYANE NORONHA OLIVEIRA

SERVIÇO SOCIAL, CLASSE, GÊNERO E RAÇA: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária

Defendida em ____ / ____ / ____

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Antoinette Madureira (Orientadora) – UFRN

Prof.^a Dr.^a Janaiky Pereira de Almeida (Membro Interno) – UFRN

Dr.^a Verônica Maria Ferreira (Membro Externo) – SOS Corpo

Prof.^a Dr.^a Carla Benítez Martins (Membro Externo) – UFG/Direito

Prof.^a Dr.^a Mirla Cisne (Membro Externo) - UERN/Serviço Social

Prof.^a Dr.^a Andrea Lima da Silva (Suplente) – UFRN

Natal,
Setembro de 2021

AGRADECIMENTOS

A todo corpo docente e técnico administrativo do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que, de forma admirável, realiza o seu trabalho, assegurando a continuidade da formação profissional com qualidade.

À minha orientadora Antoinette Madureira, pela parceria, leveza e apoio fornecido nessa curta, mas intensa jornada. Obrigada por se fazer presente em todo percurso desta pesquisa, fornecendo fundamentos às minhas indagações e contribuindo com o meu desenvolvimento intelectual.

À Silvana Mara, Janaiky Pereira de Almeida, Mirla Cisne, Verônica Maria Ferreira e Carla Benítez Martins pela leitura do texto e pelas contribuições realizadas no momento da qualificação e da defesa. Sem sombra de dúvidas, contar com a parceria de vocês neste momento, o tornou mais rico. Essa banca não apenas é composta por grandes intelectuais que possuo profunda admiração, mas também amigas e parceiras de profissão e militância que fornecem sentido à luta cotidiana.

Ao grupo GEPTED/QTEMOSS do curso de Serviço Social da UFRN pelas profundas trocas realizadas nestes últimos anos. Além de ser um grupo extremamente afetuosos, desempenha pesquisas de qualidade com grande valor político. Agradeço em especial às docentes com as quais tive a oportunidade de cursar disciplinas durante o doutorado. Obrigada Rita, Carla, Sil, Déa e Henrique por fazerem parte da minha trajetória.

Às diversas pesquisadoras feministas-marxistas que, de forma excepcional, têm travado o desenvolvimento de um debate tão necessário. Em especial, gostaria de agradecer às integrantes dos dois grupos dos quais faço parte: o *Grupo de Estudos Teoria Unitária* e o *Grupo de Estudos Teoria da Reprodução Social*. Direciono o meu agradecimento em especial à Máira Mee, Rhaysa Ruas, Clara Saraiva e Carla Benítez, por terem sido tão receptivas e disponíveis para dialogar comigo, contribuindo na compreensão da Teoria da Reprodução Social, desde o início.

À todas/os as/os assistentes sociais que compõem o Grupo Temático de Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades, vinculado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Agradeço à gestão *Resistir e Avançar, na ousadia de lutar (2019-2020)* da ABEPSS, que tive o imenso privilégio de compor como representante discente de pós-graduação Nordeste, conjuntamente com a grande parceria de Iury Natasha. É incomensurável o quanto aprendi e cresci nesses dois grupos de gestão partilhada da ABEPSS.

Às minhas amigas, parceiras de profissão e de luta que, desde que cheguei no Rio Grande do Norte, floresceram meu cotidiano de afeto, amor e parceria. Em especial à Fernanda, Ilidiana, Gisele, Inê, Mirla, Vivi e Rivânia. Agradeço à toda rede mossoroense construída nesses anos. Obrigada também à Giulia, Flávia e Layana.

À minha intensa rede de afeto e solidariedade, da qual não poderia prescindir nem por um dia. Em especial, à minha mãe Solange Noronha e a minha irmã Malu. Sem a Sol, não existiria a Rayo. Obrigada tia ana, rosa, bia, jaque, juh e pequena. Se pudesse escolher uma família, certamente teria escolhido vocês, desde sempre.

À Tássia, por ter contribuído em diversas dimensões no meu crescimento e amadurecimento afetivo-intelectual. Obrigada por recheiar os meus dias de música, sons, livros, risadas, amor, gonzaguinha, bethania, caetano, gil e gal.

Às minhas amigas “potiguaras” que foram incríveis nesses últimos meses de escrita de tese. Agradeço à Rani, Sandrinha, Loh, Veri, Flavinha e Gabi. Minha vida em Natal se transformou depois que conheci vocês.

À minha incrível e maravilhosa terapeuta Ruth, que chegou num momento de grandes desafios, em meio ao caos pandêmico, e fez de mim uma mulher mais segura de si e de sua trajetória. Agradeço também ao nosso grupo terapêutico composto por Gabi, Maria e Tássia. Mulheres que admiro profundamente!

Agradeço às mulheres dos movimentos feministas, em especial, às mulheres da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Rede Feminista de Saúde e da Coturno de Vênus, pois, por mais que tenha me feito ausente nos últimos anos, todo o sentido dos meus estudos e da minha trajetória acadêmica só é possível através do horizonte da luta feminista anticolonialista e antirracista construída coletivamente.

Às minhas amigas do Distrito Federal que mesmo distante fisicamente, estão profundamente presentes na minha alma. Obrigada às fofoquinhas: Lusa minha musa, Árina, Vanessão, Narandaye, Jaspion, Cissa, Amandão, Bia, Di, Dani, Anna Bi, Gi e Let. Agradeço ao Kayodê (lindo!), à Vivão por ter sido uma super parceira nos últimos tempos e ter feito também a tradução do resumo deste trabalho para o inglês e à Ingrid por, desde meu primeiro trabalho acadêmico, me acompanhar em suas incríveis e completas revisões de texto, além de ser a paraense mais charmosa e doce do Cerrado.

Às/aos amigas/os que de diversas formas contribuíram para o processo de escrita dessa tese, seja por meio de troca de mensagens, textos, livros ou através de conversas que se estenderam por dias. Obrigada Kaic por ter se feito presente em diversos momentos e tantos/as outras/os amigas/os pesquisadoras/es do Serviço Social que desempenham, através de seus estudos, um compromisso sério com a profissão.

Ao Bradockinho, por ser tão lindo, solidário e afetuoso. Sei que ele nunca conseguirá entender o sentido desse agradecimento escrito, por se tratar de um cão que ainda não sabe ler, risos, mas ele sabe o quanto sou grata pela sua parceria canina na minha vida.

A visão materialista da história não nos deu, é verdade, respostas prontas à questão das mulheres, mas nos deu algo melhor. O método correto e preciso de estudo e compreensão da questão.

Clara Zetkin

Isso é exatamente o que a “teoria unitária” tenta alcançar: ser capaz de interpretar as relações de poder baseadas no gênero ou orientação sexual como momentos concretos daquela totalidade articulada, complexa e contraditória que é o capitalismo contemporâneo.

Cinzia Arruzza

E o fazemos de duas maneiras. Nós: 1) fazemos a conexão analítica entre as “duas esferas” do sistema único através da teoria marxista e 2) atuamos como uma tribuna das oprimidas e oprimidos, particularmente quando a luta não se generalizou até o local de trabalho. Porque não é verdade que a classe trabalhadora não pode lutar na esfera da reprodução. Mas é verdade, no entanto, que ela só pode vencer o sistema na esfera da produção. Algumas das maiores lutas da história da classe trabalhadora começaram fora da esfera da produção. As duas revoluções mais significativas do mundo moderno, a francesa e a russa, começaram como revoltas por pão, lideradas por mulheres.

Tithi Bhattachary

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar as tendências teórico-metodológicas utilizadas nas produções científicas do Serviço Social brasileiro sobre as relações sociais generificadas e racializadas da sociedade capitalista, a partir da ontologia marxista e da crítica da Teoria da Reprodução Social (TRS). Para tanto, compreendemos que o Serviço Social, reconhecido como área de conhecimento, a partir da sua maioria intelectual visceralmente articulada ao adensamento marxista, a partir da década de 1980, passou a desenvolver pesquisas sobre temáticas diversificadas relacionadas a complexidade da vida social sob a ordem do Capital, hoje sistematizadas pelos Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Como reflexo desse movimento, há o crescimento expressivo das tentativas dos/as profissionais em categorizar as relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo. Através de amplo e diversificado arcabouço teórico-metodológico, essas análises se fundamentam em matrizes teóricas distintas. Tomamos como exemplos emblemáticos deste avanço as adesões ao feminismo materialista francófono e ao feminismo interseccional como correntes epistemológicas capazes de fornecer ferramentas heurísticas de apreensão da condição das mulheres e das pessoas racializadas no capitalismo, assim como o influxo pós-moderno, que, de forma menos crítica, subsidia análises frequentemente fragmentadas da realidade social. Em adição, objetivamos a) mapear os principais arcabouços teórico-metodológicos desenvolvidos em pesquisas do Serviço Social sobre a relação entre classe, gênero, raça e sexualidade; b) analisar as contribuições e os limites teórico-metodológicos do feminismo materialista francófono, expressamente uma das perspectivas mais utilizadas por pesquisadoras do feminismo na atualidade do Serviço Social e; c) apreender como a relação entre Serviço Social e feminismo-marxista tem sido desenvolvida historicamente no interior da profissão, demarcando as principais determinações que limitam e possibilitam uma análise a partir da totalidade social. Esta pesquisa, alicerçada no método marxista combinado ao ponto de vista decolonial e feminista-marxista da Teoria Unitária, parte do pressuposto de que produção e reprodução social são dimensões de uma unidade dialeticamente indissociável, impactada de forma sistemática pela reconfiguração da sociabilidade capitalista. A TRS ou Teoria Unitária desempenha a tentativa de sintonizar a práxis feminista à teoria marxista a partir da teoria valor-trabalho de Marx, na compreensão do capitalismo enquanto totalidade fundadora do racismo e de um novo patriarcado - nesta pesquisa categorizado como cisheteropatriarcado, por meio de processos sócio históricos constitutivos do sociometabolismo do capital. A pesquisa foi construída metodologicamente a partir de pesquisa bibliográfica-exploratória de caráter quanti-qualitativo e analisou cinquenta (50) artigos científicos publicados entre os anos de 2010 e 2021 na Revista Temporalis. A análise dos dados aponta que os artigos estão situados em três temáticas guarda-chuvas: Mulheres, gênero e feminismos em 64% dos artigos; Raça, etnia e luta antirracista em 22% e; Sexualidade, diversidade sexual e luta LGBTQ+ em 14%. Os artigos analisados estão classificados em quatro tendências: 1) crítica de cariz marxista; 2) formal-descritiva; 3) crítica-eclética-pós-moderna; e 4) indefinida. Localizamos expressivo esforço epistemológico desempenhado pela categoria das/os assistentes sociais em adensar os estudos sobre gênero, raça, etnia e sexualidade a partir da perspectiva crítica, por mais que haja o recurso a diferentes autores/as fundamentados/as em matrizes teóricas diversificadas. Na tentativa de avançarmos continuamente, esta pesquisa considera que a concepção da Teoria Unitária pode oferecer a materialização de uma sintonia mais profunda entre o marxismo e as práxis feminista e antirracista, na perspectiva ontológica de produção de conhecimento, alicerçada no materialismo histórico-dialético, e neste sentido contribuir para o desenvolvimento de um feminismo-marxista ou marxismo-feminista que tenha como primazia o estudo da totalidade

social, no qual raça, etnia, gênero e sexualidade sejam compreendidos como totalidades parciais desta totalidade.

Palavras-chaves: Serviço Social. Gênero. Classe. Raça. Sexualidade. Teoria da Reprodução Social. Teoria Unitária.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the theoretical-methodological trends used in the scientific productions of the Brazilian Social Work regarding the gendered and racialized social relations of capitalist society, based on Marxist ontology and the critique of Social Reproduction Theory (SRT). To this end, we understand that Social Work, recognized as an area of knowledge from its intellectual maturity viscerally articulated to Marxist thickening from the 1980s, began to develop research on diversified themes related to the complexity of social life under the Capital order, today systematized by the Thematic Research Groups (TRGs) of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS, for the Portuguese acronym). As a reflection of this movement, there is an expressive growth in the attempts by professionals to categorize the gendered and racialized social relations of capitalism. Through a broad and diversified theoretical and methodological framework, these analyses are based on different theoretical frameworks. We take as emblematic examples of this advance the adherences to Francophone materialist feminism and intersectional feminism as epistemological currents capable of providing heuristic tools for apprehend the condition of women and racialized people in capitalism, as well as the postmodern influx, which, less critically, subsidizes often fragmented analyses of social reality. In addition, we aim to a) map the main theoretical-methodological frameworks developed in Social Work research on the relationship between class, gender, race and sexuality; b) analyze the contributions and theoretical-methodological limits of the Francophone materialist feminism, expressly one of the most used perspectives by researchers of feminism nowadays in Social Work and; c) apprehend how the relationship between Social Work and Marxist-feminism has been historically developed within the profession, demarcating the main determinations that limit and enable an analysis based on the social totality. This research, based on the Marxist method combined with the decolonial and Marxist-feminist point of view of the Unitary Theory, assumes that social production and reproduction are dimensions of a dialectically inseparable unit, systematically impacted by the reconfiguration of capitalist sociability. The SRT or Unitary Theory attempts to tune feminist praxis to Marxist theory based on Marx's value-work theory, in the understanding of capitalism as the founding totality of racism and a new patriarchy - in this research categorized as cisheteropatriarchy, through socio-historical processes constituting the social metabolism of capital. The research was methodologically constructed from bibliographic-exploratory research of a quantitative-qualitative nature and analyzed fifty (50) scientific articles published between 2010 and 2021 in the *Temporalis Magazine*. Data analysis indicates that the articles are located in three umbrella themes: Women, gender and feminisms in 64% of the articles; Race, ethnicity and anti-racist struggle in 22% and; Sexuality, sexual diversity and LGBT+ struggle in 14%. The articles analyzed are classified into four trends: 1) Marxist criticism; 2) formal-descriptive; 3) eclectic-postmodern criticism; and 4) undefined. We found an expressive epistemological effort made by the category of social assistants in deepening studies on gender, race, ethnicity and sexuality from a critical perspective, despite the use of different authors based on diversified theoretical frameworks. In an attempt to continually advance, this research considers that the conception of Unitary Theory can offer the materialization of a deeper harmony between Marxism and feminist and anti-racist praxis, in the ontological perspective of knowledge production, based on historical-dialectical materialism and, in this sense, contribute to the development of a Marxist-feminism that has as its primacy the study of the social totality, in which race, ethnicity, gender and sexuality are understood as partial totalities of this totality.

Keywords: Social Work. Gender. Class. Race. Sexuality. Social Reproduction Theory. Unitary Theory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção de artigos por temática na Revista <i>Temporalis</i> entre os anos de 2010 e 2021.....	153
Tabela 2 - Artigos publicados na Revista <i>Temporalis</i> por temática, entre os anos de 2010 e 2021.....	158

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EF	Epistemologia Feminista
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
TRS	Teoria da Reprodução Social
MPC	Modo de Produção Capitalista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans, <i>Queers</i> , Pansexuais, Agêneros, Pessoas não binárias e Intersexo
M/C	Grupo Modernidade/Colonialidade
PEPSS	Projeto Ético Político do Serviço Social
TMD	Teoria Marxista da Dependência
PSD	Partido Socialdemocrata
MNU	Movimento Negro Unificado
OFPPE	A origem da família, da propriedade privada e do Estado
SPM	Secretária de Políticas para as Mulheres
UFAs	Unidades de Formação Acadêmica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	23
1.3 ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS	25
1.4 O PONTO DE VISTA MARXISTA.....	40
1.5 O PONTO DE VISTA FEMINISTA-MARXISTA ASSOCIADO AOS ESTUDOS DECOLONIAIS	47
2 A TEORIA UNITÁRIA: RELAÇÕES SOCIAIS GENERIFICADAS E RACIALIZADAS DO CAPITALISMO.....	56
2.1 OS FUNDAMENTOS DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO REPRODUTIVO NO CAPITALISMO	57
2.2 CONTRASTES NO INTERIOR DOS FEMINISMOS DA REPRODUÇÃO SOCIAL	62
2.3 A TEORIA UNITÁRIA DESDE O PONTO DE VISTA FEMINISTA-MARXISTA-DECOLONIAL	74
2.3.1 Lise Vogel - Marxismo e opressão às mulheres: por uma teoria unitária	81
2.3.2 Crítica à crítica marxista.....	86
3 OS FEMINISMOS E A LUTA DE CLASSES: “CASAMENTOS” E “DIVÓRCIOS” ENTRE FEMINISMOS E MARXISMOS	96
3.1 FEMINISMO CLASSISTA	98
3.2 O PATRIARCADO COMO PROPÓSITO INVESTIGATIVO.....	105
3.2.1 O patriarcado, o Estado e o Modo de Produção Capitalista	115
3.3 AS TEORIAS DOS SISTEMAS DUPLOS E TRIPLOS E O FEMINISMO DAS MATERIALISTAS FRANCÓFONAS	130
3.3.4. O feminismo materialista francófono	136
4 O SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE RELAÇÕES SOCIAIS GENERIFICADAS E RACIALIZADAS DO CAPITALISMO	154
4.1 O LOCAL DO GÊNERO, DA RAÇA, ETNIA E SEXUALIDADE NO SERVIÇO SOCIAL	159
4.2. HELEIETH SAFFIOTI E OS ESTUDOS SOBRE CLASSE, GÊNERO E RAÇA NO BRASIL	167
4.3 TENDÊNCIA CRÍTICA DE CARIZ MARXISTA.....	172
4.4 TENDÊNCIA FORMAL-DESCRIPTIVA.....	182
4.5 TENDÊNCIA CRÍTICA-ECLÉTICA-PÓS-MODERNA	185
4.6 TENDÊNCIA INDEFINIDA.....	188
4.7 SERVIÇO SOCIAL, CLASSE, GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE	189
4.7.1. Serviço Social, capitalismo, violência doméstica e patriarcado	189
4.7.2 Serviço Social, capitalismo, raça e etnia	193

4.7.3 Serviço Social, capitalismo e sexualidade.....	198
4.7.4 Serviço Social e as mudanças políticas	205
5 À GUIA DE UMA TOTALIZAÇÃO PROVISÓRIA.....	208
REFERÊNCIAS.....	218

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, constitutivamente determinada pela divisão sociossexual e racial do trabalho. Emerge a partir do próprio desenvolvimento capitalista, em sua etapa monopolista, como uma especialização do trabalho coletivo que atua diretamente na reprodução ampliada da sociedade. Essa condição faz com que o Serviço Social esteja imerso em diversas contradições constitutivas e intrínsecas ao capitalismo. Como é uma profissão fundamental em dado momento histórico, determinada social e historicamente, ela atende, por um lado, às imposições do próprio sistema capitalista, para a sua manutenção e continuidade. Por outro lado, entretanto, por atuar diretamente com sujeitos explorados e garantidores da reprodução do capitalismo, a profissão responde, também, às necessidades da classe trabalhadora, contribuindo com a luta de classes por melhores condições de vida. Portanto, o Serviço Social desempenha um importante papel social na contradição entre a igualdade jurídica e a desigualdade econômica real, ultrapassando tal dilema. Responde, concomitantemente, tanto às demandas do capital nos mecanismos de dominação e exploração, quanto às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e de sua organização sócio-histórica e política.

Ao longo do desenvolvimento histórico do Serviço Social, a profissão se fundamentou em diversas matrizes teórico-metodológicas, o que resultou em maneiras distintas de intervenção social, devido à proeminência da indissociabilidade entre investigação e intervenção (GUERRA, 2009). Embora investigação e intervenção não guardem uma relação de identidade, devido ao fato de particularizarem-se como dimensões distintas, elas compõem a mesma unidade. Defendemos que “o sincretismo, presente no exercício profissional, tem como contraface teórica o ecletismo” (SOUZA, 2014, p. 535), e isso reitera a condição de indissociabilidade entre teoria e prática¹. Desse modo, a partir da necessidade de garantir respostas às demandas postas nos espaços sócio-ocupacionais, o Serviço Social buscou fundamentar-se, quase que indiscriminadamente, em teorias que justificassem a operacionalidade do exercício profissional diante das expressões da “questão social”, ao

¹ “Mas essa contraface não significa que toda produção de conhecimento seja eclética porque espelha o sincretismo prático. Essa dedução, que seria logicamente correta do ponto de vista formal, é falsa do ponto de vista ontológico e histórico. Igualmente, nem todo conhecimento produzido sob angulação crítico-dialética consegue se expressar de imediato como componente revolucionário. Aqui, a lógica formal dá mostras de suas limitações. Para ser mais específico: o sincretismo da prática aparece no âmbito da produção de conhecimento (como tendência) como ecletismo, ou seja, como coletânea acrítica de teorias, categorias e conceitos por vezes contraditórios, tudo em nome da captura de fragmentos de teoria que sejam capazes de explicar, também fragmentariamente, a realidade setorial com que se defronta o profissional, sem uma preocupação fundamental quanto às suas consequências ideopolíticas.” (SOUZA, 2014, p.535-536).

manipular variáveis empíricas, sem ultrapassar a dimensão fenomênica do cotidiano (NETTO, 2009).

No início da profissão, conseguimos identificar um forte caráter dogmático-religioso fundamentado na filosofia aristotélica-neotomista, nomeado por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1983) como “arranjo teórico-doutrinário”, processualmente instrumentalizado pela perspectiva positivista e funcionalista, o que garantiu um arcabouço técnico-instrumental e técnico-científico para a intervenção social, cuja a intenção era “adequar” os sujeitos à sociedade. Durante as décadas subsequentes, há o processo de continuidade e ruptura (NETTO, 2017) entre um passado conservador, de bases confessionais, com uma proposta modernizadora (também conservadora), na qual localizamos uma tentativa de ruptura com o conservadorismo, que se renova, por meio da fenomenologia e a sua incognoscibilidade moderna. Nos relatórios finais dos Seminários de Teorização de Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), localizamos facilmente as manifestações desse ecletismo.

Diante das particularidades que envolvem os períodos desenvolvimentista e ditatorial, nos quais o Estado brasileiro, ao combinar o arcaico ao moderno, apostou, respectivamente, num desenvolvimento nacionalista e, posteriormente, associado, garantindo a dependência econômica do Brasil ao capital estrangeiro, o Serviço Social foi transformando-se lentamente. A autocracia burguesa (FERNANDES, 1975), enquanto traço estrutural-histórico que engendra a sociedade brasileira e sua “democracia restrita”, consolidou-se, afetando diretamente a maneira do Serviço Social perceber a si mesmo e a sociedade, o que alterou substancialmente o seu arcabouço teórico-metodológico, a partir da elevada aproximação com a teoria marxista, por mais limitada que tenha sido, neste primeiro momento, devido à existência do viés politicista, expresso de forma estruturalista ².

A “virada”³ do Serviço Social e a edificação do Projeto Ético-Político profissional, resultados da luta pela hegemonia política do conjunto de assistentes sociais que assumiu o compromisso com a classe trabalhadora, foram o marco decisivo nesse desenvolvimento histórico. Através da teoria-método marxiano, o Serviço Social atinge a sua maioria

² Consideramos que o viés politicista é conformado pelo militatismo, voluntarismo, messianismo e o revolucionarismo. Para Maria Lúcia Silva Barroco (2018, p.166) “As formas de incorporação do marxismo pelo Serviço Social só adquirem condições de ser reavaliadas na segunda metade dos anos 70, no âmbito da crítica superadora do movimento de reconceituação. Aí são apontados seu ecletismo teórico-metodológico, sua ideologização em detrimento da compreensão teórico-metodológica, sua remissão a manuais simplificadores do marxismo, sua reprodução do economicismo e do determinismo histórico”.

³ Remetemo-nos à “virada” do Serviço Social como o momento histórico-político materializado pelo III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), ocorrido em 1979. Nesse momento, a profissão assume explicitamente o compromisso com a classe trabalhadora, se posiciona contrária ao conservadorismo e à ditadura civil-militar. Esse movimento situa-se num movimento maior que estava ocorrendo na América Latina por meio do Movimento de Reconceituação.

intelectual, sendo reconhecido como área de conhecimento, na década de 1980. Esse reconhecimento não se efetiva apenas através das agências de fomento à pesquisa, mas devido ao crescimento de cursos de pós-graduações e à elevada interlocução e incorporação das referências bibliográficas produzidas na área do Serviço Social em outras áreas de conhecimento. Assumimos que,

o Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão (MOTA, 2013, p.18).

Desde então, podemos afirmar que o Serviço Social brasileiro adensou a produção de pesquisas sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão, as políticas sociais, o fundo público, “o mundo do trabalho”, a financeirização do capital e outras temáticas diversificadas, relacionadas à complexidade da vida social sob a ordem do Capital. Expressamente, se portou como uma “anti-tendência” do *mainstream* que acompanhou a decadência ideológica (COUTINHO, 1972) na produção de conhecimento. Atualmente, essas temáticas estão sistematizadas pelos Grupos Temáticos de Pesquisas (GTP) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)⁴, o qual podemos designá-los como eixos balizares que envolvem o debate sobre a formação e o exercício profissional.

Devido ao crescimento expressivo da tentativa de categorização nas produções científicas no interior da profissão, das relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo, foi criado em dezembro de 2010, durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), o GTP *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades*, que, de acordo com o relatório de planejamento de 2013, “se constitui como um espaço de elaboração, produção e circulação do conhecimento de forma articulada das problemáticas em tela, visto que os mesmos são estruturantes da sociabilidade do capital, intrinsecamente articulados à dimensão de classe” (s.p)⁵. O GTP reitera a importância das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs)

⁴ Atualmente, temos oito GTPs na ABEPSS: 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2) Política Social e Serviço Social; 3) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4) Movimentos Sociais e Serviço Social; 5) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; 7) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social e; 8) Serviço Social, Geração e Classes Sociais. Mais informações em: <http://www.abepss.org.br/%20gtps.html>. Acesso em 12.jun.2021.

⁵ Ainda no ano de 2009, o conjunto CFESS/CRESS se posiciona abertamente pela descriminalização do aborto e, em 2010, a favor da luta pela legalização do aborto, passando a compor a Frente Nacional contra a Criminalização

ofertarem disciplinas obrigatórias relacionadas a essas temáticas que façam parte da formação profissional dos discentes antes, ou concomitantemente, ao estágio obrigatório supervisionando, afinal, esse trato teórico-político é constitutivo da instrumentalidade do/a assistente social.

A criação do GTP materializa um ganho teórico, político e necessário no interior da profissão, que passou a adensar a sua análise em relação às questões que envolvem as vivências e o cotidiano das mulheres, das pessoas racializadas e da comunidade de lésbicas, bissexuais, gays, travestis, transexuais, transgêneros, pansexuais, assexuais, intersexuais, queer etc. (LGBT+)⁶, na sociedade capitalista. Podemos afirmar que essa conquista é oriunda das demandas dos próprios sujeitos coletivos da sociedade que, através de diversos movimentos sociais, passam a reivindicar, historicamente, reconhecimento e direitos sociais, e do processo de maturação teórica e analítica fornecida pela pesquisa social crítica. O Serviço Social, por estar em sintonia com os movimentos sociais é, então, diretamente impactado pelo próprio movimento histórico dos sujeitos coletivamente organizados. Isso tem consonância com as nossas escolhas políticas, afinal, temos como opção “um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993).

Vale lembrar que, historicamente, antes da criação do GTP pela ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO somam esforços na visibilidade e fortalecimento das lutas que envolvem as temáticas supracitadas. O conjunto CFESS/CRESS, de forma progressiva, lançou campanhas e formulou resoluções que orientam o exercício profissional, no combate à discriminação de raça, gênero e orientação sexual. À guisa de exemplo desse compromisso ético-político temos as seguintes campanhas: *O Serviço Social mudando o Rumo da História: reagir contra o racismo é lutar por direitos* (2005), *O amor fala todas as Línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito* (2006) e *Assistentes Sociais no combate ao racismo* (2017-2020). Em 2016, foi lançada a série *Assistente Social no combate ao preconceito*, contemplando as temáticas que envolve o preconceito, o uso de drogas, a transfobia e o racismo. Além das campanhas, construiu por meio do acúmulo teórico e político, as resoluções *CFESS n.489/2006*, *CFESS n. 615/2011* e *CFESS n. 845/2018*, que reiteram o reconhecimento da diversidade

das Mulheres e pela Legalização do Aborto, constituída por diversos movimentos sociais e entidades representativas. O CFESS assume que “defender a legalização do aborto é defender os direitos humanos de muitas mulheres que atualmente são desrespeitados. É de domínio público que aquelas que não precisarem ou não quiserem recorrer a um aborto terão garantidas suas escolhas” (CFESS Manifesta 04/12/2012, CFESS, 2014, p.47).

⁶ Utilizaremos a sigla LGBT+ para englobar todas essas identidades e orientações sexuais.

humana pelos/as assistentes sociais⁷. Todas essas ações políticas coadunam com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o compromisso profissional com a luta da classe trabalhadora e a diversidade que a compõe⁸. Entretanto, mesmo diante da materialização do compromisso histórico com as lutas feministas, contra as discriminações raciais, de identidade e orientação sexual, muitas dessas pautas ainda são rechaçadas por um conjunto de profissionais⁹, o que revela os conflitos e tensionamentos internos na profissão.

Nesse breve resgate histórico, podemos afirmar que, desde a década de 1990, quando a categoria profissional começa a utilizar a expressão “gênero” nos instrumentos normativos e na sua organização política, hegemonicamente feminina, há uma preocupação mais evidente em relação às temáticas que envolvem as mulheres, as pessoas negras e LGBTQ+. Esse debate é aprofundado com forte influência de autores marxistas como Antonio Gramsci e György Lukács, o que garantiu uma sistematização ontológica da teoria social de Marx que, por sua vez, viabilizou a fundamentação ontológica sobre ética em Serviço Social, na superação do *ethos* tradicional. Esse processo está visceralmente relacionado à superação do marxismo vulgar e à construção de outras interpretações marxistas capazes de abordar a diversidade humana da classe social (BARROCO, 2018). Assim, por mais que não tenha havido, nesse momento, a incorporação da literatura feminista, racial e de sexualidade no Serviço Social, a profissão já se posicionava politicamente contrária a todas as formas de discriminação e opressão.

Soma-se a esse histórico de luta e compromisso, o lançamento do último livro da Biblioteca Básica do Serviço Social *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social* (CISNE;

⁷ A Resolução CFESS n.489/2006 estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação ou expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. A Resolução CFESS n.615/2011 dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti ou do/a assistente social transexual dos documentos de identidade profissional. A Resolução CFESS n. 845/2018 dispõe sobre a atuação do/a assistente social em relação ao processo transexualizador, além de reiterar a luta pela despatologização da transexualidade.

⁸ Para aprofundar esse debate, recomendamos a pesquisa de Leidiane Souza de Oliveira e Milena Gomes de Medeiros (2015) que sistematizou uma articulação da luta dos movimentos feministas e do conjunto CFESS/CRESS por meio da análise dos CFESS Manifesta de 2008 a 2014, no que se refere à defesa de direitos das mulheres pautada pelo Serviço Social na sua agenda profissional.

⁹ De acordo Micaela Alves Rocha da Costa, Lizete Augusta Vidal Pereira Lopes Silva e Andréa Lima da Silva (2017) “[...] constatamos que embora o conjunto CFESS/CRESS tenha trabalhado no fortalecimento do feminismo, da diversidade sexual e da questão étnico-racial em seus materiais, posicionamentos e espaços deliberativos, contribuindo para a construção de uma cultura feminista com a perspectiva crítica, frente ao avanço do neoliberalismo e da pós-modernidade, algumas destas pautas são rechaçadas pela categoria. Tanto na pesquisa empírica, como em comentários nas redes sociais, é possível observar diversos posicionamentos de ataque à direção construída coletivamente no conjunto CFESS/CRESS. Contudo, é preciso considerar que o Serviço Social não é uma categoria homogênea e dentro da profissão há uma disputa pela direção política, por parte de profissionais conservadoras que coloca em cheque as lutas feministas, de igualdade racial e de diversidade sexual que vem se desenhando no âmbito profissional.” (COSTA et al; 2017, p.608).

SANTOS, 2018), que aborda de forma crítica, por meio da teoria marxista articulada ao feminismo materialista francófono, as contradições do sistema capitalista e a sua relação com o heteropatriarcado e o racismo. Essa obra, assim como muitas outras produzidas no Serviço Social, consideram que “as teorias feministas e os estudos de gênero constituem-se um aporte teórico-metodológico significativo para o Serviço Social” (LISBOA, 2010, p.66) e contribuem efetivamente na compreensão das relações de exploração e opressão no capitalismo que, em tempos extremos de concentração, acumulação, centralização das riquezas socialmente produzidas, refletem diretamente na desigualdade social e nas expressões da “questão social”. A consolidação de produções teóricas e científicas acerca dessas temáticas no Serviço Social, possibilita o contínuo diálogo entre a comunidade científica e os movimentos sociais, o que aponta para um campo profícuo de interlocução que contribui para a instrumentalidade do/a assistente social.

Entretanto, através de amplo e diversificado arcabouço teórico metodológico, muitas dessas análises se fundamentam em matrizes teóricas distintas, inclusive avessas ao marxismo. Acreditamos que talvez isso seja reflexo, por um lado, do marxismo economicista que se opôs historicamente a analisar criticamente a raça, o gênero e a sexualidade como questões centrais do ordenamento capitalista, forjando a emergência de estudos culturalistas, muito influentes em alguns estudos feministas, nos quais predomina a ausência da análise da totalidade social. Sendo que essa abordagem pode ter impactado as análises do Serviço Social. E, por outro lado, do influxo pós-moderno, expressamente antimarxista, presente em algumas pesquisas do Serviço Social, que passam a combinar ecleticamente diversas matrizes teórico-metodológicas, revelando uma fragilidade metodológica. Defendemos a importância do pluralismo teórico, metodológico e político enquanto traço constitutivo da produção de conhecimento e da sociabilidade humana, mas reconhecemos os tropeços analíticos e políticos potencialmente elevados a partir do ecletismo científico, que não devem ser apreendidos como sinônimos. Concordamos com Jamerson Souza (2017, p.534) de que aqui reside um desafio contemporâneo do Serviço Social: “afirmar o pluralismo (imprescindível) mantendo a hegemonia do pensamento crítico e dialético numa conjuntura histórica e acadêmica cada vez mais conservadora e reativa”.

Na tentativa de expressar as preocupações de cunho teórico-metodológico acima assinaladas, a presente pesquisa tem como objetivo, pois, *analisar as tendências teórico-metodológicas utilizadas nas produções científicas do Serviço Social sobre as relações sociais generificadas e racializadas da sociedade capitalista, a partir da crítica da Teoria da Reprodução Social (Teoria Unitária)*. Assumimos que “pesquisar e conhecer a realidade é

conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudança” (IAMAMOTO, 1999, p. 62). Relacionados a isso, os objetivos específicos se expressam na tentativa de: *a)* mapear os principais arcabouços teórico-metodológicos desenvolvidos em pesquisas do Serviço Social sobre a relação entre classe, gênero, raça e sexualidade¹⁰; *b)* analisar as contribuições e os limites teórico-metodológicos do feminismo materialista francófono, expressamente uma das perspectivas mais utilizadas por pesquisadoras do feminismo na atualidade do Serviço Social e; *c)* apreender como a relação entre Serviço Social e o feminismo-marxista tem sido desenvolvida historicamente no interior da profissão, demarcando as principais determinações que limitam e possibilitam uma análise a partir da totalidade social.

Os capítulos deste trabalho dividem-se da seguinte forma: primeiramente, a partir desta introdução e do debate acerca do *método ontológico marxista* associado às epistemologias feministas e aos estudos decoloniais, realizados a seguir, apresentamos-lhes o nosso método de análise. Este primeiro capítulo objetiva apresentar ao/à leitor/a as escolhas metodológicas constituintes do nosso processo investigativo que estarão visceralmente articuladas ao desenvolvimento analítico da pesquisa. É a materialização de uma preocupação de ordem ontológica e epistemológica que envolve a totalidade da presente pesquisa. Como desejamos contribuir na construção de um *marxismo indomesticável*, torna-se necessário situar o marxismo nas lutas sociais concretas que atravessam os movimentos feministas e antirracistas. Uma das preocupações centrais desta pesquisa.

No segundo capítulo, realizaremos uma exposição acerca da *Teoria Unitária da Reprodução Social*, devido ao fato de esta perspectiva feminista-marxista ser fundamental no entendimento de nosso objeto de análise. A partir da compreensão da indissociabilidade entre produção e reprodução social, a teoria unitária inova ao considerar a opressão das mulheres sob o prisma da teoria-valor de Marx. É uma perspectiva teórica que se apropria do método marxiano para categorizar a condição das pessoas racializadas e generificadas no capitalismo, assumindo a totalidade social como ferramenta heurística. Como é uma perspectiva ainda muito pouco conhecida no Brasil, sobretudo no Serviço Social, apresentar, mesmo que de forma sumária, o desenvolvimento histórico, as tendências e os contrastes desenvolvidos no interior dessa teorização apresentam-se como uma tarefa importante, da qual trabalharemos nesse capítulo.

¹⁰ Até o momento da análise dos dados não tínhamos designado sexualidade como propriamente um campo, mas consideramos pertinente nomear a sua particularidade, devido a forma que os estudos sobre sexualidade se destoam, muitas vezes, dos estudos de gênero e de raça.

No terceiro capítulo, situaremos historicamente e teoricamente a práxis feminista e a luta de classes, localizando os momentos de maior incidência e convergência e, também, os de maiores tensionamentos entre esses movimentos. Ao longo deste capítulo recorreremos a uma análise histórica sobre o patriarcado e o racismo, a partir da crítica à acumulação primitiva do Capital. Atentaremos às mediações que envolvem situar cada particularidade (patriarcado e racismo) como totalidade parcial, constituída da mesma totalidade social: o sistema capitalista. Apresentaremos a categoria *cisheteropatriarcado* como uma síntese reflexiva resultante do processo investigativo (IANNI, 2011; PRATES, 2012)¹¹, correspondente à racialização do patriarcado gestado pelo capitalismo, constituído em sua faceta cisnormativa calcada na heterossexualidade compulsória.

A lógica desenvolvida neste capítulo ancora-se na própria historicidade de alguns estudos e movimentos feministas que, ao longo dos séculos XIX e XX, situaram-se de maneira particular. Não contemplaremos a totalidade da diversidade desses estudos e movimentos. Apenas abordaremos as principais tendências que se aproximam dos feminismos marxistas, socialistas e materialistas. Essa escolha fundamenta-se na impossibilidade de lidar com toda a diversidade dos feminismos e, por isso, priorizamos as teorizações mais críticas e associadas ao marxismo, excluindo o feminismo liberal conservador. Ao longo deste capítulo, designamos um momento considerável para tecer algumas considerações críticas acerca dos feminismos da “segunda onda”¹² que desenvolveram as teorias dos “sistemas duplos e triplos” (capitalismo, patriarcalismo e racismo). Iremos apresentar alguns limites dos fundamentos teórico-metodológico desses feminismos e, especialmente, do feminismo materialista francófono, que

¹¹ De acordo com Octávio Ianni (2011, p.397) “A construção da categoria é, a meu ver, um desfecho, é a síntese da proposta de Marx, isto é, como se explica cientificamente um acontecimento, como se constrói a explicação. Na medida em que a explicação se sintetiza na categoria que poderíamos traduzir em “conceito”, numa lei, então a construção da categoria é por assim dizer, o núcleo, o desfecho da reflexão dialética; explicar dialeticamente e construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado. Essa proposta implica em que o pesquisador se coloque diante do fato, sempre interrogando o fato sobre todos os aspectos, sobre todas as perspectivas. E, como já foi dito várias vezes, partindo do reconhecimento, não é uma presunção, a priori, mas do reconhecimento, de que o fato não se dá a conhecer imediatamente.” Em complementariedade a essa reflexão, destaca Jane Prates (2012, p.122): “Categorias, para Marx (1993), são elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais e dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes em sentido, tanto extensivo como intensivo. Podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade e, ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos. Convém reiterar, no entanto, que sua interconexão com os demais elementos que conformam o fenômeno, na perspectiva dialético-crítica, é fundamental para que possamos explicá-lo como unidade dialética, sem reduzir-lhe o sentido [...]”.

¹² Em alguns momentos desta pesquisa utilizamos definições popularizadas nos feminismos, como a divisão destes movimentos por meio de “ondas”. Entretanto, nós não concordamos com tal designação, devido ao real apagamento das lutas feministas realizadas em países colonizados, sobretudo, liderados por mulheres negras, que já se organizavam e resistiam como estratégia de sobrevivência, antes da emergência do feminismo burguês. Portanto, todas as vezes que utilizarmos primeira, segunda ou terceira “onda do feminismo”, colocaremos entre aspas.

embora sofisticue a análise acerca da relação (consustancialidade e coextensividade) entre classe, raça/etnia e “sexo”, ainda apresenta marcos epistemológicos ancorados nas teses da antropologia estruturalista de Lévi-Strauss, que colidem com a perspectiva marxista-ontológica.

No quarto capítulo, por fim, realizaremos a apresentação analítico-investigativa das produções científicas sistematizadas a partir do levantamento bibliográfico. Neste capítulo, há uma integração entre exposição dos dados e a análise das tendências teórico-metodológicas predominantes, localizadas a partir dos dados. Os capítulos anteriores servirão como suporte teórico-analítico, que possibilitarão maior compreensão das tendências aqui apresentadas. Ao mesmo tempo, a partir da crítica feminista-marxista, ampliaremos o diálogo com outras perspectivas teórico-metodológicas vinculadas aos estudos pós-estruturalistas e pós-modernos, devido ao fato dessas tendências se apresentarem como um recurso nos artigos analisados. Concomitantemente a estas análises, iremos situar o Serviço Social e o seu processo histórico e ético-político de compromisso com as agendas feministas, raciais e LGBT+, esboçando algumas dimensões dos desafios e das possibilidades ainda presentes no momento atual.

Na tentativa de responder a seguinte questão: *como se apresentam as tendências teórico-metodológicas utilizadas nas produções científicas do Serviço Social em torno das relações sociais generificadas e racializadas da sociedade capitalista, sob o influxo da Teoria Unitária?*, pretendemos oferecer caminhos que possam contribuir com o desenvolvimento científico e teórico-metodológico dos estudos sobre raça/etnia, gênero e sexualidade sob o prisma da totalidade, através da *Teoria Unitária*: uma perspectiva feminista-marxista que propõe ultrapassar a epistemologia feminista, ao encarnar o método ontológico marxista na apreensão das relações sociais generificadas e racializadas sob a ordem do Capital. Assumimos que essa vertente possui mais sincronia com a escolha teórica-política marxista do Serviço Social, que ao longo das últimas décadas se expressa através da construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

1.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa

Esta pesquisa bibliográfica-exploratória, de caráter quali-quantitativo, analisou os trabalhos científicos publicados em um dos principais veículos da comunicação científica do Serviço Social: a *Revista Temporalis*, editada pela ABEPSS. Localizamos como principais palavras-chaves os conceitos e as categorias: *gênero, raça, patriarcado, racismo, relações sociais de raça/etnia, relações sociais de sexo, movimento negro, feminismo, mulher, indígena,*

negro, luta antirracista, questão racial, divisão sexual do trabalho, heteropatriarcado, LGBT, divisão racial do trabalho, cotas, diversidade sexual e sexualidade. Todos os artigos analisados foram publicados entre 2010 (o ano de criação do GTP *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades*) e 2021. Foram, ao todo, 20 (vinte) números (do n.20 ao n.40) da *Temporalis*, que possuíam 297 (duzentos e noventa e sete) trabalhos publicados contendo 50 (cinquenta) artigos que dialogavam com o objeto desta pesquisa.

Esta pesquisa de caráter bibliográfico, desenhada metodologicamente a partir da combinação sistemática da pesquisa qualitativa à quantitativa, apresenta-se como uma pesquisa de metodologia mista, cujas aproximações consecutivas se darão no desenvolvimento analítico dos caminhos que revelam, como já apontamos, *as tendências teórico-metodológicas utilizadas nas produções científicas do Serviço Social sobre as relações sociais generificadas e racializadas da sociedade capitalista.* Esse tipo de pesquisa demanda “realizar um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico” (MIOTO; LIMA, 2017, p.37), exigindo constante vigilância epistemológica.

Fundamentada metodologicamente no método marxista combinado ao ponto de vista feminista-marxista e decolonial em desenvolvimento pela *Teoria Unitária*, esta pesquisa parte do pressuposto de que produção e reprodução social são dimensões de uma unidade dialeticamente indissociável, impactada de forma sistemática pela reconfiguração da sociabilidade capitalista. É necessário apontar que a *Teoria da Reprodução Social* (TRS) ou *Teoria Unitária* busca sintonizar a práxis feminista à teoria marxista, a partir da teoria valor-trabalho de Marx, na compreensão do capitalismo enquanto totalidade fundadora do racismo e de um novo patriarcado (nesta pesquisa categorizado como *cisheteropatriarcado*), por meio de processos sócio históricos constitutivos do sociometabolismo do capital.

Portanto, a partir da teoria-método marxista, a TRS desenvolve a análise da reprodução social através de categorias analíticas marxianas, como a totalidade, a singularidade e a particularidade - um campo de mediações imprescindível para a singularização do universal e a saturação do singular de determinações universais. Esta é uma perspectiva feminista-marxista que ao encarnar o método em sua análise cria aportes ontológicos inteligíveis para o desvelamento das relações generificadas e racializadas intrínsecas à sociabilidade capitalista. Afinal, é mister reconhecer que

Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas. Nesse processo de apreensão, o autor considera fundamental dar visibilidade às contradições inclusivas que o permeiam e às transformações ocorridas no percurso, transformações estas que resultam de múltiplas determinações, cuja análise interconectada amplia a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade (PRATES, 2012, p.117).

Nesse sentido, o método marxiano, ao ser apropriado pelo feminismo da teoria unitária, resulta numa profícua união. Entretanto, tal perspectiva teórica ainda é pouco conhecida no Brasil e quase não tem se expressado nas produções de conhecimento do Serviço Social. Defendemos que por meio desta orientação analítica, que tem como primazia a totalidade social, conseguimos compreender melhor as determinações sócio-históricas, econômicas, políticas e culturais que saturam o cotidiano das pessoas generificadas e racializadas, operacionalizando a divisão sociosexual e racial do trabalho, no capitalismo. Essas determinações invariavelmente designam às mulheres as piores condições de vida, ao passo em que são criadas condições que as colocam como força motriz de produção e reprodução da mercadoria central desta sociabilidade: a força de trabalho.

1.3 Alguns pressupostos teóricos metodológicos

Partimos do pressuposto teórico-metodológico de que o trabalho é fundante do ser social. O trabalho é a mediação primeira e insuperável da relação entre os seres humanos e a natureza, que, para satisfazerem as suas necessidades, intervêm na natureza e concomitantemente são alterados por ela. Essa relação de reciprocidade dialética contém a potencialidade de criar bases materiais para a emancipação humana. Entretanto, em condições de exploração e dominação de uma classe pela outra, como nas sociedades capitalistas em que o trabalho abstrato possui primazia e as mercadorias possuem centralidade a partir do valor de troca em detrimento do valor de uso, o trabalho passa a ser estranhado e é fonte de desumanização, assim como o seu produto passa a ser fonte de alienação. Portanto, o trabalho é ontologicamente a práxis primeira das relações sociais. É a categoria que nos une como humanidade, mas que, na sociedade capitalista, é limitado pelo próprio movimento de geração de valor.

A partir da centralidade do trabalho, enquanto fator constitutivo do ser social, desencadeia-se a reprodução social “e simultaneamente se reproduzem, também o gênero humano e a individualidade” (CISNE; SANTOS, 2018, p.28), o que faz com que as classes

sociais sejam diversificadas ao possuírem diferentes gêneros, raças/etnias, orientações sexuais, entre outras características, intrínsecas à diversidade humana. Nessa perspectiva, não reiteramos a fragmentação das características humanas e tampouco ignoramos as determinações classistas, mas compreendemos que a diversidade humana está articulada à concepção de indivíduo social. A individualidade é constituída na mediação entre ser singular e ser genérico, a partir das condições concretas - sínteses de múltiplas determinações - que estão inscritas em dada sociabilidade e formação sócio-histórica. Isso faz com que a diversidade seja socialmente significada e valorada, ao ponto que na sociedade capitalista haja a supremacia das características que acompanham o homem branco, ocidental, proprietário e cisheterossexual, devido aos processos sócio-históricos complexos em desenvolvimento desde a acumulação primitiva e a colonização moderna.

A individualidade constituinte da diversidade dos sujeitos nesta sociabilidade é, portanto, social e histórica (SANTOS, 2005). Assim, não existe nenhuma espécie de condição natural ou ontológica nas mulheres, de qualquer classe social, que as determine como as mantenedoras e provedoras das necessidades que envolvem o cuidado de crianças, pessoas idosas e doentes ou mesmo dos homens. O gênero, neste trabalho, pois, é apreendido como um termo genérico ontológico, presente na humanidade desde que o sexo biológico passou a ser significado socialmente pelos seres humanos, enquanto a *ordem patriarcal de gênero* é mais recente, correspondendo a um tipo específico de dominação-exploração patriarcal (SAFFIOTI, 2015).

O capitalismo, ao transformar o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres em um *ato de amor*, obtém uma enorme quantidade de trabalho necessário para a reprodução ampliada do capital de forma gratuita, apresentando-se não apenas como uma dimensão funcional ao Modo de Produção Capitalista (MPC), mas também constitutiva de suas relações sociais, transformadas continuamente por meio de processualidades sócio-históricas. É a partir da *teoria unitária* que reiteramos a necessidade de que qualquer análise sobre a sociedade capitalista deva ter como condição analítica a indissociabilidade entre produção e reprodução social. Dimensões distintas, mas articuladas entre si numa mesma totalidade.

Entretanto, estamos percebendo diminuir o número de produções que têm como característica a análise da realidade social enquanto totalidade em sua complexidade real. Dizemos: é predominante o distanciamento e, muitas vezes, a negação de teorias que muito nos ajudam a compreender o capitalismo, o racismo e o patriarcalismo como dimensões de uma

mesma totalidade social. Os estudos *pós-modernos* são a maior expressão desse movimento¹³. Essa tendência teórica emerge após o fim do “socialismo real” (FRASER, 2006), fundamentada nas descobertas discursivas do pós-estruturalismo e ganha a hegemonia no campo das teorias de maior relevância mundial, sobretudo nas áreas de feminismos e sexualidades. O pós-modernismo passa a empenhar fundamental papel ideológico na apreensão fragmentada da realidade concreta, analisando de forma desarticulada um mundo fundado no discurso e nas representações sociais – fruto do (neo)positivismo e da decadência ideológica (COUTINHO, 1972).

Por outro lado, as teorias da tradição marxista acabaram sendo restringidas historicamente a um campo específico de algumas áreas e subáreas específicas das ciências humanas, que discutem majoritariamente economia, políticas sociais, fundo público e direito. Isso acabou reproduzindo uma lógica de produção de conhecimento sobre a realidade que partilha de dois mundos que muito dificilmente dialogam entre si: *o mundo pós-moderno e o mundo da tradição marxista*. O primeiro abordaria supostamente os aspectos da subjetividade humana e o segundo, os da objetividade econômico-social. Essa divisão simplista e equivocada resulta da real incompreensão científica do materialismo histórico e da relação dialética entre objetividade e subjetividade numa perspectiva de totalidade concreta.

Em nossa avaliação, esta segmentação de produções e teorias prejudica o avanço na apreensão dos fenômenos sociais e na forma do agir politicamente dos próprios movimentos sociais. A realidade é mais complexa que a teoria e, por isso, enquanto sujeitos politicamente comprometidos com a construção de uma nova sociedade devemos nos permitir refletir criticamente, dialogando com diferentes autores/as, na intenção de apreender de forma crítica e concreta a realidade que nos é imposta, mas que também é produzida e reproduzida por nós. O pluralismo, como fenômeno social, político e científico é imprescindível nesse processo. Como nos afirma Carlos Nelson Coutinho (1991):

Pluralismo, no terreno da ciência natural ou social, não é sinônimo de ecletismo. É sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. (COUTINHO, 1991, p.14).

¹³ Não é difícil listar alguns/mas autores/as pós-modernos/as e que possuem grande importância na atualidade, como Judith Butler, Paul Preciado, Berenice Bento, Julia Kristeva, Zygmunt Bauman, Jean-François Lyotard etc.. Na contra tendência, vemos a persistência da abordagem marxista reoxigenada por diversos outros autores/as que realizam as suas análises a partir da totalidade social. Apenas para título de exemplificação, temos Silvio Almeida (2019), Angela Davis (2016), Clóvis Moura (2020), Florestan Fernandes (1989) e Lélia Gonzalez (1982).

Entretanto, a comunicação científica pode ser dificultada devido às distintas maneiras de apreensão da realidade, que podem ser analisadas, por exemplo, através de perspectivas idealistas, materialistas, objetivistas ou subjetivistas, que podem ser estruturalistas, pós-estruturalistas, desconstrutivistas e pós-modernas. Evidentemente que não existem diversas verdades acerca de um único fenômeno e a investigação científica que não realiza as mediações necessárias num campo plural pode resultar num ecletismo ao combinar inconciliáveis métodos numa investigação. Essa afirmação contrasta as premissas pós-modernas e da incognoscibilidade moderna. Na contra tendência, assumimos que independentemente do sujeito que realiza a pesquisa, o capitalismo é esse sistema que permite a concentração e acumulação da riqueza socialmente produzida nas mãos de poucos, ao passo que cria o pauperismo como reflexo direto dessa riqueza produzida - uma contradição intransponível para a incognoscibilidade kantiana e, digamos assim, para as formulações liberais.

O pluralismo metodológico e o avanço de uma perspectiva pós-moderna descomprometida com a mudança social mais radical, contraditoriamente, trouxe o avanço analítico de diversas lutas apreendidas erroneamente como exclusivamente identitárias. Como os movimentos feministas, LGBTs e antirracistas que se organizam de forma mais expressivas através das *lutas por reconhecimento* (HONNETH, 2003; FRASER, 2006), nas últimas décadas. Por outro lado, esse tipo de práxis, ao ser reduzida ao campo cultural, conformou o atraso científico e político ao não articular essas questões com a totalidade social conformada pelo sistema capitalista constituído estruturalmente pelas relações sociais racializadas e generificadas (em seu caráter cisheteropatriarcal), que, de forma complexa, amalgama as diversas opressões, dominações e explorações historicamente construídas, materializadas no cotidiano dos sujeitos.

Defendemos que o método materialista histórico dialético conta com uma série de ferramentas analíticas e metodológicas que nos ajudam a apreender a essência dos fenômenos sociais, cuja aparência é percebida no cotidiano das relações sociais¹⁴. Desvendar a realidade e

¹⁴ Acreditamos que a superação da dicotomia analítica entre sujeito e objeto, aparência e essência – que custou o esforço analítico e metodológico de diversos/as filósofos/as ao longo da história da produção do conhecimento – encontrou em Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e, posteriormente, em Karl Marx (1818-1883) as condições para a sua realização, por meio da produção do conhecimento ontológico e cognoscível, diferentemente da incognoscibilidade de Immanuel Kant (1724-1804), que consolida a base epistemológica do desenvolvimento da ciência moderna e, por consequente, das Ciências Sociais. Consideramos interessante observar como os métodos analíticos são desenvolvidos historicamente. À guisa de exemplo, Max Weber foi um dos grandes autores da “sociologia clássica” que esteve fundamentado na filosofia kantiana. É um dos principais autores que irão dar orientação ao desenvolvimento da pós-modernidade contemporaneamente e, por isso, deve ser apreciado com mais cautela. Para Saffioti (2009, p.5), “Weber analisa, assim, as bases da legitimidade, recorrendo a fatos sempre redutíveis à subjetividade, inscrevendo-se a auto justificação como processo pelo qual se erige em lei universal o conceito subjacente à dominação. A tradição opera como princípio teórico, constitutivo de uma das formas de

construir um marxismo afinado com as lutas sociais presentes são dimensões partilhadas do nosso caminho investigativo que reivindica a existência de um *Marx não domesticado como combustível das lutas: Marx preto, feminista, indígena, operário, camponês, cigano, palestino, trans. Um Marx selvagem* (TIBLE, 2019).

Portanto, como pressuposto teórico e metodológico, compreendemos que o capitalismo, na acumulação primitiva, foi responsável por dois fenômenos que passam a ser constitutivos de sua existência. Primeiro, o capitalismo funda o racismo (ALMEIDA, 2018) na colonização, ao racializar a humanidade, dividindo os colonizadores e os colonizados entre, respectivamente, os humanos e os animais transformados em escravos e mercadorias. Segundo, recria ou refunda o patriarcado, encontrado em sociedades pré-capitalistas, metamorfoseando-o a partir de uma nova divisão sociosexual e racial do trabalho e da profunda alteração da instituição familiar (iremos fundamentar melhor esta questão ao longo do presente estudo), o que, nas palavras de Maria Lugones (2014), seria a “colonialidade de gênero”, ou seja, uma nova forma de organização mundial, na qual o *patriarcado é racializado* num processo histórico, lento e permeado de contradições. Assim, partimos do pressuposto de que para analisar qualquer fenômeno social de ordem social, econômica, política ou ideológica, não podemos apartar o racismo e o patriarcado do capitalismo¹⁵ e tampouco, compreender o capitalismo sem nos determos ao racismo¹⁶ e ao patriarcado, pois estas são totalidades parciais de uma mesma

dominação. Tanto o método quanto o objeto encontram seu sustentáculo no sentido. O rigor da interpretação é assegurado pela identidade, no que tange à racionalidade, no objeto e no método. Neste sentido, a ação racional com relação a fins permite a captação da irracionalidade das ações dela discrepantes. Observam-se, ao lado de um relativismo praticamente absoluto, outros pecados inaceitáveis até mesmo para aqueles em cujo pensamento Weber penetrou. Na medida em que o método e o objeto apresentam a mesma racionalidade, e a subjetividade instaura sentido, o primeiro ganha primazia: a razão é coextensiva à sociedade.”

¹⁵ É a partir do capitalismo, contraditoriamente, que encontramos a possibilidade do reconhecimento das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, e assim é que, devido a isso e a outros fatores ainda em desenvolvimento, o patriarcado moderno (cisheteropatriarcado) deve ser apreendido nas suas dimensões raciais (fundamentadas na colonização) e no (cis)heterossexismo. Por esta razão é que utilizaremos, a partir de agora, a categoria cisheteropatriarcado, que pode ser apreendida como sinônimo do patriarcado moderno, mas iremos fundamentar melhor essa categoria ao longo do estudo. É importante captarmos como as dimensões raciais e de gênero estão associadas ao capitalismo para Lugones (2008): “Allen también evidencia que la heterosexualidad característica de la construcción colonial/moderna de las relaciones de género es producida, y construida míticamente. Pero la heterosexualidad no está simplemente biologizada de una manera ficticia, también es obligatoria y permea la totalidad de la colonialidad del género, en la comprensión más amplia que le estamos dando a este concepto. En este sentido, el capitalismo eurocentrado global es heterosexual. Creo que es importante que veamos, mientras intentamos entender la profundidad y la fuerza de la violencia en la producción tanto del lado oculto/oscuero como del lado visible/claro del sistema de género moderno/colonial, que esta heterosexualidad ha sido coherente y duraderamente perversa, violenta, degradante, y ha convertido a la gente «no blanca» en animales y a las mujeres blancas en reproductoras de La Raza (blanca) y de La Clase (burguesa).” (LUGONES, 2008, p.92).

¹⁶ “A análise de Quijano fornece-nos uma compreensão histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista como constitutiva do sistema de poder capitalista na colonização das Américas.” (LUGONES, 2014, p.939).

totalidade social, porém não se organizam como “sistemas autônomos”, mas, sim, como uma unidade de diversos¹⁷.

O cisheteropatriarcado, aqui categorizado, se apresenta no cotidiano como um regime total de domínio e opressão que constitui a exploração do trabalho pelo MPC, subalternizando as mulheres e degenerando o que foi construído socialmente como feminino, reservando o local de poder, privilégio e domínio aos homens, e ao que foi construído ideologicamente como masculino. Evidentemente que esse prestígio e poder social masculino tornam-se mais instáveis ou inacessíveis quando nos referimos aos homens transexuais não binários. O cisheteropatriarcado manifesta-se nas práticas sociais e institucionais através da violência, da sexualidade, da cultura, da divisão sociossexual do trabalho e do tratamento desigual e degradante dado às mulheres, devido a condição de *fêmeas*, e também às pessoas transexuais ou transgêneros por não aceitarem a designação sexual imposta ao nascimento. A dicotomia ou o dimorfismo que delimita o *macho* e a *fêmea* (o sexo biológico), uma construção social desde o momento em que passou a ser significada socialmente, é a característica determinante imposta aos sujeitos demarcando os limites e possibilidades de seus comportamentos. Essa *ordem de gênero patriarcal* (SAFFIOTI, 2015) é *cisnormativa* por natureza ao determinar, a partir dos órgãos sexuais, se o ser humano será *homem* ou *mulher*, engendrando a lógica heteropatriarcal e monogâmica, através da imposição expressa ideologicamente em diversos âmbitos das relações sociais, como no Estado, na família e nas instituições sociais, que um ser humano de um sexo deve se relacionar única e exclusivamente com outro ser humano do sexo oposto, de cada vez.

Neste sentido, a monogamia e a heterossexualidade compulsórias (RICH, 2010; RUBIN, 2018)¹⁸, que se constituíram por meio de processualidades históricas dinamicamente complexas, compõem o patriarcado que tem a essência *cisnormativa*. Evidentemente, como afirmamos anteriormente, o cisheteropatriarcado, por meio da colonização realizada na acumulação primitiva capitalista, é racializado, alterando substancialmente as noções de mulheres e homens (cis) construídas no processo de desenvolvimento patriarcal europeu, afinal, as mulheres escravizadas, por exemplo, não acessaram o reconhecimento social de *mulher*

¹⁷ A Teoria Unitária da Teoria da Reprodução Social defende também essa perspectiva analítica e é a partir dela, em diálogo com as teorias decoloniais, que fundamentaremos nossa perspectiva analítica.

¹⁸ De acordo com o que foi desenvolvido por Gayle Rubin (2018), concordamos que a organização social patriarcal refletida na divisão dos gêneros/sexos, impondo restrições à sexualidade feminina é baseada também na heterossexualidade compulsória. Por isso também, preferimos utilizar a categoria cisheteropatriarcado, afinal o patriarcado funda o regime de normalização do heterossexismo e da cisnormatividade.

européia, estas últimas compreendidas como frágeis, subalternas e impedidas de trabalhar¹⁹. Embora contemporaneamente essas relações se apresentem de outras formas, permanecem constituindo diversos âmbitos das relações sociais, fazendo com que, por exemplo, as mulheres negras, ainda hoje, sejam as principais vítimas de violência racista obstétrica, devido ao fato de serem encaradas como “mulheres diferentes”, ou seja, mulheres que foram historicamente racializadas demarcando socialmente as suas existências como “mulheres mais fortes”²⁰.

Como o cisheteropatriarcado impõe uma hierarquia entre *homens* e *mulheres*, tudo o que é associado ao feminino passa a ser inferiorizado, desdobrando-se em violências que atingem as pessoas LGBTQ+. Essa condição faz parte da operacionalidade cisheteropatriarcal dimensionada também por intermédio da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010; RUBIN, 2018) e da cisnormatividade. Portanto, a análise acerca da vivência e das violências que atingem as pessoas LGBTQ+ deve passar, necessariamente, pela fundamentação crítica ao cisheteropatriarcado.

Por mais que convenhamos a analisar o “patriarcado clássico” como um fenômeno relacionado visceralmente à institucionalização da sociedade de classes, do Estado, da propriedade privada e da família nuclear (ENGELS, 2012; LEACOCK, 2019), e ainda que ele não tenha sido criado por meio dessas instituições, mas, sim, por processos historicamente complexos, não conseguimos identificar precisamente as suas origens e tampouco o seu movimento mundial, que se deu em grande medida pelo colonialismo europeu (SEGATO, 2012; LUGONES, 2008; OYĚWÙMÍ, 2004), na acumulação primitiva do capitalismo²¹. Contudo, podemos afirmar que ele se torna imprescindível para as relações de produção, de dominação e exploração nas sociedades capitalistas, pois é por meio da desigualdade entre os

¹⁹ Essa assertiva é histórica no movimento de mulheres negras: “Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?” (Discurso proferido por Sojourner Truth em uma intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> >. Acesso em: 05.mar.2021).

²⁰ Quanto a esta questão, é emblemática a existência do racismo obstétrico, que vem sendo denunciado de forma eloquente por diferentes organizações de mulheres negras no Brasil. Como exemplo, leia-se: “Racismo obstétrico: violência na gestação, parto e puerpério atinge mulheres negras de forma particular”. Disponível em: < https://www.geledes.org.br/racismo-obstetrico-violencia-na-gestacao-parto-e-puerperio-atinge-mulheres-negras-de-forma-particular/?gclid=CjwKCAjw_o-HBhAsEiwANqYhpxXNQqa_raDt3B02SWHsrH9BF1p3OIJvDes2%20IHPRl8UyzDfVAakVWhoCBTgQAvD_BwE >. Acesso em: 6.jul.2021.

²¹ Iremos esboçar com mais profundidade a existência do patriarcado em sociedades pré-capitalistas, articulando este debate aos estudos antropológicos e feministas das décadas de 1960 e 1980, no capítulo três desta pesquisa.

gêneros que se inaugura uma nova divisão sexual do trabalho, atravessada pela divisão sociotécnica e racial do trabalho, como também é criado um novo modelo de família. Na compreensão feminista marxista da *teoria da reprodução social*, a divisão sexual do trabalho garante a produção e reprodução social da força de trabalho, por meio do trabalho gratuito e naturalizado que as mulheres realizam nos interiores das diversas famílias²². Entretanto, essa condição de exploração-dominação ultrapassa o trabalho doméstico e a relação entre grupos de mulheres e de homens, expressando-se com uma totalidade parcial constituinte das relações sociais.

O racismo, por sua vez, é a maneira que o capitalismo encontrou de hierarquizar os seres humanos ao determinar a superioridade do branco (ocidental) em relação ao outro (africano, indígena e asiático). O racismo não pode ser reduzido mecanicamente a um sistema de exploração, da mesma forma que não podemos reduzir a exploração a uma dimensão economicista, apartada da opressão e alienação (BAKAN, 2016). O racismo apresenta-se como uma totalidade parcial fundamental para o colonialismo e para o extermínio de povos do “*novo mundo*”. Através dele, o capitalismo, desde a acumulação primitiva, justificou o domínio e a exploração de povos e de seus territórios. Contemporaneamente, embora o racismo não atue da mesma forma, ainda se porta como uma dimensão estruturante das relações sociais (ALMEIDA, 2018) e constitui-se de diversas formas a depender da sociabilidade e da formação sócio-histórica, ganhando contornos mais visíveis ou velados. Materializa-se por meio da economia, da política e das relações sociais, afetando as subjetividades dos sujeitos de forma negativa, sendo, portanto, um *desvalor*.

O racismo, assim como o sexismo, vincula-se diretamente à condição de alienação da sociedade de classes. Aqui entende-se a alienação em suas quatro fontes: através da “distância da humanidade dos produtos do trabalho humano; do processo de trabalho propriamente dito; de outros seres humanos, onde o antagonismo entre as classes e, isto é importante, intraclases é endêmico; e daquilo que faz os seres humanos únicos, ou o que Marx chamou de “ser genérico”. (BAKAN, 2016, p.55). Dessa forma, a alienação está visceralmente articulada à totalidade social em sua característica endêmica. Particulariza-se como uma forma distinta da exploração no capitalismo, mas está em constante interação com a mesma. “A alienação é

²² “O termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade [...]. Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, cuidado dos idosos e doentes, assim como as questões domésticas e todo caminho até as questões de sexualidade.” (ARRUZZA, 2015, p.55).

expressa na distância entre o significado de “si próprio” e o significado do “outro” (BAKAN, 2016, p.56), sendo imprescindível para o *ethos* individualista burguês. O racismo, ao dividir a humanidade em sua lógica alienadora, contribuiu para particularizar a alienação das sociedades de classe capitalistas. “O racismo oferece uma ideologia organizada, ostensivamente coerente e um sistema institucionalmente forçado de “nós” e “eles”, como forma de possuir um elemento racional” (BAKAN, 2016, p.57), servindo, assim, na conformação da alienação.

Não podemos confundir classe e raça e, tampouco, falar de classe sem raça e de raça sem classe. As dimensões são distintas, compondo esferas indissociáveis de uma unidade que materializa a exploração, a dominação e a opressão da classe trabalhadora que é diversamente plural. Entretanto, percebemos, como dito anteriormente, o abandono crescente e gradual da dimensão da classe social e, por consequência, da perspectiva da tradição marxista, entre os estudos raciais. Nossa hipótese é que isso pode ser reflexo de três movimentos. O primeiro se relaciona à conjuntura que ascendeu após o fim do “socialismo real”, desencadeando no surgimento dos estudos pós-modernos, expressamente antimarxistas, sendo que muitos dos estudos raciais se filiam a essa perspectiva. O segundo pode estar relacionado a adesão ao (neo)conservadorismo e a sua lógica neoliberal, que tem consequências objetivas e subjetivas aos sujeitos, o que pode implicar na perda de maior radicalidade nos estudos e estratégias dos sujeitos coletivos. Esse aspecto está vinculado à lógica da criação de uma elite negra capitalista empreendedora ou empresária – como a que ocorreu no período pós-apartheid na África do Sul – sem questionar as estruturas do sistema capitalista.

O terceiro movimento, mas não menos importante, tem relação com o *negacionismo racista da branquitude*²³ (sobretudo marxista), que atravessou as ações políticas e sociais de muitos movimentos sociais e partidos políticos, ao longo das décadas do século XX no Brasil (e em diversos países que possuem grupos racializados), o que impossibilitou o avanço analítico e estratégico em relação à complexidade das relações raciais²⁴. Esse fenômeno está relacionado, diretamente, com a adesão desses movimentos ao *mito da democracia racial*, desenvolvido através dos estudos de grandes sociólogos, como Gilberto Freyre, condizente não apenas como uma das grandes falácias dos estudos sobre formação sócio-histórica brasileira, mas também

²³ “A noção de privilégio branco, ou supremacia branca, precisa ser considerada historicamente como um aspecto de relações específicas e dinâmicas. A natureza mutável do privilégio não significa que ele é “irreal” ou puramente efêmero para as estruturas sociais de exploração. Enquanto os privilégios da classe opressora estão estruturados no processo de acumulação e reforçados pela alienação e opressão, os privilégios relativos dispensados para setores das classes oprimidas são contingentes”. (BAKAN, 2016, p. 67).

²⁴ Concordamos, nesse sentido, com Abigail B. Bakan (2016, p.49): “Uma leitura economicista da teoria marxista, que reduz todo sofrimento humano a um tipo específico de diferença baseado em relações sociais definidas por processos de exploração, realmente parece minimizar ou marginalizar a aplicabilidade de uma estrutura de análise marxista.”

como um mecanismo ideológico racista funcional ao modelo de “democracia restrita”, no qual a apartação social, política e econômica impede a participação de grande parte da população brasileira, sobretudo a racializada.

Clóvis Moura, por exemplo, é um grande expoente dessa resistência junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o qual abandonou posteriormente. Infelizmente, ainda hoje esse *negacionismo racista da branquitude* está presente em alguns espectros da esquerda, embora seja cada vez menos expressivo. Esse fato histórico fez com que muitos/as intelectuais e movimentos negros se afastassem da teoria revolucionária marxista, abandonando a diversidade de conhecimento acumulado neste campo teórico. A apreensão das classes sociais sem diversidade não foi apenas reproduzida no dogmatismo marxista de caráter economicista, mas também constitutiva da apreensão do sujeito na filosofia clássica e moderna, desencadeada nas ramificações das linhas de produção de conhecimento do período iluminista até a contemporaneidade, por isso a resistência entre os estudos decoloniais às teorias produzidas na Europa deve ser contextualizada. Algumas dessas posturas acabam, equivocadamente, considerando Karl Marx como um autor eurocêntrico pelo fato de ter sido europeu, expressando uma confusão entre o significado do que é eurocêntrico e do que é produzido na Europa²⁵, o que alimenta uma postura de ódio contra autores como Marx, que criticou²⁶ de forma eloquente²⁷, sobretudo na fase final de sua vida, o colonialismo/eurocentrismo, a partir de estudos de sociedades pré-capitalistas²⁸.

Além desse argumento, muitos dizem que Marx não se deteve à questão da opressão, o que é uma inverdade. Assim como Bakan (2016, p.61) destaca, “essa estrutura de análise não foi produzida em um único trabalho, mas é exemplificada em vários escritos históricos e analíticos abordando a escravidão nos Estados Unidos, a questão irlandesa, a questão judaica, mulheres e a família, as questões como pobreza e o suicídio (MARX, 1972; ANDERSON, 1999; BAKAN, 2004)”. Nessa abordagem, a opressão particulariza-se a partir de elementos ideológicos e materiais. Em tais produções marxistas, localizamos sua preocupação em definir a “opressão de classes” e as “opressões específicas”. No primeiro caso, opressão de classe é a

²⁵ Recomendamos o vídeo de Jones Manoel “O marxismo é eurocêntrico?”. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_8glCatZGCU >. Acesso em 06.jul.2020

²⁶ MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

²⁷ Para saber mais, recomendamos a leitura do livro de Kevin Anderson: *Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais*. Boitempo Editorial, 2019.

²⁸ Outro livro que realiza um apanhado interessantíssimo sobre a apropriação da teoria marxista na luta socialista da África, organizado por Jones Manoel e Gabriel Landi, publicado em 2020 é *Revolução Africana: Uma Antologia do Pensamento Marxista*. Neste livro há artigos de Frantz Fanon, Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Samora Machel, Agostinho Neto, Thomas Sankara e Samir Amin.

forma vivida da experiência da classe explorada (empregados e desempregados) e, no segundo caso, é uma opressão que divide

[...] a classe trabalhadora ou qualquer outra classe oprimida contra ela mesma e por sua vez obscurece as diferenças de classe ao criar novas linhas de demarcação que são usadas como formas de subordinação. A opressão específica é particularmente necessária onde há um fio de unidade entre as classes oprimidas contra o bloco hegemônico. A opressão específica força um sentimento de competição entre os trabalhadores e dessa maneira enfraquece sua habilidade coletiva de resistir. (BAKAN, 2016, p.62).

Portanto, a opressão de classe não é unidimensional. “Aquilo que há em comum na experiência como uma classe é contraposto pela diferenciação imposta pela opressão específica, onde grupos definidos dentro e através das classes, identificados por características determinadas, são sujeitos a práticas discriminatórias específicas.” (BAKAN, 2016, p.64). É neste campo de mediações que podemos localizar o racismo, o sexismo e outras formas específicas de discriminação, que diante da generalização da alienação constitutiva da totalidade social, os sujeitos tendem, em suas relações sociais cotidianas, a reproduzi-las enquanto práticas opressivas²⁹.

Nessa lógica de tomar o racismo como um mecanismo importante para o desenvolvimento capitalista, vários/as autores/as negros/as fazem questão de se apoiar no método marxista para apreenderem a realidade social, utilizando-se de categorias chaves desenvolvidas pela literatura marxiana. Para Silvio Almeida (2019), por exemplo, “as mudanças na produção ocasionadas pelas crises econômicas se vinculam às diferentes formas com que o racismo historicamente se manifesta” (ALMEIDA, 2019, p.127). A raça, por fazer parte de uma das formas de dominação do sistema capitalista, ressignificada no processo de reestruturação produtiva, atravessa a reconstituição da própria classe trabalhadora. Para o autor, existe uma articulação entre as crises do capitalismo e o racismo, presentes nas três grandes crises cíclicas do capital.

²⁹ “Em uma carta escrita em 9 de abril de 1870, com relação às relações da opressão irlandesa pelo capitalismo britânico, Marx resume como a opressão, aqui a opressão racista em particular, combinada com o nacionalismo, opera dentro do sistema capitalista. Todo centro industrial e comercial na Inglaterra possui uma classe trabalhadora *dividida* em dois campos hostis, proletários Ingleses e proletários irlandeses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um competidor que reduz o seu nível de vida. Em relação ao trabalhador irlandês, ele se sente um membro da nação *dominante* e então se torna uma ferramenta dos aristocratas e capitalistas de seu país *contra a Irlanda*, dessa forma fortalecendo sua dominação *sobre ele próprio*. Ele nutre preconceitos religiosos, sociais e nacionais contra o trabalhador irlandês. (...) Esse antagonismo é mantido vivo e intensificado artificialmente pela imprensa, pelos pregadores, pelos quadrinhos, resumidamente, por todos os meios à disposição das classes dominantes. Esse *antagonismo* é o *segredo da impotência da classe trabalhadora inglesa*, apesar da sua organização. É o segredo através do qual o capitalista mantém o seu poder. E aquela classe tem completa noção disso. (MARX, 1975).” (BAKAN, 2016, p.66).

Na primeira, ainda no final do século XIX, houve o rearranjo político e econômico internacional, ao materializar o imperialismo/colonialismo, cujo ápice foi o tratado de Berlim, que repartiu o África entre os países europeus. O racismo científico sustentou essa repartição ao categorizar as pessoas racializadas enquanto inferiores, sendo a primeira grande Guerra Mundial (1914-1918) o estopim da crise. A segunda crise (1929) e terceira (1970, com níveis mais drásticos em 2008/2009) manusearam o racismo ao seu favor; primeiro, ao não integrar a população negra ao *Welfare State*, reservando a esta população um local na divisão racial do trabalho e na desproteção social. Depois, no período de economia pós-fordista e diante da crise do consumo do neoliberalismo, a população negra passou a compor o contingente da descartabilidade, mas não apenas, impactada pelo Estado de duas maneiras: através do encarceramento em massa e do genocídio/exterminio da população negra – o que Achille Mbembe (2020) categorizou de *necropolítica* (a gestão da vida através da morte).

Essa descartabilidade opera em sentido contraditório, pois não se dá apenas pela simples eliminação desses sujeitos como “sujeitos matáveis”, mas também na articulação da sofisticada engrenagem de controle, docilização e precarização de vidas que atendem aos interesses ideológicos e materiais. Portanto, o racismo no capitalismo também é uma forma de controle social constitutivo da seletividade do encarceramento em massa, que se apresenta enquanto estratégia de punição e controle (WACQUANT, 2003; 2008) de pessoas pobres e negras. Neste sentido, “o racismo, como uma forma de codificação e, nos termos de Gramsci, de “atribuir sentido” à alienação toma formas variadas e diversas em momentos específicos da acumulação capitalista, ainda mais na ocupação colonial e imperialista.” (BAKAN, 2016, p.60).

No nível da aparência, a relação entre a necessidade de novos/as trabalhadores/as, viabilizada pela reprodução social das mulheres e o genocídio/encarceramento seletivo de pessoas negras expressa-se como um paradoxo. Entretanto, se verificarmos com mais profundidade a relação entre a necessidade de força de trabalho e a precarização/ controle/ genocídio de grupos subalternizados, localizamos um campo complexo de mediação em que operam determinantes ideológicos que amalgamam as relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo. Nesse campo de mediações, encontramos também as pessoas transexuais e travestis, que são também as maiores vítimas de uma “descartabilidade” que satura de sentido a permissibilidade humana (condizente com as normatizações). Desse modo, esse conjunto de totalidades parciais fornecem uma orientação de manutenção do *status quo*, no qual predomina a afirmação do trabalhador branco, cisheterossexual, pai de família etc., garantindo o padrão capitalista de reprodução de relações sociais.

No Brasil, podemos constatar dimensões dessa realidade ao analisar os dados dos assassinatos de pessoas trans e travestis, que, em 2020, teve um aumento de 41%, em relação a 2019³⁰ e também os dados do genocídio e encarceramento da população negra. Como afirmamos, esses dados apresentam a aparência dos fenômenos sociais e cabe a nós, intelectuais e ativistas, desvendá-los, ao articular a análise metodológica e científica à realidade “(...) aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas (...)” (MARX, 2008, p.1080).

Os homens jovens negros, no Brasil, são as principais vítimas da violência sistêmica, que concretiza o genocídio e extermínio da população negra, sendo os 79% dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem assassinados. De cada 100 pessoas assassinadas, em 2017, 71 eram negras (IPEA, 2017). Esses homens negros também compõem a maior parte do contingente carcerário (61,7%), que hoje é o terceiro maior do mundo, somando quase 800 mil presos (INFOPEN, 2020). Em relação às mulheres, o Brasil é o quarto país do mundo com maior número de mulheres presas, ultrapassando 40 mil. Esse número sofreu exponencial mudança após a alteração da Lei de Drogas, em 2006, em que pessoas com quantidades pequenas de drogas passaram a responder por crimes de tráfico qualificado como hediondo, impactando quantitativamente o número de mulheres encarceradas, hoje a causa de mais de 60% de encarceramento³¹.

Nesse sentido, concordamos que a dinâmica das relações racializadas e classistas esteja amalgamada, de modo que as pessoas brancas recebam os “dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas” (GONZALEZ, 1979, p. 9-10)³². Assim como Abigail B. Bakan (2016, p.57) destaca, “o racismo pode enevoar uma forma de diferença,

³⁰ “Assassinatos de pessoas trans aumentaram 41% em 2020. Relatório da Antra mostra que 175 mulheres trans foram assassinadas ano passado; 78% das vítimas fatais eram negras.” Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/29/assassinatos-de-pessoas-trans-aumentaram-41-em-2020> >. Acesso em 2.jul.2021.

³¹ “Brasil é o 4º país com mais mulheres presas no mundo”. Disponível em < https://www.conectas.org/noticias/brasil-e-o-4o-pais-com-mais-mulheres-presas-no-mundo/?gclid=Cj0KCQjw8vqGBhC_ARIsADMSd1C06sWIh_bOBr9qhKaXkHVVGef73nE-CDQugIukOaEPCSSIPiSmStcaAo8QEALw_wcB > Acesso em 08.jul.2020.

³² Soma-se a isso a compreensão da opressão que “(...) também opera com a alienação, frequentemente como a expressão concreta de qualquer forma dada de alienação em um momento específico. No entanto, quando a opressão ocorre, somente os dominados são oprimidos; o opressor não sofre da mesma forma que o oprimido e pode se beneficiar de várias formas do ato de oprimir o “outro”. Mas, novamente, a natureza do “benefício” precisa ser estudada historicamente. Pode aparentar ser um benefício, um aspecto da reificação das relações humanas, mas na verdade esconder um déficit ou perda material. Tanto o opressor quanto o oprimido sofrem alienação, mas a condição de opressão garante que eles não experimentem sua alienação como uma condição humana comum. Pelo contrário, a experiência de alienação do opressor e a alienação do oprimido é reforçada, codificada, dada a aparência de “racional” e reificada, como se constituísse uma condição permanente de separação e distância.” (BAKAN, 2016, p.70).

a diferença de classe, ao mesmo tempo em que cultiva diferenças que isolam indivíduos de aliados potenciais dentro das mesmas classes.”. Todas essas relações complexificam a análise acerca da exploração e da opressão no capitalismo, que, assim como foi aqui exposto, não devem ser apartadas da totalidade social e sim particularizadas em suas dinâmicas de interação e envolvimento.

Contemporaneamente, o racismo ainda se expressa como uma forma constante de rebaixamento dos salários da classe trabalhadora, ao reservar à população negra o desemprego, a desocupação e o trabalho informal desprotegido³³. O modo de produção capitalista consegue combinar perfeitamente trabalhos protegidos e melhor remunerados à existência de trabalhos que se realizam, ainda hoje, em condições análogas à escravidão e, nesses casos, conseguimos localizar a operacionalidade do racismo com mais precisão. Portanto, não podemos apreender a dinâmica do racismo estrutural sem nos atentar a dinâmica classista e vice-versa.

Devido ao fato de o capitalismo não poder prescindir do racismo e o cisheteropatriarcalismo, as mulheres negras são as mais afetadas econômica e politicamente, sendo as mais exploradas e as que pagam, proporcionalmente, mais impostos. Afinal, por receberem menos da metade (44,4%) do salário de um homem branco³⁴ e destinarem o salário quase que integralmente à compra de mercadorias para suprir necessidades básicas, são mais afetadas pela tributação direta sobre o consumo. O fator econômico atravessa outros componentes, como a moradia. As mulheres e famílias negras são mais propensas a viver em periferias e favelas, que por sua vez, são mais impactadas pela violência entre os próprios indivíduos e a violência estatal. Não coincidentemente, são as que mais sofrem violências institucionais, como a violência obstétrica. As que mais morrem em decorrência do aborto ilegal e inseguro. As maiores vítimas da violência doméstica e, em decorrência disso, do feminicídio, demonstrando que a desigualdade social possui gênero e raça.

O racismo ambiental, que está por trás do fato de as mulheres negras serem as mais afetadas pela tríplice epidemia de dengue, zika e chikungunya que ocorreu nos verões passados no Brasil, demonstra o quão afetado é esse segmento da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que é o mais dependente das políticas sociais que podem, em alguma medida, diminuir os

³³ “Pretos e pardos que compõem a população negra do país são maioria entre trabalhadores desocupados (64,2%) ou subutilizados (66,1%), segundo informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” (2019). Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/negros-sao-maioria-entre-desocupados-e-trabalhadores-informais-no-pais>>. Acesso em 08.jul.2020.

³⁴ Na reportagem *Mulheres negras recebem menos da metade do salário dos homens brancos no Brasil*. “Negras ganham menos que homens negros, que são mais mal remunerados que mulheres brancas, aponta pesquisa do IBGE, que destaca que homens brancos ocupam o topo da escala de salários do país. Pretos e pardos são dois terços dos desempregados”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/politica/1573581512_623918.html>. Acesso 16.set.2021.

prejuízos e injustiças sociais que este segmento sofre em comparação ao restante da população. Não nos esqueçamos que na atual pandemia de COVID-19, a primeira morte ocorrida no Brasil foi de uma empregada doméstica negra, contaminada pelos seus patrões que viviam num luxuoso apartamento no Leblon, no Rio de Janeiro. As mulheres negras são, ainda, mais dependentes dos serviços públicos de saúde e assistência e, por isso, mais atingidas diretamente pela ausência/omissão do Estado e pelo desmantelamento das políticas de proteção social.

Assim, fica evidente que existem dois níveis no entendimento do racismo, dialeticamente articulados. O primeiro está nas relações sociais do cotidiano, ao localizarmos o racismo e o cisheteropatriarcado “na prática”. O segundo diz respeito à análise desses fenômenos, dessas ideologias e aos seus desenvolvimentos históricos, a partir de determinações econômicas, sociais, políticas e culturais que imputam uma nova reorganização no nível do cotidiano. Portanto, não temos a pretensão de apenas descrever a aparência do racismo ou do cisheteropatriarcado no âmbito das relações sociais capitalistas, sobretudo do trabalho reprodutivo e, tampouco, se assentar exclusivamente no nível das abstrações teóricas. Ao nos fundamentarmos teórico-metodologicamente no materialismo histórico-dialético, partiremos do concreto como síntese de múltiplas determinações, nos elevaremos ao abstrato para categorizarmos a realidade complexa e voltaremos ao concreto como concreto-pensado (MARX, 2008). Isto não impossibilita a interlocução com outros estudos críticos de campos teóricos diversos, pois, como afirmado, nos vinculamos ao pluralismo como uma ferramenta imprescindível para o desenvolvimento crítico da ciência e da política.

Por fim, gostaríamos de destacar que após refletirmos sobre qual caminho metodológico desenvolvido no interior dos feminismos poderia ser mais apropriado para este estudo, designamos o campo da Teoria da Reprodução Social como a orientação analítica que atravessará toda a pesquisa. Embora saibamos da importância da teoria das feministas francófonas no Serviço Social, identificamos alguns limites nos fundamentos desta perspectiva analítica, que serão apresentados ao longo desta pesquisa. Não pretendemos esgotar, nesse momento, esse debate, mas apenas indicar que existem muitas perspectivas construídas ao longo das últimas décadas que tentam apreender a totalidade social constituída por contradições classistas, racistas e sexistas. Diversas teorias feministas, sejam elas marxistas, interseccionais, socialistas ou materialistas, desenvolveram pesquisas comprometidas e, por isso, merecem ser resgatadas, analisadas e superadas em seus limites.

1.4 O ponto de vista marxista

Sabemos que o método desenvolvido por Marx é a síntese de um processo filosófico-econômico-político fomentando historicamente por uma série de intelectuais e sujeitos políticos. O marxismo inova ao promover uma crítica à dialética idealista de Hegel, ao passo que realiza uma crítica ao materialismo vulgar de Feuerbach e à economia política de Adam Smith e David Ricardo. Nesse sentido, o marxismo possui três dimensões que formam uma unidade: a lógica do método dialético³⁵, o materialismo revolucionário e a crítica à economia política (teoria valor-trabalho de Marx)³⁶. Nesse movimento, o materialismo histórico dialético retoma a perspectiva ontológica (de *traduzir* a realidade) - primazia dos estudos da ontologia clássica no período greco-romano - ao mesmo tempo em que a supera, reivindicando uma ontologia materialista (TONET, 2013). Não é reduzido ao ponto de vista gnosiológico³⁷, em que o sujeito tem centralidade no processo epistemológico de teorizar (*construir*) o que é o conhecimento, apegando-se às possibilidades e aos limites do próprio conhecimento – perspectiva esta que vai influenciar a emergência das Ciências Sociais. Diferentemente, o método marxiano é ontológico: uma *teoria social histórico-ontológica* (YAMAMOTO, 2016)³⁸.

Uma das grandes diferenças entre o conhecimento gnosiológico e ontológico, é que no primeiro caso, o sujeito (razão) está no centro. O ponto de vista ontológico, diferentemente, pretende captar as determinações gerais e essenciais do ser (geral ou particular). Na perspectiva ontológica pretende-se ir além do empírico e do “essencialismo”. Portanto,

(a)inda independente de ser uma ontologia de caráter metafísico ou histórico-social, o ponto de vista ontológico implica a *subordinação do sujeito ao objeto*, vale dizer que, no processo de conhecimento, o elemento central é o objeto. Neste sentido, não

³⁵ De acordo com Jane Prates (2012, p.118) “A perspectiva dialética consiste, antes de tudo, em ver a vida como movimento permanente, como processo e provisoriedade, o que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais, de modo a superar uma visão estagnada de estados na medida em que se reconhece o movimento, o devir, que será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso [...]”.

³⁶ Concordamos com Yamamoto (2016, p.28) que “(...) podemos entender que a teoria social marxiana está fundada em três pilares: o *método dialético* – ou seja, o entendimento de que o ser social é processualidade, é autoestruturado e dinamizado pelos vetores críticos de suas contradições internas; a *teoria do valor-trabalho* (resultado de suas investigações, de sua análise do real); e pela *perspectiva da revolução*.”

³⁷ O criticismo de Immanuel Kant tem grande importância nesse processo, pois supera, em muitas medidas, os limites dos racionalistas (que acreditavam que a realidade empírica confundia a razão) e dos empiricistas (que acreditavam que a razão falseava a realidade empírica). É o filósofo que realiza a “Revolução Copernicana” ao alterar o centro da produção do conhecimento do objeto para o sujeito, propondo o auto exame da razão.

³⁸ De acordo com Oswaldo H. Yamamoto (2016, p.29-30) “Quando afirmamos que a orientação marxiana não é epistemológica – mas ontológica – não estamos dizendo que Marx não tenha desenvolvido ou utilizado estratégias específicas de investigação para o estudo do seu objeto, nem que não haja em seus escritos reflexões sobre o processo de construção de conhecimento. Há, mas sempre vinculado a um processo concreto de conhecimento do objeto. Nesse sentido, é mais adequado que nos refiramos ao modo de operar de Marx como uma orientação teórico-metodológica.”.

cabe ao sujeito criar – teoricamente – o objeto, mas *traduzir*, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto. (TONET, 2003, p.14, grifo nosso).

Nesse sentido, é primordial compreendermos que todo tipo de conhecimento está a serviço de algum interesse, dessa forma, não existe neutralidade científica nas ciências humanas, tampouco nas ciências naturais. Existem diferenças substanciais (entre essas ciências) que impedem que a análise de fenômenos sociais na sociedade, permanentemente em movimento, seja neutra. Tendo em vista que o conhecimento é imediato ou mediamente um instrumento para a intervenção social, o processo de produção de conhecimento desvela os interesses sociais intrínsecos a própria construção da cientificidade.

A reflexão sobre o conhecimento, no que hoje conhecemos como Europa, só foi possível depois que mudamos para as sociedades classistas. Com a existência do excedente, possibilitou-se que certos seres humanos pudessem disponibilizar mais tempo para outras atividades além do trabalho, desenvolvendo as artes, a filosofia, as ciências e outras modalidades de saberes e conhecimentos, já que o trabalho passou a ser realizado prioritariamente por outros seres humanos, notadamente as pessoas escravizadas, os prisioneiros e as mulheres. Evidentemente que esse processo está permeado de contradições, pois ao dispormos de sociedades com classes sociais antagônicas, a classe dominante passou a produzir saberes e conhecimentos que situavam o seu *ponto de vista* como o único ponto de vista possível.

[...] a conquista e a manutenção do domínio de uma classe sobre outras exige que a classe que quer dominar lance mão não apenas de forças materiais, mas também de forças não materiais (ideias e valores). E, para isso, ela deve dar origem a determinada concepção de mundo que fundamente o seu domínio. Deste modo, conhecer e explicar o mundo de determinada forma são condições imprescindíveis para que uma classe conquiste e mantenha o seu domínio sobre outras. (TONET, 2003, p.17).

Desta mesma maneira, opera-se a lógica de criação do racismo científico. Afinal, era necessário garantir uma cientificidade para uma invenção ideológica humana que tinha como propósito a dominação de povos originários para a acumulação capitalista. Nesse sentido, o “racismo emergiu como uma forma de sistematizar a alienação e como um componente central da expansão capitalista, como parte de um processo histórico único.” (BAKAN, 2016, p.58). Portanto, historicamente, cada período construiu a sua “razão”, determinada socialmente por condições históricas. As razões são alteradas ao longo do desenvolvimento histórico. Ao apreender a relação entre objetividade (mundo) e subjetividade (razão), evitamos a obviedade. Dessa maneira, todos os pontos de vista de produção do conhecimento perpassam por períodos

históricos específicos, sob condições determinadas socialmente e possuem, para além de tudo, uma função histórica³⁹.

Logo, o ponto de vista ontológico se debruça sobre o ser situado no mundo concreto, buscando a partir da tradução deste real captar a totalidade e a essência das coisas e do próprio ser. Já o ponto de vista epistemológico, por outro lado, tem como ponto de partida o sujeito, que assim se detém ele mesmo, independentemente da realidade onde está situado a produzir e teorizar sobre o que é conhecimento, destacando as possibilidades, os limites do conhecimento e da capacidade humana gnosiológica em conhecer. Porém, como a partir do ponto de vista ontológico “a **razão** do mundo é a razão do **mundo**” (TONET, 2013), sabemos que não é a consciência que determina o ser social, mas sim o ser social que determina a consciência. Ou seja, é a história socialmente construída que determinará, em última instância, o ser social⁴⁰. Esse pressuposto ontológico nos ajuda a ultrapassar a produção de conhecimento epistemológica e alcançar a essência dos fenômenos sociais garantindo a *rigoriedade histórica*, a *fidelidade ao objeto pesquisado* e a *reprodução do movimento do real* - ideal, no nível das ideias (YAMAMOTO, 2016).

Ao levarmos em conta os modos de produção escravista e feudal identificamos que a forma de produzir a riqueza estava centrada no valor de uso e não no valor de troca. A primazia da produção era para o consumo imediato, sem passar pela comercialização, necessariamente. No escravagismo grego, o que se produzia era consumido pelas pessoas escravizadas e pelos cidadãos livres. Assim, havia pouco desenvolvimento tecnológico na produção de bens e pouco interesse da classe dominante em incrementar esses meios de produção, devido também à forte divisão social do trabalho: os homens livres (cidadãos) realizavam o “trabalho mental” (imaterial e improdutivo) e o restante da sociedade trabalhava (produzia a riqueza para todos/as). O formato dessas relações sociais fazia com que a produção de conhecimento estivesse concentrada no desenvolvimento ético-político: buscava-se estabelecer regras para a organização política da *pólis*. Por isso, ainda hoje, há um reconhecimento considerável acerca do processo civilizatório grego, no sentido dos valores individuais e sociais, e a sua democracia. Devido a esse interesse ético-político de produção de conhecimento, o conhecimento da

³⁹ Temos como dado a atribuição da ciência enquanto estatuto científico apenas depois do século XVI, ou seja, a ciência moderna é tida como sinônimo de ciência. Esse pensamento reafirma a ideia de que antes do século XVI não produzíamos conhecimento de verdade, apenas tínhamos algumas especulações que não correspondiam a ciência propriamente dita. Nós não concordamos com essa perspectiva e, por isso, valorizamos o conhecimento filosófico, não apenas europeu, mas de diversos povos e etnias que foram colonizadas.

⁴⁰ “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (MARX, 2016, p.25).

natureza era muito marginal, devido a inexistência do interesse da elite em conhecer a fundo essa dimensão (TONET, 2013).

Nesse período, a noção de formas de sociabilidade era imutável - geralmente, os sujeitos nasciam e morriam na mesma classe - e a concepção de mundo, finita. A concepção aristotélica do mais para o menos denso (o espírito e a matéria), dividia o mundo em duas partes. O ser humano era apreendido como um animal racional e a racionalidade é o espírito. Para os gregos e os medievais era necessário compreender a ordem universal para compreender onde se situava o *homem* nessa ordem. A partir dessas concepções, o conhecimento era ético-político no período greco-romano e ético-político-religioso, no período medieval (TONET, 2013). O conhecimento não era para a intervenção da natureza, mas sim para a organização societária.

Na produção de conhecimento grego havia a pretensão de compreender o que era a realidade (ser social) e o que era o essencial nessa realidade. Os elementos empíricos não tinham muita importância, pois correspondiam apenas à aparência dos fenômenos. A verdade estaria no ser, escondida pela aparência. A essência estava pronta, acabada e imutável. A verdade seria, assim, o que está por trás dos véus que escondem a essência. Como a realidade é muito dinâmica, era necessário captar o que estava para além desse dinamismo e dessa superficialidade. A primeira questão a ser respondida, nessa perspectiva de *tradução* de conhecimento, seria o que é a realidade? Depois: quais são as regras para se conhecer a realidade?

No período moderno muda-se substancialmente a forma de apreensão da realidade e da produção de conhecimento. Temos a alteração do modo de produção que, depois de séculos de profundas mudanças, passa para um regime em que predomina o valor de troca em detrimento do valor de uso. As coisas não são produzidas para serem consumidas imediatamente, mas sim para serem comercializadas. A centralidade da mercantilização é levada às últimas consequências, por isso, se olharmos agora para tudo ao nosso redor dificilmente encontraremos algo que não seja mercadoria.

Como o modo de produção capitalista é fundamentado na produção e comercialização de mercadorias, altera-se substancialmente a totalidade da vida social e, conseqüentemente, a forma de produção de conhecimento. Agora é necessário conhecer a natureza de uma forma íntima e exata. É necessário que se conheça para intervir, conhecer para dominar e, com isso, gerar mais riqueza. O processo de edificação do capitalismo foi lento, profundo e violento. Nessa complexa sociedade de classes, a força de trabalho foi transformada em mercadoria a ser vendida pelos homens e mulheres de forma “livre”, inaugurando-se uma nova forma do direito: os trabalhadores possuem o direito de lutar por melhores condições de trabalho, assim como os

empregadores possuem o direito de querer explorar mais. Essa lógica está calcada na compreensão de que os trabalhadores e os capitalistas são iguais (em direitos abstratos), são livres (para vender/comprar a força de trabalho) e são proprietários (do capital e da força de trabalho).

Nesse modelo de sociedade há o predomínio do indivíduo, em detrimento do social e do coletivo. Impera a lógica hobbesiana da sociedade de todos contra todos. O sujeito vira o centro de onde gira todo o resto da sociedade. Antes, o indivíduo era membro da comunidade; na sociedade moderna o indivíduo é a centralidade, embora necessite da comunidade. O jusnaturalismo contratualista enfatiza que os indivíduos são iguais, mas são egoístas por natureza (exceto na perspectiva rousseauiana). Todos os seres humanos possuem racionalidade, liberdade, igualdade e o egoísmo natural. O que importa é a satisfação dos interesses individuais, tanto que, na economia clássica liberal, acreditava-se que se todos satisfizessem as suas necessidades, o mercado se autorregularia naturalmente.

Entretanto, nesse período moderno, em que são criadas novas formas de conhecimento, da qual o Iluminismo é legatário, emerge uma série de autores comprometidos com o ponto de vista crítico e revolucionário. Karl Marx é o principal deles, ao fundar uma nova filosofia e ciência (TONET, 2013; YAMAMOTO, 2016). Marx passou por diversas fases ao longo de sua vida. Foi um socialdemocrata, em sua juventude e, mais tarde, um revolucionário comunista. Este posicionamento político interfere também na forma de apreensão da realidade e produção teórica. Iniciou a sua produção teórica com debates circunscritos ao direito e à filosofia e, na sua “fase madura”, realizou uma interlocução mais direta com a economia política. Na economia, inovou ao categorizar a força de trabalho⁴¹ como mercadoria, fundamentando a sua teoria valor-trabalho. Marx rompe com a economia clássica ao contrariar Adam Smith e David Ricardo, propondo um novo critério de realismo econômico, que tem como pressuposto o fato de os indivíduos serem socialmente determinados e as “leis econômicas” serem leis históricas, devido à compreensão de que cada período histórico se rege por suas próprias leis. Ao distinguir *produção em geral, os ramos da produção e a totalidade da produção*, Marx supera a lógica simplista da economia clássica⁴².

⁴¹ A força de trabalho, no sentido de Marx, é a capacidade de trabalho. Marx explica, “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.” (MARX, 2017, p.242).

⁴² Na produção, “[...] os membros da sociedade apropriam-se dos produtos da natureza para as necessidades humanas; a distribuição determina a proporção em que o indivíduo participa dessa produção; a troca fornece-lhe os produtos particulares nos quais quer converter o quantum que lhe corresponderá pela distribuição; finalmente, no consumo, os produtos convertem-se em objetos de gozo, de apropriação individual. A produção dá os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição, os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo

Marx dialogou com a produção de seu tempo, realizou várias críticas e foi criticado por muitos autores. Desnaturalizou a propriedade privada, em sua crítica ao kantiano Proudhon, e reinventou a lógica hegeliana. Seu método materialista histórico consubstanciou o método naturalista (o que é comum nas coisas) ao método histórico (captar as coisas em sua singularidade), assumindo quatro noções básicas: a *noção de validade das leis*, na qual há a compreensão de que “as leis econômicas e sociais só são válidas para determinadas formas sociais e durante um período determinado de seu desenvolvimento” (FLORESTAN, 2008, p.25); a *noção de determinismo*, na qual existe “autonomia” ou autodeterminação dos sujeitos, mas elas serão condicionadas aos determinantes históricos e sociais de cada período histórico; a *noção de interdependência dos fatos sociais*, na qual existe uma totalidade social, complexo de complexos, articulados de forma contraditória, e que, portanto, fragmentar ou recortar a realidade é ato que incorre em equívocos⁴³ e; a *noção da existência de fatores dominantes*, na qual as relações recíprocas são determinadas, mas alguns fatores determinam mais do que outros (FERNANDES, 2008).

Marx desenvolve uma lógica em que o *método analítico* e o *método sintético* possam caminhar juntos. O primeiro busca realizar simplificações e desenvolver um sistema de conceitos para explicar a realidade (como os contratualistas fizeram). O segundo apreende o concreto enquanto tal, por ser a síntese de múltiplas determinações, concreto como unidade no diverso. Marx consubstancia os dois métodos: parte do concreto, como síntese de múltiplas determinações, realiza o processo analítico de abstração e retorna ao concreto como concreto pensado. Esse é o método materialista histórico dialético: materialista, porque parte do concreto; histórico, porque compreende que o concreto é determinado social e historicamente, e; dialético, porque busca apreender os movimentos contraditórios que se apresentam como negações e superações lógicas, fundando uma lógica própria. Assim, os fenômenos sociais, como processos sociais, são produtos e motivos da atividade humana, ao mesmo tempo, apreendidos de duas maneiras. Inicialmente, esses fenômenos estão sujeitos “a determinadas condições, criadas pelo próprio viver em comum, que [os] tornam compreensí[veis] e lhe dão um sentido característico” (FERNANDES, 2008, p.40). Posteriormente, “os fenômenos sociais, por serem humanos, escapam ao mecanismo rígido das ciências naturais” (idem).

o que já está distribuído segundo a necessidade individual; e, finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual e satisfazendo-a com o desfrute.” (MARX, 2015, p. 61).

⁴³ A perspectiva da totalidade assume que “[...] não é que a produção, a distribuição, a troca, o consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças numa unidade” (MARX *apud* FERNANDES, 2008, p.25).

Nessa perspectiva, defendemos que o método e a teoria social de Marx não podem ser apartados, pois essa teoria se relaciona com a possibilidade de consciência e apreensão do MPC com um propósito explícito: transformar a sociedade. Embora não tenhamos livros específicos sobre o método de Marx, como *As Regras do Método Sociológico* (1895) de Durkheim ou *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* de Weber (1922), existem algumas passagens em que Marx desenvolve características específicas de seu método, como o posfácio de *O Capital* (1873) e o prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859).

Para Marx, a teoria é a reprodução ideal do movimento real do objeto. Ideal como a reprodução no pensamento. Não existe uma lógica ou um método exaustivamente desenhado por Marx, mas a própria lógica do Capital. Podemos afirmar que *O Capital* é a materialização do método materialista histórico dialético, desenhado na própria lógica das contradições das relações sociais no capitalismo. Portanto, o método surge como resultado da análise e não como um pensamento sistematicamente organizado que irá analisar a realidade a partir de regras pré-existentes, o que diferencia Marx dos outros “clássicos da sociologia”.

As formulações de Marx são rigorosamente históricas, nas quais há a fidelidade ao objeto investigado (prioridade ontológica do objeto). Busca-se reproduzir com a máxima fidelidade o movimento real do objeto: a reprodução (ideal, no nível do pensamento) do movimento real e não a produção do real (YAMAMOTO, 2016). A centralidade é dada pelo objeto que terá no sujeito a preocupação em apreender o seu movimento real, mesmo que de forma ideal (através dos pensamentos). O ponto de partida é o concreto: a expressão empírica do real. O empírico, ao mesmo tempo que revela, oculta. Parte-se do concreto (em sua exterioridade/aparência) e, necessariamente, precisa-se ultrapassar o fenomênico para apreender a essência do objeto – assim, nega-se a aparência e isso ocorre por meio da abstração. Por meio da abstração, podemos superar a imediatez “elevando-se do abstrato (a aparência fenomênica) ao concreto (a sua essência, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto).” (YAMAMOTO, 2016, 32). Assim,

[o] método, o processo de construção do conhecimento, consiste em elevar-se do abstrato ao concreto – “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1859/1978, p. 116), a maneira para se apropriar do concreto, reproduzindo-o como concreto pensado. Nos termos de Marx, depois de alcançar as determinações mais simples, é necessário fazer “a viagem de modo inverso”, a “viagem de volta”, meio pelo qual aquele ponto de partida não é mais o aparente, mas uma rica totalidade de determinações e relações diversas (MARX, 1859/1978, p. 116). (YAMAMOTO, 2016, p.33).

Por meio dessa abordagem metodológica, apreendemos que a realidade é processualidade, ou seja, é movimento. “E a estrutura da realidade é a totalidade concreta, um complexo de totalidades.” (YAMAMOTO, 2016, p.33). Então, o marxismo para manter-se vivo precisa, necessariamente, ser revisado e desenvolvido em suas potencialidades. A lógica metodológica dada por Marx, séculos passados, faz com que hoje tenhamos a capacidade de analisar os fenômenos da sociedade burguesa em suas profundas contradições que negam e ocultam a realidade.

A sociedade capitalista é movida pelas contradições geradas por um processo interrupto de acumulação, cujo movimento caracteriza-se por um “vir a ser”. A lei de movimento interno da sociedade é de contra tendências engendradas por diversas negações. Num apanhado conceitual-categórico, desenhado em *O Capital*, no qual Marx analisa a força de trabalho, o capital constante, o capital variável, o trabalho necessário e excedente, a mais-valia, o valor (de uso, troca, magnitude de valor, forma valor) etc., evidencia-se que as crises são características inevitáveis do próprio sistema. É a própria materialização de que quanto mais o capitalismo se moderniza, mais ele sufoca a si mesmo. A sociedade capitalista, por estar fundada na força de trabalho humana como a única forma que o capital tem de se valorizar, é extremamente suscetível à *vontade do povo*, que, a depender das condições, pode colapsar o sistema por meio de greves e revoluções. A força de trabalho é parte da explicação de como o sistema se move, mas também de como o sistema pode ser liquidado. Sem força de trabalho não existe o processo de valorização do capital. Esse é o cerne da questão que encontramos o relevo de maior conexão entre o ponto de vista marxista e o ponto de vista feminista-marxista, desenvolvido pela Teoria da Reprodução Social. Por essa razão, a TRS só faz sentido se estiver fundamentada no materialismo histórico-dialético.

1.5 O ponto de vista feminista-marxista associado aos estudos decoloniais

Deixamos explícito, anteriormente, o método de análise que subsidiará este estudo. Como dito, o método marxiano é a materialização de um processo investigativo comprometido com as classes exploradas e, portanto, avesso a qualquer possibilidade de análise e intervenção social neutra. Entretanto, esse conhecimento também é situado e permeado de sentidos históricos e sociais de seu tempo. Não coincidentemente, Marx naturalizou a reposição da força de trabalho. Analisou a reprodução biológica apenas em sua dimensão biológica, sem se atentar que as relações sociais organizam esse fenômeno vital, responsável pela reprodução da própria espécie humana. Devido a isso, faz-se necessário associarmos o método materialista histórico

(o ponto de vista marxista) com a epistemologia feminista e, mais especificamente, com o ponto de vista feminista-marxista que estará associado aos estudos decoloniais.

A emergência da Epistemologia Feminista (EF) tem a função política de denunciar a reprodução sexista que está estruturalmente desenvolvida nas ciências – e também, evidentemente, na filosofia clássica, em que as mulheres, assim como as pessoas escravizadas, não eram nem reconhecidos como cidadãs⁴⁴. A partir da década de 1970, uma série de sujeitos irá se opor à lógica individualista e “descorporificada” da epistemologia moderna, destacando o fato de que todo conhecimento é socialmente situado. Na necessidade de evidenciar a condição social e histórica da produção de conhecimento, a Epistemologia Social (ES) contrapõe-se ao individualismo cartesiano, naturalizado durante séculos, que irá encontrar em Immanuel Kant a sua formulação moderna. A Epistemologia Feminista, nesse sentido, associada à ES, desenvolverá bases metodológicas e analíticas que possibilitarão o questionamento do sexismo na produção de conhecimento, garantida pelo fato de que os homens, historicamente, foram os protagonistas no processo de produção de conhecimento, reproduzindo, portanto, ideias e concepções sexistas.

O mesmo questionamento foi realizado com diversas perspectivas explicitamente racistas, como é o caso da criminologia positivista – da qual Césaire Lombroso é o seu principal expoente - que inaugura o racismo científico, imprescindível para fundamentar a ideologia racista. Como defendemos anteriormente, historicamente a produção de conhecimento está, diretamente, a serviço da criação, garantia e manutenção de valores e ideais compatíveis com os das classes dominantes. Foi assim no período escravagista, medieval e assim o é na sociedade capitalista. A burguesia, fundada nos ideários do homem ocidental, cisheterossexual, branco, proprietário e patriarca produz e reproduz uma teoria de conhecimento compatível com os valores ídeo-políticos de sua classe. Entretanto, isso não significa que todo homem que possua as características supracitadas irá produzir, necessariamente, um tipo de conhecimento

⁴⁴ Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, descortina essa verdade sexista: “A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades” diz Aristóteles. ‘Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural’. E São Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um ‘homem incompleto’, um ser ‘ocasional’. É o que simboliza a história do Gênesis, em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um ‘osso supranumérico’ de Adão. A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. ‘A mulher, o ser relativo...’, diz Michelet. E é por isso que Brenda afirma em *Rapport d’Uriel*: ‘O corpo do homem tem um sentido em si, abstração feita do da mulher, ao passo que este parece destituído de significação se não se evoca o macho... O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem’. Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o ‘sexo’ para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto, ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2016 [1949], p. 12-13).

compatível com a sua classe, raça, orientação sexual etc. Se assim fosse, a ciência compactuaria com o relativismo profundo de que cada sujeito que pesquisa produz a sua verdade, o que seria completamente incompatível com a defesa do método ontológico que realizamos na seção anterior. Devido a isso, reivindicamos um ponto de vista feminista-marxista que seja ontológico em sua essência, mas que compartilhe de uma Epistemologia Feminista, ao questionar o padrão sexista indiscutível das teorias sociais, do qual a teoria social crítica de Marx não está isenta.

A Epistemologia Feminista ao expressar a condição de que cada saber é situado, escancara os valores cisheteropatriarcais, racistas e coloniais presentes na produção de conhecimento. Há uma diversidade de epistemologias feministas, das quais podemos elencar diversos exemplos. Donna Haraway, por exemplo, se destacou ao criticar o sexismo nas Ciências da vida presentes nas análises sobre os primatas⁴⁵. Eleanor Leacock, nesta pesquisa uma referência muito utilizada na seção 3.2 *O patriarcado como propósito investigativo*, evidenciou em seus estudos o olhar masculinocêntrico na antropologia moderna que foi incapaz de reconhecer a participação das mulheres em atividades tidas como exclusivamente masculinas, como a caça de animais de grande e médio porte. Sandra Harding (1987) levanta reflexões sobre *A Teoria do Ponto de Vista* defendendo que, a depender do local que o sujeito pesquisador ocupe na sociedade, há o privilégio de acesso a questões que não são facilmente acessadas por outros/as pesquisadores/as e que as mulheres, por ocuparem os espaços marginalizados, sujeitos historicamente silenciados, podem ter algo a mais a dizer. Nessa perspectiva, a autora irá defender que o conhecimento é sempre parcial, não havendo nenhum nível de objetividade, o que nós discordamos profundamente. A postura de Harding é reflexo do influxo pós-moderno que parte do feminismo foi assumindo, sobretudo, após a “segunda onda do feminismo”. Desse modo, legatária da teoria pós-moderna, o discurso ganha centralidade e as pesquisas passam a girar em torno da “voz do/a oprimido/a” concomitantemente ao fim das análises classistas⁴⁶.

⁴⁵ “Em *Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science* (1990), Haraway explicita a masculinização presente na forma de retratar a competência reprodutiva e o sexo entre os primatas, o que, segundo ela, facilita alguns tipos de conclusão e exclui outros. Em contrapartida, observa que pesquisadoras mulheres realizam observações mais amplas, que requerem mais atividades de comunicação e sobrevivência básica, não se limitando a relação sexual entre primatas, o macho agressivo e a fêmea receptiva. Assim, oferecem perspectivas da origem da natureza e da cultura muito diferentes das atualmente aceitas. Recorrendo a esses exemplos, a autora questiona as construções mais fundamentais da história da natureza humana baseada nos primatas.” (KETZER, 2017, p.99).

⁴⁶ Com o advento das teorias pós-modernas, infelizmente grande parte das produções da Epistemologia Feminista se tornam avessas à teoria crítica marxista. O que é uma perda, pois, ao passo que avançam no sentido de garantir uma posição de questionamento crítico ao sexismo, afundam-se numa apreensão fragmentada das relações sociais na sociedade capitalista.

As feministas negras, especialmente a partir da década de 1970, irão criticar as epistemologias brancas e também feministas. Ao apresentar o conceito de *outsider within*, Patrícia Hill Collins (2016 [1986]) assumirá que o local das mulheres negras nas sociedades capitalistas racistas faz com que elas consigam acessar uma melhor compreensão nas dinâmicas complexas da vida social. Para exemplificar, a autora cita o trabalho da empregada doméstica ao ter contato com o íntimo de mundos distintos por meio desse exercício, convivendo com famílias de classe média e burguesas, ao passo que está imersa no cotidiano da comunidade e das periferias que habitam⁴⁷. Dessa maneira, cria-se, de forma geral, uma série de contestações ao processo de produção de conhecimento que fez da leitura analítica dominante, racista e sexista, a única forma de analisar os fenômenos sociais da humanidade.

Nesse sentido, foram desenvolvidos vários movimentos, em diversos locais do mundo, que passaram a particularizar o conhecimento, antes universal, contribuindo para uma maturidade analítica até então inédita. A emergência da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e as perspectivas decoloniais e “pós-coloniais” fazem parte desse movimento⁴⁸. Nessa realidade, notamos a existência de diversas perspectivas teóricas que ora se repelem, ora andam juntas. Com o processo de neoliberalização da vida e o advento das perspectivas “pós-modernas” vemos emergir uma série de teorias conservadoras e antimarxistas que, contraditoriamente, contribuíram para a crítica colonial, embora que de forma superficial, ao passo que há a resistência de grupos, partidos e movimentos marxistas comprometidos com o desenvolvimento de uma crítica colonial marxista, calcado na crítica anti-imperialista.

De acordo com Luciana Ballestrin (2013, p.92), o primeiro grupo de crítica colonial, o *Grupo de Estudos Subalternos*, foi formado na década de 1970, no sul asiático, liderado por Ranajit Guha, um dissidente do marxismo indiano, “cujo principal projeto era “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (Grosfoguel, 2008, p.116), bem como a

⁴⁷“Por muito tempo mulheres afro-americanas participaram dos segredos mais íntimos da sociedade branca. Inúmeras mulheres negras iam de ônibus para a casa de suas “famílias” brancas, onde elas não apenas cozinhavam, limpavam e desempenhavam outras tarefas domésticas, mas também cuidavam de suas “outras crianças”, ofereciam importantes conselhos aos seus empregadores e, frequentemente, tornavam-se membros honorários de suas “famílias” brancas. Essas mulheres viram as elites brancas, tanto as de fato como as aspirantes, a partir de perspectivas que não eram evidentes a seus esposos negros ou aos grupos dominantes” (COLLINS, 2016, p.99).

⁴⁸“Do ensaísmo literário ao marxismo latino-americano, passando pela teoria da dependência à filosofia da libertação, nota-se que o problema da colonialidade esteve fortemente presente no pensamento político latino-americano. No século XIX, escritores, políticos e ativistas (Bolívar, Bilbao, Torres-Calcado, Martí, Rodó e Bonfim, para citar alguns) destinaram suas preocupações ao “sentido” e ao “destino” da América e de seus povos mediante o problema da colonização ibérica. Para a ideia de “latinidade” como uma estratégia imperial francesa adotada pelas elites criollas do continente na segunda metade do século XIX, ver Mignolo (2007b).” (BALLESTRIN, 2013, p.91).

historiografia marxista ortodoxa (Castro-Gómez e Mendieta, 1998).”. Na década de 1980, esses estudos se espalharam para além da Índia e começam a ser desenvolvidos nos EUA e na Inglaterra. Do grupo *Cultura Estrangeira*, que contava com a participação de diversos autores latino-americanos, nasce o *Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos*, cujo manifesto inaugural foi publicado em 1993, inserindo o subcontinente no debate “pós-colonial”, a partir da preocupação em consolidar a criação de novas formas de pensar e atuar. Então, diversas tendências foram lançadas na consolidação desse novo movimento teórico-político-epistemológico. Dos pós-coloniais aos decoloniais, estava instaurado o compromisso de teorizar sobre o mundo a partir da perspectiva do subalternizado⁴⁹.

No nosso continente, Walter Mignolo (2010) possui destaque na crítica a utilização de categorias particularizadas nas heranças coloniais do império britânico para a América Latina, ao denunciar uma espécie de “imperialismo” latente nos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos, e revelar uma não ruptura com o pensamento eurocêntrico. A América Latina, na visão do autor, possui uma participação diferenciada no desenvolvimento do capitalismo mundial “sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno. Além disso, os latino-americanos migrantes possuem outras relações de colonialidade por parte do novo império estadunidense – ele mesmo tendo sido uma colônia nas Américas.” (BALLESTRIN, 2013, p.96)⁵⁰. Devido à ausência da perspectiva crítica, dependência econômica e adoção de uma perspectiva preponderantemente pós-moderna, o *Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)*⁵¹, que fazia parte do *Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos*, foi desagregado do grupo maior, em 1998.

Ao longo dos anos 2000, esse grupo intensificou a sua produção teórica-científica por meio de publicações e eventos com grande apoio do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), reunindo diversos autores, dos quais destacamos Edgardo Lander, Arturo

⁴⁹ A principal diferença entre os pós-colonial e os decoloniais é que os primeiros se aproximavam mais de correntes pós-modernas e pós-estruturalistas, enquanto os segundos estavam mais interessados em construir uma teoria com capacidade revolucionária, mais alinhada com uma esquerda crítica. “Isso significa que, assim como os teóricos críticos de esquerda, os decoloniais buscam a emancipação de todos os tipos de dominação e opressão, em um diálogo interdisciplinar entre a economia, a política e a cultura.” (ROSEVICS, 2017. p.189).

⁵⁰ Além disso, “[n]a América os espanhóis e os portugueses destruíram quase que completamente a memória do período anterior à ocupação através da desintegração dos padrões de poder e das civilizações existentes na região, do extermínio de comunidades inteiras e de seus portadores de cultura e poder, tais como os intelectuais, os artistas, os cientistas e os líderes. Como aponta Anibal Quijano (2005), os sobreviventes do massacre promovido pelos ibéricos foram submetidos a uma repressão material e subjetiva durante séculos, até que desaparecesse qualquer relação imaginária com o passado pré-colonial. A esta condição, somam-se as experiências distintas dos milhares de imigrantes europeus e traficados africanos que passaram a fazer parte destas sociedades.” (ROSEVICS, 2017. p.190). Diferente da colonização da África e Ásia, realizada pelos anglo-saxões e franceses, em que é possível encontrar a preservação de princípios filosóficos e epistemológicos que sobreviveram a colonização.

⁵¹ Este grupo tem como “ponto de partida” a publicação do texto “Colonialidad y modernidad-racionalidad” ([1992] 2017) de Anibal Quijano.

Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil⁵². A categoria “colonialidade de poder” de Aníbal Quijano imprimiu a complexidade que envolve as relações sociais a partir da colonialidade, por meio do controle da economia, controle da autoridade, controle da natureza e dos recursos naturais, controle do gênero e da sexualidade e controle subjetivo e do conhecimento, sendo reproduzida em sua tripla dimensão: do poder, do saber e do ser. A colonialidade é apreendida como lado obscuro da modernidade, integrando duas dimensões indissociáveis de um mesmo fenômeno sócio-histórico, desenvolvido através da guerra, do genocídio e da conquista das Américas. O racismo surge nesse momento como um tipo de desqualificação dos colonizadores ao *outro* que habita o território expropriado. A colonialidade passa, portanto, a ser objeto de análise, apreendida como elemento constitutivo do padrão mundial de poder capitalista. Para Aníbal Quijano (2017):

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2017, p. 84).

A teoria decolonial se expressa como resistência ao ocidental-centrismo na compreensão do mundo. O “giro-decolonial”⁵³ critica as categorias estabelecidas pela ciência/epistemologia ocidental, inclusive pelas teorias “pós-coloniais”⁵⁴ e, muitas vezes, pelo

⁵² É interessante observar, que embora o Brasil esteja inserido na América Latina, esse movimento foi circunscrito aos países de língua espanhola. O Brasil não teve nenhuma participação no Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). No quadro apresentado no estudo da Luciana Ballestrin (2013), há autores do Peru, Argentina, Estados Unidos, Colômbia, Porto Rico, Venezuela e Portugal. Hoje, entretanto, há um processo de reconhecimento mais intenso da importância desses estudos, em diversas áreas de conhecimento, o que tem intensificado bastante uma produção teórica decolonial, sobretudo, nas Ciências Sociais.

⁵³ “Giro decolonial” é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres, em 2005, e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade. Para Mignolo, “a conceitualização mesma da colonialidade como constitutiva da modernidade é já o pensamento decolonial em marcha” (MIGNOLO, 2008, p. 249). Mas, para ele, a origem do pensamento decolonial é mais remota, emergindo como contrapartida desde a fundação da modernidade/colonialidade. Seria possível, portanto, considerar Wama Pomam de Ayala – do vice-reinado peruano que enviou ao rei Felipe III, em 1616, sua *Nueva crónica y buen gobierno* – e Otabbah Cugoano – um escravo liberto que publicou em Londres, em 1787, *Thoughts and sentiments on the evil of slavery* – como os primeiros autores de tratados políticos decoloniais, que não usufruem o mesmo prestígio daqueles escritos por Hobbes, Locke ou Rousseau.” (BALLESTRIN, 2013, p.105).

⁵⁴ O “pós-colonialismo” pode ser apreendido em suas duas dimensões. Primeiro, como reflexo cronológico do processo de “descolonização” dos países subdesenvolvidos, a partir de meados do século XX. Segundo, como uma tentativa de desconstruir os métodos-epistemologias eurocêtricas e o discurso do sujeito universal (BALLESTRIN, 2013). Sem sombra de dúvidas o “pós-colonialismo” é reflexo do influxo dos estudos pós-estruturalistas, desconstrutivistas e pós-modernos, embora a crítica colonial já estivesse presente antes do advento dessas perspectivas teóricas. Franz Fanon, Antonio Gramsci, Lenin etc. são autores que já teciam a crítica anticolonial, mas alinhados à crítica anticapitalista de fundamentação marxista.

próprio marxismo. Nesse sentido, uma parte considerável dos autores decoloniais se contrapõem ao marxismo, compreendendo-o como uma teoria homogênea e eurocêntrica. Walter Mignolo (1998) desenvolveu a genealogia do pensamento decolonial de uma forma bem ampla e criou o conceito de *pensamento fronteiro* como um tipo de pensamento resistente às cinco ideologias modernas: o cristianismo, liberalismo, marxismo, conservadorismo e colonialismo. Na apreensão de Mignolo (1998), o “marxismo-leninismo” e a sua concepção de proletariado são duramente criticados. O autor se fundamenta na apreensão de que a relação entre trabalho e etnicidade está presente desde os primórdios da expansão ocidental, o que não foi considerado pelo marxismo. Entretanto, há uma perspectiva do movimento decolonial que não abre mão do marxismo, mas que realiza uma crítica contundente ao “marxismo-leninismo”⁵⁵ ou o marxismo soviético. Para Walter Mignolo (1998):

Marx levantou a verdadeira encruzilhada do nosso tempo quando disse “socialismo ou barbárie”. Os intelectuais podem lamentar-se acreditando que a barbárie já triunfou; e, de fato, há muitos sinais de que a barbárie pode ser definitiva; mas as classes oprimidas, que tem suas necessidades e esperanças convertidas em teorias, não têm outro horizonte senão o da luta. Os intelectuais de hoje desapareceram, mas os oprimidos seguirão elaborando teorias que lhes permitam orientar-se em busca do triunfo (del Barco, 1980, 182). (MIGNOLO, 1998, s/p, tradução nossa)

Talvez ainda seja cedo para afirmar, mas nos parece que as duas grandes críticas estabelecidas ao marxismo pelos pensadores decoloniais da América Latina, reside, primeiro, na apreensão da *classe proletariada* enquanto a única potencialmente revolucionária como uma concepção incompatível com a nossa particularidade, justamente por não dar conta dos sujeitos coletivos indígenas e descendentes de africanos escravizados. O segundo aspecto, indissociável do primeiro, está no fato de que as relações étnico-raciais tiveram um papel coadjuvante na construção de uma luta socialista. Nas obras *Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista* (2019) organizados por Jones Manoel e Gabriel Landi e *Colonialismo e luta anti-colonial: desafios da revolução no século XXI* (2020) de Domenico Losurdo⁵⁶ talvez essas questões possam ser analisadas com mais precisão, a partir das experiências da II e III Internacional, das quais ainda precisamos analisar com mais cautela. Além disso, no trecho do

⁵⁵ Esta expressão é utilizada por diversas correntes para designar interpretações distintas acerca do marxismo, não havendo um consenso sobre o seu significado, mas, de forma geral, é uma forma de criticar uma espécie de marxismo dogmático que esteve presente no período soviético, após a morte de Lênin e a tomada do poder por Stálin. Para Leandro Konder “No âmbito do movimento comunista, o marxismo passou a ser o “marxismo-leninismo”, um outro conjunto (mais “duro”) de citações dos “clássicos” (Marx, Engels e Lênin) consideradas essenciais pela direção política dos partidos, definidora da “linha justa” (Stálin).” (2013, p.166).

⁵⁶ Nessa obra, o autor contesta a ideia de “sujeito universal civilizado”, mas sem abrir mão do arcabouço teórico-metodológico marxista. Realiza uma crítica contundente ao racismo-imperialismo e ao neocolonialismo desenvolvido pelas políticas genocidas dos EUA.

texto supracitado, vemos o desenvolvimento de um pensamento em que a teoria e a prática compactuam de campos distintos. Possivelmente isso seja o reflexo de uma incompreensão do marxismo e da própria “invasão positivista no marxismo” em sua versão vulgar e panfletária, tão comum em diversos países da América Latina, ao longo do século XX.

Para Jórissa Aguiar (2018), o fato de alguns autores/as decoloniais serem avessos ao marxismo reside na prioridade de pensar a descolonização através de fatores culturalistas e subjetivistas, concomitantemente ao não reconhecimento da contribuição de autores marxistas, como Antonio Gramsci, Lenin e o precursor do movimento indoamericanista socialista, José Carlos Mariátegui, como grandes intelectuais que postularam questões centrais, antes do “giro decolonial”, resgatadas por alguns autores decoloniais posteriormente, mas sem o sentido revolucionário. Atualmente, notamos também a produção de diversos autores marxistas-decoloniais, como o próprio Jean Tible (2017), que somam numa perspectiva anti-colonialista, marxista e o mais importante de tudo: alinhada às lutas políticas atuais.

Assim como Aguiar (2018), defendemos que a crítica decolonial precisa, necessariamente, ser constituída pela luta anti-imperialista, incompreendida sem o arcabouço teórico-metodológico marxista. O imperialismo monopolista solidificou a tendência dos grandes capitais em fusionar pequenas empresas, numa economia com predominância do capital financeiro, garantida pela fusão entre capital bancário e capital industrial. A grande contradição do capitalismo, nessa fase, se apresenta com a necessidade de expandir, mas que contraditoriamente, é limitada pelos monopólios, “justamente da contradição entre essa tendência expansiva e a questão de que o mundo é restrito e, por conseguinte, o mercado é restrito, que vai se aprofundar a tendência às guerras, às crises, mas também às revoluções.” (AGUIAR, 2018, p.64)⁵⁷.

Concordamos com Aguiar, que em muito contribui para a construção de um *marxismo decolonial*, de que precisamos resgatar alguns autores “marxistas-decoloniais”, dos quais Lênin, Gramsci e Mariátegui podem ser considerados pioneiros, ao particularizar a totalidade, por meio de ferramentas analíticas do marxismo no estudo do desenvolvimento desigual experimentado em seus países de origem, o que hoje tem grande relevância na apreensão das contradições atuais do capitalismo e sua inexorável desigualdade social. Nesse sentido,

⁵⁷ Em sua pesquisa, Jórissa Aguiar (2018) analisa a diversidade desses autores. Em sua análise é possível localizar alguns intelectuais como Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel e Edgardo Lander como um subgrupo que luta pelo rompimento com todas as grandes narrativas, incluindo, em muitos aspectos, o marxismo, apreendido como eurocêntrico. Grosfoguel reitera que, também, no campo marxista, os cientificistas reproduzem um eurocentrismo imperial em nível epistemológico. Lander é crítico do marxismo e também do conservadorismo da “sociologia da modernização” e Mignolo associa o marxismo a uma ideologia ocidental.

acreditamos ser possível contribuir para essa seara, a partir de um ponto de vista feminista-marxista-decolonial, na busca incessante para construir um *marxismo indomesticável*.

Encerramos aqui o capítulo metodológico desta pesquisa em desenvolvimento. Defendemos a necessidade de que todas as pesquisas, indiferentemente da área de conhecimento, devem destinar uma seção de seus estudos para expor os fundamentos metodológicos que serão utilizados. Esses aspectos teóricos-metodológicos não devem ser apreendidos como uma relação de identidade entre os aportes operacionais e técnicos de instrumentalização e manipulação de variáveis – o que é bastante presente nas Ciências Sociais, hegemonicamente pós-moderna. A dimensão técnica é importante, mas ela não encerra o procedimento analítico de desvendamento dos fenômenos sociais, que precisa inexoravelmente de um método - um fundamento teórico-científico. No próximo capítulo iremos apresentar os fundamentos da Teoria Unitária e desenvolveremos alguns subsídios que nos permitam adentrar na complexidade das relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo.

2 A TEORIA UNITÁRIA: RELAÇÕES SOCIAIS GENERIFICADAS E RACIALIZADAS DO CAPITALISMO

O sistema capitalista inaugura um novo tipo de sociabilidade, elevando ao máximo as contradições presentes em todas as formações econômico-sociais anteriores (SAFFIOTI, 2013). Nesse regime econômico, a produção centrada no valor de troca contrasta das formações econômicas pré-capitalistas, nas quais sobrevalia o valor de uso. Quando Marx começa *O Capital*, volume I, refletindo sobre a mercadoria, dimensão mais aparente das contradições reais desta sociedade, ele nos apresenta a sua articulação teórica-metodológica de análise. Evidencia que somos regidos por determinações de uma sociedade que tem como centralidade a produção de mercadorias para a troca e, conseqüentemente, para a materialização do lucro. Devido à expropriação dos meios de produção dos/as trabalhadores/as, realizada de forma gradual e violenta, no período da acumulação primitiva (FEDERICI, 2017), e ainda em curso hoje de outras maneiras, a única opção que restou a classe desapropriada e despossuída de todos os meios de produção foi a venda de sua *força de trabalho*: a mercadoria primeira e indispensável para a expropriação de mais-valia no âmbito produtivo e, conseqüentemente, para a efetivação do lucro da classe exploradora.

A partir disso, a teoria da reprodução social se pergunta: como a mercadoria força de trabalho é produzida e reproduzida nesta sociedade? Quais condições garantem que a manutenção dessa força de trabalho permaneça sendo gratuita? Qual a importância do trabalho reprodutivo, gratuito e privatizado, no âmbito familiar, realizado pelas mulheres da classe trabalhadora, para a manutenção ampliada do capitalismo? Como a luta por salário para o trabalho doméstico pode revelar algumas contradições deste sistema? Como o capitalismo, enquanto sistema de acumulação e geração de valor incessante, determina o patriarcado e o racismo enquanto dimensões eminentemente constitutivas de sua organização sistemática? Como as pautas compreendidas exclusivamente como *agenda das mulheres*, como os direitos sexuais e reprodutivos, ou melhor, a justiça reprodutiva, constituem essa totalidade? Como a luta antirracista e anti-imperialista constitui a luta anticapitalista? Como a organização política das trabalhadoras produtivas e improdutivas também reverbera no trabalho reprodutivo e vice-versa? Qual a relação entre Estado, políticas sociais, serviços, escolas, hospitais e o trabalho reprodutivo das mulheres?

Nessa sociabilidade, todo processo de produção é também, concomitantemente, um processo de reprodução, afinal, “[s]e a produção tem forma capitalista, também o tem a reprodução. Como no modo de produção capitalista o processo de trabalho aparece apenas

como um meio para o processo de valorização, também a reprodução aparece tão somente como um meio de reproduzir como capital o valor adiantado, isto é, como valor que se valoriza.” (MARX, 2017 p.641). Nesse sentido, compreendemos que estamos imersos/as numa totalidade complexamente articulada por leis econômicas, que determinam, em última instância, os limites e possibilidades da própria processualidade histórica e das suas relações sociais. Karl Marx nos apresenta uma análise completa e categórica que nos ajuda a desvelar o trabalho no capitalismo e, assim, a totalidade que compõe a sociabilidade burguesa, mas quais seriam os limites de sua análise, desenvolvida n' *O Capital* em relação às mulheres, a família e as relações generificadas e racializadas do capitalismo?

2.1 Os fundamentos da Teoria da Reprodução Social e a especificidade do trabalho reprodutivo no capitalismo

A teoria da reprodução social é um campo teórico feminista-marxista, fundamentado na teoria valor-trabalho de Marx. Surge como reflexo do debate sobre trabalho doméstico, na década de 1970, afirmando que nesta sociedade existe a centralidade da unidade familiar, composta por um modelo forjado historicamente, no qual as mulheres realizam um tipo específico de trabalho (doméstico, gratuito e imprescindível) na viabilização da *reprodução social* da força de trabalho. É comum localizarmos o debate sobre reprodução social amplamente realizado nos circuitos marxistas e feministas, como também no Serviço Social, por ser esta uma profissão que atua diretamente na reprodução ampliada (da totalidade capitalista), mas aqui devemos apresentar que a dimensão de reprodução social mobilizada pela teoria unitária compõe uma particularidade da sociedade capitalista: a produção e reprodução da “força de trabalho”, realizada através do trabalho reprodutivo das mulheres.

E, por isso, designaremos nesta pesquisa, o termo a *reprodução societal*, como sugerido por Johanna Brenner e Basbara Laslett (ARRUZZA, 2015), ou *reprodução social ampliada*, quando estivermos nos referindo à reprodução ampliada da sociedade capitalista, da forma que é atendida dentro dos circuitos marxistas, o que inclui o Serviço Social. Esse tipo de reprodução corresponde a um campo de mediações mais amplo, composto pelo Estado, pelas políticas sociais, mas também pela família, dentre outras dimensões. Por outro lado, o termo *reprodução social* estará relacionado, especificamente, à dimensão que envolve o trabalho de renovação e manutenção da vida das pessoas da classe trabalhadora, em três esferas: a reprodução biológica da espécie, a reprodução da força de trabalho e, por fim, a reprodução das necessidades de provisionamento e de cuidado. Por conseguinte, a reprodução societal, por ser mais complexa, inclui a reprodução social, a qual estamos nos referindo. A teoria da reprodução social,

compreende, então, que o suporte de manutenção e provisão da força de trabalho podem ser garantidos tanto pelo Estado, através de políticas sociais, como pelo mercado, por meio da venda de serviços, mas o suporte da unidade familiar é imprescindível para o capitalismo e isso nos ajuda a compreender a origem da opressão das mulheres neste sistema econômico. Essa opressão mescla a exploração e a dominação; “como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma só realidade.” (SAFFIOTI, 2009, p.11)⁵⁸. Nesse sentido, essa exploração-dominação

[...] constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. (SAFFIOTI, 2009, p.12)⁵⁹.

Mesmo existindo uma série de trabalhos reprodutivos historicamente socializados no capitalismo, por meio do Estado, como as instituições escolares, os hospitais, as creches, os asilos, os restaurantes comunitários, as lavanderias públicas etc., a família continua sendo a principal garantidora da reprodução social. Ao particularizar essa condição em diversas realidades, podemos designar o *Welfare State* (ainda que seja incomparável à experiência da URSS), nos países de capitalismo central, como o período em que houve a maior participação do Estado na reprodução social, o que por suposto criou condições materiais para o enxugamento do trabalho doméstico das mulheres no lar. Com o processo de neoliberalização da totalidade social, o que inclui dimensões da reprodução societal, há o reordenamento desses serviços públicos para a esfera do mercado, incrementando o trabalho reprodutivo das famílias na manutenção da força de trabalho. Essas expropriações (FONTES, 2010)⁶⁰ reativadas em momentos de crise, tornaram-se regra geral na crise estrutural na qual estamos imersos/as.

⁵⁸ Embora, Heleieth Saffioti não faça parte do campo de estudos da teoria unitária, assumimos que sua teoria possui muita proximidade com a TRS e, por isso, iremos reproduzir algumas de suas contribuições quando acharmos relevante.

⁵⁹ Somamos a esta reflexão o fato de os homens terem o poder de controlar as mulheres e as suas sexualidades de diversas maneiras, não quer dizer que essa aparência revele a essência do modelo de opressão das mulheres no capitalismo. Por isso, utilizamos a teoria unitária como fundamento, pois ela nos ajuda a aprofundar a análise desse fenômeno não como uma dimensão apenas interpessoal (entre grupos de mulheres e grupos de homens), mas a partir da relação entre o sistema capitalista e as mulheres. Estas dimensões constituem a dominação que os homens possuem em relação às mulheres e a própria exploração das mulheres pelo capitalismo, fazendo parte do mesmo fenômeno através de uma unidade, não podendo ser, em hipótese alguma, analisadas de forma fragmentada ou separadas.

⁶⁰ Para Virgínia Fontes (2018, p.19) “[...] os processos de expropriação não estão apenas na pré-história do capitalismo, mas também integram sua expansão, acompanhando a extensão das próprias relações sociais capitalistas e aprofundando-as, e prosseguem resultando em massas de trabalhadores disponíveis para vender sua própria força de trabalho, e necessitados disso.”

Resumidamente: o Estado costuma viabilizar a reprodução social por meio de serviços e políticas, crescentemente precarizadas, expressas de forma assistencialista e focalizada, quando não estão diretamente impactadas pela neoliberalização em sua forma de expropriação. Esse campo de estudos constitui-se, atualmente, como um dos principais nas produções acadêmicas do Serviço Social, devido ao fato também de essas mudanças alterarem diretamente a conformação do exercício profissional.

A reprodução social realizada pelas mulheres garante o processo propriamente dito de regeneração do/a trabalhador/a; a manutenção e regeneração da família do/a trabalhador/a e; por fim, o processo de reprodução biológica de novos/as trabalhadores⁶¹, o que está diretamente relacionado à reprodução geracional da massa de trabalhadores que estará apta a ocupar postos de trabalho futuramente. Nessa perspectiva, apreendemos a totalidade da classe trabalhadora como um conjunto de trabalhadores/as inseridos/as no mercado de trabalho, mas também uma série de sujeitos que não estão trabalhando, como as crianças, os idosos, os doentes e as pessoas consideradas inválidas. Essa massa sobrando, uma superpopulação relativa, sobrevive, na maioria dos casos, devido à existência da família enquanto mantenedora oficial, garantidora do suporte material, objetivo e subjetivo, da existência desses sujeitos. O que é permeado por inúmeras contradições, sobretudo quando analisamos a população LGBTQ+ que costuma sofrer violência, primeiramente, no âmbito familiar. Portanto, a TRS é desenvolvida teoricamente a partir de uma crítica feminista à teoria valor-trabalho de Marx, ao reivindicar a unidade produção-reprodução, forjando a emergência de um feminismo-marxista ou marxismo-feminista, que compreende essas dimensões como uma unidade dialeticamente indissociável.

A reprodução social viabiliza num processo contínuo, histórico e socialmente determinado, o passado, o presente e o futuro da totalidade capitalista. O passado, ao ter garantido a manutenção de quem estava no mercado de trabalho e, atualmente, devido à idade, a existência de alguma doença ou por qualquer outra razão, encontra-se afastado. O presente, por meio da manutenção e provimento do conjunto da classe trabalhadora que está vendendo a sua força de trabalho diariamente e necessita estar em condições objetivas e subjetivas para trabalhar. O futuro, produzindo e reproduzindo uma geração de novos trabalhadores a serem

⁶¹ Algumas críticas em relação à TRS se baseiam teoricamente em seu caráter reducionista ou biologicista de designar a opressão das mulheres, no capitalismo, devido à capacidade biológica que corpos sexuais gestantes possuem de gerar novos/as seres humanos (futuros/as trabalhadores/as). Entretanto, não podemos ignorar as capacidades biológicas que os seres humanos possuem, afinal, somos bio-psico-socialmente constituídos. O problema não é a capacidade biológica de gerar novos seres humanos, mas a forma com que as relações sociais organizam a reprodução biológica, transformando um fato vital (de reprodução) e em um fato social (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2020). Não existe nenhum determinismo biológico, nesse sentido. No artigo “Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos”, Cinzia Arruzza (2016) refuta diretamente os fundamentos dessas críticas.

explorados. A reprodução social implica, então, a reprodução material, física e afetiva da força de trabalho, afinal, “se nossos corpos não estão vivos e não estão saudáveis, não existe reprodução societal” (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2020, p.39, tradução nossa). Esse trabalho reprodutivo é realizado predominantemente por mulheres ou sujeitos feminilizados, como um ato de amor “natural” da condição do ser mulher no capitalismo⁶².

O processo de reprodução social também implica um aperfeiçoamento disciplinar constituinte da sociabilidade capitalista, que envolve aptidão, habilidade e qualificações. O capitalismo não é apenas um modo de produção, é uma totalidade complexa que envolve aspectos sociais, culturais, políticos e, por isso, determina objetiva e subjetivamente uma forma de ser e viver. Como nos alerta Francisco de Oliveira (1984):

Ao mudar a forma de consumo de energia da pura força muscular para formas potenciadas agora pela virtualidade da técnica da máquina, o capital eleva necessariamente sua composição orgânica, destrói outros capitais, concentra-se, produz outro trabalhador e produz uma nova população para o capital. A esse processo estão intimamente ligados a educação e o treinamento da própria classe trabalhadora e seu nível de saúde (OLIVEIRA, 1984, p. 154).

A TRS, ao dialogar com a teoria-valor trabalho de Marx, questiona a condição abstrata do trabalho, levada às últimas consequências pelas interpretações marxistas economicistas. A força de trabalho, por mais abstrata que seja, é materialmente corporificada permitindo com que ela seja distintamente valorizada, podendo, inclusive, ser superexplorada⁶³ em países de

⁶² Para além dos aspectos que envolvem o trabalho de reprodução na família, a reprodução social de um sujeito está condicionada às relações sociais racistas e classistas da sociabilidade que envolvem o acesso desse sujeito e de sua família, incidindo diretamente no local de moradia, no acesso ao lazer, à educação, aos serviços de saúde etc. Ao observarmos as desigualdades de acesso aos serviços básicos, como as escolas, os hospitais, as creches, o saneamento básico, dentre outros, localizamos a existência de diversas questões que possibilitam ou limitam a própria reprodução social dos sujeitos e de suas respectivas famílias. Como exemplo, o racismo institucional que um sujeito sofre num atendimento hospitalar limita, diretamente, a sua condição de vida e existência, atingindo sua saúde física, mental e social.

⁶³ A categoria de superexploração do trabalho emerge dos estudos da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Foi elaborada por Ruy Mauro Marino (1981 [1973]) e desenvolvida por diversos/as outros/as autores/as, tais como Marcelo Carcanholo, Marisa Amaral, Jaime Osorio, Mathias Luce, etc. Esta categoria revela as contradições do trabalho nos países de economia periférica, em que “a superexploração da força de trabalho é a característica estrutural que demarca a condição dependente de um país. Sua ocorrência se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, levando a que a mais valia produzida na periferia seja apropriada e acumulada no centro.” (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p. 222). Nesse sentido, a remuneração do/a trabalhador/a, nas econômicas periféricas e dependentes, se dá abaixo da capacidade da reprodução social. Os trabalhos realizados por essa população, geralmente, são com jornadas intensas e prolongadas de trabalho (mais do que habitual em países de economia central), na qual parte do trabalho necessário é também expropriado, para além da mais-valia, impactando negativamente a capacidade de manutenção de vida do/a trabalhador/a. Há um esgotamento prematuro da força de trabalho, no qual a remuneração se dá abaixo de seu valor, correspondendo a uma superexploração. No detalhamento categórico, Mathias Luce (2018) afirma que “[...] a superexploração pode se dar mediante: (i) o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; (ii) o prolongamento da jornada além dos limites normais; e (iii) o aumento da intensidade além dos limites normais. Enquanto a primeira forma atenta mais diretamente contra o fundo de consumo do trabalhador, as duas outras

economia periférica. Marx quando desenvolveu a categoria do trabalho abstrato, desvelou as contradições do trabalho assalariado no capitalismo, mas isso não impede de analisarmos a materialidade desse trabalho que é corporificado nas relações sociais concretas, mediadas pelas relações generificadas e racializadas. Por meio do trabalho abstrato, acessamos outras dimensões abstratas inscritas no processo de geração da mais-valia, no âmbito produtivo, mas é necessário acessarmos a condição concreta que está inter-relacionada ao abstrato. Afinal, o capitalismo é uma totalidade contraditória de relações de exploração, alienação e dominação (opressão), como elementos co-constitutivos que compõem uma unidade articulada para a existência do capitalismo.

Assim, a TRS se propõe a construir uma teoria unitária, articulando de forma expressiva as relações sociais generificadas e racializadas à existência e reprodução do capitalismo. De acordo com Arruzza e Bhattacharya (2020), o racismo compõe a totalidade da vida social no capitalismo, organizando os processos de reprodução da força de trabalho para além do âmbito da produção e da troca, o que aumenta a competitividade entre os/as trabalhadores/as racializados/as e não racializados/as. Essa conexão faz com que as lutas antirracistas e anticapitalistas estejam visceralmente imbricadas. Lutar por escolas, creches e hospitais públicos e de qualidade é uma luta antirracista, devido ao fato de as pessoas racializadas serem as mais afetadas quando esses serviços são expropriados, ao passo que apoiar movimentos antirracistas de comunidades, favelas e bairros se expressa também como uma luta classista, ao fortalecer trabalhadores/as negros/as que poderão negociar por melhores condições de trabalho.

A partir da perspectiva da totalidade e de dada a devida importância às processualidades históricas, a TRS compreende que, para que haja exploração no capitalismo, uma série de condições precisam ser garantidas. Por isso, o processo de acumulação primitiva foi tão importante ao criar as bases materiais para que o capitalismo se desenvolvesse ao longo dos séculos subsequentes. Articular produção e reprodução como uma unidade dialética, inscrita na totalidade contraditória do capitalismo, atende a compreensão de que para que haja exploração, as condições precisam estar dadas e continuamente reformuladas. Portanto, nesse sentido, sem a reprodução da força de trabalho não haveria produção. Este diagnóstico não implanta uma hierarquia entre os fenômenos; por outro lado, reivindica a análise da totalidade. Afinal, “o coração do capitalismo continua sendo a extração da mais-valia, mas essa extração não pode

atentam contra o fundo de vida. Existe, ainda, uma quarta forma, que, na verdade, é um desdobramento da primeira, que se expressa quando se exerce um hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada. Em todas elas, o capital ou se apropria do fundo de consumo do trabalhador, deslocando-o para o fundo de acumulação; ou arrebatando anos futuros do trabalhador, apropriando-se de seu fundo de vida, o qual é também violado para alimentar a sanha da acumulação.” (LUCE, 2018, p. 178).

ser realizada sem que haja, primeiro, um trabalho de reprodução social que permita que os/as trabalhadores/as trabalhem” (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2020, p.43, tradução nossa).⁶⁴

A partir disso, desenvolver uma análise acerca da classe social considerando apenas o âmbito da exploração é completamente improdutivo, devido às classes serem compostas por sujeitos corporificados, em relações concretas, condicionados a formas de disciplinamento e opressão. As autoras exemplificam essa complexa realidade, por meio da análise do assédio sexual no local do trabalho: “a violência sexual não é simplesmente um fenômeno ideológico, cultural ou interpessoal, é uma forma de disciplinamento da força de trabalho, é uma forma em que a exploração é vivida por essas trabalhadoras no local de trabalho e inclusive fora dele” (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2020, p.44, tradução nossa). A opressão sexual, nesse sentido, é apreendida como um modo que garante a exploração das trabalhadoras, embora não se resume ao ambiente de trabalho.

Na realidade brasileira, a dimensão da exploração sexual esteve estruturalmente intrínseca ao processo de incorporação da força de trabalho livre de mulheres negras no mercado de trabalho, assim como no período da escravidão, impactando, ainda hoje, o formato do trabalho doméstico brasileiro, no qual as mulheres negras são a maioria. De acordo com alguns dados do Sindicato das Empregadas e Trabalhadoras Domésticas da Grande São Paulo, em 2018, a violência sexual ocorreu no local de trabalho em 7,5% de mulheres que sofreram abusos, sendo que as mulheres trabalhadoras domésticas podem estar ainda mais vulneráveis a esse tipo de violência, devido ao próprio formato do trabalho⁶⁵. O nível de complexidade que envolve as relações trabalhistas, seja na esfera doméstica ou em empresas, faz com que o assédio sexual seja uma realidade calcada na exploração do trabalho, na maioria das vezes⁶⁶.

2.2 Contrastes no interior dos feminismos da reprodução social

No processo de construção da TRS, conseguimos identificar duas tendências teóricas diferenciadas. A primeira, originada do movimento operaísta italiano. A segunda, originada do

⁶⁴ As autoras fazem uma metáfora à hierarquia realizada em relação à produção de mais-valia no capitalismo, em muitas análises marxistas, elas dizem: “pretender entender o sistema capitalista em seu conjunto olhando apenas para como se extrai a mais-valia, é como querer entender um ser humano olhando apenas para como bate o seu coração.” O coração é vital no corpo, mas não diz tudo sobre o organismo completo de um ser humano. “De maneira análoga, a produção de valor e a extração de mais valia via exploração é a parte latente do sistema, mas nos limitarmos a entender isso, entenderemos pouco acerca do sistema em seu conjunto.” (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2020, p. 45, tradução nossa).

⁶⁵ Mais informações em <https://www.sindomestica.com.br/noticias_mostra.php?id=897>. Acesso em 22.maio.2021.

⁶⁶ Por mais que o assédio possa vir a ocorrer em outras modalidades, como entre o treinador, professores, orientadores e suas respectivas alunas, o que abre margem para a ocorrência desse fenômeno de variadas formas, não necessariamente exclusivas do âmbito do trabalho.

contexto anglo-saxão, particularmente Canadá e EUA ⁶⁷. O campo de estudos que situam esses estudos da reprodução social é diversificado e vem, cada vez mais, sendo desenvolvido por diversas pesquisadoras/es de diferentes localidades. Isso reflete na dificuldade da realização de uma sistematização que consiga abarcar toda a riqueza desses estudos. Portanto, iremos, neste momento, apenas esboçar algumas questões que merecem ser analisadas em profundidade em pesquisas futuras.

Em relação aos feminismos da reprodução social, há uma diferença substancial entre as abordagens italiana e anglo-saxônica, centrada na análise do trabalho doméstico como um trabalho que produz valor de troca ou não. Nesse sentido, vale destacar que o marxismo operaísta italiano realizou algumas interpretações, a partir dos *Grundrisse*, de que o valor pode ser produzido socialmente fora do âmbito produtivo. Num processo complexo de apropriação desta afirmação, o movimento feminista-marxista-autonomista italiano passou a compreender o trabalho doméstico como um tipo de trabalho que produz valor de troca ou trabalho necessário, enquanto sentido categórico marxiano. Fundamentado na produção de Antônio Negri, esse movimento compreendia que dado o avanço do capitalismo, o valor passaria a ser produzido em todas as relações sociais. Essa constatação elevou politicamente “as pautas das mulheres” no movimento anticolonialista, pois ao defender o trabalho doméstico como trabalho produtivo, seria possível realizar uma reivindicação legítima de que as mulheres conformam a classe operária, sendo, portanto, potencialmente o sujeito revolucionário. Para essas feministas, o capitalista e o patriarca da família, por meio de um contrato trabalhista, firmam um pacto de venda da força de trabalho que já inclui, em sua composição, a mais-valia produzida pelas mulheres no âmbito doméstico (responsável pela produção e reprodução da mercadoria força de trabalho). O que, na nossa avaliação, estaria relacionado à *magnitude de valor*. O que merece um pequeno parêntese, na nossa exposição.

A economia política clássica, que tem como grandes expoentes Adam Smith e David Ricardo, foi de suma importância para o desenvolvimento da teoria marxiana em sua fase mais madura. Tanto Smith, como Ricardo compreendiam a existência de classes sociais e afirmavam que os/as trabalhadores/as produziam valor por meio de seu trabalho, o que originou a teoria valor-trabalho. O desenvolvimento das relações de troca e a criação do mercado como local de concretização dessas trocas, que passam não mais a serem centradas no valor de uso da mercadoria, e sim no valor de troca, quantificado, primeiramente, pelo tempo de trabalho dispendido em sua produção como forma de equivalência entre diferentes mercadorias, passa a

⁶⁷ Iremos aprofundar melhor as nuances entre esses feminismos, ainda neste capítulo.

ser o centro de análise dos economistas clássicos que afirmavam toda mercadoria, oriunda do trabalho humano, possuir valor de uso e valor de troca.

No entanto, o substrato que diferencia Adam Smith e David Ricardo, como os principais expoentes da economia política, de Karl Marx encontra-se no método de análise, respectivamente, o que poderíamos considerar liberal (fundamentados numa análise positivista/funcionalista da economia) e materialista histórico-dialético, o que altera estruturalmente a forma de apreensão das relações sociais de produção. Enquanto os primeiros tinham como direcionamento analítico a produção e a circulação, defendendo um preço natural das mercadorias, numa economia de auto regulação, Marx procurou desvendar a produção, a distribuição, a troca e o consumo como dimensões de uma totalidade, diferentes em uma unidade (FERNANDES, 2008).

É bem verdade que David Ricardo avançou bastante em relação à Adam Smith, mas não o suficiente para categorizar a força de trabalho como algo distinto do trabalho em si, o que é imprescindível para apreender o processo de valoração, a partir de seu conteúdo e de sua forma: magnitude de valor (âmbito da produção) e forma valor (âmbito da circulação), categorizadas por Marx, em *O Capital* (2013). A magnitude de valor relaciona-se com quantidade de trabalho inserida nas mercadorias, durante o processo de trabalho. Nessa perspectiva, Marx atinge níveis de abstração que nos ajudam a compreender que o trabalhador não vende o seu trabalho ao patrão, mas sim *a potência de sua força de trabalho*. A partir disso, foi possível apreender também a relação entre salário, preço e lucro.

Manifestado monetariamente pelo salário, o que o preço da força de trabalho representa é o seu valor de troca e não a sua magnitude de valor. O segredo da magnitude de valor da força de trabalho, assim como o de qualquer outra mercadoria, não se encontra na esfera da circulação, mas na esfera da produção. A magnitude de valor da força de trabalho, tal qual a de qualquer outra mercadoria, representa aquilo que é necessário para a produção dessa mercadoria. Nesse sentido, precisa-se analisar como se produz a mercadoria força de trabalho e não como ela se manifesta através do seu preço. (WELLEN, 2019, p.65).

Ou seja, podemos afirmar que o trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres, na sociedade capitalista, compõe diretamente a magnitude de valor da força de trabalho, expressada no processo produtivo de mercadorias. Já “a manifestação da forma valor pressupõe a vigência de uma sociedade lastreada pelas mediações entre as mercadorias e que o seu sentido econômico é dominado pela busca de exploração e acumulação econômica” (WELLEN, 2019,

p.67). Sendo, então, a forma como o valor se expressa na sociedade e o que faz com que uma mercadoria possa ser comparada às outras⁶⁸.

A tradição anglo-saxônica da TRS, por outro lado, defende que o trabalho doméstico não tem a possibilidade de produzir valor de troca, mas produz as condições para a produção de valor através da regeneração da força de trabalho. A diferença em relação à primeira perspectiva, para Arruzza e Bhattacharya (2020), reside no fato de compreender o valor como uma expressão de uma relação social. A produção de valor de troca está inscrita no processo de geração de capital no contexto do trabalho organizado em termos capitalistas. O valor, portanto, não está na produção de “coisas”, pois essas podem ter apenas valores de uso, como é o caso da produção de valores de uso no trabalho doméstico. Assim, não tem como aplicar a categoria de “trabalho socialmente necessário” para o trabalho doméstico, pois esse não está capitalisticamente organizado, embora faça parte da totalidade capitalista. Nessa perspectiva, a TRS anglo-saxônica compreende que a classe trabalhadora é a totalidade dos/as trabalhadores/as, produtivos/as e improdutivos/as, que foram historicamente espoliados de seus meios de sobrevivência e hoje dependem exclusivamente da venda da força de trabalho para sobreviver. Essas feministas defendem que Marx nunca escreveu que apenas os/as trabalhadores/as produtivos/as (proletariados) fossem os sujeitos potencialmente revolucionários. É um erro categorial, portanto, defender a distinção entre trabalhadores/as produtivos/as e improdutivos/as como um significado político⁶⁹.

Em *Grundrisse*, Marx desenvolve uma análise acerca da importância do trabalho improdutivo para a totalidade capitalista, mesmo sem mencionar o trabalho doméstico. Assim, Arruzza e Bhattacharya (2020) compreendem a importância da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, justamente para captar a dinâmica capitalista e as crises de valorização de valor, mas isso não pode ser resumido a uma teoria política em que opera uma hierarquia entre os sujeitos potencialmente revolucionários, devido à condição de serem produtivos, e os trabalhadores/as improdutivos/as, “não revolucionários/as”.

O trabalho reprodutivo, para elas, pode ser organizado em sua condição salarial de três formas, nas quais as duas primeiras não produzem mais-valia: a) **trabalho assalariado em setores de serviços não produtivos, no âmbito público**: enfermeiras, assistentes sociais,

⁶⁸ Essa questão necessita de aprofundamento analítico, devido ao fato de apontar para um profícuo campo de interconexão entre a TRS e a teoria valor-trabalho de Marx, o que, infelizmente, não será possível de fazer neste momento.

⁶⁹ Como bem sabemos, Marx não concluiu *O Capital*; o único livro publicado em vida foi o volume I, sendo que havia a expectativa de, pelo menos, mais seis volumes. Engels fez o trabalho de editar mais dois volumes sobre circulação, reprodução ampliada do capitalismo e acumulação do capital. Embora tenham grande relevância, são materiais que geram muitas interpretações ambíguas e mal entendidos, justamente por não estarem completos.

professoras, médicas, trabalhadoras da limpeza urbana etc.; b) **trabalho assalariado em serviços pessoais**: empregadas domésticas, cuidadoras, jardineiros etc. e; c) **trabalho assalariado de reprodução social que produz valor**: trabalhadores/as de McDonald's, garçonetes, cozinheiras, enfermeiras em clínicas privadas etc. Esse trabalho é concomitantemente um trabalho produtivo (que gera mais-valia, mas não produz riqueza social) e reprodutivo. Outro exemplo seria o trabalho de um professor, numa escola privada. Para Sérgio Lessa:

Percebemos que há um mercado, ou seja, que há pessoas dispostas a comprar a educação de seus filhos, o burguês abre uma escola. Contrata professores/as por um salário por peça (hora-aula) e vende essas aulas aos pais em troca de mensalidades. O que ele recebe dos pais, descontados os custos do negócio, é significativamente maior do que ele paga aos professores. Esse a mais que ele se apropria é a mais-valia produzida pelos professores. (LESSA, 2016, p.64).

Mas isso não significa que esse trabalho gere riqueza. A riqueza socialmente gerada, por meio do trabalho concreto-abstrato, é redistribuída. Continua Lessa:

Os professores, diferente dos proletários, não acrescem com o seu trabalho o capital social total, na percepção de Marx. Apenas possibilitaram que a riqueza esparramada entre vários indivíduos se concentrasse na mão do burguês e, desse modo, passasse da função de dinheiro, utilizado para pagar as despesas pessoais, para a função de capital nas mãos do dono da escola. (LESSA, 2016, p.64).

A partir da sua leitura de Marx, Lessa assume o trabalho exclusivamente na sua dimensão ontológica, ou seja, como um tipo de atividade inscrita na relação entre o ser humano e a natureza, com a função social de criar a base material para a própria reprodução societal. O restante das atividades que aqui estamos assumindo como *trabalho* na sociedade capitalista, como o próprio trabalho doméstico ou o trabalho de uma assistente social seria, na concepção do autor, um tipo de *práxis social*. O trabalho, nessa perspectiva, é a única atividade capaz de criar riqueza (socialmente produzida, mas apropriada de forma privada), mas, ao analisarmos a produção da riqueza, no capitalismo, como um tipo de atividade produtiva indissociada do trabalho reprodutivo das mulheres, a questão se torna mais complexa.

O autor argumenta que se os/as trabalhadores/as “de verdade” fizerem greve, a produção da riqueza é estagnada, mas daí nós lhes perguntamos: se todas as mulheres do mundo realizassem uma greve de trabalhos domésticos - parassem de cozinhar, lavar, passar, cuidar das crianças, idosos, parassem de gestar novas crianças e parassem, simplesmente, de garantir uma série de condições de provimento da força de trabalho - haveria riqueza socialmente

produzida nas fábricas, indústrias e grandes empresas? Por quanto tempo? Por suposto que durante algum tempo poderia ainda haver a produção de riqueza, mas isso chegaria a um limite em poucos dias ou semanas, sem contar que sem novas pessoas, sem força de trabalho habilitada e qualificada, o sistema certamente colapsaria. Será que a noção de classe trabalhadora (a revolucionária “de verdade”) está assim corretamente definida em leituras marxistas como essa? Precisamos analisar o capitalismo como uma totalidade contraditória, na qual hierarquizar o trabalho “verdadeiramente produtivo” e secundarizar o trabalho reprodutivo é um equívoco histórico-político que precisa ser superado. Isso não invalida a necessidade de compreendermos a distinção entre o trabalho (enquanto categoria ontológica geradora de riqueza), os trabalhos produtivos (que geram mais-valia) e os trabalhos improdutivos (que não geram mais-valia, mas podem ser explorados), mas assumir isso com primazia política definidora dos “reais revolucionários” é um ponto que declaradamente discordamos. De acordo com Carlos Nelson Coutinho (2011, p.65):

Marx e Engels já possuíam também claramente formulado em 1848 – quando publicaram o *Manifesto* – um outro conceito: o de que o sujeito coletivo capaz de revolucionar o capitalismo, de realizar plenamente as promessas de emancipação contidas na modernidade, é a classe social a que eles dão o nome de “proletariado”, designando com esse termo o conjunto dos trabalhadores assalariados destituídos da propriedade dos meios de produção e, por isso mesmo, obrigados a vender a força a sua força de trabalho.

Nesse sentido, o autor continua:

De certo, escrevendo em 1848, nossos dois autores não podiam prever a grande diversificação que envolveria, nos mais de 150 anos subsequentes, o universo dos que vivem de seu trabalho e, por conseguinte, dos que geram mais-valia para o capital. Por isso, ainda tendiam a identificar os “proletariados” - não só no *Manifesto*, mas também em obras posteriores – com os trabalhadores da indústria, com a classe operária fabril, uma identificação que já não se sustenta hoje, quando o capitalismo, expandindo suas leis para amplas esferas do mundo da produção e do consumo, sobretudo para o setor dos serviços, criou um universo bem mais diversificado e complexo de trabalhadores assalariados. (COUTINHO, 2011, p.68).

Nessa análise, é mister assumir que, ao ler as obras de Marx e Engels, “precisamente de um ponto de vista marxista, significa relê-las de modo crítico, relativizá-las, situá-las historicamente” (COUTINHO, 2011, p.76). E, portanto, defendemos que o trabalho produtivo (que gera mais-valia) está inscrito numa relação capitalista, podendo ser, por exemplo, o trabalho de um/a operário/a, mas também o trabalho de um/a professor/a que trabalha para uma

empresa de educação. Sendo que nesse segundo tipo de trabalho, o salário é resultado da redistribuição da riqueza socialmente produzida anteriormente. Esse/a trabalhador/a, mesmo sem adicionar valor ao compósito da riqueza socialmente produzida, e ainda ser remunerado/a a partir do que foi gerado pelos proletariados, compõe a classe trabalhadora, diferente da análise de Sérgio Lessa (2016), que analisa o proletariado como uma “classe distinta entre a massa dos assalariados, é isto que ontologicamente distingue o proletariado do “trabalhador”. Se todo proletariado é um trabalhador, nem todo trabalhador é um proletariado” (p.66). Portanto, na leitura do autor, a classe *exclusivamente* revolucionária é a classe proletariada: a que atua com o trabalho material, gera riqueza e relaciona-se diretamente com a natureza, com a subsistência e com os meios de produção.

Ao lado desses/as trabalhadores/as (produtivos/as) há uma imensidão de trabalhadores/as não produtivos/as, ou seja, que não geram mais-valia. Como os funcionários públicos (enfermeiras, médicas, assistentes sociais, professoras, administradoras etc.) e uma série de outros/as trabalhadores/as que podem ser contratados/as por pessoas físicas, como as trabalhadoras domésticas. A especificidade desses trabalhos é que eles não geram mais-valia e, por consequência, são trabalhos improdutivos⁷⁰. Se para nós, mesmo com essas distinções, todos/as esses/as trabalhadores/as compõem a classe trabalhadora, para Lessa (e muitos outros/as autores/as marxistas) as classes que são compostas por trabalhadores improdutivos, seriam parasitárias, por mais que não explorem diretamente o/a trabalhador/a, como a burguesia. Nessa leitura, o trabalho doméstico se reproduz a partir do trabalho material, sendo, assim, um trabalho (ou *práxis social*) coadjuvante e, até mesmo, desnecessário.

Na nossa perspectiva, a totalidade social capitalista envolve não apenas a produção de excedente, mas também a sua distribuição. O trabalho produtivo e improdutivo. Sendo que a exploração capitalista constitui não apenas aos trabalhos produtivos, mas a produção de serviços que conformam a reprodução social. Por isso, o trabalho reprodutivo das mulheres, seja no âmbito privado ou no âmbito da prestação de serviços remunerados, pode ser explorado.

Isso pode tomar uma variedade de formas, incluindo a reprodução social das mentes e corpos de trabalhadores ou a produção de mercadorias de serviço produzidas para assegurar que a mais-valia nelas incorporada seja realizada no mercado. Além disso, as relações sociais capitalistas de produção podem ser associadas com uma variedade de formas específicas de exploração,

⁷⁰ Marx denominou esses/as trabalhadores/as improdutivos/as e produtivos/as não proletariados como uma “classe de transição”, entre as classes fundamentais: o proletariado e a burguesia. Vale destacar que essa denominação foi realizada em o *18 de Brumário*, em uma análise histórica-social de um momento de continuidade da revolução burguesa, em que havia diversas frações de classes. A concepção “fechada” de classe social é um equívoco, pois classe social não é uma categoria, mas sim um processo sócio-histórico.

incluindo várias formas de trabalho livre e não livre [...] (BAKAN, 2016, p.53).

A socióloga Ursula Elin Huws (2014) tem desenvolvido um estudo sobre a validade da teoria valor de Marx num momento em que a mercadorização de coisas antes inimagináveis (como a existência de trabalhos digital e imaterial) tornam-se fonte de acumulação de riqueza. A autora afirma que “no vai e vem da mercadorização, o abstrato se torna concreto e o concreto, abstrato, lançando dúvidas sobre categorias conceituais que, a princípio, pareciam autoevidentes. Pode parecer que nós precisamos de novas definições dos conceitos mais básicos usados por Marx, inclusos os de “classe”, “mercadoria” e “trabalho” (HUWS, 2014, p.13). Na defesa da classe trabalhadora “ampliada”, composta por todos/as os/as trabalhadores/as que vendem as suas forças de trabalho para sobreviverem, uma série de autores/as estão analisando mais a fundo essa constatação, mas Huws questiona “duas questões em particular os têm confundido: que tipo de mercadoria está sendo produzida pelos membros dessa multidão quando ela se envolve em trabalho “imaterial”, “afetivo” (HARDT; NEGRI, 2004) ou “livre” (TERRANOVA, 2000)? E como o valor produzido por esse trabalho reverterá ao capital?” (HUWS, 2014, p.13). Não entraremos no mérito da complexidade desse debate, mas achamos importante reproduzirmos um quadro analítico construído pela autora que nos ajuda a categorizar melhor o trabalho reprodutivo das mulheres.

Quadro 1 – Trabalho – uma tipologia em diagrama

	Trabalho remunerado	Trabalho não remunerado
<i>Reprodutivo (produtivo para a sociedade / capitalismo em geral)</i>	A Administração Pública e trabalho de assistência pública (incluindo ONGs); serviços privados oferecidos individualmente	B Trabalho doméstico (cuidado de crianças, manutenção doméstica etc., incluindo atividades culturais não mercantis)
<i>Diretamente produtivo (para empresas capitalistas individuais)</i>	C Produção de mercadorias incluindo distribuição	D Trabalho de consumo

Fonte: Elaborado por Huws, 2014, p. 16.

Contemporaneamente, com a mercadorização dos serviços públicos grande parte dos serviços A estão sendo transformados em serviços C e os B em D:

[...] transformando a natureza de trabalho não remunerado, de uma produção direta de valores de uso para membros das famílias, em compra de mercadorias no mercado, acarretando uma relação direta com a produção capitalista e atividades de distribuição. [...] C para o quadrante D, visto que as companhias capitalistas de produção e distribuição reduziram seus custos de trabalho, aumentando a exploração de seus trabalhadores remunerados ao externalizar cada vez mais tarefas a consumidores, que têm de realizá-las como atividades de autosserviço não remuneradas. (HUWS, 2014, p.17).

É importante lembrarmos que para Karl Marx (2008, p.229) a totalidade da produção se expressa em etapas articuladas, das quais a “produção [é] a generalidade; distribuição e troca, a particularidade; consumo, a individualidade que expressa a conclusão.” Enquanto que para os economistas a produção é determinada por leis naturais, a distribuição pela contingência social, o consumo estaria fora da economia e a distribuição seria uma esfera independente e autônoma, para Marx, a produção é também imediatamente consumo.

Quando o indivíduo produz, ele consome a si mesmo (consumo de forças vitais) e se consome também os meios de produção e a matéria-prima. “Consumo produtivo” que os economistas chamam. “Sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção. O consumo dá lugar à produção de dupla maneira.” (MARX, 2008, p.247).

Fome é fome, mas uma fome que se sacia com carne crua sem talheres ou com uma carne assada com faca e garfo, são objetivamente distintas. Nesse sentido, “a produção não produz, pois, unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, produz objetiva e subjetivamente. A produção cria, pois, os consumidores.” (MARX, 2008, p. 248). A produção produz um objeto para o sujeito e um sujeito para o objeto. “A produção engendra, portanto, o consumo: 1º - fornecendo-lhe os materiais; 2º - determinando seu modo de consumo; 3º - excitando no consumidor a necessidade dos produtos que a produção estabeleceu como objeto.” (MARX, 2008, p. 249). Dessa maneira, o que os economistas chamam de “consumo produtivo”, Marx identifica como a produção que consome e o consumo que produz, numa relação dialética entre as “etapas” que se consubstanciam.

Nessa lógica, podemos analisar o trabalho (reprodutivo) doméstico como um tipo de atividade que é “independentemente do mercado para a produção de valores de uso em casa” (B), é improdutivo (não produz valor direto para o capital na forma de mais-valia), mas é “reprodutivo”: necessário para a reprodução da força de trabalho. “Inclui muitas das tarefas tradicionalmente realizadas na agricultura de subsistência e no trabalho doméstico” (HUWS, 2014, p.23). Pode ser compreendido como um “trabalho de consumo”, mas como não gera renda (não é remunerado), possui uma relação distinta com a subsistência. Para Huws (2014),

[i]sso implica o consumidor assumir tarefas no mercado que anteriormente eram realizadas por trabalhadores pagos como parte dos processos de distribuição da produção de mercadorias. Como essas tarefas são necessárias para a distribuição dessas mercadorias e para aumentar os lucros das empresas produtoras de mercadorias, ao eliminar as formas de trabalho que antes eram remuneradas, há fortes argumentos para classificar esse tipo de trabalho como “produtivo”, mesmo quando não é remunerado. (HUWS, 2014, p.24).

A autora ainda destaca que muitos desses trabalhos são realizados de forma online, devido ao fato de a internet ampliar o leque de novas formas de “externalizar trabalho a distância” (os autosserviços). Essa realidade altera e amplia a gama de interpretações da teoria valor-trabalho de Marx contemporaneamente, o que materialmente se constitui como um campo de estudos que necessita de maior aprofundamento analítico. Devido ao fato da teoria científica marxiana se consolidar por meio de aproximações consecutivas da realidade e, esta última, ser um eterno devir, no qual o movimento é a cadência constante, necessitamos, também, revalidar a teoria constantemente a partir da necessidade da realidade, como já nos alertava Coutinho (2011).

Resumidamente podemos reafirmar: *o sistema capitalista não pode sobreviver sem a família, pois é neste local que o trabalho reprodutivo é garantido*. Entretanto, lutar contra essa concepção criada historicamente é muito difícil, porque a família é ideologicamente um ente “natural e eterno” da humanidade. A família é uma organização mais estável, confiável e barata que o capitalismo encontrou para a reprodução da força de trabalho. Por mais que a concepção de família possa ser expandida, a conotação heterossexista e cisnormativa é sempre o horizonte da unidade familiar no capitalismo. Além disso, é na família o lócus privilegiado de reprodução dos valores tradicionais e cisheteropatriarcais⁷¹.

É na família onde as mulheres trabalham muito mais do que os homens. Dados atuais (BARBOSA, 2018) demonstram que as mulheres dedicam 18 horas a mais, por semana, aos afazeres domésticos do que os homens. Esse tipo de exercício envolve tanto o trabalho doméstico, quanto o trabalho de cuidados (ações que auxiliam os “cuidados pessoais” com crianças, idosos, deficientes ou pessoas inválidas). Essa realidade desvela uma associação unitária entre produção e reprodução. São nos contextos de crise social, de desemprego em

⁷¹ Mesmo com a expansão do reconhecimento de família homoafetiva e famílias diversas, não vemos o fim da LGBTfobia e tampouco, da transfobia. “E a razão pela qual o horizonte da heteronormatividade continua existindo é porque a família heteronormativa segue sendo a unidade mais confiável e barata para a reprodução do capitalismo. Colocar o foco aqui, como faz a Teoria da Reprodução Social, não é em absoluto um reducionismo biológico porque, no terreno da teoria abstrata, não importa que sejam as mulheres que produzem biologicamente os futuros trabalhadores, o que importa é que as crianças sejam produzidas (e reproduzidas) de uma forma confiável” (ARRUZZA; BHATTACHARYA, 2020, p.50, tradução nossa).

massa e de aumento exponencial da pobreza dos/as trabalhadores/as que se evidenciam fortemente o aumento da sobrecarga do trabalho reprodutivo no espaço privado, elevando a contribuição do trabalho das mulheres na composição da mais-valia no âmbito produtivo. Assim,

[a] percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar. (BHATTACHARYA, 2013, p.104).

Nessa lógica, conseguimos concernir que os dados comparativos, que levam em conta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), evidenciam que houve uma mudança importante em relação ao uso do tempo dedicado ao trabalho remunerado e aos afazeres domésticos entre 2001 e 2015: a proporção de mulheres que realizam afazeres domésticos ficou acima de 91% e entre os homens houve uma variação de 45%, em 2001, para 55% em 2015. Em relação às horas dedicadas ao trabalho remunerado para as mulheres, entre 2001 e 2014, houve um aumento de 21h para 23h semanais e, em 2015, houve novamente uma redução, para 21h semanais. Enquanto os homens apresentam uma redução de 5h semanais no período, passando de 40h em 2001 para 35, em 2015. Esses dados relevam que o aumento do desemprego impacta de forma diferente os sexos, o que pode ter refletido, por exemplo, na disponibilidade de maior quantidade de tempo, para os homens, na execução de tarefas domésticas, no período mencionado. De acordo com a reportagem, divulgada no canal do IPEA (2018)⁷²:

A análise dos grupos demográficos, incluindo recortes de raça, escolaridade, vínculo conjugal e indivíduos com filhos ou não, revela que o maior impacto positivo no tempo gasto com trabalho remunerado é, para elas, a escolaridade: as com ensino superior completo trabalham, em média, 8h a mais que as sem ensino superior por semana. Já para eles, o fato de ser casado aumenta esse tempo em 6h, e de ter filhos entre 0 e 4 anos aumenta em uma hora. Para as mulheres, o fato de ser casada e ter filhos reduz sua jornada de trabalho em 2h e 6h, respectivamente. "Em outras palavras, é interessante observar que, para as mulheres, a estrutura familiar impacta negativamente nas suas horas dedicadas ao trabalho remunerado, enquanto que, para os homens, esse impacto é positivo".

⁷² Disponível em <

Essas contradições transparecem as desigualdades estruturais da nossa sociedade, mas ao mesmo tempo apontam a necessidade de mediações que possibilitem captar as dimensões da sociabilidade ainda pouco investigadas. Evidentemente, devido às expressivas desigualdades sociais, as mulheres, sobretudo pretas e pardas, são as mais impactadas. O desemprego entre as mulheres brancas e negras aumentou, respectivamente, 73% e 96%, entre 2014 a 2017. Nessa mesma lógica, o financiamento das políticas públicas destinadas à promoção da autonomia e do combate à violência doméstica sofreu uma redução de 83%, em 2018, inviabilizando as ações na área (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Uma dimensão muito importante que consubstancia a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho para as mulheres e as políticas sociais, é a garantia de serviços gratuitos e universais destinados aos cuidados de crianças em idade de 0 a 4 anos. Os dados atuais mostram que 74,4% das crianças com menos de 4 anos não estavam matriculadas em creches ou escolas, sendo que as mulheres (83,8%) são as principais responsáveis pelos seus cuidados e, em torno de 45,0%, estavam ocupadas. A pesquisa da assistente social Verônica Ferreira (2017), *Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências*, já nos evidenciou que, no Brasil, existe no seu atual estágio de desenvolvimento capitalista periférico, uma relação entre a apropriação do tempo das mulheres pelo Estado e as políticas sociais. Sua análise tem como fundamento e pressuposto a divisão sexual do trabalho que orienta o cotidiano das mulheres e que “está por trás” do fato das mulheres serem os principais sujeitos nos serviços de saúde, não apenas como usuárias, mas como acompanhantes e cuidadoras de idosos, crianças e enfermos. O Estado conta com esse tempo, historicamente constituído como disponível, para o acesso às políticas sociais⁷³. Assim, podemos afirmar, quanto mais precárias são as condições de existência, mais as mulheres

⁷³ Em entrevista concedida à CAPES, Verônica Ferreira afirma, ao ser questionada sobre o impacto de sua tese: “O impacto social da minha tese é dado em dois níveis, no primeiro, do ponto de vista de produção e do conhecimento crítico sobre políticas sociais, no âmbito do serviço social, ao incorporar a questão das mulheres e da divisão sexual do trabalho como uma mediação justamente por conta das políticas sociais no capitalismo. Capitalismo esse que eu considero um capitalismo patriarcal. Traz para o serviço social, e para formação crítica no serviço social, um elemento ainda não suficientemente incorporado nas análises sobre o Estado e políticas sociais. De modo que seu impacto ocorre na profissão, na formação profissional e na produção do conhecimento, em primeira medida. No segundo ponto, o impacto social que tem a ver com visibilizar: há um elemento importante naturalizado invisibilizado na condução das políticas sociais e das políticas de saúde, em particular. O que eu investigo é a apropriação permanente do tempo de trabalho das mulheres e das mulheres não remuneradas nos cuidados na esfera da reprodução social doméstica, que é um elemento de sobrevivência das próprias políticas sociais no período de crise. Como estamos vivendo com a redução do orçamento público, com retração e apropriação do fundo público para outros tipos de investimento, do rebaixamento do orçamento nas políticas sociais, o que sustenta o orçamento, ainda que precário, e a reprodução da própria força de trabalho é o trabalho não remunerado das mulheres. Há uma injustiça e uma desigualdade que é estrutural, reproduzida pelas políticas sociais e que tem como consequência uma sobrecarga imensa e invisibilizada das mulheres nos setores mais populares da classe trabalhadora.” Disponível em <<https://www1.capes.gov.br/premiocapesdetese/noticias/pct/9258-m>>. Acesso em 16.abr.2021

trabalham (para buscar água, para acessar serviços de saúde etc.). Essas são dimensões de uma totalidade social complexamente articulada.

2.3 A Teoria Unitária desde o ponto de vista feminista-marxista-decolonial

Nessa seção iremos sintetizar alguns aspectos da teoria unitária e dialogar com algumas autoras centrais, a partir desse acúmulo teórico, através do ponto de vista feminista-marxista-decolonial. Para isso, nos basearemos em alguns artigos publicados internacionalmente e em algumas recentes pesquisas publicadas no Brasil. Em especial, gostaríamos de destacar a dissertação de mestrado da Ms. Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca, intitulada *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus Contrastes* (2019), defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A autora realizou uma sistematização teórica da TRS e, além de pesquisar a temática, está traduzindo alguns textos e obras relevantes da TRS, a partir do trabalho coletivo com o *Grupo de Estudos em Teoria Unitária*, do qual tivemos a oportunidade de ingressar no ano de 2020⁷⁴. Os encontros ocorrem com periodicidade mensal, via plataformas online⁷⁵.

Antes da pandemia de Covid-19, em 2020, esse grupo era menor e, embora tenha havido o aumento da participação de pesquisadoras militantes que residem em outras localidades do país, pesquisadoras da região Nordeste estão em defasagem. Somos as únicas desta região que integramos o grupo. O restante se concentra no Centro-Sul/Sudeste, o que é reflexo da desigualdade social que também constitui o processo de ensino-aprendizagem e produção de pesquisas, no Brasil. O encontro com essas jovens pesquisadoras brasileiras tem propiciado o acesso às produções teóricas, ainda incipientes no País, e no aprofundamento analítico dos textos. Basear-se na pesquisa de Rhaysa Ruas para realizar uma síntese sobre a TRS nesta pesquisa, não apenas é um ato de reconhecimento da relevância do seu trabalho, mas também

⁷⁴ Estamos em processo de mapeamento de todas as pesquisas de graduação, mestrado e doutorado fundamentadas na teoria unitária, embora ainda não sejam expressivas.

⁷⁵ Conheci o debate da TRS por meio de *lives*, em plena pandemia de COVID-19. Em uma dessas *lives*, tive a oportunidade de assistir a uma intervenção da ativista Maíra Mee, a qual agradeço imensamente pela interlocução. Entrei em contato com ela que prontamente me respondeu. A partir de então, passamos a dialogar intensamente. Através desses contatos, ela me convidou para participar do *Grupo de Estudos em Teoria Unitária*, com várias pesquisadoras do Brasil, e o grupo de estudos sobre TRS, estudos decoloniais e antirracistas da Universidade Federal do Goiás/regional Jataí, liderado pela Prof. Dra. Carla Benitez Martins (Faculdade de Direito) - a qual agradeço imensamente por compor a banca de qualificação e defesa desta pesquisa. No Grupo de Estudos em Teoria Unitária existem várias integrantes que são do Serviço Social, mulheres (discentes e docentes) que têm realizado um trabalho de estudo e socialização desse conhecimento. A título de exemplo, cito a mestranda Clara Saraiva, que está realizando uma pesquisa sob a orientação da Prof. Dra. Elaine Behring sobre TRS, Trabalho Doméstico e Teoria Marxista da Dependência. Nesse grupo, além de lermos sobre os feminismos da reprodução social anglo-saxônica e italiana, socializamos as nossas pesquisas. Essa troca possibilita que avancemos com sintonia, a partir das inquietações científicas que nos atravessam objetiva e subjetivamente.

se fundamenta na decisão de aproveitarmos o acúmulo teórico-político realizado de forma coletiva sobre a TRS, no Brasil, e para a partir daí criarmos condições de avançar na construção de uma teoria unitária particularizada em nosso subcontinente latino-americano⁷⁶.

A teoria unitária ainda está em processo de construção. Essa perspectiva começa a apresentar seu gérmen por meio do debate sobre trabalho doméstico, nos circuitos feministas-marxistas da década de 1970, no mesmo período em que as perspectivas dos “sistemas duplos e triplos”, o feminismo materialista francófono e a economia feminista estão sendo desenvolvidas. O primeiro passo importante nesse longo processo foi dado a partir da publicação do artigo *The Political Economy of Women's Liberation* [A economia política da libertação das mulheres] de Margaret Benston, em 1969, no qual a autora assume uma perspectiva mais ampla do trabalho doméstico, considerando-o não apenas como as tarefas domésticas e de cuidados, mas como uma dimensão necessária para a reprodução da força de trabalho.

A partir dessa fundamentação, começa-se a criar uma série de mediações para a apreensão da opressão das mulheres no capitalismo. O trabalho doméstico, para uma série de intelectuais, passou a ser apreendido enquanto *trabalho produtivo*: “um processo ou conjunto de atividades das quais a reprodução da sociedade (capitalista) depende como um todo” (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.28), portanto, a partir da totalidade que envolve a reprodução ampliada da sociedade capitalista. “Havia ali, no entanto, uma evidente ambiguidade: o trabalho doméstico é uma atividade humana produtiva indispensável à vida social ou é também produtora de capital? A discordância nessa questão gerou um debate feminista e socialista crucial.” (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.28), do qual já apresentamos brevemente na seção anterior. Assim, o trabalho doméstico foi colocado como um tipo de atividade imprescindível para a reprodução dos trabalhadores, do qual o capital não poderia abrir mão para a sua própria reprodução.

Na esteira desse debate, e devido a postura interpretativa/política do marxismo de excluir os/as trabalhadores/as improdutivos/as da classe trabalhadora, Margaret Benston reivindica na teoria marxista uma definição “que revelasse a base econômica material da condição das mulheres na sociedade de classes e no capitalismo” (*apud* FONSECA, 2019, p.37). Na concepção da autora, as mulheres constituíam uma classe específica de trabalhadores,

⁷⁶ Além do mais, não teríamos condições de acessar todo o acervo que a autora analisou, não apenas pelas limitações que envolvem o domínio da língua inglesa, mas pelo tempo que dispomos para a realização desta pesquisa, num período de pandemia de COVID-19, na qual esta pesquisadora concilia a vida de doutoranda com a de professora substituta no curso do Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

devido ao fato de desempenharem um tipo de trabalho que apenas produz *valores de uso*, produzidos e consumidos na esfera privada. Esse tipo de trabalho se particulariza pela sua condição pré-mercantil. Está fora do comércio e do mercado, é reservado às mulheres e acaba sendo o *fator* que diferencia as mulheres dos homens nessa sociedade. Entretanto, as mulheres não apenas desempenham esse tipo de trabalho, mas participam também do trabalho assalariado, embora sejam as principais responsáveis pela produção específica de um trabalho imprescindível para a reprodução ampliada do capitalismo: o trabalho doméstico não remunerado produzido e consumido na família. Essa seria a base para a discriminação das mulheres no capitalismo.

Para apreender as particularidades do trabalho reprodutivo das mulheres, houve a apropriação das categorias marxistas acerca do trabalho produtivo e improdutivo. Diversas autoras passaram a teorizar sobre as categorias centrais do capital e a sua relação com o trabalho doméstico. Heidi Hartmann tentou categorizar o significado político-econômico do trabalho doméstico, questionando se esse tipo de trabalho produziria “mais-valor” ou se seria um tipo de trabalho que constituiria um modo de produção em si mesmo, distinto do modo capitalista. Vogel, em diálogo com Hartmann, afirmara que esse tipo de trabalho não produziria valor de troca, apenas valor de uso e, portanto, não poderia produzir mais-valor, “e “possivelmente”, o trabalho doméstico [seria] um modo de produção próprio, que opera de acordo com uma lógica distinta, pré ou não capitalista” (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.29). Nesse momento, algumas crises estavam instauradas nos centros de debate de articulação política, sobretudo o que envolvia as reais limitações do marxismo de apreender a opressão das mulheres, a partir de condições materiais e históricas. Hartmann propõe “o divórcio” entre feminismo e marxismo e fundamenta uma teoria dos sistemas duplos - a qual iremos nos deter com mais cautela no próximo capítulo. Essa concepção foi seriamente criticada pela falta de arcabouço que considerasse o racismo e o heterossexismo, além de não explicar, de forma coerente, a interconexão entre o patriarcado e o capitalismo.

De unidade de consumo, a família passa a ser compreendida como “uma unidade produtiva pré-capitalista para realização das tarefas domésticas, reposição da força de trabalho e a criação de crianças” (FONSECA, 2019, p.38), ao passo que serve como “uma força estabilizante” do sistema, devido ao fato de ser dependente do salário do marido-provedor, impedindo-o de ficar desempregado ou mudando recorrentemente de trabalho. É importante situar que esse debate é realizado em pleno *Welfare State* norte-americano, o que impossibilita estender essa lógica para o Brasil, que estava em plena *modernização conservadora*, a essa altura. Para um conjunto de autoras da TRS, as mulheres não apenas desempenham a função

de produtoras de valores de uso no âmbito familiar, mas compõem massivamente o exército industrial de reserva, sendo a força de trabalho ativa explorada, mais do que a média, em períodos de exceção, como no caso da ocorrência de guerras.

Assim, a solução para a condição de subordinação feminina seria a industrialização das tarefas domésticas, *i.e.*, a conversão do trabalho doméstico privado e, portanto, improdutivo, em trabalho produtivo, tornando-o público, socializado (BENSTON, 1973 [1969], p. 5-8). A análise de Benston se coaduna com a perspectiva defendida por Lênin (1966) e apresenta uma visão mais complexa que a então hegemônica na tradição marxista, decorrente da proposta de Engels (2014 [1884]), segundo a qual a introdução das mulheres no trabalho produtivo industrial seria suficiente para libertá-las da opressão doméstica. Benston destacou que a mera introdução das mulheres na força de trabalho, sem a completa socialização das tarefas domésticas, implicaria apenas a dupla jornada de trabalho para as mulheres. (FONSECA, 2019, p.38).

Em 1982, no artigo *A Woman's Work is Never Done* [O trabalho de uma mulher nunca termina], Peggy Morton (Canadá) dialoga criticamente com a análise de Benston, deslocando o debate sobre a dificuldade da organização política das mulheres, uma vez que elas seriam uma “classe diferenciada”. Além disso, Morton amplia a análise acerca da família, sendo a primeira, nesse circuito de debates, a apreendê-la não apenas como uma instituição pré-capitalista, atualizada neste modo de produção, mas como uma unidade que mantém e reproduz a força de trabalho, garantindo a geração de novos trabalhadores “dotados das habilidades e valores necessários para que eles integrassem o mercado de trabalho capitalista como membros produtivos” (FONSECA, 2019, p.42). A grande contribuição de Morton, neste momento, foi articular o trabalho doméstico e assalariado, realizado pelas mulheres, evidenciando as suas contradições, o que a levou a rejeitar a condição das mulheres como uma classe diferenciada de trabalhadores, embora possuam as suas particularidades como classe. Defendeu que as mulheres não produziram apenas *valores de uso* no âmbito familiar, mas produziram a própria *força de trabalho*.

Dando continuidade, em 1971, Mariarosa Dalla Costa e Selma James publicam o artigo *The Power of Women and the Subversion of the Community* [O Poder das Mulheres e a Subversão da Comunidade], nos EUA e na Itália, concomitantemente. Essas feministas-marxistas-autonomistas passam a reivindicar o trabalho doméstico como uma espécie de trabalho produtivo, ou seja, que produz *valores de troca* através da produção da mercadoria *força de trabalho*. Portanto, as mulheres donas de casa seriam exploradas “como “trabalhadoras produtivas” no sentido estrito, pois produziam mais-valia, cuja apropriação seria realizada

pelo pagamento de um salário ao marido por parte do capitalista. Esta dinâmica faria do marido o instrumento da exploração da mulher” (FONSECA, 2019, p.40). Nessa perspectiva, a família não seria apenas o local que garante a manutenção da força de trabalho e a existência de novos trabalhadores, mas uma fábrica social, o que garante que as mulheres sejam definidas como classe específica. Essa premissa teórica fez com que houvesse o retorno dos debates sobre *quem seria a classe trabalhadora e o sujeito revolucionário no capitalismo*. A partir dessas fundamentações, um grupo de mulheres passou a reivindicar do Estado salário para os trabalhos domésticos, por meio de uma “Campanha Internacional Salários para o Trabalho Doméstico” (International Wages for Housework Campaign), e se organizaram politicamente em torno da greve do trabalho doméstico.

Abrimos um pequeno parêntese para esboçar alguns dos argumentos que essas feministas-marxistas-autonomistas realizaram. Silvia Federici passa a compor esse movimento posteriormente e, em “O ponto zero da Revolução” (2019), a autora defende que os salários para os trabalhos domésticos seriam a forma de desnaturalizarmos o papel da mulher na realização dessa atividade gratuita designada como “atos de amor”⁷⁷. O capitalismo, ao negar o salário para o trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, obtém uma enorme quantidade de trabalho (necessário para a produção) gratuito e o condiciona ao local de realização das mulheres⁷⁸. Imputa uma forma subjetiva e objetiva de a mulher existir. Portanto, exigir salários seria uma maneira de impor visibilidade ao trabalho invisível, mas essa luta não deve estar desassociada da luta por serviços sociais, como creches, escolas e hospitais. Seria a partir desse ponto que iniciariamos a revolução das mulheres: “o ponto zero” da revolução⁷⁹.

⁷⁷ Verônica Ferreira (2017, p.105) referencia em sua tese, a partir Geneviève Cresson: “É “natural” para uma mulher cuidar de seu filho e preservar sua saúde, ou um adulto ajudar seu pai idoso. Se o amor é um motor importante desta atividade, não é nem condição necessária nem suficiente. Outros sentimentos dão o passo: senso de responsabilidade, senso de dívida, compaixão. Mas sentimentos podem não ser (muito) presentes porque existe uma pressão social difusa que empurra os parentes para cuidar da pessoa dependente. Sentido do dever, medo do que será dito, um desejo de dar uma boa imagem de si mesmo ou de sua família. É possível, em todos os casos, com ou sem sentimentos, falar em atribuição do cuidado às mulheres. Elas assumem a grande maioria dos cuidados para os jovens, crianças, doentes, pessoas com perda de autonomia ou dependentes (CRESSON, 2006, p. 15, tradução nossa).” (FERREIRA, 2017, p.105). Nessa perspectiva, o “amor *socialmente atribuído* a este trabalho pode também ser apreendido como um fator de coerção e pressão social, donde os sentimentos de auto-reprovação das mulheres frente a situações de estresse, sobrecarga e indisponibilidade para cuidar.” (FERREIRA, 2017, p.105).

⁷⁸ Recentemente na Argentina, as mulheres conquistaram o direito de ter considerada a maternidade como tempo de trabalho, passando a ser contabilizado para o tempo de aposentadoria. Nessa reportagem há mais detalhes: < <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/07/cuidado-materno-e-reconhecido-como-trabalho-e-contara-tempo-para-aposentadoria-na-argentina/> >. Acesso em 02.ago.2021.

⁷⁹ Além de apreender o trabalho doméstico como trabalho produtivo, essa corrente feminista passa a conceituar a sexualidade como trabalho. Peço licença para reproduzir uma passagem do artigo “Sexualidade é trabalho” (1975), da Silvia Federici, devido ao fato da autora pontuar questões que ainda hoje temos dificuldade de compreender, conceituar e categorizar: “Sexualidade é a liberdade que nós nos damos na disciplina do processo de trabalho. É o complemento necessário para a rotina e a arregimentação da semana de trabalho. É uma licença para “ficar natural,

Rhaysa Ruas Fonseca (2019) analisa a estranheza de tal reivindicação para as feministas socialistas, pois as últimas a concebe como uma forma de naturalizar ainda mais o trabalho doméstico reinstitucionalizando o local da mulher afastado da esfera pública. Entretanto, a crítica mais eloquente a essa corrente, realizada por diversas autoras, foi direcionada à defesa de que o trabalho doméstico produz mais-valia, o que gerou uma nova fase de discussão nos debates sobre trabalho doméstico. A preocupação agora era identificar se, de fato, o trabalho doméstico teria a condição de produzir valores de troca. Um dos protagonistas desse debate foi Wally Seccombe, em seu artigo *The Housewife and Her Labour under Capitalism* [A dona de casa e seu trabalho sob o capitalismo], de 1974.

Para Seccombe, a reprodução da força de trabalho pelo trabalho doméstico feminino tem **aspectos econômicos e ideológicos** e acontece em dois níveis: a) diariamente e b) numa base geracional. Na raiz do não-reconhecimento do trabalho doméstico como produtivo no capitalismo estaria a divisão histórica no processo de trabalho na esfera pública e privada, sendo o trabalho realizado na primeira sempre econômico e produtivo, e o realizado na segunda, natural e improdutivo. Este processo histórico de separação dos trabalhadores dos meios de produção/subsistência (a essência do capitalismo) removeu a dona de casa de qualquer relação direta com o capital, tornando assim a **esfera doméstica de reprodução social não governada pela lei do valor, não mercantilizada** (SECCOMBE, 1974, p. 6). Seccombe aplica a teoria do valor-trabalho às atividades de reprodução da força de trabalho e ressalta que ao "misturar" seu trabalho com as mercadorias compradas com o salário de seu marido, a dona de casa altera a forma deste trabalho, de concreto em trabalho abstrato. (...) para o autor, como todo trabalho que produz mercadoria, produz valor, o trabalho doméstico no capitalismo seria caracterizado por uma dualidade específica: apesar de produzir mercadoria (e neste sentido, valor), sua produção não teria uma relação direta com o capital,

para “deixar rolar, para voltarmos mais revigorados/as para trabalhar na segunda-feira. “Sábado à noite” é a irrupção da “espontaneidade”, a irracionalidade da racionalidade da disciplina capitalista na nossa vida. Isso supostamente seria a compensação para o trabalho e é ideologicamente vendido para nós como o “outro” do trabalho: um espaço de liberdade no qual presumivelmente podemos ser quem realmente somos – uma possibilidade de conexões íntimas e “genuínas” em um universo de relações sociais no qual somos constantemente forçados/as a reprimir, adiar, postergar, esconder, mesmo de nós mesmos, o que desejamos [...]. A subordinação da nossa sexualidade à reprodução da força de trabalho significa que a heterossexualidade nos tem sido imposta como o único comportamento aceitável. Na realidade, toda comunicação genuína tem um componente sexual, nosso corpo e nossas emoções são indivisíveis e nós nos comunicamos em todos os níveis o tempo todo. Mas o contato sexual com mulheres é proibido porque, na moral burguesa, tudo o que não é reprodutivo é obsceno, antinatural, pervertido. Isso significa a imposição de uma condição verdadeiramente esquizofrênica, pois aprendemos logo cedo na nossa vida a traçar uma linha entre pessoas que podemos amar e as pessoas com quem apenas conversamos; aquelas para as quais podemos abrir nosso corpo e aquelas a quem podemos apenas abrir nossa “alma”; nossos amantes e nossos amigos. O resultado é que somos alma sem corpo para nossas amigas mulheres, e carne sem alma para nossos amantes homens. E essa divisão nos separa não apenas das outras mulheres como também de nós mesmas, em termos do que aceitamos ou não em nosso corpo e sentimentos, as partes “limpas” para serem exibidas e as partes “sujas”, “secretas”, que só podem ser mostradas (e assim se tornam limpas) no leito conjugal, no ponto da (re)produção” (FEDERICI, 2019, p.58). O doutorando Djonatan Kaic Ribeiro de Souza (PPGPS/UnB) está realizando uma pesquisa intitulada *Estranhamento sexual e seus determinantes econômicos sociais na sociedade capitalista*, na qual realizará esse debate da sexualidade, estranhamento e heterossexualidade compulsória.

portanto, não seria regido pela lei do valor e não poderia produzir mais-valia (SECCOMBE, 1974, p. 9). O salário, no entanto, apareceria como um pagamento pelo trabalho realizado pelo trabalhador e não como um pagamento pela reprodução de sua força de trabalho, o que obscureceria a relação do trabalho doméstico não-remunerado com o capital, e consequentemente, o papel da dona de casa. Assim, **a mercadoria força de trabalho, nada mais seria do que trabalho passado cristalizado (trabalho doméstico) comprado por seu valor de uso (capacidade de produzir valor)**. Sendo o trabalho cristalizado na mercadoria força de trabalho, a origem da mais-valia estaria, de fato, no trabalho doméstico e a exclusão da dona de casa das relações salariais diretas seria o que permitiria o obscurecimento dessa relação vital entre trabalho reprodutivo e capital (SECCOMBE, 1974, p. 12-13) (FONSECA, 2019, p.43-44, grifos nossos)⁸⁰.

Assim, por esta perspectiva o trabalho doméstico está visceralmente relacionado à produção de mais-valia no âmbito produtivo, embora essa relação esteja obscurecida pela forma com que o capitalismo reatualizou a função da família, ao passo que criou uma nova divisão sexual do trabalho. O salário recebido, como pagamento pelo trabalho realizado, permite a compra de mercadorias utilizadas no trabalho doméstico, fazendo com que trabalho concreto (útil) da dona de casa, passe a ser abstrato. Mas não podemos afirmar que o trabalho doméstico é produtivo, no sentido de produzir mais-valia.

A especificidade do trabalho doméstico e reprodutivo realizados pelas mulheres no capitalismo nos permite apreender a singularidade da opressão das mulheres, nesse modo de produção. Concordamos, e iremos abordar isso com melhor profundidade no próximo capítulo, que a opressão das mulheres é anterior ao capitalismo; isso fez com que diversas gerações de feministas analisassem com profundidade o patriarcado e, inclusive, o compreendessem como um elemento trans-histórico da humanidade. Entretanto, vários equívocos foram reiterados nessas análises, que acabaram desistoricizando o patriarcado e o elevando a uma condição quase inexorável das relações sociais humanas, desde o nascimento da cultura. O patriarcado emerge em determinado momento histórico, a partir de determinações sócio-históricas, o que garante a sua materialidade enquanto regime ou um sistema de dominação-exploração, organizado como um modo de produção, antes do capitalismo. Entretanto, o capitalismo passa a determinar uma nova forma de patriarcado, ou seja, de exploração-dominação das mulheres, e o debate sobre trabalho doméstico e reprodutivo nos ajuda a apreender isso. Por isso, analisar o trabalho doméstico a partir da teoria-valor trabalho de Marx, à luz da teoria feminista, se torna uma tarefa imprescindível para apreender a opressão das mulheres, no capitalismo. Na próxima seção, iremos tecer algumas considerações sobre o livro que marcou esse debate, na década de 1980.

⁸⁰ Nesse aspecto, analisar essa questão à luz da categoria *magnitude de valor*, pode ser bastante interessante.

2.3.1 Lise Vogel - Marxismo e opressão às mulheres: por uma teoria unitária

O livro de Lise Vogel [1983] *Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* [Marxismo e opressão às mulheres: por uma teoria unitária] é um marco teórico e político na Teoria da Reprodução Social e no feminismo-marxista. O livro foi publicado num momento de espraiamento do neoliberalismo, ascensão do neoconservadorismo, recuo das lutas sindicais e socialistas e crescimento das lutas por reconhecimento com abordagens pós-modernas e possivelmente, devido a essas razões, a obra não causou impacto nos circuitos acadêmicos e militantes à época. Todavia, mesmo nesse cenário, houve resistência à essa conjuntura através de diversos grupos e movimentos que mantiveram sua adesão marxista. O próprio Serviço Social, enquanto profissão e área de conhecimento, foi se desenvolvendo interiormente por meio da teoria marxista, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, na contramão do que estava ocorrendo em nível mundial: o declínio das abordagens marxistas e dos movimentos classistas radicais. Assim também ocorreu com a teoria da reprodução social, ao aderir ao materialismo histórico como uma ferramenta metodológica, científica e política que poderia explicar a opressão das mulheres no capitalismo, através de uma teoria unitária. No entanto, em vez de localizar a base dessa opressão na divisão sexual do trabalho (como as perspectivas dos sistemas duplos e triplos, e o feminismo francófono), o feminismo da reprodução social “toma a produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho como ponto de partida” (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.32).

O livro de Lise Vogel foi uma dessas obras desenvolvidas no interior do feminismo marxista. Manteve-se vivo durante décadas até a sua reedição, em 2013, quando as lutas anticapitalistas ressurgiram com mais intensidade, devido também ao avanço das expropriações, da disputa pelo fundo público entre capital financeiro e as políticas sociais, intensificação de reformas trabalhistas, previdenciárias, privatização de serviços públicos, aumento do desemprego, dentre outras características do tempo presente, revitalizadas, sobretudo, após a crise de 2008. Voltar a uma leitura marxista sobre a sociedade capitalista tornou-se uma tônica necessária. Não à toa, diversos grupos e movimentos têm adensado o estudo sobre o Capital e as teorias marxistas, no Brasil. Numa conjuntura de ascensão do neofascismo em que contamos com um presidente adepto ao terrorismo e de políticas genocidas, retornar à Marx se tornou mais do que necessário.

Lise Vogel, nesta obra, realiza uma interlocução com diversas feministas-marxistas da década de 1960 e 1970, indo além ao propor uma lente analítica do trabalho das mulheres a partir de outras fundamentações que não fossem apreender a raiz da dominação masculina no

patriarcado como algo apartado do desenvolvimento do capitalismo. Ao se apropriar da teoria-valor de Marx, na tentativa de construir uma teoria unitária capaz de captar a totalidade social capitalista, generificada e racializada, Vogel desenvolve uma obra que, embora tenha seus limites, dos quais iremos nos deter nessa seção, muito contribui na construção de um feminismo-marxista e de um marxismo-feminista: a proposta de Iris Young, na década de 1980⁸¹.

As feministas socialistas, na década de 1970, empreenderam o esforço de aprofundar analiticamente a teoria de Marx, por meio de uma lente feminista. Era um conjunto de feministas interessadas em desvendar a opressão das mulheres não a partir da cultura, da biologia, do comportamento ou da ideologia, mas por meio das relações sócio-materiais intrínsecas ao capitalismo. Tinha-se como premissa de que ser “marxista é investigar o âmbito das relações concretas, historicamente construídas de pessoas e coisas e apresentar os padrões, regras e contradições descobertos nesse âmbito como explicações críticas do social” (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.27). Assim, a obra de Vogel tem como ponto de partida *O Capital* de Marx (v. I), na tentativa de fundamentar materialmente a opressão das mulheres na sociedade capitalista.

Podemos designar que o grande avanço desse estudo foi a articulação, de forma crítica, da reprodução biológica, social e geracional da força de trabalho, de acordo com a teoria marxiana, evidenciando as lacunas que Marx deixou de explorar em *O Capital*. Esse feminismo da reprodução social passa a localizar a base da opressão das mulheres no capitalismo na produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho e não na divisão sexual do trabalho, como comumente era realizado. É evidente que existem mediações entre a divisão sexual do trabalho, constituída historicamente como tal, e o fato das mulheres serem as principais responsáveis por esses trabalhos. O que a TRS propõe é analisar com mais cautela esta função social, socialmente determinada, em que as mulheres possuem de produzir e reproduzir a força de trabalho no capitalismo.

Marx desenvolve em *O Capital* que a força motriz do sistema capitalista é a força de trabalho, vendida como mercadoria e fornecendo sustentação à lógica desse sistema. É apenas com a possibilidade de venda da força de trabalho de um conjunto imenso da classe trabalhadora, expropriada de todas as condições de subsistência incompatíveis com o sistema capitalista, que o processo de mais-valia se concretiza. Portanto, a força de trabalho é a mercadoria primeira e indispensável para a reprodução do capital. Como toda e qualquer

⁸¹ Como iremos trabalhar no próximo capítulo, Iris Young, em diálogo com Hartmann, irá propor que o “feminismo deve assumir o marxismo e transformá-lo nessa teoria” (YOUNG, 1992, s.p).

mercadoria, a força de trabalho possui um valor, mas como esse valor é determinado? Indaga Marx. Além disso, como essa mercadoria é produzida e reproduzida?

O insight crítico de Vogel envolve interromper a argumentação de Marx, bem neste ponto e perguntar: quais são as condições de possibilidade dessa “mercadoria especial”, a força de trabalho, o próprio pivô da economia capitalista? Qual é a natureza dos processos sociais através dos quais a força de trabalho em si é produzida? A resposta de Vogel é decisiva. “A força de trabalho (...) não é produzida capitalistamente”. Em vez disso, ela é produzida e reproduzida em um “local baseado em parentesco”, a “família da classe trabalhadora” (VOGEL, 1983, p. 151 e 170). (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.34).

A família é, então, o *locus* principal de produção e reprodução da mercadoria força de trabalho. Como vimos, muitas marxistas feministas afirmaram que, devido ao fato de o trabalho doméstico produzir a força de trabalho que, por sua vez, cria valor e mais-valor para o capital, o trabalho doméstico também seria uma forma de trabalho criador de valor, mas Lise Vogel, contrária a esse argumento, defende que o trabalho realizado nos interiores das famílias pelas mulheres não é mercantilizado, possuindo apenas valores de uso - assim como outras teóricas já estavam defendendo essa perspectiva. Além disso, Vogel argumenta que por mais que a família seja fundamental para a opressão das mulheres, o que nos permite localizar materialmente essa opressão nos interiores das famílias, não é o trabalho doméstico que as mulheres realizam para os homens, crianças e idosos a causa dessa opressão (o que foi muito trabalhado pelas feministas francófonas, sobretudo, Delphy), por mais nociva que seja. A opressão gira em torno da *relevância social do trabalho doméstico para o capital*, pois a produção e reprodução da força de trabalho é indispensável para a reprodução do sistema capitalista. Assim, Vogel desloca a centralidade da opressão de uma relação entre homens e mulheres, embora possua relevância, para uma relação entre trabalho das mulheres e o capitalismo, elevando o grau de abstração nessa síntese argumentativa.

Todo o processo de gestação e parto requer a existência e permanência de corpos sexuados-femininos, por isso, existem pressões ideológicas para que a família permaneça na lógica cisnormativa em conformidade com as desigualdades sociais de gênero, que são imbricadas à monogamia e heterossexualidade compulsória. Assim, para as feministas da TRS, a causa de opressão das mulheres no capitalismo não está calcada no trabalho doméstico e a sua funcionalidade para o capitalismo, e tampouco, devido ao impulso patriarcal “trans-histórico”.

As raízes sócio materiais da opressão às mulheres sob o capitalismo têm a ver, na verdade, com a relação estrutural do lar com a reprodução do capital: o

capital e o Estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica de produzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração. (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.35-36).

Vogel, apreende, assim, que a opressão está articulada, em primeira instância, entre o capitalismo e as mulheres, não entre homens e mulheres, apreendidos, em algumas análises, como classes antagônicas. Homens dominam as mulheres ideologicamente e possuem uma série de privilégios em relação a essas, mas isso não é o definidor da totalidade da opressão das mulheres, embora constitua a mesma. Essa “ordem de gênero capitalista” não estaria fundada no patriarcado trans-histórico ou no modo de produção doméstico, “mas na articulação entre o modo de produção capitalista e as famílias da classe trabalhadora, que são fundamentais para a produção e reprodução da força de trabalho” (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.37).

Mas ao mesmo tempo nos indagamos: essa afirmação pressupõe que com o fim do capitalismo, encontraríamos, necessariamente, o fim da opressão das mulheres? Sem enfrentar o (cishetero)patriarcado, não (re)criaríamos outra forma de opressão e dominação das mulheres em sociedades “pós-capitalistas”? Portanto, o fato de Lise Vogel reduzir o patriarcado a um fenômeno trans-histórico, sem trabalhar algumas mediações sócio-históricas que envolvem esse fenômeno, reproduz um apagamento providencial do patriarcado enquanto um regime de dominação e exploração das mulheres pelos homens ao longo de milênios, que foi estruturalmente transformado no capitalismo, sendo incorporado (e profundamente alterado) pelo mesmo em sua lógica constitutiva, mas criando outro patriarcado. Tanto que ela nomeia essa opressão, no capitalismo, como “ordem de gênero capitalista”. Consideramos que devemos analisar o patriarcado e desenvolver essa análise a partir do materialismo histórico dialético e não desconsiderar a existência dos “patriarcados”, como dimensões constitutivas de diversas sociabilidades humanas. Embora, o estudo sobre os patriarcados pré-capitalistas não nos forneça respostas o suficiente para apreender a opressão das mulheres no capitalismo, o estudo de sua temática nos oferece pistas históricas que devemos investigar.

Vogel centraliza, em sua análise, a importância da condição biológica que os corpos sexuados femininos possuem de produzir novos seres humanos para o capitalismo, que cria “mecanismos institucionais através dos quais ele pode exercer controle sobre a reprodução biológica, formas de família, criação das crianças e manutenção de uma ordem de gênero.” (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.36). Fica evidente, dessa forma, que as questões relativas ao gênero não fazem parte de uma “cortina de fumaça” para obscurecer “temas mais importantes”, pelo contrário, essas questões estão diretamente relacionadas ao *status quo*

capitalista. Como defendido em outra seção, no capitalismo a heterossexualidade compulsória e a normatização generificada (cisnormatividade) ganham atributos ideológicos de suma importância para a produção e reprodução do modelo familiar monogâmico e heterossexual: a forma mais barata e confiável para manter a reprodução biológica, geracional e social da força de trabalho. Essa “ordem de gênero”, portanto, que as feministas da reprodução nomeiam, está relacionada à produção e reprodução capitalista, o seu Estado e à supremacia que os homens adquirem nessa sociedade sobre as mulheres. Essa ordem está calcada na biologia, mas não é a biologia que justifica essa ordem:

Não é biologia *per se* que dita a opressão às mulheres, mas, em vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gravidez, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora. **É isso que induz o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina.** E este fato social, ligado à diferença biológica, compreende a fundação sobre a qual a opressão às mulheres é organizada na sociedade capitalista.” (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.40, grifos nossos).

De fato, devemos considerar o fato de que a reprodução (biológica, geracional e social) de novos seres humanos para exploração faz com que o Estado capitalista atue de forma a reproduzir a lógica cisheterossexista de existências humanas, que culminam em projetos políticos que assolam qualquer diversidade humana referente às sexualidades e identidades de gêneros e sexos dissidentes ao cisheterossexismo.

Se Marx não chegou a essas considerações foi por considerar as relações entre os sexos como naturais e não sociais. E, por outro lado, devido ao “seu entusiasmo com a perspectiva de a classe trabalhadora ser (destrutivamente) liberada das formas de família patriarcais” (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.40). Na *Ideologia Alemã*, Marx afirma que a “família proletária foi realmente abolida”⁸² e “o *Manifesto* insiste que “por ação da indústria moderna,

⁸² Marx considera algumas contradições entre a família burguesa e a família proletariada, em sua obra. Enquanto a primeira não pode prescindir da família, embora esse fato não seja fixo historicamente, a família do proletário iria ser dissolvida devido às condições de trabalho e da própria existência da classe operária, no final do século XIX, em que havia a prevalência de condições de extrema miséria e exploração, com jornadas intensas de trabalho. Marx pondera: “Se todos os burgueses, em massa e ao mesmo tempo, transgredissem as instituições burguesas, eles deixariam de ser burgueses – um comportamento que, naturalmente, eles não pensam em adotar e que de forma alguma é algo que dependa de seu querer ou de seu proceder. O burguês corrompido transgredir as leis do casamento e secretamente comete o adultério; o comerciante transgredir a instituição da propriedade quando, pela especulação, pela falência etc., priva outrem da propriedade; o jovem burguês, quando o pode, torna-se independente de sua própria família e abole praticamente a família para si; *mas o casamento, a propriedade, a família permanecem intocados na teoria porque constituem, na prática, as bases sobre as quais a burguesia erigiu seu domínio, porque essas instituições, em sua forma burguesa, são as condições que fazem do burguês um burguês*, assim como a lei constantemente transgredida faz do judeu religioso um judeu religioso. Essa relação do burguês com suas condições de existência adquire uma de suas formas universais na moralidade burguesa. Não se

todos os laços de família entre os proletários são despedaçados” (MARX; ENGELS, 1975a. p. 180; 1973, p. 84)” (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.41). Em *O Capital*, Marx também afirma que o desenvolvimento capitalista implicaria na dissolução e desintegração da família da classe trabalhadora, mas tudo isso deve ser apreendido a partir da conjuntura histórico-social à época, e não como uma afirmação marxista fixa e imutável.

2.3.2 Crítica à crítica marxista

Há quase um consenso entre as feministas-marxistas de que a teoria marxista possui lacunas acerca das mulheres. Marx, em sua teoria sobre o capital, naturaliza a reposição da força de trabalho, que cansada, morta ou inválida, deve ser substituída na mesma intensidade para a exploração no processo produtivo⁸³. Por outro lado, Marx afirma que o desenvolvimento capitalista acabaria, por certo, com a família, devido à incorporação crescente de crianças e mulheres no ambiente fabril, mas “se as famílias baseadas nos laços de parentesco são os principais locais de produção e reprodução da força de trabalho, então, as dinâmicas econômicas capitalistas que minam essas famílias serão profundamente problemáticas para o capital como um todo” (FERGUSON; McNALLY, 2017, p.38). Essa questão ficou em aberto para a teoria marxista.

Marx afirmou que “o trabalho compulsório para o capitalista usurpou o lugar, não só de diversão das crianças, mas também do trabalho independente em casa, dentro dos limites habituais, para a própria família” (MARX, 1976, p. 517). Como nítido, Marx apreende o

pode absolutamente falar de “a” família. Historicamente, a burguesia dá à família o caráter da família burguesa, que tem o tédio e o dinheiro como elementos unificadores e que já traz em si a dissolução burguesa da família, dissolução que não impede a própria família de continuar a existir. À sua imunda existência corresponde, na fraseologia oficial e na hipocrisia geral, o seu conceito sagrado. Onde a família é realmente dissolvida, como no proletariado, dá-se justamente o contrário do que diz “stirner”. aí não existe absolutamente o conceito de família, sendo possível, porém, nele encontrar ocasionalmente uma inclinação para a vida familiar que se baseia em relações extremamente reais [reale]. No século XVIII, o conceito de família foi dissolvido pelos filósofos porque a família realmente existente estava já em vias de dissolução nos estágios mais elevados da civilização. Dissolveu-se o vínculo interno da família, as partes que formam o conceito de família, por exemplo: a obediência, a piedade, a fidelidade conjugal etc.; mas o corpo real da família, a relação de propriedade, a atitude de exclusão em relação a outras famílias, a coabitação forçada – relações determinadas pela existência dos filhos, pela estrutura das cidades modernas, pela formação do capital etc. – continuaram a existir, embora com muitas alterações, porque a existência da família é tornada necessária por sua conexão com o modo de produção, o qual é independente da vontade da sociedade burguesa. O quanto ela é indispensável foi demonstrado de forma decisiva na revolução Francesa, quando, por um momento, a família foi nada menos do que suprimida no plano legal. a família continuou a existir mesmo no século XIX, tendo apenas o processo de sua dissolução se tornado mais geral, não devido ao conceito, mas a um maior desenvolvimento da indústria e da concorrência; ela continua a existir, muito embora sua dissolução tenha sido proclamada desde há muito tempo pelos socialistas franceses e ingleses, e apesar também de esse fato ter sido levado aos Padres da Igreja alemães por meio dos romances franceses.” (MARX, 2007, p.181-182, grifos nossos)

⁸³ Aprofundaremos essa análise a partir da contribuição da autora Silvia Federici (2017), na seção 3.2.1 *O patriarcado, o Estado e o Modo de Produção Capitalista*.

trabalho doméstico como um tipo de trabalho “independente”, ou seja, sem conexão com a dimensão produtiva. Isso é profundamente criticado pelas feministas da reprodução social e da economia feminista, pois, como sabemos, na ausência desse trabalho “independente e desconectado” da produção, não haveria força de trabalho para ser explorada. Entretanto, Marx assume a importância de o trabalhador apresentar-se em condições mínimas para ser explorado, mas contraditoriamente, não associa isso ao trabalho doméstico das mulheres.

Devemos relevar algumas das afirmações realizadas por Marx, ao considerar a particularidade em que *O Capital* foi escrito, na qual a situação da classe trabalhadora na Inglaterra era ainda muito insalubre e degradante, com jornadas de trabalho extensas e condições péssimas de existência. Não havia, de fato, um espaço doméstico de reprodução social desenvolvido para a maioria da classe trabalhadora, mas, por outro lado, aos poucos, o capitalismo, por meio de seu Estado, foi produzindo uma série de mediações para a própria manutenção do capitalismo, sofisticando as suas artimanhas ídeo-políticas e sociais frente às expressões da pujante “questão social” e o crescente pauperismo. Isso envolveu a necessária manutenção da família como dimensão produtora e reprodutora da força de trabalho, como uma *fábrica social*, de acordo com que as feministas-marxistas-autonomistas italianas defendem.

A “degradação da família” inevitável ao longo do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, para Marx e Engels, não acompanhou o desenvolvimento do capitalismo. Pelo contrário, existem diversos episódios contraditórios, como no período vitoriano em que houve uma série de ações estatais que procuraram reconstituir as famílias restringindo o trabalho infantil e feminino. Somado a isso, a própria classe trabalhadora lutou em “defesa da família” e suas redes de parentesco, que progressivamente fez, de fato, com que houvesse menor participação das mulheres no trabalho assalariado e a diminuição do trabalho infantil. A ideologia é uma dimensão que não deve, mesmo, ser pormenorizada.

O Estado passou a ser responsabilizado pela instrução pública das crianças, assim como pelas reformas da saúde e saneamento – o que envolve a reprodução da força de trabalho. Não podemos esquecer que o desenvolvimento de uma ordem disciplinar, que na análise foucaultiana espelha a biopolítica, parte da constituição da docilização e disciplinamento dos corpos para o lucro e normatização. Vemos, portanto, que há um leque de dimensões políticas, ideológicas, morais e materiais que criam objetiva e subjetivamente novos sujeitos e novas famílias, condizentes com a lógica capitalista. Nesse sentido, tanto Marx, como Engels realizaram análises equivocadas em relação às mulheres e a família. O capitalismo continua

seriamente dependente do modelo de família cisheteropatriarcal, que mesmo “se abrindo” para famílias homoafetivas, carrega em si a heteronormatividade como padrão de reprodução⁸⁴.

Engels, no prefácio à primeira edição (1884) da *A origem da família, da propriedade privada e do Estado (1884)*, afirma que, de acordo com a concepção materialista,

o momento determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução (*Reproduktion*) da vida imediata. Todavia, ela própria possui duas facetas: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, vestuário, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a reprodução (*Fortpflanzung*) do gênero. (ENGELS, 2012, p.18).

Nessa perspectiva, o autor abre margem para a divisão das esferas produtivas e reprodutivas, o que foi levado às últimas consequências pelas feministas da teoria dos sistemas duplos e triplos, dificultando a análise da totalidade social. Essa passagem, que causou diversas interpretações, é, como expresso no livro, “de difícil tradução”. Engels quer afirmar que a reprodução das relações sociais requer necessariamente a reprodução biológica. “Na história, essa relação evolui no sentido de que o desenvolvimento das forças produtivas diminui o peso dos eventos da natureza na reprodução social sem jamais poder extinguir a natureza – o “afastamento das barreiras naturais.” (ENGELS, 2012, nota do tradutor, p.18)⁸⁵. Além disso, outra nota de tradução desta obra nos chama a atenção, ao considerar a “inexatidão” de Engels, ao equiparar a produção e a reprodução, pois o que determinaria o desenvolvimento das sociedades, no caso, seria a *produção material* - como se esta pudesse prescindir da produção biológica. A análise de Engels foi diretamente criticada por Lise Vogel e outras autoras da TRS. Por outro lado, Cinzia Arruzza (2015) realiza outras mediações teóricas e defende a análise de Engels, a partir de algumas revisões, como trabalharemos na seção sobre patriarcado. Para Susan Ferguson e David McNally (2017):

Assim como a reprodução do capital, a reprodução da força de trabalho também requer uma explanação crítica social. Mas isso não é possível sem uma teorização da reprodução biológica, social, diária e geracional da força

⁸⁴ “Evidentemente, aqui estamos lidando com uma tendência e não uma lei de ferro. O fato de que a reprodução social é, e tem que ser desempenhada através de indivíduos corporificados envolvidos pelos imperativos do capitalismo, não significa que toda e qualquer forma de família é funcionalmente determinada. Tradições culturais e lutas sociais também irão moldar a variedade de arranjos familiares disponíveis. Mas, ao identificar o problema chave da necessidade sob o capitalismo de um local social que reproduz a força de trabalho biológica e socialmente, a análise de Vogel nos permite entender por que as sociedades capitalistas, não obstante sua vasta gama de histórias diversas, reproduziram repetidamente formas de família de dominação masculina.” (FERGUNSON; McNALLY, 2017, p.45).

⁸⁵ Nota do tradutor Leandro Konder que traduziu a obra de Engels publicada pela editora Expressão Popular (2012).

de trabalho e da organização social da diferença biológica que ela acarreta em uma sociedade capitalista. Em suma, as relações internas entre gênero, família e o modo de produção capitalista devem ser tematizadas, se quisermos entender a opressão de gênero no capitalismo, de uma forma que se concatene com a estrutura conceitual do Capital. (FERGUNSON; McNALLY, 2017, p.43).

A partir dessas mediações, acreditamos que a TRS nos fornece um campo novo de possibilidades para a apreensão das relações sociais no capitalismo, constitutivamente demarcada por condições generificadas e racializadas. Embora o marxismo “não tenha nascido pronto” em relação aos debates que envolvam as mulheres e as pessoas racializadas, sabemos também que essa teoria precisa continuamente ser renovada, já que a concepção materialista histórica requer isso. A história é movimento e processualidade e nenhuma teoria apresenta-se como acabada, afinal, “a coruja de Minerva levanta voo ao cair do crepúsculo”. Se Marx nos forneceu a lógica do modo de produção capitalista em suas mais viscerais contradições, sabemos que esse mesmo sistema imputa uma nova lógica entre as diversas opressões e explorações geridas historicamente, elevadas ao patamar de maior complexidade na acumulação primitiva do capitalismo e, ainda hoje, em curso. A nossa tendência, enquanto pesquisadoras e militantes feministas é tender a apartar a realidade da forma como se expressa no cotidiano, mas sabemos o quão limitador é a noção que não supera as aparências, por isso o recurso a totalidade é imprescindível.

Atualmente estamos diante de outras contradições que envolvem uma população mundial de mais de 7,8 bilhões de habitantes, com uma taxa de desemprego considerável, embora variante. Os sistemas produtivos combinam uma sofisticação elevada de tecnologias, em países de capitalismo central, com trabalhos protegidos (cada vez mais raros), com a realidade de trabalhos superexplorados e análogos a escravidão, em países de economia periférica. A lógica desigual e combinada que organiza também a divisão internacional do trabalho faz com que o *cisheteropatriarcado racializado*, constitutivo da lógica capitalista, seja também metamorfoseado. Mesmo assim, diante das possibilidades que envolvem o reconhecimento de famílias homoafetivas ou da descriminalização do aborto, o que é limitado por territórios e lutas sociais localizadas, o Estado permanece operando a lógica “atrasada” de modelos heteronormativos, no qual “as meninas vestem rosa e os meninos vestem azul”⁸⁶, ao passo que implementa um genocídio e encarceramento em massa da juventude preta e favelada.

⁸⁶ “A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, afirmou que o Brasil está em “nova era” em que “menino veste azul e menina veste rosa.” Reportagem de janeiro de 2019 disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damare-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>>. Acesso em 20.maio.2021.

O despertar de uma classe perigosa, *um precariado*, que pode ser “descartado”. Essas “pessoas descartáveis”⁸⁷ não coincidentemente possuem gênero e raça, as mesmas desprovidas de humanidade nos primórdios do capitalismo.

Os argumentos da *tese unitária* apoiam-se na unidade entre produção e reprodução e na crítica marxiana do capitalismo, como uma crítica de uma totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação e alienação. Portanto,

[a] tese essencial da “teoria unitária” é a de que no feminismo marxista, a opressão de gênero e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares: eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes. (ARRUZZA, 2015, p.57).

Para Borrego:

De esta forma, defender la visión del Capitalismo como una totalidad (como un “todo” orgánico), implica asumir que sus totalidades parciales (que representan las “partes”, dígame las diversas relaciones de: clase, raza/etnia, género/sexo, sexualidad, etc.) aunque sean distintas y posean propiedades específicas, ellas no constituyen momentos ontológicamente separados/autónomos. De ahí deriva la visión de que el capital en su proceso de totalización, unifica/fusiona y adapta las relaciones sociales pero sin suprimir completamente las totalidades parciales constitutiva de él. (...) la lógica del capital es entendida como una totalidad totalitaria que explota y oprime al sujeto social en todos los momentos de su praxis. Por tanto, se defiende que clase social, género, raza/etnia, sexualidad, etc., deben ser entendidos como diferentes momentos de la totalidad contradictoria que constituye la lógica del capital. (2020, p.87-88).

Para encerrar, gostaríamos de realizar algumas mediações em relação a nossa particularidade brasileira. Reiteramos o argumento de que a sociedade capitalista inaugura o divórcio entre o *valor de uso* e o *valor de troca*, a ascensão da monetização das relações sociais, a valorização do trabalho produtivo e a desvalorização do trabalho improdutivo e reprodutivo, alterando, conseqüentemente, a condição das mulheres na sociedade. Afinal, fora destinado histórica e socialmente às mulheres a sua realização como mães, criadas, donas de casa, empregadas domésticas, cozinheiras, cuidadoras etc., realidade exponenciada na sociedade capitalista, que inaugura uma nova divisão sexual do trabalho e, com isso, uma nova maneira

⁸⁷ Essa “descartabilidade” não é neutra, mas determina no âmbito concreto das relações sociais, necessariamente, quais “vidas são dignas de luto”. Esse mecanismo opera por meio não apenas da cisheteronormatividade (por isso, as pessoas trans são drasticamente vítimas de assassinatos violentos, no Brasil), mas também por meio do racismo, que incrementa o genocídio da população negra. Quando afirmamos que o *cisheteropatriarcado* é racializado e cisheterossexista, estamos mobilizando outras dimensões da complexidade constituintes das relações sociais generificadas e racializadas no capitalismo.

do patriarcado operar sob as relações sociais. Em algumas sociedades pré-capitalistas, em que a família existia como unidade de produção, tanto as mulheres quanto as crianças desempenhavam papel econômico fundamental. As mulheres trabalhavam nos campos, manufaturas, minas, lojas, mercados, oficinas etc. Para Saffioti (2013), as possibilidades de integração das mulheres na sociedade variam de forma invertida ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, pois as mulheres foram intensamente excluídas do processo produtivo, ao longo de seu desenvolvimento técnico e tecnológico⁸⁸.

Os trabalhos reprodutivo e doméstico são imprescindíveis para a manutenção do capital. Operam como complemento ao salário pago, que necessita do trabalho não pago na manutenção da classe trabalhadora para as atividades relacionadas às vestimentas, alimentação e cuidados, que não são de responsabilidade do empregador e tampouco do Estado, portanto, cabe às mulheres a sua realização. “Dado que em geral cabe às mulheres fazer o trabalho doméstico, já se observou que é através de reprodução da força de trabalho que as mulheres se inserem no circuito da mais-valia, condição *sine qua non* do capitalismo” (RUBIN, 1993, p. 7). Acreditamos que a partir do legado deixado por Marx foi possível, sob a ótica feminista, apreender a importância das mulheres para o desenvolvimento do capitalismo, mas, além disso, apreender as causas da opressão e dominação das mulheres neste sistema.

O capitalismo não apenas inaugura uma nova forma de sociabilidade, mas uma nova etapa histórica ao garantir, por meio da economia de mercado, a igualdade jurídica entre os homens. Entretanto, essa igualdade permitida pelo capitalismo não atingiu as mulheres, devido às desigualdades de sexo que foram aprofundadas e agonizadas pelo capitalismo, que relegou às mulheres os piores locais de subalternização de seus corpos. Afinal, “na sociedade

⁸⁸ Renata Gonçalves (2011b, p.125) afirma: “Na contramão dos que entendiam que o capitalismo abria portas para a emancipação feminina por meio da entrada das mulheres no mercado de trabalho, Saffioti advertiu que era o contrário que ocorria. O modo de produção capitalista alija força de trabalho do mercado, especialmente a feminina. Os caracteres raciais e de sexo operam “como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (1969:30). Isto não significa que estes caracteres contêm em si mesmos a explicação da totalidade ou das determinações de um sistema. São subalternos. E, como tais, “operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade” (Saffioti, 1969: 30).”. Nesse sentido, vale confirmar a tese da Saffioti, ao evidenciarmos que, embora as mulheres estejam “mais inseridas” no âmbito produtivo, são as que mais ocupam, proporcionalmente, trabalhos precários e menos remunerados. De acordo com os dados do IBGE, “Mulheres ganham 77,7% do salário dos homens no Brasil”. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/04/mulheres-ganham-77-7-dos-salarios-dos-homens-no-brasil-diz-ibge> >. Acesso em 11.ago.2021. Em outras pesquisas, os dados revelam que as mulheres ocupam porcentagem menor em trabalhos que envolvem alto nível de tecnologia. “[...] somente 19% da área de tecnologia é composta por mulheres e, em média, elas ganham 11% menos que os homens da área. Em alguns cargos como engenheiros de sistemas operacionais em computação e gerente de desenvolvimento de sistemas, as mulheres chegam a ganhar, respectivamente, 33% e 18% menos que os homens. As mesmas funções são ocupadas por 15% e 19% de mulheres, apenas.” Disponível em < <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/comportamento-3/desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-mulheres-ainda-ganham-menos-que-os-homens/> >. Acesso em 11.ago.2021.

capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de exploração e resistência...” (FEDERICI, 2017, p.34), tendo em vista que foi o corpo feminino o alvo central de apropriação (e controle) do Estado e dos homens, um meio indispensável de reprodução e acumulação capitalista. Assim, a igualdade jurídica de mercado não permitiu às mulheres nem a venda de sua força de trabalho – exceto em alguns períodos e localidades – e tampouco a compra de mercadorias, devido a sua condição desmonetizada. As mulheres sofreram com as desvantagens sociais que permitiram ao capitalismo arrancar o máximo de mais-valia absoluta, com as suas jornadas de trabalho mais intensas, extensas e com salários inferiores - em alguns locais e períodos históricos determinados, em que foram integradas aos processos produtivos, como em alguns países da Europa em sua etapa de industrialização.

Nessa lógica, no período de industrialização, tanto mulheres quanto crianças foram absorvidas pelo mercado trabalho – na condição de serem mais exploradas do que os homens – e depois foram expulsas, pois na lógica acumulativa do capital é mais vantajoso diminuir o capital variável e aumentar o capital constante, assim, contraditoriamente maior será o lucro quanto menor for o número de empregados/as ou quanto menor for o salário a eles/as pago. É axiomático negar que

[n]a sociedade de classes, o trabalho, a par de ser alienado enquanto atividade, gera um valor do qual não se apropria inteiramente o indivíduo que o executa, quer seja homem, que seja mulher. Esta, entretanto, se apropria de menor parcela dos produtos de seu trabalho do que o faz o homem. (SAFIOTTI, 2013, p.73).

Além do mais, a igualdade jurídica entre os homens revela uma aparência mística distinta da essência que engendra as relações sociais na sociedade capitalista, pois a remuneração do trabalho produtivo figurada por meio do salário disfarça a apropriação do trabalho excedente por parte do capitalista. A forma-valor que compõe o trabalho abstrato⁸⁹. Essa remuneração acaba por afirmar e negar a condição de trabalhador livre. Em outras

⁸⁹ “Tal forma-valor só pode se dar nas sociedades capitalistas, porque somente nelas o trabalho se torna abstrato, generalizando-se como mercadoria. Todas as coisas que se trocam no mercado, variadas e distintas, só têm por ponto de igualdade genérica um dado: o valor, que assume a forma de valor de troca, e que permeia o trabalho abstrato. Dessa generalização e abstração do trabalho estabelecem-se os parâmetros da forma-valor. O valor não é uma qualidade que resulte intrínseca à mercadoria, porque somente se estabelece na equivalência de todas as mercadorias entre si, o que só é possível com a genérica valoração do trabalho. O valor só pode surgir em termos de uma relação entre mercadorias, de tal sorte que sua forma se apresenta, então, sempre de modo relacional. Como as trocas são um circuito geral, as mercadorias trocam-se todas por todas, assumindo a forma de uma equivalência universal. O dinheiro se constitui, a partir daí, como elemento central de tal equiparação. As mercadorias assumem forma de um valor de troca universal, referenciado em dinheiro. Nesse processo todo, do trabalho abstrato ao dinheiro, a mercadoria se talha na fôrma do valor, valor de troca.” (MASCARO, 2013, p.23).

formações socioeconômicas, como o escravagismo e a servidão, era mais nítido o processo de exploração, entretanto, na sociedade capitalista prevalece a contradição entre viver a liberdade e ser obrigado a única forma que resta ao/à trabalhador/a de subsistência: *a venda da sua força de trabalho*, que, por sua vez, nega qualquer possibilidade de liberdade plena e de igualdade jurídica entre homens (e mulheres) que fazem parte da mesma classe.

É bem verdade que as invariâncias históricas nas sociedades competitivas desvelam níveis de complexidade inconstante em relação às mulheres, pois nos países que compõem o centro do capitalismo mundial é possível constatar a atenuação do conflito em relação às classes, com maior integração da força de trabalho feminina em locais que não sejam necessariamente marginalizados, mesmo sendo pouco duradouras as fases históricas em que as mulheres estiveram em maior nível de empregabilidade. Nos países de economia heterônoma, a realidade não é a mesma. Enquanto o capitalismo comercial estava em sua égide na Europa, a economia colonial brasileira exportava produtos primários, agrícolas e minerais que auferia grandes lucros aos países europeus, possibilitando inúmeras vantagens no momento de industrialização. Esse sistema de exportação, voltado inegavelmente ao lucro, apresenta grande incompatibilidade com a estrutura feudal, mostrando que a economia brasileira já nascera na constelação capitalista internacional, o que faz com que qualquer comparação ao desenvolvimento das relações sociais, em seu período colonial, com o período feudal europeu uma comparação errônea e simplista (SAFFIOTI, 2013).

A escravidão moderna, base econômica durante quase quatro séculos, no Brasil, foi imprescindível na edificação do capitalismo. As pessoas escravizadas não eram apenas uma mercadoria “capaz de mobilizar grandes capitais comerciais como também se transformava num capital fixo, portanto, em meio de produção para as grandes explorações agrícolas empenhadas na acumulação de capital” (SAFFIOTI, 2013, p.206). Evidentemente, a escravidão estagna o desenvolvimento do capitalismo em certo momento, no qual é necessária a viabilidade do emprego de mão de obra livre, mas durante muito tempo foi a forma principal de grande acumulação de capital. Além do mais, o trabalho escravo é incompatível com o emprego de tecnologia avançada, sendo que a pessoa escravizada não produz mais-valia relativa. Mesmo com todas as “ressalvas” na manutenção da mão de obra escrava, era mais rentável para o capitalista a escravidão do que a importação de mão de obra em regime de servidão temporária. Nas colônias em que houve grande importação desse regime, formou-se uma burguesia nacional das quais os interesses contrastaram com os da burguesia metropolitana, como na América do Norte, o que acabou por impulsionar outros processos sociais.

Com a abolição da escravidão e a generalização do assalariamento, o Brasil inaugurou a possibilidade de expansão plena das relações de produção típicas do capitalismo. É incontestável que ainda hoje colhemos reflexo do passado colonial, patrimonialista de relações escravista-senhoriais, das quais as mulheres negras e brancas são atingidas de forma intensamente diferente. As mulheres negras escravizadas e indígenas tinham seus trabalhos explorados e eram as principais reprodutoras da força de trabalho, sendo vítimas de estupros, afastando-se da condição humana e aproximando-se da condição de *coisa*. Essas características ainda prevaleciam nas relações sociais pós-abolição da escravidão, o que traçou desníveis em relação às mulheres brancas e negras na sociedade brasileira.

Historicamente, às mulheres negras escravizadas foram relegadas ao local do prazer sexual, enquanto as mulheres brancas deveriam exercer o papel de esposa e mãe dos filhos legítimos. Essas determinações criaram um sistema de *castas*, no período da escravidão, que foi se deteriorando a partir de sua abolição. Isso comprova a inexistência da igualdade jurídica entre os cidadãos no Brasil, até o final do século XIX. Saffioti (2013) chama atenção ao fato de que, após a abolição, a determinação de sexo na sociedade brasileira ganha outra dimensão, devido ao fato de o ex-escravizado se tornar, no novo regime, um cidadão brasileiro com efeitos eleitorais, “enquanto que a mulher, tanto branca quanto negra, seria marginalizada da escolha dos representantes do povo do governo” (SAFFIOTI, 2013, p.253). Assim, a mulher branca experimentou um descenso em relação ao homem negro, em relação aos direitos políticos. Nessa realidade vemos mesclar as determinações históricas e sociais em relação ao gênero, à raça e à classe, assim, torna-se impossível analisar essas totalidades parciais de forma autônoma e independente uma em relação à outra, como a teoria unitária alerta.

As desvantagens sociais que as mulheres sofreram foram intensificadas pela ordem burguesa estatal e pela Igreja, que negaram a possibilidade de escolarização e instrução das mulheres ao longo da história brasileira. Acredita-se que a baixa instrução das mulheres preservaria os costumes morais e sociais da família. Apenas em 1881, houve a primeira matrícula de uma mulher no ensino superior, no Brasil, mas até 1930, as mulheres ainda não haviam conquistado lugar no ensino superior e universitário, de acordo com a pesquisa da Saffioti (2013). Essas características, possuem visceral articulação com o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, que emerge a partir da Ação Social da Igreja Católica, na década de 1930, institucionalizando-se nas décadas subsequentes. Concomitantemente à criação de diversas universidades católicas⁹⁰, as mulheres passam a ocupar, mesmo que de forma tímida,

⁹⁰ As primeiras universidades Católicas do Brasil são, respectivamente: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), fundada em 1908; PUC Rio Grande do Sul, em 1931; PUC-Campinas, 1941; PUC-Rio, em 1946;

maior número de vagas em cursos que possuem grandes determinações de gênero, como os cursos de Serviço Social, da área da saúde, enfermagem etc.

Podemos afirmar, portanto, que diante das diversas lutas históricas dos movimentos feministas e as conquistas originárias destas, as mulheres tiveram melhorias inegáveis em suas condições de vida, por mais que as contradições do sistema capitalista reiterem as desigualdades entre mulheres brancas e negras, ricas e pobres, metamorfoseando as antigas formas de opressão, domínio e exploração. Assim, podemos afirmar que, no Brasil, a partir de suas determinações sócio-históricas de relações coloniais, fundiárias, escravagistas, patriarcais, de capitalismo heteronômico e de profunda desigualdade, as mulheres da classe trabalhadora (brancas, negras e indígenas, dentro de suas diversidades) sofrem, ainda hoje, o peso do passado que se reitera em práticas institucionais e culturais, fazendo com que dentre as pessoas mais pobres do Brasil, as mulheres pretas e pardas representem a maioria (IBGE, 2017) ilustrando as desigualdades de gênero e raça.

A partir dessas preliminares colocações, podemos afirmar que as relações sociais generificadas e racializadas, no Brasil, apontam para níveis de complexidades que se particularizam a partir da sua formação sócio-histórica, por isso, é imprescindível analisarmos os fenômenos históricos, a partir do materialismo (histórico-dialético). Afinal, este método, dentre os diversos desenvolvidos nas ciências humanas, é o que nos fornece a lógica de desvelamento das relações sociais burguesas, no capitalismo, que não podem prescindir das relações sociais generificadas e racializadas, desde a acumulação primitiva. O que nos faz garantir que, embora exista uma universalidade que englobe a forma do capitalismo se constituir enquanto totalidade totalitária incapaz de prescindir do racismo e do patriarcado enquanto dimensões constitutivas de sua operacionalidade e racionalidade, há concomitantemente processualidades históricas que particularizam as mesmas relações sociais generificadas e racializadas, materializadas de forma singular no cotidiano dos sujeitos. A TRS, a partir do materialismo histórico dialético, nos ajuda a realizar mediações que permitam a categorização desses processos. Mas, infelizmente, nem sempre os feminismos e os marxismos estiveram do mesmo lado da luta, sendo, inclusive, compreendidos, muitas vezes, como movimentos inconciliáveis ou como afirmado historicamente por uma esquerda economicista “o feminismo e a luta antirracista enfraquece a luta de classes” e, devido a isso, o trabalho de conciliar essas teorias e suas práxis políticas, ainda hoje, se expressa como uma tarefa inconclusa.

PUC Minas, em 1958; PUC Paraná, em 1959; e PUC GOIÁS, em 1959. Sendo que o primeiro curso de Serviço Social, no Brasil, foi fundado em 1936, na PUC-SP.

3 OS FEMINISMOS E A LUTA DE CLASSES: “CASAMENTOS” E “DIVÓRCIOS” ENTRE FEMINISMOS E MARXISMOS

A *Teoria da Reprodução Social* (TRS) ou *Teoria da Reprodução Social da Força de Trabalho* ou *Teoria Unitária*⁹¹ emerge num contexto sócio-histórico particular. Ao observarmos o processo de edificação deste campo teórico, podemos localizar múltiplos esforços de feministas na tentativa de articular o debate de gênero à luta anticapitalista por meio do resgate, releitura e apropriação da teoria-método marxista. Seguramente, a teoria marxista, de forma geral, é acusada historicamente de ser indiferente às questões de gênero e raça, sendo, muitas vezes, designada como uma perspectiva teórica eurocêntrica, sexista e racista. Entretanto, cada vez mais vemos a produção de pesquisas e traduções de textos originais que evidenciam o contrário, embora nem Marx e nem Engels tenham analisado, especificamente, a questão das mulheres ou dos/as negros/as. Concordamos com Jean Tible (2018) quando afirma que “para utilizar a potência de Marx hoje, deve-se conectá-lo com uma série de lutas, “concretas” e “conceituais”. Isto significa, aqui, um Marx em diálogo com o fundo cultural comum pan-americano, sua unidade histórico-cultural” (2018, p.15). Nesse sentido, seguindo a tentativa de consolidar a luta feminista-marxista conectada às lutas concretas da classe trabalhadora, a TRS, atualmente, está sendo (re)construída como uma produção teórica conceitual que analisa a condição das mulheres e das pessoas racializadas na sociedade capitalista, à luz da teoria-método marxista.

Como resgatamos no capítulo anterior, tudo começou na década de 1960, quando um conjunto de autoras feministas-marxistas passaram a desenvolver um debate que futuramente foi nomeado de *Teoria da Reprodução Social*. O campo comum destas autoras é a apreensão analítica da unidade indissociável entre produção e reprodução social, ao aprofundar analiticamente a geração e a manutenção da força de trabalho: a mercadoria especial geradora de valor, nesta sociedade. Essas autoras constatarem que a mercadoria força de trabalho é produzida por um conjunto de processos (sociais e biológicos), localizados fora do âmbito produtivo, num local particular, baseado em laços de parentesco e afinidade: a família. Para estas feministas, esses processos envolvem três importantes dimensões. Primeiro, as atividades que regeneram a força de trabalho, ao possibilitar o acesso à comida, à vestimenta, ao descanso, ao bem-estar etc. Segundo, as atividades que mantêm e regeneram os segmentos da classe trabalhadora que estão fora do âmbito produtivo, como os/as futuros/as (crianças), antigos/as

⁹¹ Ao longo de todo o trabalho, utilizamos as três formas de nomeação desta corrente teórico-metodológica como equivalentes.

trabalhadores/as (idosos) ou pessoas que por algum motivo não podem vender a sua força de trabalho. E, por fim, as atividades que envolvem a reprodução biológica de novos seres humanos, potencialmente, nova força de trabalho (BHATTACHARYA, 2013). Esses procedimentos de geração, aprovisionamento e manutenção da força de trabalho são realizados de forma gratuita pelas mulheres da classe trabalhadora e, mais do que isso, são naturalizados como atividades obrigatórias vinculadas ao gênero.

Entretanto, a TRS não é um campo teórico harmônico e nem sempre esteve em concordância analítica, possuindo diversas correntes que tendem a divergir teórica e politicamente. Como a corrente italiana, liderada, sobretudo, pelas feministas-marxistas-autonomistas Mariarosa Dalla Costa, Selma James Silvia e Silvia Federici, que, em meados da década de 1970, lideraram um movimento exigindo salários para os trabalhos doméstico. Há outra corrente, situada nos Estados Unidos (EUA) e no Canadá, mas que conta com a presença de autores/as de diversas nacionalidades, como Lise Vogel, Martha Gimenez, Johanna Brenner e, mais recentemente, Susan Ferguson, David McNally, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, possuindo também diversas distinções analíticas e políticas intrinsicamente. Podemos afirmar que, neste cenário de crise estrutural do capital e neoliberalização do Estado, depois mais de trinta anos de ostracismo teórico, a TRS tem sido resgatada e reformulada por grupos de pesquisadoras localizados em diversos locais do mundo, que fazem questão da construção de um feminismo-marxista ou marxismo-feminista, elevando o nível teórico de análise da condição das mulheres no capitalismo, reverberando no desenvolvimento político das lutas feministas-classistas.

Embora haja uma ampla diversidade nestas correntes supracitadas, o que há em comum entre elas é a articulação da práxis feminista à práxis marxista, resultado da histórica relação entre os *casamentos e divórcios dos marxismos e feminismos*, permeados de grandes tensões e contradições das lutas feministas e operárias, desde o século XIX. Essas contradições estão espelhadas na constituição da TRS, possibilitando que o próprio movimento de lutas feministas que ora se aproxima da luta operária, ora se distancia, faça da TRS ser o que é. Para complementar a análise acerca da teoria unitária, sustentada na fundamentação de uma totalidade capitalista que é racista e sexista, faz-se necessário situar, de forma preliminar, a luta feminista na sociedade de classes capitalista e a sua vinculação à luta operária e à teoria marxista. Assim, como o processo de negação entre o feminismo e a luta anticapitalista.

Neste capítulo, pretendemos, portanto, realizar um esboço histórico-teórico-conceitual, preliminar, acerca da luta das mulheres e a luta classista. Para tanto, utilizaremos como fundamentação teórica tantos os estudos feministas-marxistas (ARRUZZA, 2011; 2015; 2019;

BHATTACHARYA, 2013; DAVIS, 2016; FRASER, 2006; FEDERICI, 2017; 2019; SAFFIOTI, 1976) como os aportes teórico-metodológicos marxistas (ENGELS, 2012; MARX; 2019) e os estudos decoloniais (LEACOCK, 2012; 2019; TIBLE, 2018; LUGONES, 2008; OYĚWÙMÍ, 2004; SEGATO, 2012), entre outros/as. Realizaremos também uma fundamentação crítica em relação à abordagem teórica das feministas materialistas francófonas, assim como às outras perspectivas teóricas dos “sistemas duplos e triplos”. Pretende-se, dessa forma, aproximar-se da substância construída historicamente através da luta das mulheres e os inegáveis processos de coalização e colisão entre os feminismos e os marxismos.

3.1 Feminismo classista

Ao analisar as histórias dos feminismos, podemos localizar sujeitos históricos importantes que lutavam pela libertação das mulheres, desde o final do século XVIII. A militante Olympe de Gouges (França, 1748-1793), responsável pelo manifesto feminista da Revolução Francesa intitulado *A declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, foi um desses sujeitos que, diante do universalismo do direito do homem, reivindicou os mesmos direitos para as mulheres, o que lhe rendeu a guilhotina, em 1793. Flora Tristan (França, 1803-1844), autora do livro *União operária* (1844), foi responsável por trazer centralidade da luta feminista para a luta operária, ao afirmar a conexão entre estas lutas.

Embora exista uma diversidade de lutas constitutivas não apenas dos movimentos revolucionários localizadas na Europa, podemos assegurar que as reivindicações feministas nascem a partir das conquistas burguesas alcançadas no século XVIII, sobretudo com as Revoluções Francesa e Inglesa. Essas revoluções marcam o início de um novo momento histórico da humanidade, na qual os seres humanos conquistam a noção de igualdade abstrata, contrastada à desigualdade real, a partir do coroamento do sistema capitalista. A possibilidade de venda e compra de mercadorias, da qual a mercadoria força de trabalho é a principal, possibilitou a igualdade entre os homens (burgueses e proletariados), excluindo ou colocando em condições desiguais as mulheres e as pessoas negras escravizadas.

É interessante observar que tanto as mulheres (a exemplo da *Cercle Social*, associação que Olympe de Gouges compunha), quanto as pessoas negras escravizadas (a exemplo da Revolução Haitiana, ocorrida em plena Revolução Francesa, em 1791) reivindicavam os direitos de liberdade, igualdade e fraternidade proclamados pelos franceses, ou seja, era real a reivindicação dos direitos liberais alcançados pelas revoluções burguesas para a humanidade, mas todos os *outros* que não fossem os homens europeus colonizadores foram excluídos dos

ganhos da modernidade capitalista. Assim, a conquista dos direitos burgueses inaugura uma nova etapa histórica, mas demarca, de forma cirúrgica, os humanos que seriam considerados sujeitos políticos e os que usufruiriam de condições sub-humanas ou seriam considerados animais. Como bem pontua Abigail B. Bakan (2016, p.54), “o indivíduo competitivo é teorizado como o “homem universal”, articulado em democracias liberais através dos princípios de direitos e liberdades individuais, e a asserção do indivíduo abstrato como “cidadão” [...]”. Contraditoriamente, a Revolução Industrial e o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista operaram, em maior e menor medida, com a inclusão de mulheres, negros e até crianças, no *direito* à venda da força de trabalho, como analisado por Silvia Federici (2017), mas esse direito possui contornos distintos a depender das particularidades sócio-históricas de cada local e da própria divisão internacional do trabalho.

Com o desenvolvimento do feminismo burguês, contemporâneo ao movimento operário que ascendia na França, houve o acirramento de pautas e demandas políticas do feminismo e da luta operária. Esse feminismo, formado em sua maioria por mulheres brancas letradas de classe média, reivindicava direitos incompatíveis com a realidade das trabalhadoras que viviam em condições de profunda miserabilidade, com jornadas de trabalho longas e baixos salários, restando-lhes como destino o casamento ou a prostituição. Na Inglaterra, entretanto, houve maior coalizão de forças entre os movimentos feministas e operários/sindicais, mesmo que o movimento feminista, em seu primeiro momento, tenha se reduzido à luta pelo sufrágio universal.

Desde a década de 1970, os “casamentos” e “divórcios” entre o feminismo e o marxismo tem sido analisado por feministas. A começar por Heidi Hartmann (1996 [1978]) com *O infeliz casamento entre marxismo e feminismo: rumo a uma união mais progressiva* [The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union]. Posteriormente, com Iris Young com *Além do infeliz casamento: uma crítica ao sistema dual* (1992 [1981]) [Beyond the Unhappy Marriage: A Critique of the Dual Systems Theory] e, depois, esse debate foi reaberto pelas feministas marxistas da Teoria da Reprodução Social, em especial, por Cinzia Arruzza em seu livro *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*, publicado em 2013, nos EUA, e lançado no Brasil, em 2019 ⁹².

Nesta obra, em particular, a autora realiza uma análise em relação a tentativa de construção de uma unidade entre o feminismo e o marxismo, destacando alguns sujeitos e

⁹² Estamos nos referindo especificamente ao debate que buscasse apreender a relação entre marxismo e feminismo de forma mais explícita. Reconhecemos que ao longo desses trinta anos, diversas autoras marxistas e feministas produziram ativamente sobre essa temática, como, por exemplo, Heleith Saffioti, Angela Davis e Lélia Gonzalez.

períodos históricos, sobretudo europeus, ignorando a realidade latino-americana, africana e asiática. Debruça-se, predominantemente, sob a realidade da França, Inglaterra, Alemanha e Itália. Ao analisar mais especificamente “os casamentos”, a autora lança mão da conformação de alguns partidos socialdemocratas na luta pela possibilidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho, pois compreendiam que fazia parte de sua emancipação. Clara Zetkin (Alemanha, 1857-1933), foi de crucial importância para o adensamento político do Partido Socialdemocrata (SPD), fazendo também campanhas para defender o sufrágio universal. De todo modo, até 1900, praticamente não existiam mulheres organizadas politicamente em partidos ou sindicatos. Considerando que, até a I Guerra Mundial, no caso alemão, as mulheres nunca tinham chegado a mais de 10% no SPD.

Em 1907, foi realizada a primeira Conferência Internacional das Mulheres Socialistas e também o VII Congresso Socialista Internacional, oportunidades que propiciaram espaço ao debate sobre o direito das mulheres ao voto e, além disso, aprovaram uma resolução a favor da pauta.

A segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas aconteceu em conjunto com o VIII Congresso Socialista Internacional, em 1910, e contou com a participação de cem delegados (homens e mulheres), vindos de dezessete países. Nesse duplo evento é que foi instituído o Dia Internacional das Mulheres, inicialmente sem data fixa. O dia 8 de março foi escolhido mais tarde, depois que as mulheres incendiaram o levante da Revolução Russa, ocupando as ruas de Petrogrado em 23 de fevereiro de 1917, dia 8 de março segundo o calendário gregoriano. (ARRUZZA, 2019, p.48).

O início da Revolução Russa é marcado pelo levante de mulheres que exigiam pão e paz e, apesar dos pesares, os primeiros anos da revolução marcaram o ponto mais alto do processo de emancipação feminina. Em suas palavras:

Em nenhum outro evento histórico, as mulheres puderam se beneficiar de tal liberdade e dignidade, gozar de direitos de cidadania plena, participar ativamente da vida política e social, contribuir efetivamente para a construção de uma nova ordem política e social, e simplesmente tomar conta de suas próprias vidas. (ARRUZZA, 2019, p.49).

As propostas dos bolcheviques eram bem explícitas em incitar a “libertação das mulheres do trabalho doméstico e a independência em relação aos homens através da plena participação na força de trabalho” (ARRUZZA, 2019, p.49). Na esfera do trabalho doméstico, seria necessário a criação de uma série de serviços públicos, como creches, lavanderias e cantinas. Nesta perspectiva, a resolução do problema da “dupla jornada” das mulheres perpassaria pela socialização do trabalho doméstico, mas sem a intenção de “desafiar os papéis

tradicionais familiares e divisão sexual do trabalho” (idem, p.50). Portanto, naturalizavam-se que as mulheres cuidassem desses espaços. Com todos os avanços em relação às possibilidades criadas para que as mulheres pudessem participar ativamente da vida política, não foram questionadas a monogamia e, tampouco, a heterossexualidade, impulsionando, contraditoriamente, uma posição ainda mais retrógrada em relação à homossexualidade.

Alexandra Kollontai (Rússia, 1872-1952) é uma das protagonistas da luta das mulheres trabalhadoras neste momento. A partir de sua participação política, conjuntamente com a de outras mulheres organizadas, houve a criação de uma secretaria responsável pelos assuntos referentes às mulheres, em plena Revolução Russa. Vladimir Lênin (Rússia, 1870-1924) foi um grande apoiador dessa luta e também a sua esposa, Nadezhda Krupskaya (Rússia, 1869-1939), e a militante Inessa Armand (França, 1874-1920). Antes da Revolução de Outubro, as leis czaristas eram bastante hostis com as mulheres, obrigando-as a obedecer aos seus maridos e legitimando qualquer tipo de submissão. Apesar de todas adversidades históricas e sociais, a Revolução Russa foi o fato histórico que mais possibilitou os vínculos entre emancipação feminina, auto-organização e movimento operário. Depois que Josef Stalin (1878-1953) burocratizou e corrompeu o processo, essas conquistas foram brutalmente destruídas.

Arruzza (2019), em sua obra, realiza algumas análises acerca das particularidades que envolvem a Guerra Civil Espanhola, o vínculo entre a luta das mulheres e os movimentos anarquistas. Além disso, a autora destaca algumas lutas importantes que também marcaram a “segunda onda” do feminismo e elenca alguns fatos históricos pontuais relacionados à Revolução Chinesa. De todo modo, a tese defendida pela autora é de que durante a “primeira onda” do feminismo foi possível traçar alguns caminhos em comum entre a luta feminista e a luta operária e sindical. Algumas demandas como o acesso à educação, ao trabalho e à própria condição de cidadania eram compartilhadas. Entretanto, num movimento contraditório, as mulheres ocupavam o protagonismo na crítica ao universalismo cidadão, proclamado na Revolução Francesa, afirmando que a igualdade jamais seria real se não fosse viabilizada para as mulheres. Em relação à realidade brasileira, é importante pontuar algumas questões, embora a autora não se detenha a essa particularidade.

Considerando que, seguramente, os países industrializados hiperdimensionam a exploração da força de trabalho durante o processo de crescimento econômico, precisamos nos deter com mais cautela para a realidade de países de economia periférica e industrialização tardia. No Brasil, essa exploração se deu com a existência de homens (majoritariamente imigrantes) assalariados, mulheres e crianças com rebaixamento salarial e pessoas negras, escravizadas, como trabalhadoras informais, o principal contingente do pauperismo. Ainda que

tenhamos a inexistência de dados estatísticos que comprove as reais dimensões desta realidade, podemos afirmar que o proletariado brasileiro era composto, sobretudo, por estrangeiros e, entre eles, os italianos possuíam primazia, seguidamente dos portugueses, espanhóis e sírios (ALVIN, 1983).

Esses dados refletem o fato de o Brasil ter recebido, 40 anos após a abolição da escravidão, mais de dois milhões de imigrantes, fazendo com que, em 1890, os brancos constituíssem 44% da população brasileira (COSTA, 2013). Esse processo corresponde à tentativa de branqueamento da população brasileira que se daria, primeiro, com a diminuição progressiva da população negra, ao passo que a miscigenação produziria uma população mais clara (SKIDMORE, 2012). Essas perspectivas ideológicas fundamentavam-se, principalmente, no racismo científico constituinte da criminologia positivista do italiano Césare Lombroso, reproduzida pelo médico eugenista Nina Rodrigues, no Brasil, no final do século XIX e no início do século XX.

Em 1901, em São Paulo, o contingente proletariado era composto por 90% de estrangeiros e 10% de brasileiros (ALVIN, 1983), as mulheres, especialmente italianas, ocupavam a maior parte das vagas de trabalho na indústria têxtil. Entre 1901 e 1914, há o registro de várias indústrias com predominância feminina (têxtil, alimentação, confecção e vestuário) que entraram em greve, demonstrando, assim, a capacidade organizativa e política dessas mulheres, por mais que não estivessem organizadas em partidos ou sindicatos. Em 1917, de acordo com Zuleika Alvin (1983), das 45 indústrias que aderiram à greve em São Paulo, 20 pertenciam à indústria têxtil e de vestuário e bordados. A autora defende que mesmo com severas dificuldades que impediam a organização política das mulheres, como os valores tradicionais da família, a onipresença de vários tipos de violência, o fantasma do desemprego e os baixos salários, as mulheres proletariadas de São Paulo, no início do século XX, se organizaram conjuntamente com o movimento proletariado. Dando continuidade a essa reflexão, trabalharemos com um pouco mais de dedicação às características da formação sócio-histórica brasileira constitutivas da divisão sociosexual e racial do trabalho no próximo capítulo desta pesquisa.

Voltando à reflexão sobre a articulação entre as lutas operária e feminista, num contexto mais amplo, entre a “primeira e a segunda onda do feminismo”, houve a publicação de *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir, que marcou profundamente a compreensão analítica das questões de gênero e, por suposto, a luta política dos movimentos feministas desta geração, que compartilhavam a cena política à época com diversos movimentos, dentre os quais, o movimento negro e os movimentos por direitos civis merecem destaque. Beauvoir, ao

afirmar que *não se nasce mulher, mas torna-se mulher*, trouxe a centralidade para os processos sociais que (re)modelam os sujeitos, neste caso, as mulheres, diante do monopólio masculino que decidem como as mesmas devem ser e se comportar. Esse debate abriu um leque grande de discussão. Tanto as lésbicas, Monique Wittig em especial, como as mulheres negras, com o movimento do *mulherismo*⁹³, com Alice Walker, passaram a questionar diretamente a categoria mulher⁹⁴. Nessa contraditória realidade, a “segunda onda” do feminismo marca “o divórcio” entre o feminismo e o movimento operário, com a hegemonia de estudos que partilham de outras perspectivas teóricas-metodológicas. Entretanto, o espraiamento e extensão dos feminismos são catalisados pelas condições favoráveis criadas por diversos movimentos sociais surgidos no período de 1968 (ARRUZZA, 2019).

Os movimentos de mulheres negras, ou o feminismo negro, ou o *womanism*, ganham acentuada força nesse período, refletindo também um salto qualitativo nos movimentos feministas brancos e mistos que passaram a ser obrigados a parar de ignorar a dimensão racial das relações sociais capitalistas. Os estudos ainda caminhavam a partir de perspectivas diversas, na busca de subsídios históricos, teóricos e metodológicos para fundamentar teoricamente a luta política, pois o colonialismo e, consequentemente, o racismo impossibilitaram que esse debate tivesse centralidade, realizando um apagamento, um *epistemicídio*, do que não fosse ocidentalcêntrico, durante séculos de expropriação das Américas. É inegável a contribuição, neste período, da autora feminista negra Angela Davis com *Mulheres, Raça e Classe* ([1981], 2016), na tentativa de articular analiticamente a exploração capitalista e as opressões de raça e gênero, a partir de uma perspectiva marxista. Sem contar também os movimentos de mulheres negras no Brasil, criados a partir da luta de mulheres no Movimento Negro Unificado (MNU), numa crítica contundente ao capitalismo, a exemplo de Lélia Gonzalez, que ajudou a criar o MNU e esteve articulada com outros sujeitos coletivos. Isso mostra a diversidade que havia dos movimentos feministas negros que ora tendiam para uma maior crítica anticapitalista, ora caíam numa atuação mais reformista, calcada no definhamento da radicalidade à época.

A *luta pela igualdade* perde o lugar para a *teoria da(s) diferença(s)*, na “segunda onda” do feminismo, ganhando contornos mais severos na “terceira onda”. Exigir o direito à diferença

⁹³ O movimento *womanism*, similar ao feminismo negro, tem como centralidade a dimensão da raça e gênero. O nome *wo(man)ism* sugere a unidade entre mulheres e homens negros/as na construção de uma nova sociedade, mas a dimensão da classe é gradativamente esvaziada. Esse movimento de mulheres negras afro-americanas começa a ser desenvolvido ainda na década de 1970, a partir do ponto de vista negro (COLLINS, 2017).

⁹⁴ Gostaríamos de dar destaque às negras, que já questionavam a categoria mulher antes mesmo do feminismo se espraiar nas sociedades de capitalismo central, como no discurso proferido por Sojourner Truth em uma intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Discurso na íntegra: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em 05.mar.2021.

foi uma poderosa ferramenta conceitual que também causou a divisão entre os movimentos sociais mistos. A luta pelo reconhecimento das diferenças (HONNETH, 2003), passa a compor a agenda dos movimentos sociais crescentes, sobretudo, após o fim do “socialismo real” e a expansão do neoliberalismo (FRASER, 2006). Assim, a descoberta da diferença significou o “processo de afirmação e definição da própria identidade, a autodeterminação e a luta pela libertação” (ARRUZZA, 2019, p.62), passando a compor as práxis feministas. As críticas dos feminismos em relação às estruturas sociais, políticas e culturais passaram a estar fundamentadas na crítica ao patriarcado como sistema ideológico (e, muitas vezes, sistema econômico) anterior à sociedade capitalista. Nesse contexto, nega-se a centralidade da classe, acentuando-se a crítica ao marxismo (em sua versão economicista), almejando a construção de uma perspectiva política que reunisse os âmbitos pessoal e político.

Articulado a esses fenômenos, podemos demarcar a existência do *Welfare State* em alguns países de economia central, implicando substancialmente na perda da radicalidade da luta da classe trabalhadora. Os “anos gloriosos” do capitalismo central, permitiram a socialização de uma tímida parcela da riqueza socialmente produzida e apropriada de forma privada, por meio de políticas sociais, crescimento da taxa de emprego e da capacidade de consumo da classe trabalhadora. O que implica também na combinação ideológica de lutas reformistas, constitutivas de parte dos estudos sobre *justiça social*, nos EUA. Essa concepção emergiu na década de 1980 (COLLINS, 2011), devido ao acesso de pessoas latinas, indígenas, afro-americanas e de outros grupos racializados e marginalizados às universidades, ascendendo um debate sobre reparação das inequidades sociais no capitalismo. Entretanto, esse conceito foi sendo esvaziado politicamente, ao longo das últimas décadas, devido à real condição de inoperância do *Welfare State* - mesmo em países de economia central, como nos EUA - combinada a níveis cada vez mais drásticos de exploração e superexploração do trabalho, acentuados, especialmente, no período de uberização do trabalho (ANTUNES, 2018), do qual o contingente negro das populações de países de capitalismo periférico sofre maior impacto⁹⁵.

Nessa processualidade histórica contraditória, podemos afirmar que a dissolução da União Soviética e o fim do “socialismo real” põem, de fato, fim ao “casamento” entre lutas operárias e lutas feministas. Essa afirmação é reiterada nas análises da filósofa Nancy Fraser

⁹⁵ Em um outro trabalho “Justiça Reprodutiva: a práxis negra feminista como dimensão da luta pela emancipação humana” (OLIVEIRA, 2021, no prelo) tentamos realizar a articulação entre a teoria feminista negra, que funda a noção de justiça reprodutiva, e a práxis marxista.

(2006), em relação às lutas “identitárias”⁹⁶, das quais prevalecem o expressivo aumento de lutas no campo das diferenças e da identidade em detrimento de lutas “redistributivas” ou que busquem uma transformação macro societária, reformulando o “dilema entre redistribuição e reconhecimento”. Além disso, instaura-se a *crise dos paradigmas* nas Ciências Sociais, articulada com o advento do neoliberalismo e a “captura” da subjetividade, por meio da “lógica manipulatória do toyotismo sob o lastro das inovações sócio-metabólicas [que] atinge as dimensões do psiquismo humano.” (ALVES, 2008, p.223). E, não menos importante, vimos emergir, neste mesmo período na América Latina, um vínculo mais estreito entre os movimentos sociais e o “terceiro setor”. Isso alterou o *modus operandi* organizativo de diversos movimentos sociais, impulsionando o surgimento da “ONGuização”⁹⁷.

3.2 O patriarcado como propósito investigativo

Como expressão desses movimentos *divorciados do marxismo*, emerge, como dito anteriormente, uma série de perspectivas teóricas feministas que procuram fundamentar a opressão das mulheres por meio da existência do patriarcado, compreendido como um sistema constitutivo de um conjunto de relações sociais de exploração, dominação e opressão, anterior à sociedade capitalista. Embora não exista uma definição consensuada e uniforme do que é o patriarcado (BORREGO, 2020). Um desses movimentos é liderado por um conjunto de feministas materialistas francófonas, dando origem ao feminismo materialista francófono, ao denunciar o “silêncio marxista” em torno das opressões das mulheres (BOLLA, 2018). Iremos analisar mais detalhadamente esse movimento ainda neste capítulo, mas antes gostaríamos de destacar que esse feminismo e diversas outras correntes do feminismo radical da “segunda onda”, possuem como âmago teórico as produções antropológicas do estruturalista Claude

⁹⁶ Não tomamos a noção de “lutas identitárias” como verdade, pois defendemos que todas as lutas situadas no âmbito do reconhecimento das diferenças também conformam uma unidade com a luta de classes e, portanto, são lutas que devem ser constitutivas do movimento anticapitalista.

⁹⁷ As “onguizações” foram impulsionadas e patrocinadas por uma onda de financiamentos provenientes de agências norte-americanas e/ou europeias e, acabaram, em grande medida, redirecionando as ações políticas dos movimentos sociais, além de interferirem diretamente em suas autonomizações e liberdade de atuação. Isso relaciona-se diretamente com a concepção de um Estado mínimo para direitos sociais e máximo para o Capital, o que coaduna com os ideários neoliberais. Esse processo de “onguização” está situado num determinado período histórico da sociedade brasileira, relacionado com o período de redemocratização e abertura neoliberal, no qual os movimentos sociais deixaram de ter uma posição mais crítica de confronto ao Estado - como era no período da Ditadura Militar - para assumir, por meio das Organizações Não-Governamentais (ONGs), o planejamento e execução das políticas e serviços, “cooperando” com o Estado (NOVELLINO, 2006). Essa conformação também perpassa os movimentos feministas, que passaram a ser “bem-comportados”, afinal, substituíam o discurso mais revolucionário de luta contra o patriarcado e crítico ao neoliberalismo, por um passível de financiamento de agências internacionais ou pelo Estado brasileiro (CISNE, 2016; NOVELLINO, 2006).

Lévi-Strauss (França, 1908 – 2009), o que merece um longo, mas necessários “parênteses” na nossa explicação.

Lévi-Strauss contribui de maneira particular aos estudos antropológicos desenvolvidos ao longo dos séculos XIX e XX, desenvolvendo a sua teoria sobre as relações de parentesco. Dedica a sua principal obra, *Estruturas elementares do parentesco* (1955), ao Lewis Henry Morgan (EUA, 1818 – 1881). Antes de esborraçamos alguns elementos acerca de Lévi-Strauss, precisamos situar o pensamento de Morgan que foi responsável pela escrita da obra *A Sociedade Antiga* (1877), obra utilizada como referência principal na *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), de Friedrich Engels. Em *A Sociedade Antiga*, Morgan desenvolve a sua análise a partir dos dados em relação à produção/reprodução social e relações de parentesco de aborígenes australianos, polinésios, índios iroqueses, astecas, gregos e romanos, com o intuito de apreender os diferentes modelos sociais, em sociedades menos e mais complexas que, por fim, dão origem às sociedades de classes e as civilizações. Num modelo sucessivo, e considerados por muitos como evolucionista, o autor objetivou desenvolver os estágios evolutivos da humanidade.

Ainda que os estudos antropológicos em nível mundial tenham passado por expressiva mudança, devido às descobertas científicas e arqueológicas, ao longo dos séculos XX e XXI, os achados científicos da obra em questão ainda hoje possuem dimensões de veracidade. Entretanto, existem diversas críticas aos limites de suas constatações científicas. Nos Estados Unidos, de acordo com Eleanor Burke Leacock (2019), a crítica mais comumente utilizada contra a obra de Morgan é em relação ao “esquema excessivamente rígido que colocaria numa camisa de força a miríade de culturas que têm sido desenvolvidas pela humanidade” (LEACOCK, 2019, p.123), e, nessa perspectiva, muitos/as cientistas invalidam a obra como um todo, sem nem ao menos reavaliar as considerações realizadas no final do século XIX.

Os estágios evolutivos de Morgan compreendem aos agrupamentos humanos, por ele considerados, *primitivos* (selvageria), passando pela *barbárie*, até a origem da *civilização*. Influenciado pela teoria de Charles Darwin (1809-1882), Morgan se apropriou da concepção de adaptação ativa para categorizar a luta pela sobrevivência da humanidade, a partir dos meios de subsistência, apreendidos como base para o progresso da humanidade, compreendidos na⁹⁸:

1. luta pela subsistência através de frutos e raízes disponíveis; 2. Adição de peixe como o uso de fogo, e lenta adição da carne como parte permanente da dieta, particularmente após a invenção do arco e flecha; 3. Dependência de

⁹⁸ Lewis Morgan elencou sete pontos principais para estudar as diferentes sociedades: I. Subsistência; II. Governo; III. Linguagem; IV. Família; V. Religião; VI. Vida doméstica e arquitetura e; VII. Propriedade. (CASTRO, 2016).

cereais e plantas cultivados; 4. Dependência de carne e leite de animais domesticados; e 5. “Subsistência ilimitada” através do aperfeiçoamento de técnicas agrícolas, notadamente através do atrelamento do arado em animais domésticos. (LEACOCK, 2012, p.234).

A *selvageria* inferior e média está marcada pela pesca e pelo conhecimento do fogo, a *selvageria* superior pela criação do arco e flecha, a *barbárie* inferior pela descoberta da cerâmica, a *barbárie* média pela domesticação de animais e o uso de irrigação em agricultura, a *barbárie* superior pela descoberta e uso do ferro e, por fim, a civilização com a criação do alfabeto e da escrita. Engels (1884), assim, concordou com as constatações de Morgan e as analisou a partir do materialismo histórico dialético, reiterando que a diferença entre a *selvageria* e a *barbárie* é justamente o fato de que, no primeiro momento, os homens e mulheres se apropriavam dos produtos da natureza (caça e coleta) e, no segundo momento, já existia a domesticação dos animais e o uso da agricultura (produção).

Os termos *primitivos*, *selvageria* e *barbárie* não são mais utilizados devido ao seu caráter pejorativo e estereotipado. Usualmente, substitui-se o termo *selvageria* por *economia da caça e coleta*, que iniciou na Idade da Pedra (período Paleolítico) e que ainda existia, até recentemente, em áreas mais afastadas da Austrália, do deserto Kalahari na África do Sul, nas florestas do Canadá, na extremidade da América do Sul e em outros locais, de acordo com Eleanor Leacock (2019). Na lógica de sua sucessão, primeiramente prevaleceu a coleta de raízes e frutos, depois a caça e a pesca marcada também pela descoberta do fogo. A *barbárie* seria, na verdade, a referência às *sociedades que praticam a horticultura*, uma agricultura simples que passou a existir com a domesticação de plantas, há mais ou menos, dez mil anos atrás, no período reconhecido como *Neolítico* ou *Nova Idade da Pedra*. Essa economia possibilitou relativa autonomia do ser humano em relação a natureza, ao controlar a sua fonte de subsistência. Mas foi com a *agricultura avançada*, baseada no arado com animais domesticados, na irrigação e na fertilização, que as sociedades conquistaram a possibilidade de se desenvolverem com condições que estamos mais familiarizadas/os.

Portanto, foi por meio das últimas condições objetivas que alcançamos a possibilidade de produção de excedente em escala “ilimitada”, fazendo com que a divisão do trabalho se complexificasse e as relações de poder e domínio de uns, em detrimento da submissão e opressão de outros, ocorressem. A agricultura desenvolve-se plenamente com o uso do arado puxado por animais domesticados. “Ao lado do uso do ferro e dos animais domesticados, o cultivo dos cereais pavimentou o caminho para a civilização” (LEACOCK, 2019, p.135). É inquestionável que, com o avanço tecnológico dos modos de produção, houve a possibilidade

de o desenvolvimento de uma parte expressiva da humanidade. Evidentemente, existem contradições inerentes a esse processo, pois ao mesmo tempo em que melhores condições de vida foram alcançadas, elas só puderam ser usufruídas por uma quantidade mínima de sujeitos, devido à instituição das classes sociais, ainda que as divisões de classes não sejam universais.⁹⁹

Reiteramos o que Eleanor Leacock (2019) afirma, pois, por mais que exista uma relação entre esses períodos históricos, não necessariamente isso significa uma “camisa de força”, na qual todas as sociedades passaram, porque também a história da humanidade é marcada por diversas contradições, guerras de domínio e invasão de territórios e povos, que alteraram substancialmente o seu percurso histórico. O que aumenta a dificuldade de sistematização da profunda diversidade humana e social existente. Morgan forneceu à humanidade uma avaliação histórica e concreta que nos permite hoje realizar algumas afirmações e compreender melhor o processo de desenvolvimento da humanidade iniciado há milhões de anos, num local delimitado, não merecendo nenhum nível de generalização. Afinal, a colonização moderna altera substancialmente processos intrínsecos que ocorriam, por exemplo, nas sociedades ameríndias. Entretanto, o autor também cometeu inúmeros equívocos, como, por exemplo, afirmar que os cérebros dos *primitivos* eram menores e menos hábeis que os dos civilizados, além de outras afirmações, hoje apreendidas como nitidamente etnocêntricas. Isso demarca a avaliação positivista, racista e etnocêntrica da época, enrijecida nos estudos como o de Césaire Lombroso [1876], ao tentar justificar a criminalidade por um perfil racista de humano.

Resumidamente, na análise de Morgan fica evidente a preocupação em delimitar o desenvolvimento de formas distintas de organizações sociais conhecidas hoje como família, a divisão sexual do trabalho e a maneira pela qual essas sociedades produziam meios de subsistência. De maneira geral, os momentos se dividem entre o *estado selvagem*, em que a subsistência se dava por meio da caça e coleta e inexistia excedentes, prevalecendo o matrimônio por grupos *consanguíneos* e *punaluana*; a *barbárie*, em que havia a domesticação

⁹⁹ Pierre Clatres critica a antropologia evolucionista de Morgan e, consequentemente, da “antropologia marxista”. Em sua obra *A Sociedade Contra o Estado* (2017), o autor constata que as sociedades primitivas ameríndias, no período da colonização, eram sociedades de *abundância*, indo, portanto, na contramão das afirmações marxistas de que a origem de excedente geraria, incontestavelmente, as classes sociais e o Estado. Clatres, por outro lado, afirma que as classes são criadas pelo Estado. As sociedades analisadas se negavam a constituir o Estado e, portanto, não eram *sem Estado*, mas sim, *contra o Estado*. Ao coletar dados empíricos de diversas sociedades ameríndias, contesta a afirmação eurocêntrica de que essas sociedades são primitivas, sem cultura, sem história e sem memória. Jean Tible (2018, p.106) afirma: “Na contramão desta perspectiva [da antropologia marxista], Clatres busca levar a sério as sociedades indígenas, inclusive em sua organização política. São sociedades completas, acabadas e sua constituição política centra-se na recusa ativa do Estado e não na sua suposta ausência ou baixo nível de desenvolvimento. Não se trata de sociedades sem Estado, mas contra o Estado. Sociedade contra o Estado. Contra, pois recusam a divisão entre dominantes e dominados e a obediência como ação política coletiva, fruto de decisões próprias. Contra em detrimento de compreensões de ausência, falta, incompletude.”

dos animais e produção agrícola, caracterizada pelo matrimônio sindiásmico; e *a civilização*, em que houve a fundição do ferro ao minério, a invenção da escrita alfabética, o surgimento da arte considerada clássica e da indústria, caracterizada pelo tipo de família *monogâmica*.

Nesse sentido, Morgan categorizou modelos de relações de parentesco baseados em algumas regras de casamento e relações sexuais permitidas ou proibidas. A *família consanguínea* tinha como característica o “casamento entre irmãos, irmãs e primas/os resultantes da proibição de relações sexuais entre pais e filhas e entre mães e filhos” (LEACOCK, 2012, p.248). A *família punaluana* surge a partir da proibição do casamento entre irmãos. A *família sindiásmica* estende a proibição de relações incestuosas para os/as irmãs e irmãos colaterais. E, por fim, na *família monogâmica* o incesto de qualquer espécie é proibido e a unidade familiar é caracterizada, necessariamente, por um homem e uma mulher que não possuem relações consanguíneas próximas, em que o homem é o patriarca e a mulher é a sua submissa, legitimada pelas leis da civilização.

Diz Morgan que, até o surgimento da família sindiásmica predominava a economia doméstica comunista, com características correspondentes à matrilinearidade - a criança que nascia pertencia à *gens* da mãe.

A *gens*, o clã, ou *sib*, é a unidade social básica entre os povos relativamente estabilizados, mas que não desenvolveram de modo suficiente uma agricultura avançada que exigisse uma organização “política” plena. A *gens* ou o clã é um grupo de descendência unilinear e há diversos deles em uma vila ou tribo. Todos os indivíduos são nascidos em uma *gens* e sua posição dentro do grupo define sua relação com os outros membros da tribo. (LEACOCK, 2019, p.150).¹⁰⁰

A partir do modelo de família sindiásmico, mais restritivo do que os outros modelos anteriores, foram criadas condições para o surgimento da família patriarcal e monogâmica, desenvolvida posteriormente. Esse processo social está calcado no avanço da agricultura e da domesticação de animais que permitiram a produção de excedente em maior escala que, por sua vez, está imbricada à propriedade privada.

A monogamia surge de um estágio transicional de poligamia quando há “a sujeição aos homens das mulheres escravas”, associada à supremacia masculina, “com seus complementos: o adultério e a prostituição”. Desde o começo, a monogamia é só para as mulheres (p.166). O casamento era

¹⁰⁰ Eleanor Leacock defende que a patrilocalidade, nas sociedades colonizadas, é algo que passa a ocorrer após o contato com os povos colonizadores. Antes, as organizações se davam de forma a corresponder a matrilinearidade, sendo que os termos matrilinearidade ou patrilinearidade seriam inadequados, já que a organização formal de parentesco era mínima. Ainda hoje não conseguimos precisar em que momento e como as sociedades mais antigas deixaram de ser matrilocais para se tornarem patrilocais.

abertamente polígamo durante os tempos clássicos, depois disso, se tornou encoberto. (LEACOCK, 2012, p.252).

Diante dessas afirmações, também apropriadas pelos estudos de Engels, algumas teorias passam a afirmar que a opressão das mulheres sempre existiu. Algumas outras teóricas do campo marxista e, além deste campo também, revidam essa tese afirmando que essa opressão é resultado de uma série complexa de processos sociais. A tese de Engels, fundamentada em Morgan e Johann Bachofen (*El matriarcado*, 1987), que tece sobre a teoria do matriarcado original, designa a opressão das mulheres como um fenômeno relacionado à origem da propriedade privada, da monogamia e da supressão da matrilinearidade, foi revidada por muitas teorias, inclusive a de Lévi-Strauss, que influenciou uma série de autoras materialistas, ao concordar que o *tabu do incesto* determinou a troca de mulheres entre tribos em sociedades mais remotas.

Engels afirma que “a derrota do matriarcado e da descendência matrilinear seria consequência do *desejo* dos homens de assegurar a sucessão de seus próprios filhos, o que necessariamente envolvia *o controle sobre a capacidade reprodutiva das mulheres e o rompimento do vínculo destas com seu grupo de parentesco*” (ENGELS, 2012, p.94, grifo nosso). Entretanto, a ideia de matriarcado até hoje não foi comprovada, se concretizando mais como um mito do que um fato histórico. Além disso, a descendência matrilinear não é sinônimo de sociedades matriarcais, tampouco significa mais poder para as mulheres em sociedades de caçadores e coletores. Alguns reducionismos foram realizados na obra de Engels, mas hoje temos condições de assegurar com mais precisão os fenômenos históricos não explicados àquela altura, sem deixar de considerar os avanços realizados pelo autor.

Apesar desses erros, o método de Engels tentou aplicar à compreensão das origens e causas da dominação masculina ainda é útil. Em outras palavras, basta reformular esses fenômenos dentro da complexa totalidade das relações sociais e sua evolução, partindo da perspectiva de que na sociedade anterior à divisão de classes, as trocas matrimoniais e as relações de parentesco dominavam e estruturavam as relações sociais em geral. (ARRUZZA, 2019, p.95).

Nessa perspectiva, a antropóloga Eleanor Leacock (2019) mostrou, por meio de suas pesquisas com *montagnais-naskapi* da Península do Labrador, que as sociedades de caça e coleta eram caracterizadas geralmente por um substancial igualitarismo. O impacto maior se

deu pelo encontro entre os colonizadores ocidentais e os caçadores-coletores¹⁰¹. Essa tese também é defendida pela argentina Maria Lugones (2008) e pela pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2004), que constatou a inexistência da distinção entre gênero/sexo nas sociedades iorubas antes da colonização europeia, além de outras. Entretanto, essa mesma tese é revidada por outras autoras, como Rita Segato (2012), que afirma a existência do *patriarcado de baixa intensidade* na aldeia-mundo (sociedades pré-capitalistas) e do *patriarcado de alta intensidade* na modernidade colonial, defendendo, portanto, a existência do patriarcado mesmo em sociedades de caçadores e coletores.

Além de Segato, a materialista feminista francófona Paola Tabet (2016) desenvolve uma extensiva pesquisa nas sociedades mais contemporâneas de caça e coleta, nas quais as mulheres usufruíam de uma condição de acesso a técnicas e instrumentos rudimentares em suas atividades de caça e coleta, em contraposição aos instrumentos e técnicas mais sofisticados da *classe* dos homens, que já ocupava local de maior prestígio em sociedades ditas igualitárias¹⁰². Para ela, essa distinção já caracterizava o poder patriarcal de homens, em relação às mulheres. Embora a maior parte da subsistência fosse fornecida pelas mulheres em suas atividades de colheita (80%), os homens gozavam de maior prestígio, devido ao desenvolvimento dos instrumentos de trabalho utilizados na caça. Inclusive, essa divisão sexual do trabalho era constituída de forma rígida, pois a caça era quase exclusivamente realizada por homens, exceto quando incluíam animais de pequeno porte, na qual foi possível constatar maior equilíbrio entre os sexos¹⁰³.

Na perspectiva de Leacock, Lugones e Oyěwùmí, por meio da colonização houve a introdução de uma moral ocidental patriarcal de subordinação das mulheres aos homens. Além destas, Stephanie Coontz (*apud* ARRUIZZA, 2019) desenvolveu outras respostas para a dominação masculina:

Para ela, não se tratava do controle masculino sobre as capacidades reprodutivas da mulher, mas do controle sobre *sua força de trabalho* e seu potencial para produzir um excedente dentro de um determinado conjunto de

¹⁰¹ Estudos minuciosos de relatos de missionários jesuítas comprovam que o tratamento das mulheres foi progressivamente rebaixado após a colonização, que impôs a forma mais violenta de sociabilidade já experienciada por meio da escravização, do genocídio, da expropriação, da exploração e da dominação de mulheres e crianças.

¹⁰² Para as feministas materialistas francófonas, a distinção entre os sexos que funda a divisão sexual do trabalho é a primeira forma de opressão, exploração e dominação que ocorre na humanidade, fundamental para a concepção de *classe* das mulheres.

¹⁰³ O que está constantemente sendo revidado por pesquisas arqueológicas. A mais recente pesquisa foi publicitada em novembro de 2020. Veja na reportagem: “Mulheres caçadoras eram comuns e podem ter dividido função com homens na pré-história das Américas, aponta pesquisa”. Disponível em <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/11/05/mulheres-cacadoras-eram-comuns-e-podem-ter-dividido-funcao-com-homens-na-pre-historia-das-americas-aponta-pesquisa.ghml>>. Acesso em 12.maio.2021.

relações de produção e divisão de trabalho, o que explica a transformação das relações de parentesco e, conseqüentemente, das condições das mulheres. Nas sociedades de linhagem, antes do nascimento da sociedade de classes, *eram de fato as relações de parentesco que organizavam a produção e distribuição de bens, com base na propriedade coletiva e de grupo*. Assim, podemos encontrar a origem da dominação masculina no seio das transformações ocorridas nesse tipo de sociedade, antes do nascimento das classes de fato e do surgimento da propriedade privada e do Estado. A hierarquia entre os sexos e sua aplicação à divisão sexual do trabalho estão, portanto, na origem dos processos de diferenciação social que levaram ao posterior surgimento de classes, representando de certa forma um protótipo para o último. (p. 96, grifo nosso).

Se as relações de parentesco são as que organizam as relações de produção nas sociedades de caçadores-coletores, precisamos analisar com mais cautela para a tão naturalizada divisão sexual do trabalho, presente, teoricamente, em todas as organizações sociais humanas. Será que tal divisão sexual do trabalho, tão naturalizada aos olhos de alguns/mas cientistas, representaria o gérmen da dominação patriarcal? Se as relações de parentesco se relacionam com a cultura de dado povo, provavelmente a dominação dos homens em relação às mulheres é tão antiga quanto a própria cultura. Entretanto, o fato de essas mulheres permanecerem em suas *gens*, junto aos/às seus/suas filhos/as e “esposo”, o trabalho delas permanecia dentro de seu grupo de parentesco ou linhagem, o que garantia maior autonomia e proteção.

A transição de arranjos matrilocais para patrilocais permitiu aos homens apropriar-se do trabalho e do excedente produzido pela mulher, pois a mudança para a casa do grupo parental de seu marido colocava a esposa em um contexto estranho para ela, no qual era privada de laços familiares de proteção. O produto de seu trabalho já não pertencia a ela ou a seus parentes, agora pertencia ao marido. (ARRUZZA, 2019, p. 97).

Existem várias explicações para justificar a razão pela qual um tipo de organização prevalece em detrimento do outro. Alguns/mas pesquisadores/as, como Leacock mostra em seu estudo, acreditam que devido à existência de alguns mitos houve um conflito entre os grupos de mulheres e homens, e as mulheres perderam, entretanto, não há nada que tenha substância teórica que comprove, de fato, o que ocorreu. Outros/as, como Stephanie Coontz, “argumentam sobre a existência de uma dinâmica complexa que envolve diferentes fatores, como problemas com a divisão do excedente, com papéis simbólicos e religiosos dentro da comunidade e até a necessidade de maximizar a produção” (ARRUZZA, 2019, p.97), pode ter originado a patrilocalidade. Ainda que existam diversas explicações, grande parte dessas teorias concorda que *a origem da opressão das mulheres está na transição da matrilocidade para a*

patrilocalidade, inclusive as teóricas da teoria unitária, e não na *troca de mulheres*, como defende o legado estruturalista deixado por Lévi-Strauss¹⁰⁴.

Os homens se apropriaram do trabalho realizado pelas mulheres e a poligamia contribuiu para a diferenciação social entre os homens. De fato, possuir mais esposas era apropriar-se de uma quantidade de força de trabalho e, conseqüentemente, significava acumular um excedente maior. Além disso, a coincidência entre as relações de produção e as relações de parentesco levou à coincidência entre a apropriação da força de trabalho feminina e o acesso privilegiado ao controle sobre suas capacidades reprodutivas. Assim, a opressão econômica e opressão sexual se sobrepujaram e se incorporavam mutuamente. (ARRUZZA, 2019, p. 97).

Dito isso, concordamos que o patriarcado é anterior às sociedades de classes e da propriedade privada, sendo um fenômeno que surge em sociedades diversas, em períodos históricos diferentes, mas que, possivelmente, possui visceral relação com o desenvolvimento da patrilocalidade em detrimento da matrilocalidade, no enrijecimento da propriedade privada e nas invenções da economia agrícola e do Estado. É a patrilocalidade que permite que os homens se apropriem dos trabalhos realizados pelas mulheres e dos/as filhos/as gerados/as por estas mulheres. Com a existência da poligamia, os homens passam também a se constituírem progressivamente como sujeitos de poder econômico e simbólico, pois a monogamia, quando passa a existir, é obrigatória apenas para as mulheres. Os homens, não raramente, eram agentes do heterismo e possuíam relações extraconjugais, o que também se relaciona com o crescimento da prostituição nas civilizações, de acordo com Engels (2012). A prostituição passa a ser um fenômeno em ampla expansão, no final da Idade Média, devido ao empobrecimento das mulheres, o que foi trabalhado por Silvia Federici, em *O Calibã e a bruxa* (2017).

Portanto, devido ao fato da opressão econômica e opressão sexual se sobreporem e se incorporarem mutuamente quando as sociedades passam a ser patrilocais, faz sentido designar esse fenômeno como um *modelo patriarcal econômico*, predominante em sociedades sem classes. As feministas materialistas francófonas defendem essa perspectiva, a partir da *consustancialidade e coextesividade das relações sociais de classe e sexo*¹⁰⁵, mas estender

¹⁰⁴ Iremos aprofundar analiticamente este ponto na seção sobre as feministas materialistas francófonas.

¹⁰⁵ A materialista Delphy, por exemplo, defende a coexistência desses dois modos de produção no capitalismo (modo de produção doméstico e modo de produção capitalista), como é possível perceber nessa passagem: “Constatamos a existência de dois modos de produção na nossa sociedade: a maioria das mercadorias é produzida pelo modo industrial; os serviços domésticos, a criação das crianças e um certo número de mercadorias são produzidas pelo modo familiar. O primeiro modo de produção dá lugar à exploração capitalista. O segundo dá lugar à exploração familiar, ou mais exatamente patriarcal.” (DELPHY *apud* CISNE, 2016, p.86). Assim como Cisne (2016) destaca, ao discordar de Delphy, existe apenas um *único* modo de produção no sistema capitalismo composto por uma unidade dialética entre produção (de mercadorias) e reprodução social, aproximando-se da teoria unitária e em dissonância às materialistas francófonas.

esse modelo tradicional para as sociedades capitalistas, que possuem outros níveis de complexidade, é um equívoco que necessita ser encharcado de processualidade história e as suas devidas contradições.

Resumidamente, na perspectiva de Engels (2012), o surgimento da monogamia altera a família que passa a compor uma unidade econômica básica, cujo o homem é provedor e proprietário da esposa e dos filhos. A descendência que ocorria, até a invenção da propriedade privada, era matrilinear e matrilocal. A monogamia, então, inauguraria a patrilocalidade – o direito paterno – que garantiria também a condição para a herança e acumulação de riquezas, em determinada família.

O status de inferioridade das mulheres não acompanhou simplesmente o declínio de sua importância na produção de alimentos, quando os homens passaram a trabalhar na agricultura; ele tampouco acompanhou automaticamente o aumento na importância dos animais domésticos, sob o domínio dos homens, apesar de o pastoreio se relacionar a uma condição inferior da mulher. Contudo, é fundamental o fato dessas transições terem ocorrido no contexto do desenvolvimento das relações de exploração, que estavam minando a propriedade comunal, destruindo o parentesco comunal, e apartando a família individual como uma unidade vulnerável e isolada, e economicamente responsável pela manutenção dos seus membros e pela criação da nova geração. *A subjugação do sexo feminino se baseou na transformação do seu trabalho socialmente necessário em um serviço privado, quando a família separou-se do clã.* Foi nesse contexto que tanto o trabalho doméstico quanto outros tipos de trabalho das mulheres começaram a se realizar sob condições próximas às da escravidão. (LEACOCK, 2019, p.264-265, grifo nosso).

Assim, essa transição é mais complexa e menos mecânica do que a apresentada por Engels (2012), embora o seu método analítico ainda possua relevância. Tanto para Morgan quanto para Engels, sempre existiu a divisão sexual do trabalho, mesmo que não fosse hierarquizada no sentido moral, pois todas as atividades eram igualmente importantes para a sobrevivência de todos integrantes da comunidade, o que é alterado substancialmente com o surgimento da propriedade privada. Como analisado anteriormente, essa naturalização é um nó mal solucionado para as teorias feministas, que ainda hoje somam evidências científicas para demonstrar o caráter *menos igualitário* entre homens e mulheres, em sociedades de caça e coleta, como já evidenciamos¹⁰⁶. Inclusive, Silvia Federici (2019) nomeia também o seu livro

¹⁰⁶ Até o momento de publicação dos escritos de Lewis Morgan, não se conhecia a existência do comunismo primitivo em que inexistia a propriedade privada. Entretanto, houve inúmeras tentativas de diversos antropólogos, ao redor do mundo, de naturalizar a propriedade privada enquanto característica intrínseca à sociabilidade humana, como Frank Speak e Loren Eiseley em “*Montagnais-Naskapi Bands and Family Hunting Districts of the Central and Southern Labrador Peninsula*”, publicado em 1942, de acordo com Eleanor Leacock (2019). Essa naturalização também está presente na fundamentação teoria liberal do jusnaturalismo de John Locke.

de *O ponto zero da Revolução* como crítica à naturalização da divisão sexual do trabalho e da naturalização da reprodução realizada pelas mulheres, na teoria de Marx e Engels.

A teoria evolucionista de Lewis Morgan é alvo de críticas, mas muito devemos a inovação que este autor alcançou ao desenvolver a comparação dos “sistemas de consanguinidade e afinidade” (ALMEIDA, 2010, p. 310), que, posteriormente foi desenvolvido por Lévi-Strauss em seu estudo sobre as *“Estruturas elementares do parentesco”*. Morgan se deteve a dados empíricos coletados por ele mesmo e por uma série de dados secundários e relatos de missionários, em relação a outros povos espalhados pelo mundo, não tendo acesso a muitos dados, mas o suficiente, à época, para desenvolver uma lógica de desenvolvimento, por mais limitada que seja, diante das descobertas contemporâneas. A grande chave materialista de análise desenvolvida por Morgan foi priorizar a questão da subsistência (do trabalho) e não apenas os aspectos meramente culturais, descolados da concretude da vida desses sujeitos, o que ainda hoje é reproduzido por alguns antropólogos, na falta da análise que envolva a totalidade social. Desse modo, ao se questionar sobre qual teria sido a base para o progresso da humanidade, Morgan detalhou maneiras de subsistência e dimensões do trabalho ontológico, as quais os indivíduos realizavam em suas relações com a natureza¹⁰⁷.

3.2.1 O patriarcado, o Estado e o Modo de Produção Capitalista

“[...] os capitalistas podem explorar os trabalhadores e os maridos podem explorar as esposas porque trabalhadores e esposas constituem-se em subordinados através dos contratos de trabalho e de casamento” (PATEMAN, 1993, p. 24).

Na perspectiva marxista-materialista da qual nos filiamos, o Estado é fruto de processos sociais humanos constituídos historicamente, portanto, emergiu a partir de necessidade de homens e mulheres que viviam em sociedade, em dado momento histórico. Na análise de Engels (2012), o Estado surge quando o regime *gentílico* é superado e as relações de parentesco não são mais compatíveis com o modelo *sindiásmico* e sim com a *família patriarcal e monogâmica*. As sociedades que criam o Estado, historicamente, já possuíam um modelo de economia agrícola mais desenvolvido, permitindo maior densidade populacional e com expressivo crescimento da divisão social do trabalho. São sociedades compostas por classes sociais, reflexo das contradições da existência de excedentes apropriados, e compatíveis com a acumulação de riquezas, socialmente produzidas, por indivíduos e famílias proprietárias. O

¹⁰⁷ O que se contrapõe ao método de Lévi-Strauss, pois o mesmo assume que, vamos dizer assim, “o salto ontológico” (o que diferencia a natureza do social) é a troca das mulheres, marcando a passagem da natureza para a cultura. Portanto, sua base teórica está fundamentada em ritos culturais e não nas forças produtivas.

Estado, portanto, na análise de Engels, possui a função não apenas de produzir e reproduzir a exploração e dominação da classe hegemônica, mas também de arrecadar impostos e ser o único proprietário da violência socialmente legítima. O Estado é soberano e exerce esse poder por meio da violência militar.

O exemplo grego, escolhido por Engels na *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* - OFPPE, ilustra a possibilidade de acumular rebanhos e escravos por um simples indivíduo, o que poderia acarretar em conflitos entre a família e a *gens*, caso as relações de parentescos *sindiásmicas* ainda persistissem. Na Grécia, o avanço tecnológico alterou consideravelmente a divisão do trabalho entre pastores e agricultores e agricultores e artesãos, determinando, cada vez mais, que os produtos fossem produzidos com centralidade ao valor de troca, em detrimento do valor de uso. “Os produtores perdem o controle sobre seus produtos; a acumulação de riqueza individual e a divisão da sociedade em classes privilegiadas e não privilegiadas se torna possível” (LEACOCK, 2012, p.272). O Estado se consolida como uma instituição a serviço da classe dominante, mas que terá a aparência mística da administração do bem comum e da manutenção da ordem. Entretanto,

infelizmente, quando a Grécia ateniense, como fora descrita por Engels, se tornou o modelo para a transição de uma sociedade sem classes a uma baseada em classes, o conceito de estágio “escravista” se enrijeceu de tal forma que simplesmente não tinha correspondência com os mais de dois mil anos de história anterior nos quais existira a sociedade organizada no Estado e baseada em classes. Insistir numa interpretação demasiado literal de um modelo ateniense leva a uma irremediável posição “eurocêntrica” que eleva Grécia e Roma a posições excessivamente importantes, distorce as antigas civilizações da Ásia e do Noroeste da África, e praticamente ignora os Estados da África ocidental e da América Central e do Sul. (LEACOCK, 2019, p.275).

Para Leacock, o caso de Atenas é útil na apreensão do surgimento do Estado, mas tomá-lo como uma sequência de desdobramento para outros casos é um equívoco. O Estado já era uma característica de civilizações com a dos Incas, Maias e Astecas, correspondentes ao *modo de produção asiático*¹⁰⁸, o que não foi explorado por Engels em sua obra. Essas sociedades pré-colombianas e mexicanas, assim como algumas civilizações *orientais*, praticavam espécies de escravidão, eram essencialmente agrícolas e com características patriarcais, mas profundamente distintas das sociedades estatais grega e romana, calcadas na propriedade privada individual. Desse modo, o Estado pôde surgir como reflexo da superação da

¹⁰⁸ Embora o modo de produção asiático seja predominante oriental, existente em locais como a China, Índia, Egito, Suméria e Babilônia, foi realidade também em sociedades pré-colombianas. A propriedade privada, nesse modo de produção, pertence ao Estado soberano, poderoso e centralizador, que cede as terras para a produção agrícola realizada por servos e escravos.

organização *gentilica*, mas não apenas, pois algumas civilizações antigas partilharam de processos diferentes das tomadas como exemplo em a Origem.

Para avançarmos um pouco no debate, é importante trabalharmos alguns períodos da Idade Média. Sobretudo, destacar alguns fenômenos inscritos na *assim chamada acumulação primitiva* (MARX, 2019), que sedimentou o solo para a edificação e expansão do capitalismo, tendo o Estado como o seu principal mecanismo de coerção. Compreendemos que a acumulação primitiva, da forma que é trabalhada por Marx (2019), constitui-se num período pré-capitalista, mas também permanentemente como parte da expansão do capitalismo, em nível mundial. Ainda hoje o capitalismo atua de forma a fagocitar o que lhe é externo, não apenas com propriedades que são continuamente expropriadas (de distintos modos), mas também com *expropriações contemporâneas* (FONTES, 2010) que são reatualizadas a partir das necessidades capitalistas para maior acumulação, centralização e dominação.

Essa transição constituiu-se de forma lenta e gradual, por meio, primeiro, de saques, roubos dos bens da Igreja, escravização de povos originários e colonização e; segundo, pela expropriação das terras e dos meios de produção dos trabalhadores do campo. Essas duas dimensões atuam de forma combinada no processo de sedimentação do solo capitalista. Houve, de forma pioneira na Inglaterra, no século XVI, o roubo colossal dos bens da Igreja. “Na época da Reforma, a Igreja católica era a proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos monastérios etc. lançou seus moradores no proletariado.” (MARX, 2019, p.793). Portanto, na transição do feudalismo para o capitalismo, a violência foi o pilar de sustentação que perpassou a “conquista”, a escravidão, o roubo e o assassinato.

Na visão de Silvia Federici (2017), a acumulação não prescinde de concentração prévia de capital e trabalho; e a dissociação entre trabalhadores e meios de produção, convergindo com a teoria marxiana. Entretanto, para a autora, Marx trabalhou a acumulação primitiva quase exclusivamente do ponto de vista do proletariado industrial assalariado, consistindo “essencialmente na expropriação da terra do campesinato europeu e na formação do trabalhador independente” (FEDERICI, 2017, p.117). A crítica a Marx se dá pela falta de aprofundamento analítico em relação às profundas alterações no modo de reprodução da vida, no qual as mulheres têm centralidade. Além do mais, Marx não fez nenhuma menção à “caça às bruxas” dos séculos XVI e XVII, que foi responsável por um feminicídio sem procedência.

Durante a Idade Média, o patriarcado passou por diversas mudanças. Em alguns períodos ainda era socialmente permitido que mulheres fizessem parte de organizações políticas, como os movimentos hereges. Nessas organizações, as mulheres podiam ministrar sacramentos, pregar, batizar e alcançar ordens sacerdotais. Teoricamente, ocupavam os mesmos

espaços que os homens, além de praticar o controle reprodutivo por meio do aborto e de “métodos contraceptivos como “poções para a esterilidade” ou maleficia” (FEDERICI, 2017, p. 84). Essa realidade altera-se significativamente no momento de transição do modo de produção feudal para capitalista. No final do século XV, por exemplo, foi posta em marcha uma contrarrevolução que incidiria na vida social e política.

Em primeiro lugar, as autoridades políticas empreenderam importantes esforços para cooptar trabalhadores mais jovens e rebeldes por meio de uma maliciosa política sexual, que lhes deu acesso a sexo gratuito e transformou o antagonismo de classe em hostilidade contra as mulheres proletariadas. (FEDERICI, 2017, p.103).

Na França, houve praticamente a descriminalização do estupro, quando as vítimas eram de classe baixa. A ausência de punição e o aval do Estado, permitiu que o estupro coletivo de mulheres proletariadas se tornasse um fenômeno comum. Essa realidade debilitou a solidariedade de classe alcançada no período medieval, com os movimentos milenaristas e heréticos. Além disso, na Itália e na França foram abertos vários bordéis financiados por impostos, usados como “cura da homossexualidade”. Até a Igreja chegou a ver a prostituição como prática legítima. A simbiose entre o Estado e a Igreja alterou drasticamente as relações sociais entre homens e mulheres, que já eram expressamente opressoras, desde a origem do patriarcado.

Nesse sentido, Silvia Federici (2017) defende que, além da expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização de povos originários do *Novo Mundo*, a acumulação primitiva se efetivou também na sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. A “caça às bruxas” fez com que, tanto na Europa, quanto na América, as mulheres fossem despossuídas do pouco poder que usufruíam. Desse modo,

[a] acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis para o capital. Foi *também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora*, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. (FEDERICI, 2017, p.119, grifo nosso).

Nos séculos XVI e XVII, a privatização da terra e a mercantilização das relações sociais causaram pobreza e mortalidade generalizada. Houve duas formas gerais de expropriação das terras: por meio da guerra e a reforma religiosa. Esse ponto é importantíssimo para compreendermos a forma que o capitalismo vai oprimir de forma diferenciada as mulheres, pois as terras comunais eram de suma importância para as mulheres. Devido ao fato de possuírem

menos direitos sobre a terra e menos poder social, elas eram mais dependentes das terras comunais para a subsistência, autonomia e a sociabilidade. Esses espaços consolidavam o local em que as mulheres se reuniam, trocavam notícias e recebiam conselhos de outras mulheres. Entretanto, esse tipo de campo aberto foi abolido e as terras comunais foram cercadas. Evidentemente, os cercamentos impactaram a vida de toda a população feudal, afetando, sobretudo, os artesãos e os camponeses, mas impactaram as mulheres de forma particular.

Com o crescimento dos cercamentos, houve também o crescimento da resistência e da luta que tentava impedir esse tipo de ação. Como as mulheres eram inimputáveis – por serem invisibilizadas e tuteladas pelos seus maridos – acabavam sendo a liderança de diversos motins. Inclusive, muitos homens se vestiam de mulheres para arrancar as cercas e não serem presos. O que não durou muito tempo, pois logo começaram a prender as mulheres que participavam dos motins. De forma geral, as mulheres foram as que mais sofreram quando as terras foram perdidas e os vilarejos desintegrados. Para elas era muito mais difícil se tornarem “vagabundas” ou trabalhadoras migrantes, pois essa vida as expunha a violência e a misoginia que estavam em ascensão. Ademais, tinham a mobilidade reduzida, devido à gravidez e ao cuidado com os filhos. Também não podiam se tornar soldados pagos, apesar de algumas terem se unido ao exército para lavar, cozinhar, ser prostitutas ou esposas – o que acabou no século XVII, quando o exército foi regulamentado e as mulheres foram expulsas do campo de batalhas.

A partir dessas alterações, houve *a quebra na unidade entre produção e reprodução*, típicas de sociedades em que a produção possuía centralidade para o uso e não para a troca. Na lógica monetária em que apenas o trabalho que cria valor é valorizado, o trabalho reprodutivo, realizado pelas mulheres, passou a ser considerado sem valor econômico deixando, inclusive, de ser visto como trabalho. Esse trabalho se tornou invisível e mistificado como uma *vocação natural* das mulheres. As mulheres foram excluídas dos trabalhos assalariados e quando os faziam recebiam bem menos – o que ainda hoje persiste como realidade. Essas mudanças tiveram o seu auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral. *A nova divisão sexual do trabalho, inaugurada no capitalismo, sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, aumentando a sua dependência dos homens.*

[...] a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado. [...] a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam despossuídas como os homens, mas que, diferentemente deles, quase não tinham acesso aos salários. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à

dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras. [...] a desvalorização do trabalho reprodutivo inevitavelmente também desvalorizou a força de trabalho. (FEDERICI, 2017, p.146).

A separação dos trabalhadores dos seus meios de subsistência criou uma dependência profunda das relações monetárias, permitindo condições para a redução do salário real e a desvalorização do trabalho feminino. Não é coincidência que assim que a terra começou a ser privatizada, os preços dos alimentos subiram – sendo que estavam estacionados há dois séculos. Essa *Revolução dos Preços* foi atribuída, por alguns autores, às peças valiosas (ouro e prata) que estavam sendo expropriadas da América, mas na verdade, os preços aumentaram “por causa do desenvolvimento de um sistema de mercado nacional e internacional que estimulava a exportação e a importação de produtos agrícolas, e porque os comerciantes acumulavam os bens para depois vendê-los por um preço maior” (FEDERICI, 2017, p.148). Ainda no século XV, as mulheres recebiam metade do que os homens pelo mesmo serviço, mas, em meados do século XVI, elas passaram a receber um terço. Como não podiam se manter em outras áreas, como na agricultura ou na manufatura, houve o crescimento considerável da prostituição, que seguiu do profundo empobrecimento da classe trabalhadora. Fome, pobreza, morte e miséria foram as tônicas da realidade da classe trabalhadora nesse período.

Nessa época houve muitas “emoções” (levantes), não apenas relacionados à comida (liderados, sobretudo pelas mulheres), mas contra a privatização da terra, contra a abolição dos direitos consuetudinários, contra os novos impostos, contra a dependência do salário e contra a presença do exército na vizinhança. Essa realidade fez com que houvesse também o aumento de “crimes”. Assim, “o empobrecimento, as rebeliões e a escalada do “crime” são elementos estruturais da acumulação capitalista, na mesma medida em que o capitalismo deve despojar a força de trabalho de seus meios de reprodução para impor o seu domínio” (FEDERICI, 2017, p.161). O aumento da pobreza e da criminalidade está intimamente relacionado nesse processo, pois as pessoas que se viram saqueadas de suas condições de subsistência e vida converteram-se de forma massiva em “mendigos”, “assaltantes” e “vagabundos”, o que provocou do Estado a criação de leis severas os criminalizando. “A legislação os tratava como delinquentes “voluntários” e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes” (MARX, 2017, p.806).

No século XVI, enquanto os europeus colonizavam a América dizimando as populações nativas em até 90% e chegando em até 95% (no México), a população começara a diminuir também na Europa, com exceção da *Peste Negra* (entre 1345 – 1348), essa foi uma crise populacional sem precedentes. O ápice dessa crise demográfica e econômica aconteceu nas

décadas de 1620 e 1630. Para Federici, diferentemente do que defende Michel Foucault (2008a; 2008b), foi a crise populacional que transformou a reprodução e o crescimento populacional em assuntos de Estado. Para Foucault, a fome na Europa permitiu o controle por meio do *biopoder*¹⁰⁹.

Nesse contexto, houve a intensificação da perseguição às “bruxas” e a emergência de novos métodos disciplinares adotados pelo Estado para controlar a reprodução e impedir o controle que as mulheres tinham sobre a reprodução. No período em que os índices populacionais caíam e se consolidava uma ideologia enfatizada na centralidade do trabalho na vida econômica, houve a introdução de códigos legais europeus para castigar as mulheres culpadas de “crimes reprodutivos”. Além disso, a Reforma Protestante pregava uma centralidade nas mulheres devido ao “seu poder reprodutivo”, no sentido de poder gerar mais riqueza para a humanidade. O apoio ao crescimento populacional foi se espalhando de diversas formas chegando ao auge com o surgimento do mercantilismo.

Essa fase capitalista começa a engendrar o disciplinamento dos indivíduos – o que terá seu ápice com a Revolução Industrial, de acordo com Foucault (2012). No mercantilismo, entretanto, a riqueza era reduzida à quantidade de metais preciosos de uma nação e à quantidade de indivíduos – pois isso representava a possibilidade de exploração da força de trabalho. Assim, em alguns países, como França e Inglaterra, foram tomadas medidas pró-natalidade combinadas com assistência pública que bonificavam o casamento e penalizavam o celibato – inspiradas nas políticas do Império Romano. Foi dado um novo valor à família “enquanto instituição-chave que assegurava a transmissão da propriedade e a reprodução da força de trabalho” (FEDERICI, 2017, p.175). Com isso, houve maior intervenção do Estado na supervisão da sexualidade, da procriação e da vida familiar.

A principal iniciativa do Estado para que os países retornassem às taxas populacionais elevadas, foi incidir de forma mais contundente em relação ao controle que as mulheres tinham de sua reprodução. Essa ação refletirá na guerra às “bruxas”, que demonizou qualquer forma de controle reprodutivo e a existência de sexualidades não procriativas - aqui está a relação entre reprodução e criminalização da homossexualidade, perigosa ação que desestabiliza a *heterossexualidade*¹¹⁰ compulsória. Em meados do século XVI, ao mesmo tempo em que os

¹⁰⁹ Esse termo “expressa a crescente preocupação, em nível estatal, pelo controle sanitário, sexual e penal dos corpos dos indivíduos, assim como a preocupação com o crescimento e os movimentos populacionais e sua inserção no âmbito econômico. De acordo com esse paradigma, a emergência do *biopoder* apareceu com a ascensão do liberalismo e marcou o fim do Estado jurídico e monárquico.” (FEDERICI, 2017, p.169).

¹¹⁰ “A heterossexualidade, com seu falso reconhecimento da homossexualidade e de outros modos de viver sua própria sexualidade, oferece um apoio válido para a constituição da família mononuclear, que ocupa papel central no processo de reprodução social do capital, como destacado pelo feminismo marxista da década de 1970 [...] a

navios saíam da Europa para raptar pessoas negras e escravizá-las na América, os governos europeus começavam a impor leis severas em relação à contracepção, ao aborto e ao infanticídio.

As mulheres passaram a ser processadas por aborto e infanticídio, o que teve consequência também na vida das parteiras, que passaram a ser marginalizadas, enquanto o controle médico ascendia. Há, nessa mudança, a priorização do feto em detrimento da mulher. Essa realidade se torna ainda complexa a partir da ideologia cristã, que altera a sua compreensão sobre aborto durante a Idade Média¹¹¹. Em alguns países, como na França e na Alemanha, as parteiras tiveram que se tornar espiãs das mulheres para o Estado, assim como os vizinhos e parentes que deviam vigiar as mulheres gestantes e fornecer detalhes de sua vida sexual. Essas práticas duraram dois séculos e até final do século XVIII, as mulheres estavam sendo executadas na Europa devido a acusação de infanticídio. Realidade que contrasta com alguns períodos da Idade Média, nos quais as mulheres podiam exercer controle sobre a sua reprodução e sobre os partos. “[...] a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista.” (FEDERICI, 2017, p.178)¹¹².

A crítica da Silvia Federici à teoria marxiana se expressa na ausência de uma análise mais profunda relacionada às mulheres, no processo de produção e reprodução do capital, sobretudo no período de acumulação primitiva. Reiteramos a genialidade de Marx em relação à construção da lógica do capitalismo, mas compreendemos também os limites de sua teoria em relação às mulheres, o que tem rendido incríveis estudos e pesquisas realizados pelas feministas marxistas, materialistas e socialistas. Para Karl Marx (2019), o desenvolvimento do capitalismo independe das taxas populacionais, devido à *lei de tendência da queda da taxa de lucro*, que constantemente substitui capital variável por capital constante, o que repercute não apenas na diminuição da capacidade de expropriação de mais-valia, mas no crescimento da

determinação da heterossexualidade normativa [...] opera dentro de uma determinada estrutura econômica.” (ARRUZZA, 2019, p.121).

¹¹¹ “A ideia de animação imediata do cristianismo só foi alterada com Santo Agostinho (séc. V), que afirmava que a animação acontecia em momento posterior à concepção. Dessa forma, o aborto não era equiparado ao homicídio se fosse feito antes da infusão da alma no feto. Além disso, no século XII, São Tomás de Aquino defendia a animação tardia ao se basear no cálculo aristotélico, no qual afirmava que eram necessários 40 dias para ocorrer a animação no caso de fetos masculinos e 80 para os femininos. Dessa forma, o aborto era um pecado diferente a depender do tempo de gestação e do sexo do feto. O aborto seria destruição de uma semente e não de uma vida (GALEOTTI, 2007).” (OLIVEIRA, 2017, p.29).

¹¹² Silvia Federici (2017) referencia a proximidade que existia entre as mulheres europeias e as mulheres negras escravizadas na América, que eram estupradas para gerar mais mão de obra escrava. Apesar das particularidades, “em ambos os casos o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratada como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres.” (FEDERICI, 2017, p.178).

população excedente. Entretanto, isso só é possível se a procriação for algo *natural*. Marx reconhece que o desenvolvimento do capitalismo foi acompanhado por um crescimento na população, mas *por que a procriação deveria ser um “fato da natureza” e não uma atividade historicamente determinada, carregada de interesses e relações de poder diversas?* (FEDERICI, 2017, p. 180).

Na realidade, as mudanças na procriação e na população estão tão longe de ser automáticas ou “naturais” que, em todas as fases do desenvolvimento do capitalismo, o Estado teve que recordar à regulação e à coerção para expandir ou reduzir a força de trabalho. Isso era especialmente verdade no momento em que o capitalismo estava apenas decolando, quando os músculos e os ossos dos trabalhadores eram os principais meios de produção. Mas, mesmo depois – e até o presente –, o Estado não poupou esforços na tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou em que quantidade as crianças deveriam nascer. Como resultado, as mulheres foram forçadas frequentemente a procriar contra sua vontade, experimentando uma alienação de seus corpos, de seu “trabalho” e até mesmo de seus filhos mais profunda que a experimentada por qualquer outro trabalhador (Martin, 1987, p.19-21). Ninguém pode descrever, de fato, a angústia e o desespero sofridos por uma mulher ao ver o seu corpo se voltando contra si mesma, como acontece no caso de uma gravidez indesejada. Isso é particularmente verdade naquelas situações em que a gravidez fora do casamento era penalizada com o ostracismo social ou, até mesmo, com a morte. (FEDERICI, 2017, p.180).

Evidentemente, a criminalização das formas de contracepção expropriou as mulheres desse saber, que era transmitido de geração em geração, ao longo da história. O Estado degradou a maternidade à condição de trabalho forçado, o que ainda é realidade em diversos países que criminalizam o aborto. Com o capitalismo, as mulheres perderam os locais de trabalho que ocupavam tradicionalmente, como fabricação de cerveja e na realização de partos, concentrados agora no saber-poder biomédico. A intensificação da desvalorização do trabalho feminino foi um processo histórico e uma nova divisão sexual do trabalho, ou um “novo contrato sexual” (PATEMAN, 1993), definia as mulheres como mães, filhas, esposas, viúvas, ocultando a dimensão do trabalho e permitindo aos homens o “livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos” (FEDERICI, 2017, p.191).

Para Silvia Federici, as mulheres foram a substituição das terras cercadas tornando-se bens dos proletariados. As atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, tornando-se um recurso *natural*, disponível para a sociedade. Nessa lógica, com a expulsão das mulheres dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Esse processo histórico ainda determina aspectos da atualidade: as mulheres são o segmento da população mais pobre em todo o mundo; ocupam a maior parte dos trabalhos informais e mais

precarizados, sobretudo as mulheres negras; ainda recebem bem menos do que os homens pelos mesmos trabalhos; possuem menor poder de compra; são a maior força de trabalho nos serviços domésticos remunerados e não remunerados e; possuem jornadas de trabalhos extensas, intensas e intermitentes (ÁVILA, 2009), que combinam o trabalho produtivo (quando possuem) ao reprodutivo¹¹³.

No capitalismo, o novo patriarcado assume uma determinação crucial na divisão sexual do trabalho, ao passo que este mesmo sistema capitalista altera drasticamente a conformação familiar e a unidade entre produção e reprodução, realidade das economias de caça e coleta, agrícolas e até do período escravista ou feudal, em que os níveis de complexidade eram menores. No MPC, os homens são destinados de forma prioritária à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva. A territorialização do espaço público, ocupado pelos homens, e do espaço privado, ocupado pelas mulheres, faz com que as contradições da divisão sexual do trabalho assumam feições drásticas. Mesmo existindo momentos em que as mulheres são incorporadas ao mercado de trabalho com maior intensidade, a depender da necessidade do capitalismo, as diferenças de condições entre mulheres e homens se agravaram nesse modo de produção. Afinal, sua esfera desigual e combinada não apenas integra países centrais e periféricos ao *sistema-mundo*, mas age a condicionar, a partir das diferenças humanas, como raça/etnia, sexo/gênero, orientação sexual, idade etc., quais segmentos da população devem ocupar, prioritariamente, um determinado tipo de trabalho. São essas as condições que irão também diferenciar os/as trabalhadores/as que irão atuar de maneira a gerar mais-valia absoluta ou relativa, quais serão superexplorados ou explorados¹¹⁴.

O patriarcado e o Estado são anteriores ao capitalismo, mas é neste modo de produção que ambos atuam de forma articulada. A dicotomia entre espaço público e privado, tão cara aos movimentos feministas, reatualiza uma divisão sexual do trabalho e enrijece uma estrutura patriarcal de poder em que o espaço público, político e legal é compartilhado hegemonicamente pelos homens. Não à toa, mesmo num sistema em que a igualdade formal é garantida para todos

¹¹³ “Por que há mais mulheres que homens pobres no mundo?” Reportagem da Oxfam Brasil, disponível em: < https://www.oxfam.org.br/noticias/por-que-ha-mais-mulheres-que-homens-pobres-no-mundo/?gclid=Cj0KCQjwpZT5BRCdARIsAGEX0zmaYvNNZ2jjRY0dGK7TcMKQphVdAsvAFqKXrexbjko0JUbcWAPGesaAl68EALw_wcB>. Acesso em: 01.ago.2020

¹¹⁴ O trabalho doméstico remunerado, no Brasil, é sintomático desse processo. As mulheres negras são a maioria nesse tipo de serviço. De acordo com o IPEA, 6,2 milhões de trabalhadores/as realizavam o trabalho doméstico remunerado, em 2018, 92% eram mulheres e dessas, 3,9 milhões eram negras. Esse tipo de trabalho revela as contradições mais gritantes da formação sócio-histórica escravista brasileira com profundas desigualdades de sexo e raça. Esses dados podem ser acessados na nota técnica “Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua”. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf>. Acesso em 15.ago.2021.

os indivíduos, as mulheres estiveram historicamente ausentes da concepção não apenas de indivíduo, mas também de cidadão. Os direitos civis, sociais e políticos foram conquistados por essa metade da humanidade do sexo feminino posteriormente à inauguração do Estado moderno, se fazendo, ainda hoje, ausente em diversos países.

É muito importante situarmos que o domínio dos homens em relação às mulheres não é algo natural e, longe disso, constitui-se como um fenômeno estruturado ao longo da história da humanidade, como constatamos aqui. Na modernidade, o capitalismo recria ou refunda o patriarcado tornando a dominação, opressão e exploração das mulheres mais severas, com o respaldo estatal. Na contramão disso, muitas análises antropológicas tentaram naturalizar o poder dos homens em relação às mulheres, a partir de uma explicação biologicista. Afinal, a gestação e, teoricamente, a fraqueza das mulheres, podiam determinar as suas condições de submissas. Isso altera-se quando o campo antropológico passa a ser também ocupado por grandes mulheres como Eleanor Leacock (2019), que revisitou estudos etnográficos e realizou pesquisas de campos constatando a existência de um viés masculino de análise em muitas sociedades, sobretudo, as africanas, nas quais as posições de poder eram partilhadas entre homens e mulheres, mas que os antropólogos, em seu ofício, pormenorizaram ou ignoraram a presença das mulheres em tais espaços. Assim também foi feito, entre diversos estudiosos, que tentaram naturalizar a propriedade privada, como o jusnaturalismo de John Locke. Essas teorias buscavam evidenciar um estado natural da opressão e certo tipo de “individualismo” colonial, como se esses fossem ontologicamente humanos.

Estudar o desenvolvimento do patriarcado é um trabalho de grande fôlego e nem de longe pretendemos realizá-lo nessas seções, apenas reiteramos algumas evidências científicas formuladas por autores/as da tradição marxista, assim como os seus limites analíticos indiscutíveis presentes, por exemplo, na Origem. A invenção do patriarcado possui visceral relação, a princípio, com a efetivação da patrilocalidade, e, posteriormente, com o nascimento da propriedade privada e das sociedades de classes, que de forma violenta foram também impostas ao *Novo Mundo*, sobretudo, por meio da colonização europeia. Esse debate foi realizado por diversas feministas da “segunda onda” que buscavam apreender a origem da dominação masculina, ou seja, do patriarcado. Embora hegemonicamente essa “onda” marque o divórcio entre feminismo e o marxismo, existem diversas autoras marxistas e socialistas, como a própria Angela Davis e a Sheila Rowbotham que não abriam mão de crítica radical ao MPC.

Por fim, os estudos antropológicos desenvolvidos desde o século XIX, e aqui destacamos a importância do pioneirismo do Lewis Morgan, nos ajudam a apreender alguns

complexos processos sociais que constituem as relações de parentesco e, por conseguinte, a subordinação das mulheres aos homens. Embora a análise de Engels (2012), fundamentada nos estudos de Morgan, possua alguns erros, ela ainda hoje nos é útil, pois “*basta reformular esses fenômenos dentro da complexa totalidade das relações sociais e sua evolução, partindo da perspectiva de que na sociedade anterior à divisão de classes, as trocas matrimoniais e as relações de parentesco dominavam e estruturavam as relações sociais em geral.*” (ARRUZZA, 2019, p.95). Portanto, dar maior importância às relações de parentesco e como as mesmas determinavam a totalidade da organização social, o que inclui a divisão sexual do trabalho, comprovadamente rígida, pode nos apresentar o germen da dominação masculina nas sociedades sem classe.

Essa afirmação muito contribui não apenas para apreender o regime patriarcal de gênero, mas também a historicidade do gênero, a partir da apreensão de que enquanto o primeiro é datado alguns milhares de anos, o segundo faz parte da humanidade há mais tempo. Essa perspectiva ontológica afirma que “o ser social, à medida que se diferencia e se torna mais complexo, muda sua relação tanto com a esfera ontológica inorgânica quanto com a esfera ontológica orgânica, elevando seu controle sobre ambas, sem, entretanto, delas prescindir.” (SAFFIOTI, 2009, p.24). Assim, embora haja a determinação social possua primazia, não podemos dispensar as esferas orgânicas e inorgânicas na processualidade histórica da humanidade, pois estas condizem a uma única totalidade. Infelizmente, esse raciocínio está ausente em muitas das teorizações feministas. Em Saffioti (2006), encontramos uma série de elementos que podemos avançar ainda mais na produção de conhecimento (ontológica e epistemológica) feminista-marxista-decolonial.

Apesar das distintas, contraditórias e polêmicas afirmações teóricas sobre a existência ou não do patriarcado em sociedades *igualitárias* – o que Rita Segato (2012) intitulou de *patriarcado de baixa intensidade* –, podemos afirmar que a apropriação do trabalho das mulheres pelos homens é garantida pela transição da *matrilocalidade* à *patrilocalidade*, no período Neolítico. Esse novo formato de organização familiar permite maior poder econômico e simbólico dos homens em relação às mulheres, devido também a coexistência da poligamia masculina. Soma-se a isso a superação do regime gentílico, a propriedade privada, a distinção entre classes sociais e o Estado, que passam a engendrar a dominação patriarcal, o generalizando, sobretudo, a partir das civilizações e do surgimento do capitalismo. Concordamos com Mirla Cisne (2014, p. 74) na seguinte afirmação:

Posterior à propriedade privada, as formações sociais tornam-se predominantemente patriarcais, pautadas na superioridade masculina e no direito do homem sobre a mulheres, filhos(as), escravos e bens materiais ligados à produção. Se não temos dados históricos com os quais possamos comprovar que é com a propriedade privada que ocorre a origem da subordinação da mulher, não temos dúvidas de que, a partir dela, o patriarcado se torna uma grande determinação estrutural.

Assim, também, concordamos com Saffioti, em sua crítica à Engels, devido ao significado que ele dá ao patriarcado e à propriedade privada como se fossem fenômenos sobrepostos e, também, críticas relacionadas às teorizações que buscaram apreender as mulheres e os homens como “classes sexuais” antagônicas:

Seria simplificar demais a realidade asseverar que a propriedade privada constitui a fonte exclusiva da inferiorização da mulher na sociedade. Por outro lado, parece ainda mais discutível que as relações entre o homem e a mulher sejam da mesma natureza que as relações entre as classes sociais. [...] Engels deixou-se iludir por um elemento comum às relações entre as classes sociais e às relações entre os sexos: a dominação. Este fenômeno, entretanto, apresenta muito maior amplitude que o fenômeno da propriedade. (SAFFIOTI, 2013 [1969], p. 120-121).

Para finalizar, reiteramos que o desenvolvimento entre o patriarcado, a propriedade privada, o Estado e o capitalismo realizado até aqui é um trabalho meramente introdutório, pois esse debate requer uma análise ainda mais profunda e situada. Destacamos que, a partir da releitura de Silvia Federici, sobre a acumulação primitiva, foi possível constatar que na transição do regime feudal para o capitalista a classe trabalhadora foi espoliada, mas mulheres sofreram de forma diferente as mudanças ocasionadas pela expropriação das terras e dos meios de produção. As mulheres foram continuamente despossadas de seus conhecimentos e poder de reprodução no mesmo momento em que o Estado e a Igreja agiam de forma direta, por meio da “caça às bruxas” e, ideologicamente, impedindo que as mulheres continuassem usufruindo do poder de reprodução.

Nesse momento, a riqueza das nações era resumida à quantidade de metais preciosos e habitantes e, por isso, as mulheres foram intensamente destinadas à reprodução forçada. É ainda na acumulação primitiva que se inaugura uma nova divisão sexual do trabalho, na qual o trabalho reprodutivo, ao ser naturalizado, foi desassociado do trabalho produtivo. Essa realidade aprofunda a exploração das mulheres que, em seus lares, desenvolvem atividades gratuitas para toda a sociedade, garantindo a reprodução social. Não à toa, na modernidade, o Estado e as políticas sociais desempenham uma mediação central no uso desses serviços gratuitos, ao naturalizar os cuidados em relação às crianças, idosos e doentes, que são tutelados,

em grande medida, por mulheres da classe trabalhadora. No Modo de Produção Capitalista, portanto, compreendemos que o Estado patriarcal impacta diretamente na maneira de produção e reprodução da totalidade dos indivíduos na sociedade.

Como sínteses conclusivas, até este momento, gostaríamos de destacar alguns pontos. Mas antes, reiteramos: sim, o patriarcado é anterior à sociedade de classes, mas para compreender a sua relação com o capitalismo precisamos também apreender *o novo tipo de patriarcado*, determinado por esse regime de acumulação, ou seja, resultado desse modo de produção. Categorizamos aqui esse “novo patriarcado” de **cistheteropatriarcado**, desenvolvendo três principais dimensões constitutivas de sua operacionalidade.

a) O cistheteropatriarcado é originado a partir de uma nova divisão sexual do trabalho e da profunda alteração da instituição familiar, realizadas no período da acumulação primitiva do capitalismo¹¹⁵. A família, necessariamente monogâmica e heterossexual, passa a não compor mais a unidade produtiva-reprodutiva, sendo restringida ao âmbito da *reprodução social da força de trabalho*, o que rebaixa o valor (ou importância) do trabalho realizado pelas mulheres, ao passo que aumenta a dependência das mulheres em relação aos homens. Nessa processualidade, a garantia da manutenção da reprodução biológica passa historicamente a ser regulada pelo Estado. Apesar dos avanços recentes em relação à descriminalização do aborto, em alguns países capitalistas – o que é determinado mais pela força política e organizativa dos movimentos feministas, do que pelo desejo do Estado capitalista -, o cisheteropatriarcado compõe iminentemente o controle reprodutivo das mulheres e a constituição da família heterossexual;

b) O cisheteropatriarcado é constitutivamente uma categoria racializada. Se antes do capitalismo, a genitália determinava uma série de atributos do sujeito em dada sociedade (em algumas sociedades ocidentais), isso se complexifica no capitalismo, embora ainda tenha tamanha determinação na fundamentação da cisnormatividade. O que queremos dizer é que no capitalismo a designação sexual é substancialmente alterada devido à existência do racismo, se portando de forma distinta para a população colonizadora e colonizada. Ou seja, as pessoas racializadas com genitália feminina não foram imediatamente identificadas como mulheres. Foram, num

¹¹⁵ “Com a separação entre o lugar de produção e a família, a relação entre produção e reprodução (no sentido biológico, geracional, e de reprodução social) foi também radicalmente transformada. E aqui está o ponto: embora as relações de dominação de gênero tenham permanecido, elas deixaram de ser um sistema independente que seguia uma lógica autônoma por conta desta transformação da família de uma unidade de produção a um lugar privado fora da produção de mercadorias e do mercado.” (ARRUZZA, 2015, p.46).

primeiro momento, uma espécie animal não humana e, depois, um tipo de sub-humanidade abjeta. Desse modo, o cisheteropatriarcado opera de maneira distinta, a depender das particularidades sócio-históricas e da composição da população que foi historicamente racializada, engendrando a divisão sociossexual e racial do trabalho. Por mais que esses padrões coloniais não sejam mais reproduzidos desta maneira, atualmente. O que os tornam mais complexos de análise;

c) O cisteheropatriarcado é contraditório e místico¹¹⁶. Embora no capitalismo, tenhamos conquistado um leque de direitos abstratos de origem liberal, sobretudo na seara do reconhecimento, o que inclui as pautas LGBTQ+, esse mesmo sistema impõe os limites desses direitos. No capitalismo evidencia-se que a heterossexualidade compulsória e a normatização generificada (cisnormatividade) ganham atributos ideológicos de suma importância para a produção e reprodução do modelo familiar monogâmico e heterossexual: a forma mais barata e confiável para manter a reprodução biológica, geracional e social da força de trabalho. Isso corresponde a um projeto de sociedade e não se caracteriza como *cortina de fumaça*, como alguns segmentos da esquerda costumam dizer. Os direitos LGBTQ+, nessa sociabilidade, portanto, são limitados pelo modelo heteronormativo (ou heterossexista), por mais que sejam direcionados a um casal de pessoas da mesma identidade sexual¹¹⁷. Queremos reiterar que a ideologia não se apresenta apenas como uma dimensão do “mundo das ideias”, mas ela “materializa-se, corporifica-se. Neste sentido, a ideologia integra, de modo inerente, o ser social (SAFFIOTI, 2006, p.7)¹¹⁸.

Após analisarmos historicamente, teoricamente e materialmente algumas concepções importantes para o desenvolvimento do raciocínio de explanação desta pesquisa, gostaríamos de retomar o resgate histórico dos *casamentos e divórcios* entre marxismos e feminismos. Nesse momento, iremos continuar tecendo algumas considerações sobre o movimento feminista da “segunda onda” e a tentativa realizada na categorização do capitalismo, do racismo e do patriarcado como sistemas que se cruzam ou são imbricados. Isso nos ajuda a apreendermos a

¹¹⁶ Em sua complexidade.

¹¹⁷ Sabemos quão importantes são os direitos civis para a população LGBTQ+ que concretamente é alvo de diversas violências sistêmicas, mas precisamos compreender os reais limites da conquista desses direitos, a partir, também, da diferenciação que compõe a *emancipação política e humana*.

¹¹⁸ Assumimos o mesmo ponto de vista de Saffioti: “o ponto de vista aqui assumido permite ver a ideologia se corporificando em sentido literal e em sentido figurado. Com efeito, este fenômeno atinge materialmente o corpo de seus portadores e daqueles sobre quem recai.” (2006, p.27).

emergência da teoria da reprodução social e, por isso, voltaremos também ao debate das feministas materialistas francófonas, assim como das demais perspectivas.

3.3 As Teorias dos sistemas duplos e triplos e o feminismo das materialistas francófonas

*As teorias dos sistemas duplos ou triplos*¹¹⁹ emerge em determinado momento histórico, devido à necessidade da fundamentação teórica da particularidade da exploração-dominação das mulheres no capitalismo, que deveria ser levada a sério pelos movimentos de esquerda, sobretudo marxistas. Essa perspectiva fundamenta-se na concepção que as relações patriarcais e de raça/etnia constituem-se como sistemas autônomos que, de forma articulada, criam algo novo sob o capitalismo. Logo, não devem ser dimensões hierarquizadas, pois constituem a sociedade na mesma intensidade que as classes sociais, possuindo a mesma relevância e centralidade. Nessa perspectiva, o patriarcado é um sistema de dominação e exploração, assim como as relações sociais de classe e de raça/etnia. Embora a autora Cinzia Arruzza (2015) considere o Feminismo Materialista Francófono (FMF) como uma “teoria do sistema triplo”, não concordamos com essa designação, devido ao fato de assumirmos que as francófonas sofisticam mais a análise, não compreendendo a classe, raça/etnia e o “sexo” como “sistemas autônomos”. Por isso, iremos num primeiro momento tecer algumas considerações em relação às teorias dos “sistemas duplos e triplos” e, posteriormente, iremos analisar as francófonas de forma separada¹²⁰.

¹¹⁹ Essa designação é realizada por Cinzia Arruzza em seu artigo “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo”, publicado em 2015. Nesse texto, a autora considera as francófonas como um tipo de “teoria dos sistemas triplos”, o que discordamos, pois defendemos que algumas francófonas elevam o grau de análise sobre as relações sociais do capitalismo, embora não suficientemente. Para Arruzza, as teorias dos sistemas duplos ou triplos consideram que “gênero e relações sexuais constituem um sistema autônomo que se combina ao capitalismo e remodela as relações de classe, enquanto é, ao mesmo tempo, modificado pelo capitalismo em um processo de interação recíproca. A versão mais atualizada desta teoria inclui as relações raciais, também consideradas como um sistema de relações sociais autônomas interconectadas com as relações de gênero e classe. Dentro dos círculos materialistas feministas, essas reflexões são normalmente associadas à noção de que as relações de gênero e raça são sistemas de opressão tanto quanto são relações de exploração. No geral, estas teses têm uma compreensão das relações de classe como definidas unicamente em termos econômicos. É apenas via a interação com o patriarcado e com o sistema de dominação racial que elas adquirem um caráter extra-econômico. Uma variação desta tese é ver as relações de gênero como um sistema de relações ideológicas e culturais derivadas de antigos modos de produção e formações sociais, independentes do capitalismo. Estas relações antigas então interagem com as relações sociais capitalistas, dando a esta última uma dimensão de gênero.” (ARRUZZA, 2015, p.36-37).

¹²⁰ Soma-se a essa consideração a própria análise da Saffioti, em um dos seus principais textos, “*Ontogênese e filogênese do gênero*” (2009), reflexo da sua pesquisa *Violência doméstica: questão de polícia e da Sociedade*. Saffioti realiza uma crítica tanto a Hartmann, como a Mitchell, em suas teorias de “sistemas duais”, ao passo que não apreende as francófonas da mesma forma. Saffioti tece críticas a algumas das principais concepções das francófonas, sobretudo na designação das mulheres enquanto classe e ao termo “relações sociais de sexo”, ao passo que apreende as mulheres enquanto *categoria social*. Saffioti defende o *gênero* enquanto um termo genérico ontológico, sendo, portanto, mais amplo do que o patriarcado. O gênero se faz presente na humanidade há, pelo menos, 250 mil anos, enquanto a *ordem patriarcal de gênero* é apenas uma forma específica de organização do

O esforço dos diversos feminismos na apreensão da raiz da opressão das mulheres (o patriarcado), elevou quantitativamente e qualificou de diversas maneiras as interpretações desse fenômeno pré-capitalista, que passou a ser fundamentado a partir de bases materiais, psicológicas, biológicas e das relações sociais. Uma das principais autoras da “segunda onda”, a estadunidense Kate Millett (1969), define o patriarcado como a primeira forma de domínio político existente e, por isso, merece primazia em seu combate. Esse sistema de dominação imputa as mulheres o local de dominadas pelos homens e o sexo passa a ser uma categoria impregnada de política. A britânica Juliet Mitchell (1977), por outro lado, afirma que embora o patriarcado organize diversas dimensões da vida, ele não possui base material, atuando prioritariamente no âmbito psicológico, no qual homens e mulheres aprendem a se comportar como tais, assim, o patriarcado é definido como uma estrutura ideológica de base psicológica¹²¹.

A canadense Shulamith Firestone, em sua obra *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista* ([1970] 1996), realizou uma crítica a *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* de Engels e à teoria freudiana, articulando sua análise ao movimento feminista radical da época. Dessas autoras da “segunda onda”, é a que faz uma mediação maior entre o marxismo e a psicanálise, defendendo uma base material para o patriarcado (determinada na reprodução biológica da espécie). Entretanto, esta obra opera numa lógica demasiadamente reducionista, além de psicologizar e naturalizar uma *essência feminina* e *masculina* de maneira maniqueísta, da qual o masculino seria, naturalmente, egoísta, individualista e egocêntrico, na busca incessante por poder e, o feminino, por outro lado, é artístico, filosófico e cuidador.

Na análise radical do feminismo de “segunda onda”, o patriarcado ganha dimensões universais, perdendo a sua mediação com a particularidade e a sua própria condição material de existência. O patriarcado passa a ser compreendido como a-histórico. Uma dimensão cultural e psicológica presente em todas as sociedades, independentemente da história. As feministas radicais fundamentam as suas análises a partir da *reprodução*, posicionando-se de forma oposta a centralidade da *produção*, predominante nas leituras marxistas. A base material do patriarcado

gênero, presente na história da humanidade há pelo menos seis ou sete milênios. Gênero é uma categoria ontológica, ao passo que patriarcado não o é. Consideramos Saffioti uma das principais intelectuais feministas-marxistas, que foi capaz de sofisticar a análise acerca da dominação-exploração / exploração-dominação das mulheres de uma forma completamente nova e, mais importante, a partir de uma perspectiva materialista ontológica, o que é raro nas produções feministas. Infelizmente, esse artigo não é muito lido ou adotado pelos circuitos feministas brasileiros. O que é uma grande contradição, já que estamos nos referindo à produção de uma síntese com profundos níveis de sofisticação, embora a autora deixe a desejar em suas análises acerca do racismo.

¹²¹ Para Saffioti (2009, p.3) “Mitchell estabeleceu instigantes interlocuções com a Psicanálise e com distintas correntes do pensamento marxista. O primeiro diálogo continua muito vivo até hoje, tendo dado alguns frutos interessantes tanto para a Psicanálise quanto para outras ciências que se debruçam sobre a questão de gênero. Não se pode afirmar o mesmo com relação à interlocução estabelecida com o pensamento marxista.”

nesta perspectiva seria, portanto, o trabalho realizado pelas mulheres na reprodução (biológica) da espécie. Nesse movimento, é ignorado a unidade entre produção e reprodução na sociedade capitalista, ou seja, não se apreende as particularidades do patriarcado no capitalismo.

Em 1978, a estadunidense Heidi Hartmann publicou o artigo *The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union*, o qual já situamos anteriormente, definindo o patriarcado e o capitalismo como sistemas relativamente autônomos e interconectados. Para essa autora, o capitalismo seria indiferente ao sexo da força de trabalho, mas contraditoriamente, ele cria relações hierárquicas na divisão do trabalho, fazendo com que “o racismo e o patriarcado determinem a distribuição das posições hierárquicas e a forma específica como são utilizadas.” (ARRUZZA, 2015, p.38)¹²². A principal crítica de Hartmann ([1978] 1996) ao marxismo se fundamenta no fato de as categorias marxianas serem indiferentes¹²³ à condição de gênero, refletindo na organização política da classe trabalhadora que, ao negar o gênero, impossibilita a articulação da luta feminista à luta proletariada. A autora não abre mão do marxismo e desenvolve o seu texto em diálogo com o movimento feminista radical à época, que se organizava politicamente, especialmente, em países de capitalismo central, como nos EUA. Entretanto, a autora realiza uma crítica a compreensão “elástica” do patriarcado, presente em todas as formações econômicas-sociais, sem distinção entre elas.

Hartmann ([1978] 1996) ao dialogar com essa concepção, sugere um campo de mediações, na apreensão do patriarcado sob a égide do modo de produção capitalista, localizando a base material do patriarcado num conjunto de estruturas sociais que permitem o controle do homem sobre a força de trabalho da mulher. “Este control se mantiene negando a la mujer el acceso a los recursos productivos económicamente necesarios y restringiendo la sexualidad de la mujer.” (HARTMANN, 1996, p.15), o que afeta a constituição de diversas esferas sociais como partidos políticos, sindicatos, universidade, igreja e o próprio Estado. Não haveria a existência de um “capitalismo puro”, tampouco um “patriarcado puro”, o que temos é um *capitalismo patriarcal*.

¹²² “Ela [Hartmann] propõe, assim, um tipo de “teoria de sistemas duais”, em que patriarcado e capitalismo aparecem como sistemas de dominação relativamente independentes. Anterior às relações de produção capitalistas, o patriarcado se viu ameaçado por elas, que empurravam “todas as mulheres e crianças para a força de trabalho e, portanto, destruíam a família e a base do poder dos homens sobre as mulheres” (HARTMANN, 1979, p. 207; cf., também, HARTMANN, 1997 [1979], p. 104). A acomodação entre os dois se deu graças à segregação do trabalho por sexo, com o pagamento de salários menores às mulheres. Com isso, elas eram incentivadas a se casar e os homens se beneficiavam tanto do salário mais alto quanto dos serviços domésticos realizados por suas mulheres (HARTMANN, 1979, p. 208). Na leitura de outra teórica dual, o fato de que o capital não buscou integrar completamente a força de trabalho feminina, mais barata, no mercado de trabalho indica “deferência à hierarquia patriarcal” (Zillah EISENSTEIN, 1979, p. 28-29). (MIGUEL, 2017, p.1227).

¹²³ A autora utiliza o termo “cego ao sexo” (sex-blind), em livre tradução, mas preferimos readaptar para não reproduzirmos uma ideia capacitista.

A autora termina o seu artigo sugerindo a necessidade do desenvolvimento de novas categorias que permitam a apreensão do patriarcado no capitalismo, afirmando a dificuldade de isolar os mecanismos do patriarcado, numa sociedade profundamente capitalista e patriarcal, portanto, aponta como ponto de partida a necessidade de “considerar quién se beneficia de la fuerza de trabajo de la mujer, descubrir la base material del patriarcado, investigar los mecanismos de la jerarquía y la solidaridad entre los hombres.” (HARTMANN, 1996, p.24). Hartmann, ao redefinir a base do patriarcado no capitalismo, realiza uma análise mais crítica, reiterando, assim, que as lutas materializadas contra apenas o capitalismo, sem considerar o patriarcado, e vice-versa, estão fadadas ao fracasso. Afinal,

[c]omo socialistas feministas, debemos organizar una práctica que dirija la lucha contra el patriarcado y la lucha contra el capitalismo. Debemos insistir en que la sociedad que queremos crear es una sociedad en la que el reconocimiento de la interdependência sea liberación y no temor, en la que la educación sea una práctica universal y no una. (HARTMANN, 1996, p.26).

Por sua vez, Iris Young critica a análise de Hartmann mostrando que a sua teorização acerca da classe e do gênero, no sistema capitalista, manteria inalterada a análise político-econômica sobre o capitalismo, adicionando, nesse caso, a questão da opressão das mulheres sem mediações históricas. A autora propõe a construção de uma nova teoria: *a teoria unitária*, em que o feminismo-marxista e o marxismo-feminismo se confundam.

Em vez de se casar com o marxismo, o feminismo deve assumir o marxismo e transformá-lo nessa teoria. Temos que desenvolver um quadro analítico que considere as relações sociais materiais de uma formação social histórica particular como um **sistema único** no qual a diferenciação de gênero é um atributo central (YOUNG, 1992, s.p, tradução nossa, grifo nosso).

Nesse percurso histórico, Iris Young (1992 [1981]), ao admitir os avanços que Hartmann realizou ao redefinir a base material do patriarcado no capitalismo, ainda considera a sua análise demasiadamente dual. Afinal, não haveria possibilidade de lutar apenas contra o patriarcado, apartado da luta anticapitalista. Diante dessa constatação, a autora desenvolve subsídios para a *teoria unitária*. Seu posicionamento político é que não haja um *matrimônio entre feminismos e marxismo*, ao concordar com Hartmann, na afirmação da ausência do gênero na práxis classista marxista, mas sim a construção de uma nova teoria que forneça centralidade às mulheres, apropriando-se das categorias desenvolvidas pela teoria marxista em torno das relações de produção e relações sociais.

Com o avanço do neoliberalismo, no qual as eleições de Margaret Thatcher e Ronald Reagan (1979 e 1980, respectivamente) são uma expressão, assim como o avanço das perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernas que negavam qualquer explicação que viesse a reproduzir analiticamente as grandes narrativas, a ideia de uma *teoria unitária*, que apreendesse a totalidade social e não apenas as partes, esteve em descrédito. Como sabemos, nesse momento há o crescimento de uma concepção fragmentada da realidade, junto ao abandono das lutas emancipatórias e revolucionárias. A concepção do patriarcado como ideologia presente em sociedades pré-capitalistas ganhou força, sem corporificar e materializar essa ideologia num regime totalizante.

Em 1990, Sylvia Walby, socióloga britânica, adicionou o *sistema racial* às *teorias dos sistemas duplos* (capitalista e patriarcal). Nessas perspectivas, o “sistema patriarcal, [é] entendido como um sistema de relações, tanto materiais como culturais, de dominação e exploração de mulheres por homens. Este é um sistema com sua própria lógica, que é ao mesmo tempo maleável a mudanças históricas, em uma relação de continuidade com o capitalismo”. (ARRUZZA, 2015, p.39). Ao teorizar, portanto, sobre o patriarcado, Sylvia Walby (*apud* BANDEIRA, 2007, p.2) o define como

[...] um sistema de estruturas e de relações sociais no qual os homens também exercem a dominação e a opressão sobre as mulheres, [...] repousa(ndo) em seis importantes estruturas: 1) um modo patriarcal de produção: o trabalho doméstico (reprodução social); 2) as relações patriarcais de trabalho remunerado: o emprego; 3) relações patriarcais no interior das instituições do Estado; 4) a violência masculina; 5) relações patriarcais de sexualidade; e 6) as relações patriarcais no âmbito da cultura.

Essas esferas, apreendidas como autônomas, interagem continuamente umas com as outras, viabilizando formas e práticas de existência de um *continuum* entre o patriarcado público e privado. A fundamentação de Sylvia Walby sobre patriarcado está presente em diversas pesquisas acerca da violência dos homens contra às mulheres (BANDEIRA, 2007), utilizada, inclusive, como subsídios para as políticas públicas da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Nessas análises, a violência doméstica é reflexo do *sistema patriarcal* que atua por meio de manifestações simbólicas e representacionais, fundamentadas em análises pós-estruturalistas e pós-modernas.

A fim de explicar os fundamentos da teoria da reprodução social, faz-se necessário contrastar com outras perspectivas, realizando um diálogo plural, afinal, adotamos o pluralismo como o campo de potência criativa e inovadora para a práxis social. Além das perspectivas que situamos brevemente e das que aprofundaremos com mais cautela analítica, como no caso das

francófonas, a teoria da reprodução social, de acordo com Arruzza, se opõe também à tese do *capitalismo indiferente*, por muito tempo hegemônico nos circuitos marxistas, no qual as classes sociais possuem grande centralidade, fazendo com que as dimensões de raça, sexo/gênero sejam irrelevantes.¹²⁴ Como o capitalismo seria indiferente a essa diversidade que ganha traços de opressão e dominação, seria possível alcançarmos uma igualdade (abstrata) de gênero e de raça nessa sociedade, por mais que o capitalismo se aproveite dessa diversidade para explorar mais.

Tanto as teorias dos sistemas duplos/triplos, como a tese do capitalismo indiferente estabelecem uma fragmentação entre econômico e político/cultural/social, compreendidas como esferas regidas por leis distintas¹²⁵. As distintas nuances estariam, no caso do capitalismo, indiferentes ao designar o econômico como o fator que determinaria tudo de forma mecânica e automática – o que foi (re)produzido pelo “marxismo estruturalista”, ao passo que em outras análises, o cultural, ou a soma do econômico/político/cultural, sem mediações históricas, conformaria a realidade ao consolidar os “sistemas patriarcal e racista”. Essas análises acabam desistorizando a processualidade dos fenômenos, além de impor uma lógica imediatista que se opõe ao materialismo histórico dialético.

Ainda nas décadas de 1980 e 1990, Danièle Kergoat teorizou sobre a “consustancialidade” e “coextensividade”¹²⁶ das relações patriarcais, raciais e de classe,

¹²⁴ Uma das autoras muito utilizada, inclusive no Serviço Social, que compõe essa perspectiva é a Ellen Meiksins Wood. Para ela, “o desenvolvimento capitalista criou condições sociais que conduziram à crítica destas desigualdades e facilitaram a emergência da pressão social contra elas. Isso não encontra precedente em épocas históricas prévias; basta pensar na literatura greco-romana, na qual as posições antiproibicionistas são praticamente ausentes, apesar da presença universal da escravidão para fins produtivos. Ao mesmo tempo, o capitalismo tendeu sempre a usar diferenças pré-existentes herdadas de sociedades prévias de uma maneira oportunista. Por exemplo, diferenças de gênero e raça são utilizadas de forma a criar hierarquias entre setores mais ou menos avançados das classes exploradas. Estas hierarquias são abrandadas como consequências de diferenças naturais, mascarando sua real natureza, nominalmente o fato de serem produtos da lógica de competição capitalista. Isso não deve ser entendido como um plano consciente que o capitalismo segue, mas como a convergência de uma série de práticas e políticas que se seguem do fato que desigualdades de gênero e raciais são vantajosas desde o ponto de vista capitalista. No argumento de Wood, o capitalismo instrumentaliza a opressão de gênero para os seus próprios fins, mas conseguiria viver bem sem ela. Por outro lado, o capitalismo não poderia existir sem exploração de classe.” (ARRUZZA, 2015, p.49).

¹²⁵ Concordamos com Mirla Cisne em quanto essa apreensão é equivocada: “considero que essa razão dualista entre economia × cultura, geral × específico, fere a dimensão da dialética e da totalidade, tão caras ao método de análise marxista. Ademais, a opressão patriarcal às mulheres não pode ser vista como um problema “específico” das mulheres, assim como o racismo não é uma questão específica das populações negra e indígena. Tanto o patriarcado como o racismo estruturam a desigualdade social, não são meros resultados de ideologias, como defendem a(o)s culturalistas.” (CISNE, 2020, p.44).

¹²⁶ Kergoat (2010, p.93) afirma: “Desde os anos de 1970-1980 mobilizo os conceitos de consustancialidade e coextensividade para procurar compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul). Tais práticas não se deixam apreender por noções geométricas como imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade - elas são móveis, ambíguas e ambivalentes. No entanto, não basta afirmar que compreendemos a sociedade em termos de relações sociais - é preciso antes definir tais relações, e suas propriedades.”

analisando “o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca.” (KERGOAT, 2010, p.100), tornando-se umas das abordagens mais utilizadas nos circuitos críticos sobre trabalho doméstico em diversos países, inclusive no Brasil. Assim, a perspectiva das materialistas francófonas ganhou centralidade no debate materialista, em grande parte de vínculo marxista, sobre a opressão das mulheres no capitalismo e ainda hoje é uma das perspectivas mais reconhecidas nessa seara. É importante destacar o contexto social e histórico relacionado ao desenvolvimento dessa teoria, no qual os movimentos feministas estavam preocupados em desenvolver subsídios teóricos que materializassem a opressão das mulheres no capitalismo, diante da relutância dos movimentos marxistas em considerar a importância das questões de gênero e raça. Portanto, reconhecemos o avanço que essa perspectiva possibilitou aos movimentos de esquerda no Brasil, ao elencar como centralidade a divisão sexual do trabalho, permitindo desenvolver uma análise material da opressão-exploração das mulheres. Na tentativa de avançar analiticamente na assimilação da complexa totalidade social, essa fundamentação imprimiu um avanço considerável sobre a forma de apreender materialmente a opressão das mulheres.

No Serviço Social, o Feminismo Materialista Francófono (FMF), associado à teoria marxista, é uma das perspectivas que mais tem sido adotada em pesquisas que se propõem a analisar a realidade das mulheres, combinadas a uma crítica ao sistema capitalista e ao racismo. Assim como as francófonas, existem outras tendências em evidência, inclusive pós-modernas, que serão analisadas no último capítulo deste trabalho. Neste momento, a partir da crítica da teoria unitária, iremos desenvolver algumas ponderações em relação às limitações teóricas-metodológicas do FMF que, embora possua grande contribuição histórica na teorização sobre o patriarcado e na organização dos movimentos feministas, está limitado pela apreensão epistemológica de que o patriarcado no capitalismo está fundamentado na divisão sexual do trabalho e que isto garante a existência de um *modo de produção patriarcal (ou doméstico)*, anterior e, de certa forma, independente ao capitalismo, demarcando a existência de *classes sexuais*. Esse modo de produção patriarcal coexistiria ao modo de produção capitalista. Na nossa perspectiva, essa afirmação gera um curto-circuito no que se refere às determinações de última instância do capitalismo, operacionalizando uma lógica metodológica que não atinge a totalidade social, o que iremos analisar com maior profundidade na próxima seção.

3.3.4. O feminismo materialista francófono

Na década de 1970, as francesas Nicole-Claude Mathieu, Christine Delphy e Collete Guillaumin, dentre outras, contribuíram com o circuito dos debates feministas sobre o trabalho doméstico, ao designar o *modo patriarcal de produção (ou doméstico)* como um modelo econômico existente em diversas organizações sociais pré-capitalistas. Na sociedade capitalista, ele seria coexistente ao *modo de produção capitalista*, o que permitiria conceber materialidade à *classe das mulheres*¹²⁷. Essas feministas estavam preocupadas em preencher uma lacuna teórica acerca do processo de dominação, exploração e opressão das mulheres e, para isso, se fundamentaram em alguns estudos antropológicos do século XX¹²⁸.

As feministas materialistas francófonas¹²⁹ se aproximam das análises marxistas, mais do que muitas “feministas radicais”, e muitas se apoiam no materialismo histórico dialético (FALQUET; CURIEL, 2015). Entretanto, não estão interessadas em construir um feminismo marxista, embora muitas marxistas historicamente tenham se apropriado deste feminismo para conduzir as suas pesquisas. A partir de uma prévia análise dos fundamentos teórico-metodológicos das francófonas, é perceptível localizar influências da teoria antropológica estruturalista do Lévi-Strauss, que compreende a troca das mulheres como o ato de criação da cultura humana¹³⁰. Poderíamos dizer que o materialismo das francófonas fundamenta-se nessa perspectiva antropológica, a partir da crítica à divisão sexual do trabalho - característica *transhistórica* do patriarcado, e não no materialismo ontológico marxista. Embora haja o recurso a historicidade e a dialética, em alguns momentos, acreditamos que as francófonas

¹²⁷ É importante destacar que, como dito anteriormente, várias feministas da “segunda onda” estavam preocupadas em teorizar acerca do patriarcado como um regime de opressão anterior à sociedade capitalista. Nesse movimento, ocorrido simultaneamente em diversos países, localizamos o protagonismo das francesas em assumir esse debate amplamente, a partir da categorização das relações sociais de sexo. Entretanto, de acordo com Michèle Ferrand (RIAL; LAGO; GROSSI, 2005, p.679), “[o] desenvolvimento da aparelhagem teórica das pesquisas feministas deu-se de maneira não linear: cada pesquisadora teve de se virar, inventando, redescobindo, apoiando-se no trabalho das outras, dialogando e polemizando. Nessas trajetórias, ao mesmo tempo individuais e coletivas, a postura epistemológica e a cronologia histórica nem sempre estiveram de acordo. Por isso, é difícil precisar a data do surgimento, e em seguida da adoção, do termo relações sociais de sexo, ao lado de uma terminologia que remete mais ao patriarcado, ao modo de produção doméstico, à determinação do sexo, às orientações sexuais, etc.”

¹²⁸ “Ann Ferguson (1979) identificou uma classe “de sexo”, em paralelo à classe econômica individual e à classe econômica por vínculo familiar, caracterizada pela exploração do “trabalho sexual-afetivo” das mulheres pelos homens, sem reciprocidade. Mas a versão mais poderosa desta abordagem está na obra de Christine Delphy (2013b [1970]), que foca exclusivamente no trabalho material e apresenta a ideia de que, nas sociedades contemporâneas, convivem dois modos de produção distintos.” (MIGUEL, 2017, p.1229).

¹²⁹ De acordo com Jules Falquet e Ochy Curiel, o feminismo francófono “é um pensamento que tem grande coerência interna e forma um conjunto histórico-político específico” (2015, p. 10).

¹³⁰ Além do Lévi-Strauss, as materialistas francófonas utilizam como fundamento mais dois centrais antropólogos (além de outras antropólogas). O primeiro é Maurice Godelier (França, 1934 -) que incorpora a antropologia de Lévi-Strauss à teoria marxista. O segundo, é Claude Meillassoux (França, 1925 – 2005), que também se apoia na perspectiva marxista, ultrapassando-a em diversas instâncias. Acreditamos que a realização de uma pesquisa que aprofundasse a análise acerca dos fundamentos teórico-metodológicos antropológicos que conformam as concepções materialistas das francófonas seria bem interessante, pois é nítido, para nós, que é um pensamento que, embora se aproxime do marxismo em alguns momentos, não é, definitivamente, um tipo de feminismo marxista.

possuem outras bases materialistas. Como fica explícito nessa passagem do “*Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*” (2009), de Danièle Kergoat:

Essa noção [de divisão sexual do trabalho] foi primeiramente utilizada pelos etnólogos para designar uma repartição “complementar” das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades que estudavam. Lévi-Strauss fez dela o mecanismo explicativo da estruturação da sociedade em família. Mas as antropólogas feministas foram as primeiras que lhe deram um conteúdo novo, demonstrando que traduzia não uma complementariedade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres (Mathieu, 1991a; Tabet, 1998). (KERGOAT, 2009, p.67).

Ao mesmo tempo em que, para Kergoat, as antropólogas deram um conteúdo novo às afirmações de Lévi-Strauss (ao incorporar a noção de poder), há a validação de sua tese. Também é possível localizarmos a devida centralidade ao estruturalismo lévi-straussiano nessa outra passagem da *Introdução do Patriarcado Desvendado: Teorias de três feministas materialistas* (2015):

[...] à semelhança de Claude Lévi-Strauss (que fez em realidade o que ela chama, depois de Gayle Rubin, uma “teoria feminista falida”), Mathieu considera que o que cria a suposta complementaridade e a dependência mútua entre homens e mulheres é a divisão sexual do trabalho. Dita binaridade não se origina na biologia e tampouco na natureza, menos ainda em uma vontade divina, mas pura e simplesmente na organização do trabalho e sua exploração, a qual sim, parece **bastante universal**, ainda que possua numerosas variantes. (FALQUET; CURIEL, 2015, p.17, grifos nossos)¹³¹.

O fundamento analítico das francófonas, ao negar a dimensão biológica, acaba reproduzindo um “essencialismo social”¹³², contrastando à compreensão do ser humano como uma totalidade, “na medida em que é uno e indivisível” (SAFFIOTI, 2009, p.17). Evidentemente que as produções das materialistas forneceram outros campos de mediações ao contestar as descobertas do antropólogo Lévi-Strauss (e sua “teoria feminista falida”), em relação a naturalização da divisão sexual do trabalho - uma questão em aberto desde a

¹³¹ Uma das premissas do método investigativo estruturalista é defender a existência de uma estrutura mental universal que se desdobra em diferentes sistemas de organização social, e o estudo comparativo entre sociedades distintas demonstraria diferentes expressões desta estrutura mental universal. A divisão sexual, nesse caso, teria fundamento em estruturas elementares da ordem do parentesco, devendo sob esta perspectiva ser vista a partir de um padrão universal.

¹³² Esse “essencialismo social” se expressa nas produções de algumas feministas francófonas por meio do “antinaturalismo”, que foi uma tomada de posição política importante do movimento feminista à época, que se opôs ao “essencialismo biologicista”. Entretanto, defendemos que a dimensão biológica não deve ser “apagada”, mas sim apreendida através das relações sociais concretas, portanto, o caminho investigativo ontológico não é negar a dimensão biológica (o sexo enquanto existência concreta dos corpos), mas sim apreendê-la no jogo das relações sociais. Compreendemos a importância política e teórica que algumas feministas francófonas realizaram à época, evidenciando que não existe nenhuma dimensão natural de opressão e concordamos com isso, mas não podemos simplesmente negar as realidades fisiológicas (esfera orgânica) que são valoradas a partir das relações sociais (esfera social).

publicação de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (ENGELS, 2012), que tem como subsídio materialista a antropologia de Lewis Morgan¹³³, como trabalhamos anteriormente¹³⁴. Nesse desenvolvimento analítico epistemológico, as materialistas designam a existência de uma relação de poder entre homens e mulheres que não é natural e, mais do que isso, elas desenvolvem uma base material para a apreensão da dominação-exploração das mulheres pelos homens: a divisão sexual do trabalho. Num momento em que o marxismo movimentado politicamente e teoricamente se fechava às questões de gênero e raça, esta foi uma descoberta muito valiosa para a organização das mulheres e da luta de classes, mas hoje é insuficiente.

Algumas dessas autoras reivindicam a transhistoricidade do patriarcado que nascera com a cultura (a troca de mulheres) para fundamentar, inclusive, “a desigualdade entre os sexos” nas sociedades “igualitárias”, como é possível de ver no trabalho de Paola Tabet, *Mãos, instrumentos, armas* (2015)¹³⁵. Podemos afirmar, que assim como diversos movimentos feministas da década de 1970, as francófonas realizam a crítica ao marxismo e suas incidências políticas, devido aos erros cometidos historicamente por este através do pragmatismo em suas plurais versões. “Essa dupla proximidade e dupla distância [das feministas francófonas] em face das “feministas radicais” e das “feministas socialistas” é o que faz sua particularidade na complexa paisagem do feminismo no mundo”. (FALQUET; CURIEL, 2015, p.23).

Como situado anteriormente, a antropologia do Lévi-Strauss é fundamental para o desenvolvimento da “segunda onda” do feminismo. O autor analisa as relações de parentesco como dimensões organizacionais da economia, dos costumes, dos valores e das práticas sexuais. Em sua obra *Estruturas Elementares do Parentesco* (1955), as relações de parentesco, embora altamente diversificadas a depender da sociedade, são apreendidas como a determinação de

¹³³ Para Engels, “Morgan foi o primeiro que, com conhecimento de causa, tratou de introduzir uma ordem precisa na pré-história da humanidade, e sua classificação permanecerá certamente em vigor até que uma riqueza de dados muito mais considerável nos obrigue a modificá-la” (ENGELS, 2012, p.37). E assim foi feito no século XX, a partir das descobertas de Lévi-Strauss.

¹³⁴ Para Engels: “[...] o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino. O casamento monogâmico foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, inaugura, ao lado da escravidão e da riqueza privada, a época que perdura até hoje, em que cada progresso constitui simultaneamente um retrocesso relativo, em que o bem-estar e o desenvolvimento de uns se impõem pela dor e pela opressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza dos antagonismos e das contradições que nela se desdobrarão plenamente.” (2012, p.87).

¹³⁵ De acordo com Nicole-Claude Mathieu, “[a]inda que, em teoria, a divisão do trabalho entre os sexos possa ser considerada, como diz Lévi-Strauss, como a proibição para cada sexo de efetuar as tarefas do outro, nós pudemos demonstrar (Tabet, 1979) que, na realidade, não existem atividades propriamente femininas, mas que, em contrapartida, em cada sociedade certas tarefas são proibidas às mulheres, e isto em função do grau de tecnicidade dos utensílios ou ferramentas, os homens reservando para si a possibilidade de controle dos meios de produção chave e dos meios de defesa (daí o domínio da organização simbólica e política).” (2015, p.213).

última instância organizadoras da cultura e da procriação biológica. Ao definir a essência dos sistemas de parentesco na troca das mulheres, Lévi-Strauss constrói uma teoria implícita da opressão sexual (RUBIN, 1993). A troca de mulheres seria, portanto, o grau absoluto de apropriação das mulheres, reduzindo-as ao estado de objeto material (GUILLAUMIN, 2014). Lévi-Strauss

[...] aplicou a metodologia estruturalista aos estudos etnológicos e elaborou uma teoria sobre o nascimento da cultura baseada em estruturas invariáveis e universais de trocas. A troca é, de fato, o meio pelo qual a humanidade confronta a natureza e estabelece, em oposição a essa, a cultura e, portanto, a sociedade. Segundo Lévi-Strauss, esta troca possui como estrutura básica a troca das mulheres. Em outras palavras, a sociedade e a cultura começam onde os homens iniciam a troca de mulheres entre si; um homem recebendo uma mulher de outro homem. Esse é o contexto de sua explicação para o tabu do incesto, na medida em que é apenas através da proibição de relações sexuais entre consanguíneos que se pode introduzir a exogamia e, conseqüentemente, a troca de mulheres entre grupos diferentes. A própria divisão sexual do trabalho é um meio de criar um estado de dependência recíproca entre os sexos, a fim de garantir o tabu do incesto e a regulação da troca de mulheres. (ARRUZZA, 2019, p.92).

Diante de dados de um terço do universo etnográfico da época, Lévi-Strauss apreende a *dádiva* e o *tabu do incesto* como fenômenos expressos nessas sociedades determinadas pelas relações de parentesco constitutivas nas trocas das mulheres. Não nos esqueçamos que o estruturalismo, criado pelo linguista francês Ferdinand Saussure, tem como estratégia investigativa localizar e analisar as “estruturas sociais” elementares, refletidas nas relações sociais cotidianas e, partindo dessa premissa, o estruturalismo levi-straussiano se consolida. Avaliamos que, de forma considerável, as francófonas reproduzem essa perspectiva analítica, dessa maneira, distanciando-se do materialismo histórico dialético, porque se baseiam em outras premissas epistemológicas (não ontológicas). Embora, como dito anteriormente, haja a centralidade do trabalho, o que não garante a consolidação de um método materialista histórico dialético por si só.

A *dádiva*, analisada primeiramente por Marcel Mauss no *Ensaio sobre a Dádiva* (1925), é categorizada como a prática de “dar”, “receber” e “trocar” de “sociedades primitivas”¹³⁶. Na ausência de regras e leis do mercado, essas populações realizam rituais de “presentes”, consumindo-se o que é do outro, enquanto o outro consome o que é seu. O ato de presentear o

¹³⁶ A dádiva também é importante para sociedades igualitárias, que são sociedades que rejeitam a propriedade privada e a acumulação. É por isso que os rituais coletivos de dádiva (como o Potlatch, que existe até hoje) são rituais onde a sociedade “joga fora”, “destrói”, “doa”, “se desfaz” do que poderia ser acumulado, para que não haja o perigo de o que foi acumulado se transformar em propriedade privada (e, neste sentido, isso acabar se traduzindo em diferenças sociais e a sociedade igualitária se desfazer).

próximo cria um laço de solidariedade social entre os entes de comunidades distintas. Na ausência do Estado e de instituições que regulam a sociabilidade, os presentes são o meio pelo qual essas sociedades mantêm a sua coesão – é quase uma leitura positivista-funcionalista, embora o método do Mauss não seja assim definido.

A partir dessas afirmações, Lévi-Strauss designa o casamento como uma forma elementar de *troca de presentes*, sendo que as mulheres são os presentes mais importantes e preciosos de uma sociedade. O *tabu do incesto* opera na organização dessas trocas fazendo com que as mulheres sejam trocadas entre grupos e “famílias” e não entre parentes de uma mesma “família”¹³⁷, operando a lógica exogâmica.

O que ocorre na verdade é que o tabu do incesto coloca o objetivo social da exogamia e da aliança acima dos fatos biológicos de sexo e procriação. O tabu do incesto divide o universo da escolha sexual em categorias de parceiros sexuais permitidos e interditos. De forma explícita, proibindo uniões dentro de um grupo, ele impõe as uniões entre os grupos. (RUBIN, 1993, p.20).

A troca de mulheres diferencia-se de outros tipos de trocas presentes porque estabelece não apenas uma relação de reciprocidade, mas de parentesco. “Os parceiros das trocas se tornam parentes por afinidade, e seus descendentes serão parentes consanguíneos” (RUBIN, 1993, p.20). O casamento é, assim, o vetor de aliança por excelência, porque o ato de trocar coisas simplesmente, pode criar uma relação momentânea. Porém, no casamento não. Nesta troca não há a criação de uma simples relação momentânea. Há a criação de um laço. O tabu do incesto, então, “resulta numa ampla rede de relações, num grupo de pessoas cujos laços formam uma estrutura de parentesco” (RUBIN, 1993, p.21). Logo, funciona como a determinação de última instância que organiza todas as outras dimensões da sociabilidade¹³⁸. Nessa perspectiva, as mulheres não seriam meramente objetos, na concepção que temos de objeto, pois os valores dessas sociedades eram outros, conferindo um poder quase místico nessas relações. Para Gayle Rubin (1993, p.23),

¹³⁷ Ainda que a ideia de família não caiba muito aqui, porque esta é uma noção eminentemente Ocidental, não sendo nem entendida pelas sociedades tradicionais as quais foram estudadas por Lévi-Strauss e Mauss.

¹³⁸ “Os sistemas de parentesco não se limitam simplesmente a trocar mulheres. Eles trocam também acesso sexual, status genealógicos, nomes de estirpes e ancestrais, direitos e pessoas – homens, mulheres e crianças – dentro de sistemas concretos de relações sociais. Essas relações sempre incluem determinados direitos para os homens, e outros para as mulheres. “Troca de mulheres” é uma maneira sintética de expressar o fato de que as relações sociais de um sistema específico de parentesco determinam que os homens têm certos direitos sobre as mulheres de sua família, e que as mulheres não têm os mesmos direitos nem sobre si mesmas nem sobre seus parentes de sexo masculino. Nesse sentido, a troca de mulheres revela uma percepção profunda de um sistema no qual as mulheres não têm direitos plenos sobre si mesmas. A troca de mulheres se torna uma fonte de confusão quando é vista como uma necessidade cultural e quando é usada como o único instrumento para análise de um sistema particular de parentesco.” (RUBIN, 1993, p.24-25).

[a] “troca de mulheres” é um conceito poderoso e sedutor. É tentador porque localiza a opressão das mulheres no interior de sistemas sociais, e não na biologia. Além disso, ele sugere que se deve buscar a fonte da opressão das mulheres em seu comércio e não no comércio de mercadorias. Certamente não é difícil encontrar exemplos etnográficos e históricos desse uso que se faz das mulheres.

Longe de ser um fenômeno restrito às “sociedades primitivas”, a “troca de mulheres” atravessa a edificação da civilização, assim como a objetificação das mulheres. Mas um risco de levar às últimas consequências a afirmação de Lévi-Strauss se dá na condição de aceitar que a opressão das mulheres nasce na troca das mulheres, ou seja, na criação da cultura, perdurando até os dias atuais por meio de uma espécie de *apropriação*¹³⁹. Ao se fundamentar nessa perspectiva, algumas feministas materialistas francófonas admitem que o patriarcalismo cria as *classes de homens e de mulheres*¹⁴⁰, passando a se desenvolver enquanto um sistema¹⁴¹. Essas *relações sociais de sexo*¹⁴² são constituintes de diversas sociedades e este, teoricamente, é um termo que substitui o conceito *gênero*, embora estes não sejam sinônimos¹⁴³. A crítica das francófonas ao conceito gênero é devido à maleabilidade, neutralidade, polissemia e aceitabilidade do mesmo na sociedade capitalista, portanto, seria um conceito que mais confunde do que desvenda o patriarcado¹⁴⁴.

¹³⁹ Colette Guillaumin (2015) irá nomear esse processo de *apropriação social das mulheres* realizada pelos homens, nas sociedades modernas. Embora a autora tenha contribuído em diversas dimensões para desnaturalizar a raça e o “sexo”, no contexto da década de 1970, reconhecemos os limites de sua tese da apropriação física das mulheres enquanto classe de sexo, que expressamente possui um fundamento na lógica da “troca de mulheres” de Lévi-Strauss.

¹⁴⁰ Para Jules Falquet e Ochy Curiel (2014, p.15-16), “[o] ponto central de seu pensamento [feminista francófono] radica em que nem os homens nem as mulheres são um grupo natural ou biológico, não possuem nenhuma essência específica nem identidade a defender e não se definem pela cultura, a tradição, a ideologia nem pelos hormônios – mas pura e simplesmente por uma relação social [rapport], material, concreta e histórica. Esta relação social é uma relação de classe, ligada ao sistema de produção, ao trabalho e à exploração de uma classe por outra. É uma relação social que as constitui na classe social das mulheres ante a classe dos homens, em uma relação antagônica (nem guerra dos sexos, nem complementaridade, mas simplesmente uma oposição de interesses cuja resolução supõe o fim da exploração e a desapareição das mulheres e dos homens como classe).”

¹⁴¹ Para Danièle Kergoat: “as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente **formam um sistema**” (KERGOAT, 2009, p. 71, grifo nosso).

¹⁴² Afirma Michèle Ferrand em uma entrevista: “Dizer que as relações entre os sexos constituem uma relação social significa afirmar, ao mesmo tempo, que ambos formam um sistema. Presentes em todas as esferas da sociedade, as relações de sexo a estruturam e organizam do mesmo modo que as relações de classe ou de raça.” (RIAL; LAGO; GROSSI, 2005, p.680,). Para a pesquisadora, elas possuem quatro principais características: são antagônicas (interesses irreconciliáveis), transversais (estão em toda a sociedade), dinâmicas (conformadas pelas relações sócio-históricas em sociedade) e bicategorizam os homens e as mulheres na sociedade.

¹⁴³ Nem todas as feministas francófonas usam o conceito patriarcado, como a Daniele Kergoat.

¹⁴⁴ Nós concordamos com essa crítica (Saffioti também), mas devido a popularização do termo gênero utilizado pela grande maioria dos movimentos feministas no mundo, preferimos utilizá-lo, mas sempre conjuntamente com a noção de cisheteropatriarcado e com mediações históricas concretas anticapitalistas. Além disso, compreendemos que o conceito gênero se torna uma categoria ontológica quando elevamos os níveis de abstração sobre a relação entre sexo e gênero na história da humanidade.

Na língua francesa, as *relações* possuem duas traduções: *rapports* e *relations*. As *rapports sociaux de sexe* são diferentes das *relations sociales de sexe*. A primeira relaciona-se às *relações estruturais* de uma dada sociabilidade, enquanto a segunda se remete às *relações individuais*, inscritas no cotidiano. Assim, as *rapports sociaux de sexe* fundamentam-se nas relações sociais de classe. “Uma relação [rapport] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com *interesses antagônicos*. Portanto, atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes.” (CISNE, 2014, p.136, grifo nosso). Nessa perspectiva, as mulheres pobres ou ricas conformariam uma mesma classe produtoras de *valores de uso*, como o trabalho de provimento e cuidados, sendo, mais próximas em sua realidade concreta do que homens da classe trabalhadora ou da classe burguesa¹⁴⁵. Para Saffioti,

[c]om efeito, grande parte, talvez a maioria, das(os) feministas francesas(es) usam a expressão relações sociais de sexo em lugar de relações de gênero. Fazem tanta questão disto que algumas usam a expressão *relations sociales de sexe*, em lugar de *gender relations* (*relations de genre*, em francês), como fazem as norte-americanas e certas inglesas, reservando a expressão *rapports sociaux*, para designar a estrutura social expurgada do gênero. Deste modo, procedem como certas brasileiras, colocando as relações interpessoais fora da estrutura social. Que lugar seria este? Da perspectiva aqui assumida, este é o não-lugar. Grande parte das feministas francesas eram/são um bastião de resistência contra a penetração, no francês, de uma palavra – gênero – com outro significado que o gramatical. Na tentativa de valorizar a expressão relações sociais de sexo, Kergoat não considera incompatíveis os conceitos de gênero e patriarcado. Em sua opinião, pensar em termos de relações sociais de sexo deriva de uma certa visão de mundo, fica praticamente impossível falar, ao mesmo tempo, de relações sociais de sexo e de patriarcado (Kergoat, 1996). Embora a ambiguidade do texto seja gritante, vale ressaltar a admissão da compatibilidade dos conceitos referidos [...]. Este pequeno artigo de Kergoat contém, não apenas nas ideias utilizadas, vários pensamentos que pedem reflexão. Concorde-se com ela, certamente não pelas mesmas razões, no que tange ao uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, como se deverá deixar claro posteriormente. Aparentemente, sua recusa do termo gênero está correta. Entretanto, gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes. (SAFFIOTI, 2009, p.21).

¹⁴⁵ “Por isso, diz a pensadora francesa, é errôneo anexar as mulheres às classes sociais de seus maridos. A mulher casada com um burguês não é uma burguesa, pois “seu nível de vida não depende das relações de produção de classe com os proletários, mas das relações de produção servis com seu marido” (DELPHY, 2013b [1970], p. 47). “Ao fazer do casamento um substituto das relações de produção como critério de pertencimento de classe, a sociologia tradicional (marxista, mas não só) mascara a existência de um segundo modo de produção nas sociedades contemporâneas, ao lado do capitalismo: o modo de produção familiar ou patriarcal (DELPHY, 2013b [1970], p. 49).” (MIGUEL, 2017, p.1230).

Uma das características de algumas vertentes dos feminismos da “segunda onda” é afirmar que *tudo é social*. Nesse “essencialismo social” (SAFFIOTI, 2009), há uma repulsa, ou até mesmo negação, às dimensões biológicas que pudessem, em alguma medida, estarem associadas ao sexo¹⁴⁶. Consideramos essa postura analítica limitada¹⁴⁷. Por estarmos ancoradas ao materialismo histórico dialético, estamos dispostas a refletir as bases ontológicas para avançarmos na construção de um feminismo-marxista de cariz ontológico. Concordamos com Saffioti (2006, p.8), quando a autora afirma que

[o] ser social, dotado de consciência, é responsável pelas transformações da sociedade, permanecendo, entretanto, um ser natural. A sociedade tem, pois, fundamento biológico. É exatamente este fundamento biológico o elemento perdido, logo, ausente do conceito de gênero. Sua perda representa um empobrecimento conceitual da própria vida social. Além de desfigurar a realidade em que se vive, ou seja, procedendo à eliminação do caráter processual que torna as três esferas uma realidade uma, funda o essencialismo social.

Portanto, na tentativa de assegurar a perspectiva de análise da totalidade social, a partir do que Lukács nomeou de ontologia, acreditamos que não podemos desconsiderar a esfera orgânica da totalidade.

Quando a consciência humana se projetou sobre a natureza, introduzindo a marca do nexos final nas cadeias causais objetivas, teve origem o ato intencional, teleológico, finalista. Desta sorte, a teleologia é uma categoria histórica e, portanto, irreduzível à natureza. Deste ângulo, o gênero inscreve-se no plano da história, embora não possa jamais ser visto de forma definitivamente separada do sexo, este inscrito na natureza. Ambos fazem parte desta totalidade aberta, que engloba natureza e ser social. Corpo e psique, por conseguinte, constituem uma unidade. Como praticamente a totalidade das teorias feministas não ultrapassa a gnosiologia, permanecendo no terreno das categorias meramente lógicas ou epistemológicas, não dá conta da riqueza e da diversidade do real. Revelam-se, por isso, incapazes de juntar aquilo que o cartesianismo sistematizou como separado. O gênero independe do sexo apenas no sentido de que a sociedade não se apoia necessariamente nele para proceder à modelagem do agente social. Há, no entanto, um vínculo

¹⁴⁶ Para Falquet e Curiel (2014, p.7), “[u]m dos elementos que nos leva a essa crença é a famosa teoria “sexo/gênero”, que muitas de nós aprendemos, e muitas vezes ensinamos, em dezenas de oficinas: por trás do gênero, que é social, está o biológico, que não deixa de ser natural... Que alívio! A moral fica a salvo, já que depois de tudo a heterossexualidade é a forma normal e lógica de se relacionar, ainda que algumas saiam dela”. Evidentemente que tecemos críticas à heterossexualidade, mas não concordamos com o argumento realizado pelas autoras ao analisar a relação entre sexo e gênero.

¹⁴⁷ Esse argumento muito se assimila ao que Judith Butler vai desenvolver na sua “teoria queer”, ao defender o sexo como uma ficção (linguística, no caso). De acordo com Butler: “Se o gênero é a construção social do sexo e somente é possível ter acesso a este “sexo” mediante sua construção, logo, aparentemente o que ocorre é, não apenas o sexo é absorvido pelo gênero, mas sim o “sexo” chega a ser algo semelhante a uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalada em um local pré-linguístico no qual não existe acesso direto”. (2012, p.23, tradução nossa).

orgânico entre gênero e sexo, ou seja, o vínculo orgânico que torna as três esferas ontológicas uma só unidade, sendo indubitável que cada uma delas não pode ser reduzida à outra. Obviamente, o gênero não se reduz ao sexo, da mesma forma como é impensável o sexo como fenômeno puramente biológico. (SAFFIOTI, 2009, p.38).

Por isso é imprescindível associarmos a ontologia materialista marxista à epistemologia feminista, para justamente suplantarmos a gnosiologia moderna (sexista desde o princípio), que não alcança a essência dos fenômenos sociais. Não é negando a dimensão orgânica (biológica) que iremos alcançar uma crítica contundente às relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo (cisheteropatriarcais), mas, sim, realizando mediações entre as esferas ontológicas inscritas nas processualidades históricas permeadas de contradições. Evidentemente, que são as relações sociais concretas e as ideologias como produto destas (como o racismo e o cisheteropatriarcado), que conformam a lógica operacional do gênero/raça e do sexo/fenótipos humanos se apresentarem no cotidiano, como atributos carregados de sentidos e significados sociais, permeados de relações sociais de violência, poder e dominação entre sujeitos que carregam consigo atributos diferentes e socialmente hierarquizados e valorados. Apesar do alto nível de complexidade dessas relações sociais, elas possuem uma dimensão visível (aparente) expressa no cotidiano, através das próprias relações sociais.

À guisa de exemplo, basta nos remetermos à realidade das pessoas transexuais não binárias e as travestis, que são o alvo principal dos crimes de homofobia, justamente por carregarem em seus corpos uma afronta ao que foi socialmente construído enquanto tipos ideais¹⁴⁸ (e aqui vamos pedir licença para usar uma tipologia weberiana) do que é esperável do homem e mulher “de verdade” (cisnormatividade). A violência cotidianamente destinada a essa população carrega em si sentidos ideológicos cisheteropatriarcais consubstanciados a uma demarcação biológica corpórea do que é aceitável culturalmente, em dada sociedade. Homens com seios são uma afronta ao padrão desenvolvido e normatizado nessa sociabilidade. Assim como mulheres de barba. De maneira parecida, mas não idêntica, o racismo é vivido de forma mais intensa e violenta entre pessoas que possuem uma cor da pele mais escura ou fenótipos mais negroides. São características biológicas e fenotípicas carregadas de significados sociais

¹⁴⁸ Tipos ideais, na sociologia compreensiva de Weber, são ferramentas metodológicas que o/a pesquisador/a utiliza para analisar a realidade. Por se tratarem de “tipos ideais”, não necessariamente existem na realidade, portanto é uma tipologia conceitual que pode servir como parâmetro de comparação às outras tipologias reais. Para Saffioti (2009, p.6) “[...] efetivamente, o tipo ideal é construído de maneira a atá-lo à especificidade do contexto social no qual teve sua gênese. Trata-se de conceitos genéticos. O próprio Weber define seu esquema de pensamento como um universo não-contraditório de relações pensadas. Como seu pensamento opera uma acentuação unilateral de certos aspectos da realidade, os conceitos não correspondem exatamente a esta, constituindo, neste sentido, uma utopia.”

que determinam, inclusive, quais locais essas pessoas podem transitar numa sociedade sem serem mortas ou violentadas. Há uma síntese entre as dimensões social e biológica expressas a partir dos sujeitos corporificados nas relações sociais. Para captar as múltiplas determinações que implicam nas relações de poder dessas relações não podemos prescindir no método ontológico marxista e suas três esferas (inorgânica, orgânica e social).

Como, porém, o ser social não poderia existir sem as outras duas esferas ontológicas, não se admite ignorá-las. Mais do que isto, o ser humano consiste na unidade destas três esferas [inorgânica, orgânica e social], donde não se poder separar natureza de cultura, corpo de mente, emoção de razão etc. É por isso que o gênero, embora construído socialmente, caminha junto com o sexo. Isto não significa atentar somente para o contrato heterossexual. O exercício da sexualidade é muito variado; isto, contudo, não impede que continuem existindo imagens diferenciadas do feminino e do masculino. (SAFFIOTI, 2009, p.38).

De acordo com Luis Felipe Miguel (2017), as materialistas francófonas, em crítica à teoria marxista, defendem que a ausência do reconhecimento do caráter produtivo do trabalho doméstico, realizado pelas mulheres, faz com que os marxistas deixem as análises sobre gênero como coadjuvantes; “ao mesmo tempo, a primazia dada à classe exige que se mantenha a distinção radical entre o trabalho assalariado e o trabalho realizado no lar” (MIGUEL, 2017, p.1229), gerando um grande impasse. Por mais que essas feministas concordem que o trabalho doméstico não seja um trabalho abstrato, elas defendem que ele pode ser apropriado tornando-se abstrato, por meio da venda de serviços domésticos e de *care*, por exemplo. Para Delphy (*apud* MIGUEL, 2017):

a exclusão do trabalho das mulheres do domínio da troca não resulta da natureza de sua produção, uma vez que seu trabalho gratuito se aplica: 1) à produção de bens e serviços que chegam ao mercado e nele são trocados (na agricultura, no artesanato, no comércio); 2) à produção de bens e serviços que são remunerados quando efetuados fora da família e não remunerados na família. (DELPHY, 2013b [1970], p. 42, *apud* MIGUEL, 2017).

Colette Guillaumin, em *Prática do poder e ideia de natureza* (2014), também defende a existência de *classes sexuais*. Em sua análise, há a defesa de que a classe das mulheres é explorada pela classe dos homens, pois o trabalho reprodutivo e a própria divisão sexual do trabalho fazem com que as mulheres não se pertençam. O casamento é uma das formas de “roubar as mulheres delas mesmas”, pois passariam a ser propriedade dos homens, parindo os seus filhos e cuidando deles. Quando “livres” para vender a sua força de trabalho, recebem menos pelos mesmos trabalhos. Em sua análise, as mulheres vivem a junção da escravidão (ser

humano enquanto propriedade) com a servidão (relativa autonomia, mas com servidão intensa), dando origem à *sexagem*. Assim, as mulheres não “se vendem”, devido ao fato de não se pertencerem, sendo que a própria venda de sua força de trabalho, até recentemente, era remunerada aos maridos e esposos, o que confirma a sua tese de que as mulheres pertencem aos homens em sua condição de objeto, assinalando, assim, explicitamente os fundamentos culturais do que Lévi-Strauss definiu nas sociedades tradicionais.

Na primeira parte de seu texto, Guillaumin (2014) desenvolve esse argumento por meio da articulação com períodos e fatos históricos e a atualidade. Na segunda, a autora analisa como a *sexagem* age ideologicamente por meio de discursos, que tem impactos materiais nas relações sociais, quando é designado o local de *natureza* para as mulheres, criticando, explicitamente, essa construção social realizada em torno da “natureza das mulheres”. Essa perspectiva assume que tanto homens, quanto mulheres possuem dimensões da natureza, mas as mulheres seriam “mais naturais” do que os homens. A natureza está para as mulheres assim como social está para os homens. Essa realidade faz parte de uma ideologia de dominação patriarcal que pretende deixar as mulheres em seu local de submissão (a natureza), dominada pelos homens. O que confirmaria a tese de Lévi-Strauss, ao designar a troca de mulheres como um atributo central na criação da cultura protagonizada pelos homens, a partir do domínio das mulheres.

Apesar da nossa discordância com a tese da materialista francófona, pois ela não capta a complexidade da exploração-dominação das mulheres *sob a ordem capitalista*, existem fenômenos que podem continuar sendo analisados nessa lente, mas com algumas mediações. É interessante observarmos a relação que a autora estabelece entre as mulheres estarem “mais próximas” da natureza do que os homens e como isso tem relação com o *especismo*, o que foi historicamente estudado também por algumas feministas negras e do feminismo-vegetarianista. Carol Adams (2018), em *Política Sexual da Carne*, publicado em 1990, nos EUA, realiza essa análise, articulando a existência das mulheres à condição de não humanidade, estando, portanto, mais próximas das espécies animais não humanas, não à toa, as mulheres são *vacas*, *cachorras*, *piranhas*, *galinhas* etc. e isso é normalizado nas representações simbólicas patriarcais na nossa sociedade. Apresentados os limites discursivos, simbólicos e representativos da autora pós-moderna, existem algumas reflexões interessantes que podem somar à luta anticapitalista-antiespecista e que precisam ser analisadas com maior profundidade, não descartando os avanços realizados pelas francófonas. Desse modo, na perspectiva de Colette Guillaumin (2014), poderíamos afirmar que a *classe dos homens* oprime/explora não apenas a *classe das mulheres* (a outra espécie), mas as outras espécies da natureza – por meio da domesticação,

lazer, caça, alimentação, vestimenta etc.¹⁴⁹ As ciências ajudam nesse processo, pois é através delas que são criados mais mecanismos de dominação da natureza.

Cinzia Arruzza (2019), autora em que nos apoiamos para tecer algumas críticas às materialistas francófonas e às “teorias dos sistemas triplos”, realiza três contestações em relação às suas fundamentações. Inicialmente, direcionada às francófonas, em relação à existência de *classes sexuais*. Para ela, definir o sistema patriarcal como um sistema econômico parte do pressuposto de que haja, necessariamente, uma classe explorada e outra exploradora¹⁵⁰. Essas classes possuem interesses contraditórios e antagônicos, portanto, partilham de condições irreconciliáveis. Somamos a isso uma reflexão: sabemos que, na perspectiva marxista, classes sociais não são categorias, mas, sim, relações históricas, definidas a partir da própria processualidade histórica. As classes só existem em conjunto de, pelo menos, duas partes, relacionadas entre si, como na dialética hegeliana do senhor e do escravo. E, por fim, as classes vinculam-se à maneira de produção e socialização da riqueza produzida, por meio do trabalho, de uma dada sociedade.

Se no capitalismo a classe dominante tem como condição de existência ser constitutivamente exploradora, ao se apropriar de algo que não é seu (o trabalho excedente), num processo do qual é mantido o domínio e a propriedade dos meios de produção, para o benefício de si mesma, extrapolar essa relação para as *relações sociais de sexo*, no capitalismo, é um equívoco conceitual. Como dito anteriormente, em algumas sociedades pré-capitalistas, na passagem da *matrilocalidade* para a *patrilocalidade*, as relações de parentesco

¹⁴⁹ Saffioti (2009, p. 24), considera: “Os seres humanos, que tinham uma relação igual e equilibrada entre si e com os animais, transformaram-na em controle e dominação. O patriarcado é um dos exemplos vivos deste fenômeno. De acordo com Johnson, o patriarcado baseia-se no controle e no medo. Homens controlam mulheres e outros homens, na medida em que cuidam de seu território, a fim de livrá-lo de qualquer invasão ou, uma vez esta existente, de afastar o(s) invasor(es). Tudo isto gera muito medo não apenas dentre as mulheres, mas sobretudo dentre os homens, uns em relação aos demais. Quando se passou a criar animais para corte ou tração, sua reprodução mostrou-se de grande valor econômico. Foi fácil, então, perceber que quanto mais filhos um homem tivesse, maior seria o número de braços para cultivar áreas mais extensas de terra, o que permitiria maior acumulação. Passam, então, os seres humanos, a se distanciar da natureza e a vê-la simplesmente como algo a ser controlado e dominado. Isto tudo foi crucial para estabelecer entre os homens e as mulheres relações de dominação-exploração. Este autor foi muito feliz ao perceber que o patriarcado se baseia no controle e no medo, atitude/sentimento que formam um círculo vicioso. Há muito tempo, afirmou-se que os homens ignoram o altíssimo preço, inclusive emocional (mas não só), que pagam pela amputação de facetas de suas personalidades, pela exploração-dominação que exercem sobre as mulheres (Saffioti, 1985,1987). Desta forma, não se trata de uns serem melhores que outros, mas de disputa pelo poder, que comporta, necessariamente, controle e medo.”

¹⁵⁰ Para Anne-Marie Devreux (2005, p.577) “Como classe trabalhando gratuitamente para a reprodução da célula familiar, as mulheres vêm seu trabalho explorado pelo conjunto dos homens, os quais agem no sentido da reprodução dessa divisão do trabalho. No ponto de partida da análise das relações homens/ mulheres, em termos de relações sociais de sexo, encontra-se o postulado do antagonismo. De um ponto de vista teórico, uma relação social supõe o antagonismo entre os dois grupos, as duas classes que ela opõe. Sem divergência radical, sem oposição dos interesses respectivos dessas duas classes, simplesmente não há espaço para se falar em relação social.”

determinavam as relações de produção, o que levou a apropriação da força de trabalho das mulheres e “o acesso privilegiado ao controle sobre suas capacidades reprodutivas. Assim, a opressão econômica e opressão sexual se sobrepunham e se incorporavam mutuamente” (ARRUZZA, 2019, p. 97), mas isso altera-se substancialmente no capitalismo, por meio de um processo longo, extenso e violento, iniciado com a acumulação primitiva e ainda em curso atualmente de outras maneiras.

De fato, no capitalismo, a exploração se dá não apenas pela expropriação de mais-valia do âmbito produtivo, embora seja a principal fonte, mas também por meio da exploração constitutiva dos trabalhos improdutivos e reprodutivos. Concordamos que os homens tiram proveito do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres no âmbito doméstico, como defendido pelas francófonas, mas designar essa relação a uma condição de exploração de classe é um anacronismo teórico-conceitual, na nossa concepção. Homens, pobres ou ricos, tentam tirar vantagens dessa condição privilegiada. O problema resulta no fato, então, do trabalho de cuidados e reprodutivos serem majoritariamente privatizados nessa sociabilidade, relegando às mulheres as principais responsáveis. Ou seja, a falta de uma socialização deste trabalho acaba determinando que fique restrito ao âmbito privado.

As relações de opressão e dominação de gênero determinam o modo e a escala nos quais a carga de trabalho será distribuída, dando lugar a uma divisão desigual: mulheres trabalham mais, enquanto homens trabalham menos. Mas não há nenhuma apropriação de um “excedente”. (ARRUZZA, 2015, p.42).

Para comprovar essa hipótese, basta pensarmos que a socialização do trabalho privado não alteraria em nada a carga de trabalho dos homens, ou seja, não existem interesses antagônicos e irreconciliáveis. Diferente da possibilidade da socialização dos meios de produção, nesse modo de produção, que atenderia de fato aos interesses das classes dominadas, em detrimento das classes dominantes, o que garante a condição de antagonismo. Além do mais, como poderíamos definir uma classe de mulheres e uma classe de homens, por um lado, e, por outro, uma classe burguesa e outra proletária? Como seriam as relações dessas “quatro classes”, compostas de substâncias distintas, mas consubstanciadas e coextensivas umas às outras? O que garante a unidade entre essas “quatro classes” numa totalidade capitalista? Como essas classes mobilizam a produção e reprodução social em suas distintas esferas? Para nós, a divisão entre classe sexuais e classe sociais só reafirma o dualismo entre privado (modo de produção doméstico) e público (modo de produção produtivo) que funcionariam como dois sistemas separados, cada uma com a sua lógica. Reproduzindo uma análise de anti-totalidade.

A segunda crítica, na nossa opinião, estaria mais direcionada às “teorias dos sistemas triplos” do que às francófonas, a partir da refutação de que o patriarcalismo seria um sistema autônomo e independente ao capitalismo. Para Arruzza,

[q]uando as relações patriarcais desempenham um papel direto na organização das relações de produção (quem produz e como, quem se apropria, como a reprodução destas condições de produção é organizada) é mais simples identificar a força motriz do sistema patriarcal. Este é o caso das sociedades agrárias, por exemplo, nas quais a família patriarcal diretamente forma a unidade da produção com os meios de subsistência. No entanto, isso é *mais complicado nas sociedades capitalistas*, nas quais *as relações patriarcais não organizam diretamente a produção*, mas desempenham um papel na divisão do trabalho, e a família é relegada à esfera privada de reprodução (ARRUZZA, 2015, p.43, grifo nosso).

O que a autora defende, e nós concordamos, é que são necessárias uma série de mediações históricas para apreendermos como o capitalismo altera o patriarcado. Em seções anteriores, vimos por meio da análise histórica da Silvia Federici (2017), como isso se deu no período da acumulação primitiva, ou seja, no prelúdio do capitalismo. Se o patriarcado é um sistema ideológico e econômico independente ao MPC, são necessárias mediações que expliquem a razão pela qual ele ainda se reproduz nessa sociabilidade, o que não é feito de forma satisfatória por diversas feministas referenciadas. No caso das francófonas, elas explicam melhor essa relação, ao utilizarem a noção de relações sociais consubstanciadas e coextensivas, operando algumas mediações sócio-históricas, mas ainda não o suficiente. O que destoa as francófonas das feministas das teorias dos sistemas duplos ou triplos, como é perceptível nessa citação:

[...] consideramos relevante chamarmos a atenção da opção em se utilizar, prioritariamente, a concepção de “relações sociais” de sexo, “raça” e de classe e não de “sistemas”. Para tanto, citamos os argumentos de Falquet (2012, p.13): “Em primeiro lugar, porque a perspectiva de sistemas tende a fechar, a bloquear. Em seguida, porque ela corre o risco de produzir uma visão cujos diferentes sistemas aparecem como objetos bem delimitados, o que é improvável, por isso, são vistos como imbricados: eles parecem frequentemente justapostos, hierarquizados, no melhor dos casos interseccionados ou se encobrem parcialmente uns pelos outros. [...] por outro lado [...] as relações [rapports] sociais podem efetivamente ser vistas como tensões dinâmicas, sem cessar em recomposição, que constroem oposições e polarizam o campo social com mais ou menos força segundo o ponto em que se encontra a relação [rapport] de origem dessas tensões. Nesse sentido, elas permitem também compreender simultaneamente a várias dessas relações de força, que exercem sobre diferentes planos, permitindo uma visão multidimensional e histórica das coisas” (tradução nossa). (CISNE, 2014, p.60-61).

Nesse sentido, as francófonas realizam mediações mais sofisticadas do que as feministas dos sistemas duplos e triplos. Entretanto, a partir da teoria unitária, entendemos que o capitalismo determina em última instância as relações generificadas e racializadas dessa sociabilidade. Não há uma hierarquia entre essas dimensões, porque são dimensões que não podem ser comparadas, a raça e o gênero são totalidades parciais contidas na mesma totalidade mais complexa e, devido a isso, se materializam de formas muito particulares. Nessa perspectiva, as relações generificadas e racializadas *são produtos desta sociabilidade*. Esse é um dos pontos de divergência entre o FMF e a TRS; no caso, para as primeiras, “as relações sociais de “raça” e sexo extrapolam o sistema em que vivemos, ainda que tenham sido incorporadas por ele, mas nem surgiram tampouco se esgotam nele.” (CISNE, 2014, p.61).

A terceira e a última crítica argumentativa de Cinzia Arruzza (2015) está relacionada justamente a equiparação das relações sociais de sexo, etnia/raça e classe na dinâmica da consubstancialidade¹⁵¹ e coextensividade. Nessa lógica, é difícil compreender a complexidade que envolve a processualidade histórica do patriarcado e da raça no capitalismo, já que tudo passa a ser composto por uma mesma substância, ao passo que são coextensivos uns aos outros. O capitalismo, enquanto modo de produção predominante, altera e eleva a níveis mais complexos a sociabilidade humana. Apreendemos que a produção e reprodução da vida material determina em última instância a vida social, saturada de determinações mais ou menos complexas, constitutivas de uma mesma totalidade social. Estes são pressupostos teóricos-metodológicos marxistas que podem não ser tão compatíveis com as afirmações teóricas de algumas materialistas francófonas. Embora, muitas feministas marxistas tenham utilizado essas ferramentas metodológicas e conceituais para desenvolverem uma análise mais sofisticada do gênero, da raça, etnia e da classe no capitalismo, os fundamentos das francófonas possuem limites relacionados tanto à adesão as teses de Lévi-Strauss, como ao “essencialismo social” adotado em sua dimensão “antinaturalista”, que é anti-ontológica.

Gostaríamos de reiterar, por fim, que não temos subsídios históricos e teóricos para defender, como algumas feministas da “segunda onda”, que o patriarcado é *transhistórico*. São necessárias uma série de mediações para apreender as relações patriarcais em sociedades pré-capitalistas, como esboçamos brevemente no tópico anterior, o que deve ser revisitado pelas recentes pesquisas antropológicas. Claude Meillassoux (1992) “documentou a persistência do “modo de produção doméstico” em muitos países africanos” (ARRUZZA, 2015, p.47) após a

¹⁵¹ A noção de *consubstancialidade* advém da teologia cristã da Santíssima Trindade, na qual Deus seria composto pelo Pai, o Filho e o Espírito Santo, sendo, portanto, “pessoas consubstanciais”, que embora sejam distintas, possuem a mesma natureza, essência ou substância.

colonização, ou seja, não foram profundamente alteradas pelo modo de produção capitalista que metamorfoseia a família, o que ainda merece ser objeto de estudo. Portanto, este ainda é um campo aberto para a investigação feminista comprometida que deve ser ampliada e superada em seus limites. Afinal, a teoria é imprescindível na práxis feminista.

Queremos encerrar essa seção realizando algumas considerações. Devido ao fato de termos nos detido de forma mais profunda na análise dos fundamentos teóricos e metodológicos das francófonas, e estas serem grandes referências nos estudos marxistas sobre mulheres no Brasil, é importante realizarmos algumas observações. Nossa crítica aqui é referente aos fundamentos dessa perspectiva teórica, que, no nosso entendimento, possui grande relevância social para os movimentos feministas, mas também é permeada de limites relacionados ao método. Isso, evidentemente, não impede de que essas teorizações tão importantes sejam apropriadas pelos movimentos feministas e por diversas pesquisadoras feministas-marxistas comprometidas com a construção de uma outra sociabilidade, na busca da emancipação humana. Na construção de uma sociedade em que a diversidade humana não seja hierarquizada e socialmente valorada de forma a (re)produzir violência, dominação e poder de uns sujeitos contra outros. Nesse sentido, acreditamos que estamos todas no “mesmo barco”: queremos construir uma sociedade completamente diferente desta e, nesta sociedade sem classes, não deverá existir ideologias como as cisheteropatriarcal e racista. Mesmo que tenhamos “pontos de vista” distintos teoricamente, estamos empenhadas em construir um feminismo marxista e um marxismo feminista na diversidade, mas é necessário manter a unidade.

Sabemos que o capitalismo eleva ao máximo as contradições presentes em todas as formações econômico-sociais anteriores (SAFFIOTI, 1976), o que inclui as sociedades patriarcais historicamente situadas. Diante disso, nada garante que a luta de classes *por si* irá pôr fim às relações sociais generificadas e racializadas elevadas às últimas consequências no sistema capitalista e, por isso, é importante que a práxis feminista socialista¹⁵², ou seja, o feminismo-marxista ou marxismo-feminista, fundamente a luta pela emancipação da totalidade de sujeitos sociais, o que inclui todas as pessoas racializadas e generificadas. Toda a diversidade é humana. Essa preocupação é partilhada pela totalidade das autoras marxistas-feministas (ÁVILA, 2009; CISNE, 2014; FERREIRA, 2017; HIRATA, 2014; GURGEL, 2004), que desenvolvem suas teorias e lutas sociais fundamentadas em diversas correntes epistemológicas,

¹⁵² “O socialismo que queremos não pode admitir práticas que reproduzam qualquer tipo de exploração ou opressão. O socialismo que devemos construir, desde agora, é o que liberta e emancipa, que quebra todas as cercas e formas de propriedade privada, inclusive, sobre o corpo da mulher. Nisso, o feminismo é determinante, pois reivindica a construção de novos valores e práticas no presente que correspondam e sejam coerentes com a sociedade que queremos amanhã.” (CISNE, 2014, p. 263).

associadas ao marxismo, das quais as francófonas tem bastante contribuição e relevância. Afinal,

[t]eoria não é dogma, ainda mais quando o seu método é consubstanciado pelo movimento dialético da história. Reconhecer o não aprofundamento ou mesmo ausências de determinadas temáticas no campo do marxismo não significa dizer que a teoria é ultrapassada, mas que deve seguir o processo contínuo e ininterrupto da produção do conhecimento. (CISNE, 2020, p.46).

Portanto, reconhecemos a importância dessas epistemologias e dos movimentos sociais feministas que enfrentam, de diversas maneiras, os limites dos movimentos marxistas “economicistas”, que se negam, ainda hoje, a incorporar a luta das mulheres, dos/as negros/as e da população LGBTQ+ como pauta política. Essa é uma história ainda em curso e, embora tenhamos avançado bastante nas últimas décadas, ainda encontramos diversas resistências em esferas distintas da sociabilidade, que, de forma muito parecida, reproduzem os desvalores sexistas, racistas e lgbtfóbicos. Se hoje alcançamos avanços tanto no campo teórico, quanto no político, foi devido à existência de centenas de mulheres, pessoas negras e LGBTQ+ que fazem o enfrentamento por dentro do marxismo e na totalidade da vida social, ao não prescindir de construir um marxismo indomesticável como combustível das lutas sociais.

Dito isso, reiteramos que todo o empenho realizado nesta pesquisa em levantar subsídios através do resgate e da historicização de algumas produções feministas faz parte da tentativa de ampliar a interlocução do Serviço Social com os feminismos plurais que se associam à teoria marxista de diversas maneiras. Estamos interessadas na construção de um feminismo-marxista, conectado às lutas sociais da América Latina, contra o sistema capitalista que é cisheteropatriarcal e racista por excelência. Essas teorizações, sem sombra de dúvidas, desenvolvem um papel importante na organização política da classe trabalhadora, dos movimentos feministas, antirracistas e LGBTQ+, a partir de mediações que apreendem a totalidade social capitalista constituída por totalidades parciais (gênero, raça e sexualidade), materializando um *único sistema*. Dessa maneira, para contribuírem na instrumentalidade do/a assistente social, essas perspectivas devem constituir a formação profissional por meio do ensino-pesquisa-extensão, movimentos sociais e diversas outras dimensões constitutivas da formação profissional.

4 O SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE RELAÇÕES SOCIAIS GENERIFICADAS E RACIALIZADAS DO CAPITALISMO

Neste capítulo, iremos apresentar a análise dos dados de forma integrativa, a partir de um raciocínio dialético e não apenas descritivo, por isso, os dados estarão corporificados à análise. Sistematizamos um desenho quantitativo no que se refere à categorização dos artigos em suas temáticas “guarda-chuvas”, assim como as suas respectivas porcentagens. Ao lado disso, realizamos o estudo qualitativo, por meio de uma análise que buscou captar as tendências e as contradições metodológicas presentes na produção de conhecimento do Serviço Social em relação à *classe*, à *raça*, ao *gênero* e à *sexualidade*, a partir da delimitação do periódico *Temporalis*, que possui publicação semestral, tendo sido analisado o período entre os anos de 2010 e 2021. Foram analisados *vinete números (do n.20 ao n.40)* da Revista, que trazem 297 (duzentos e noventa e sete) trabalhos publicados contendo, ao todo, *cinquenta artigos* que dialogavam com o objeto desta pesquisa. Restringimo-nos aos artigos localizados na “Seção Temática” e na seção de “Artigos de Temas Livres”. Não consideramos documentos, ensaios, entrevistas e debates. Delimitamos o nosso estudo bibliográfico apenas aos artigos, devido ao fato de o objetivo desta pesquisa estar relacionado diretamente aos fundamentos teórico-metodológicos na produção de conhecimento. Todos os cinquenta artigos referentes às *mulheres, ao gênero e ao feminismo; raça/etnia e luta antirracista; sexualidade, diversidade sexual e luta LGBTQ+* representam 16,83% da totalidade dos artigos (297).

Tabela 1 - Proporção de artigos por temática na Revista *Temporalis* entre os anos de 2010 e 2021

Temáticas	Quantidade de artigos	Porcentagem	Total de artigos
Mulheres, gênero e feminismo	32	10,77%	297 (100%)
Raça/etnia e luta antirracista	11	3,70%	
Sexualidade, diversidade sexual e luta LGBTQ+	7	2,35%	
Total de artigos	50	16,82%	

FONTE: Elaborado pela autora (2021)

As palavras-chaves centrais localizadas foram: *gênero, raça, patriarcado, racismo, relações sociais de raça/etnia, relações sociais de sexo, desigualdade de gênero, relações de gênero, violência de gênero, movimento negro, feminismo, mulher, indígena, negro, luta antirracista, questão racial, divisão sexual do trabalho, heteropatriarcado, travestilidades,*

LGBT, divisão racial do trabalho, cotas, diversidade sexual e sexualidade. Durante mais de dez anos de publicações, apenas a partir de 2014 é que a revista passou a publicar, pelo menos, dois artigos sobre gênero, raça/etnia e sexualidade¹⁵³. As edições entre 2010 e 2013 são bem escassas nesse quesito. Em 2010 e 2012, foram publicados apenas um artigo em cada ano e, em 2011, dois artigos, todos categorizados na temática *Mulheres, gênero e feminismo*, sendo que no ano de 2013 não foi publicado nenhum artigo (em nenhuma das duas edições) sobre as temáticas supracitadas.

Esse dado, em nossa interpretação, manifesta como o Serviço Social passou a produzir conhecimento de forma mais expressiva sobre as relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo muito recentemente. Designamos o ano de 2014¹⁵⁴ como o “ano da virada”, materializada pela publicação de duas edições (*n. 27 e n. 28, vol. 14*) intituladas *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*. Os primeiros artigos sobre raça/etnia e sexualidade só foram publicados nestas edições, organizadas pelo Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades¹⁵⁵, vinculado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)¹⁵⁶.

¹⁵³ Exceto em três números: v. 16 n. 31 e n.32 (2016): *Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho*, em que o n.31 tem um artigo e o n.32 nenhum artigo sobre essas temáticas, e o v. 18 n. 35 (2018): *A construção de um projeto classista de educação e os desafios para o Serviço Social*, contendo apenas um artigo.

¹⁵⁴ A gestão “Lutar quando é fácil ceder” (2013-2014) da ABEPSS foi constituída por algumas feministas históricas do Serviço Social, tais quais, Maria Regina de Ávila, Rita de Lourdes Lima, Andréa Lima da Silva, Telma Gurgel e Mirla Cisne, dentre outras. Devido ao fato de a gestão contar com a presença de diversas feministas, os projetos gestados historicamente que possuíam maior compromisso com as pautas feministas, antirracistas e antilgbtfóbicas, foram passíveis de materialização. Assim como a “virada” do Serviço Social não deve ser resumida unicamente ao CBAS de 1979, pois esse processo estava sendo gestado historicamente há mais tempo, o “ano da virada”, no que se refere ao aumento qualitativo e quantitativo de produções científicas acerca das temáticas em questão, não pode ser resumido ao ano de 2014 (no que se refere a revista *Temporalis*). Este ano é o momento em que conseguimos localizar mais explicitamente o resultado de uma luta histórica realizada por um conjunto de feministas que ocuparam o ABEPSS, ENESSO e o conjunto CFESS/CRESS, reivindicando a importância e visibilidade das pautas que atravessam a existência das mulheres, das pessoas LGBT+, negras e indígenas.

¹⁵⁵ Posteriormente, em 2016, “geração” passa a não mais constituir este GTP. No ENPESS, realizado de 4 a 9 de dezembro de 2016, em Ribeirão Preto (SP), criou-se o Grupo Temático Serviço Social, Geração e Classes Sociais.

¹⁵⁶ De acordo com editorial do n. 27 “Considerando a eliminação imediata de artigos fora do escopo da revista, 122 (cento e vinte e dois) foram para avaliação por pares. Distribuídos pelas especificidades do GTP, tivemos: 57 (cinquenta e sete) relacionados à discussão de “Gênero e Feminismo”; 08 (oito) voltados à temática “Diversidade”; 07 (sete) sobre “Raça e Etnia”; 05 (cinco) discutindo “Envelhecimento”. Além disso, 45 (quarenta e cinco) artigos foram submetidos à seção “Temas Livres”. Essa demanda levou a equipe editorial tomar a decisão de dedicar o próximo número da revista (n. 28) à mesma temática. Esta edição é composta de 04 (quatro) artigos que abordam “Gênero e Feminismo”, 02 (dois) sobre “Diversidade” (dois) e 01 (um) sobre “Raça e Etnia”. Os trabalhos da seção “Temas Livres” discutem a formação profissional, com ênfase no debate sobre o estágio e o ensino a distância.” Disponível em < <file:///Users/ryanenoronhaoliveira/Downloads/8179-Texto%20do%20artigo-19970-1-10-20140830.pdf> >. O editorial do n.28 destaca “Esta edição traz ao todo 13 artigos e um Ensaio, sendo onze artigos na seção temática, assim distribuídos: cinco que abordam “Gênero e Feminismo”, dois são sobre “Raça e Etnia”, dois sobre “Geração” e dois com ênfase em “Sexualidades”. Na seção “Temas Livres”, há dois trabalhos: um, discutindo extensão rural e serviço social, e o outro, as concepções de família no serviço social. O Ensaio trata

Para a sistematização dos dados, criamos um instrumental, no qual foi possível designar um campo para cada um dos seguintes dados: *ano e volume* do período, *título do artigo*, *autores/as* e *filiação*, *palavras-chaves*, *resumo* e *comentários* acerca do conteúdo analisado. Em alguns artigos, nos detemos com mais cautela do que em outros, justamente por localizarmos neles questões mais problemáticas, como o uso indiscriminado de diversos/as autores/as inconciliáveis, o que revela, para nós, uma das tendências encontradas, que nomeamos de *crítica-eclética-pós-moderna*. Em outros artigos, nos detemos de forma mais superficial, aprofundando a análise mais no resumo, considerações finais e referências utilizadas, devido ao fato de que em determinado momento das análises houve uma saturação de informações, ou seja, o padrão passou a se repetir, o que é normal em pesquisas qualitativas que analisam um escopo quantitativo significativo. Nesses artigos, predominaram o que nomeamos de *tendência crítica de cariz marxista*.

Em ambas as tendências, por mais que sejam diferentes, há uma postura crítica na análise dos fenômenos, ou seja, de questionamento dos padrões societários da sociedade burguesa. Localizamos ainda mais duas tendências: uma foi nomeada de *formal-descritiva*, em que predominam as análises formais de dados e de fenômenos, sem o desenvolvimento analítico-crítico marxista. Esse tipo de abordagem é mais formal e descritivo, o que se aproxima dos métodos da Sociologia compreensiva e da Fenomenologia, embora não apareçam essas filiações teórico-metodológicas nos artigos. E, por fim, encontramos uma tendência que nomeamos de *indefinida*; nesta, o método não é apresentado, não há uma postura marxista, tampouco formal-descritiva ou pós-moderna. O desenho quantitativo sobre as quatro principais tendências revela, respectivamente, as seguintes porcentagens: 1) *crítica de cariz marxista*, com 66% (33 artigos); 2) *formal-descritiva*, com 20% (10 artigos); 3) *crítica-eclética-pós-moderna*, com 10% (05 artigos); e 4) *indefinidos*, com 4% (02 artigos).

Objetivamos identificar o método de análise das pesquisas para além da metodologia utilizada, visto que, concordamos com a importância da designação de um método analítico em qualquer pesquisa, seja ela marxista ou não. O método materialista histórico-dialético deve materializar-se nos objetivos do estudo, entretanto, “não raras vezes, em que pese a opção do pesquisador por esse paradigma, se limitam a conhecer, desvendar, identificar. Entendemos que estes não são objetivos suficientes” (PRATES, 2012, p.127). Afinal, *apenas conhecer* não é o bastante, dada a importância do *para quê conhecer?* O método e a sua filiação apresentam que queremos “desvendar para dar visibilidade, para subsidiar estratégias ou políticas, para

da questão dos abusos sexuais e constitui uma contribuição de Valeria Ribeiro Corossacz da Università degli Studi di Modena e Reggio Emilia (Itália).”

contribuir com o fortalecimento dos sujeitos, para desmistificar estigmas, processos alienadores, enfim, desvendar para subsidiar ou instigar aprimoramentos, mudanças, transformações, mesmo que provisórias [...]” (PRATES, 2012, p.127). Essa questão se apresentou como um campo que necessita de maior aprofundamento analítico, assim como um campo temático de pesquisa que precisa ser desenvolvido no Serviço Social, pois encontramos muitos artigos filiados ao *método dialético* assumido como sinônimo do materialismo histórico-dialético que, no decorrer da análise, imputavam uma noção parcial e fragmentada da realidade, com seus inúmeros “recortes” de raça/etnia, gênero, idade, nacionalidade etc.¹⁵⁷. Isso talvez revele a ausência da noção de totalidade enquanto ferramenta heurística teórico-metodológica. E, por outro lado, encontramos muitos artigos que nem sequer designavam um método analítico, apreendendo o método e os procedimentos metodológicos como sinônimos. Isso possivelmente é reflexo do influxo pós-moderno, que é *anti-método* (CANTALICE, 2016)¹⁵⁸ por natureza, ou de outras questões que precisam ainda ser reveladas.

É salutar destacar que a “questão metodológica” passou a ser uma preocupação presente nas nossas reflexões a partir da docência em disciplinas de Pesquisa Social e orientação de monografias no curso de Serviço Social. Por mais que o caráter investigativo e a pesquisa propriamente dita sejam evidenciados nas Diretrizes Curriculares de 1996 por meio de componentes curriculares, no Código de Ética como direito à “liberdade na realização de seus estudos e pesquisas” e na Lei de Regulamentação da Profissão, ao situar a pesquisa como atividade profissional, há ainda uma lacuna na formação profissional que designe mais espaço para que os/as discentes se dediquem à realização de pesquisas sociais, aprendendo a manusear o arcabouço metodológico operativo e o método analítico, constituintes da produção de conhecimento. Por isso, a importância de que os Projetos Pedagógicos das UFAS mantenham as disciplinas de Pesquisa Social (I e II) como obrigatórias, além de incentivarem outras disciplinas de caráter optativo. Ademais, é imprescindível a garantia e ampliação do fomento à pesquisa por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) nas universidades.

¹⁵⁷ Existem várias pesquisas no Serviço Social que estudam a questão do método e da crítica à pós-modernidade. À guisa de exemplo, as duas revistas sobre *Formação Profissional em Serviço Social* (2016) da Temporalis, contêm alguns artigos sobre essas questões.

¹⁵⁸ De acordo com Luciana Cantalice (2013), o pós-modernismo é anti-razão, anti-totalidade, anti-história, anti-ontologia, anti-método e anti-marxista. Em seu trabalho, em que a autora analisou teses de doutorado defendidas entre os anos 2001 e 2005 em Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil, é possível verificar que as inflexões pós-modernas, nessas produções, se concentram no debate acerca do feminismo e do gênero, do trabalho e da comunicação e das redes digitais.

Os/as assistentes sociais devem aprimorar e desenvolver uma habilidade investigativa, que é um modo de qualificar o exercício profissional (NETTO, 2009). O nosso projeto pedagógico estabelece “as dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade” (ABESS, 1997, p. 61)¹⁵⁹. O perfil de profissional que nele se delineia prioriza a competência técnica, a crítica teórica e os compromissos ético-políticos” (GUERRA, 2009, p.1), o que faz dessa “questão metodológica” algo mais crucial, pois “quem erra na análise também se equivoca na ação” (OLIVEIRA; SANTOS, 2020, p.69), devido à indissociabilidade entre teoria e prática que é mediada, inexoravelmente, pelo método. Sem o rigor metodológico não há procedimento capaz de captar a essência dos fenômenos sociais e suas inúmeras contradições. Nesse sentido, a ausência do método na produção de conhecimento no Serviço Social é algo que deve despertar na categoria uma preocupação política, pois é uma dimensão que não está, como defendemos, restrita à teoria¹⁶⁰.

De acordo com os dados levantados nesta pesquisa, podemos constatar que há maior expressividade de produções sobre mulheres, gênero e feminismo (64%), seguido dos estudos étnico/raciais (22%) e, por último, sobre sexualidade e diversidade sexual (14%). Os estudos sobre a população indígena, embora façam parte da produção sobre raça/etnia, são menos expressivos (apenas 3, o que representa 6%)¹⁶¹. Os estudos sobre mulheres, gênero e feminismo mobilizam mais a análise acerca da divisão sexual do trabalho, fundamentados de forma predominante nas produções de Heleieth Saffioti, Helena Hirata e Danièle Kergoat. As três são referenciadas pela primeira vez em um artigo publicado em 2011. De forma geral, nos artigos sobre mulheres, gênero e feminismo quase não há referenciais que contemplem a questão racial, expressando uma “desrracialização” do gênero e da classe. Embora a dimensão racial apareça como parte da totalidade social, não há, de forma geral, uma integração que fundamente as

¹⁵⁹ De acordo com Jane Prates (2012, p.127), uma das riquezas do método marxiano é “em aportar elementos que nos auxiliam a desvendar o real e, ao mesmo tempo, orientar processos interventivos. A análise da realidade é necessária ao processo interventivo, porém, mais do que contribuir para o processo de análise, o método aporta elementos que nos auxiliam a intervir, exatamente porque suas categorias fundamentais emanam da realidade. E isto é essencial às profissões interventivas, como o Serviço Social (PRATES, 2003a).”

¹⁶⁰ Afinal, “[a]densar conhecimentos sobre a pesquisa social cada vez mais se constitui em tarefa fundamental do Serviço Social, na medida em que não é possível propor intervenções consistentes que não se pautem numa análise crítica da realidade e dos contextos nos quais se inserem sujeitos, grupos, instituições e sociedades. Sua relevância foi reconhecida pelo conjunto da categoria, que atribui à pesquisa uma importância fundamental no âmbito da formação e da competência profissional, o que está claramente explicitado e destacado no Documento ABESS/CEDEPSS (1996), que orienta a formação profissional [...]” (PRATES, 2012, p.126).

¹⁶¹ A título de comparação, situamos a seguinte pesquisa “Quanto à baixa produção de conhecimento no que tange à temática étnico-racial, Ferreira (2010) aponta que, até junho de 2010, a revista Serviço Social e Sociedade (uma das revistas mais importante em publicações teóricas acerca do Serviço Social brasileiro), desde o seu início, em 1939, já havia publicado cento e dois números e somente em três deles foram publicados artigos referentes à temática étnico-racial.” (ALMEIDA, p.324, 2015).

relações sociais racializadas. Em suma, os artigos citam a questão racial, mas não desenvolvem mediações sócio-históricas.

Por outro lado, os estudos raciais mobilizam os conceitos e categorias em torno das relações sociais capitalistas e racializadas e tendem a resgatar pensadores/as negros/as importantes, como Clóvis Moura, Abdias Nascimento e Silvio Almeida, mas, também não tecem muitas considerações sobre o gênero. Portanto, em ambos os casos, mesmo que haja a tentativa de analisar a totalidade como complexo social que engendra as relações sociais generificadas e racializadas, no momento na análise há “um recorte” ou fragmentação dessa realidade, o que, na nossa concepção, impossibilita apreender as contradições mais viscerais entre classe, gênero e raça. E, por último, os estudos sobre sexualidade e diversidade sexual dialogam de forma **predominante** com produções pós-estruturalistas e pós-modernas, apresentando-se como uma tendência eclética prevalecente, por mais que se situem teoricamente no campo marxista. Assim, há um nível mais profundo de ecletismo, quando comparados aos artigos das outras temáticas e acabam constituindo-se como um campo de produção que destoa em relação aos outros dois.

Tabela 2 - Artigos publicados na *Revista Temporalis* por temática, entre os anos de 2010 e 2021

Temáticas	Quantidade	Porcentagem
Mulheres, gênero e feminismo	32	64%
Raça/etnia e luta antirracista	11	22%
Sexualidade, diversidade sexual e luta LGBT+	7	14%
Total	50	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

4.1 O local do gênero, da raça, etnia e sexualidade no Serviço Social

Há um consenso na literatura de que o Serviço Social começou a mobilizar-se politicamente em torno das questões de gênero, sexualidade e de raça a partir da década de 1990 (TIBURTINO, 2015; SOUZA, 2014; INACIO, 2013; LISBOA; PINHEIRO, 2005; TEIXEIRA, 1998)¹⁶². Esse processo é indissociável da construção do Projeto Ético Político do Serviço

¹⁶² Para Vanessa de Souza (2014, p.29), “[é] possível perceber que a categoria gênero, entendida como um fenômeno social que estabelece os diversos padrões de comportamento entre homens e mulheres, vem sendo consideravelmente utilizada pelo Serviço Social. A partir do final da década de 1980, com o surgimento dos primeiros trabalhos que se dedicavam ao estudo das mulheres, ou mais precisamente, à intervenção do Serviço

Social (PEPSS), momento no qual a categoria profissional se posiciona publicamente na defesa da liberdade como valor ético central, na defesa intransigente dos direitos humanos e em respeito à diversidade humana. São princípios da luta pela universalização dos direitos e da justiça social, expressos desde o Código de Ética de 1993¹⁶³ e nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, em 1996¹⁶⁴. Essa década é marcada, portanto, pelo posicionamento explícito da profissão no enfrentamento a todos os tipos de opressões, discriminações e preconceitos. Entretanto, a profissão passou décadas sem consolidar uma fundamentação teórica que possibilitasse uma melhor apreensão das relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo, em diálogo mais contundente com o acúmulo teórico-metodológico desenvolvido pelos estudos feministas e raciais, associados à teoria marxista¹⁶⁵. De acordo com Mirla Cisne e Silvana Mara (2018, p.149):

Seguindo o que aconteceu no ambiente das esquerdas na conjuntura pós-ditadura civil-militar, houve dificuldade no campo crítico do Serviço Social, do reconhecimento da diversidade sexual como tema legítimo e de interesse real da profissão, mesmo sob as bases teórico-metodológicas que proporcionaram “a intenção de ruptura” com um projeto profissional de caráter conservador identificado na profissão sob a denominação de “Serviço Social tradicional”.

Social junto a elas, é possível constatar a incorporação dessa categoria ao vocabulário analítico das(os) assistentes sociais. Desde então, seu uso no debate e reflexão sobre as diversas questões que se colocam em nosso cotidiano profissional, em várias áreas de intervenção, apresentou um incremento significativo.”

¹⁶³ É importante destacar que “[n]o Código de Ética de 1993 foi assegurada a manutenção da direção política presente no Código de 1986, superando, no entanto, alguns equívocos teórico-políticos e limitações normativas e operacionais. O Código de 1986 significou uma importante ruptura com as perspectivas éticas conservadoras que fundamentavam os códigos anteriores (1947/1965/1975), notadamente, a concepção neotomista, fundada numa perspectiva a-histórica, metafísica, idealista; revelando, portanto, “a negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a ‘ética da neutralidade’, enfim recusada; e a afirmação de um novo papel profissional, implicando uma nova qualificação, adequada à pesquisa, à formulação e gestão de políticas sociais” (Paiva, 1996:160).” (MESQUISA; RAMOS; SANTOS, 2001, s/p).

¹⁶⁴ Nas Diretrizes Curriculares as questões de gênero e raça são apresentadas no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: “[...] a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.” E também na seção que dispõe acerca das “matérias básicas”, mais especificamente a matéria sobre Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais: “[...] Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários.” Disponível em < http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf >. Acesso em 23.jun.2021.

¹⁶⁵ O movimento estudantil do Serviço Social possui um destaque nesse sentido. De acordo com Marco Duarte (2014, p.79), “[e]m 1986, por ocasião do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), na cidade do Rio de Janeiro, que pela primeira vez a abordagem das sexualidades se fez presente, resguardado o protagonismo do movimento estudantil da época. Composto também por lésbicas e gays, esse movimento inaugurou, no cenário nacional, em conjunto com outras pautas importantes à conjuntura da época, o referido debate, com as presenças à mesa de uma feminista, uma prostituta e um gay, todos militantes históricos que propunham inserir a questão da sexualidade na luta pela democratização em curso no país.”

A partir da *intenção de ruptura* (NETTO, 2015), ocorrida sob determinadas condições históricas, através da ação político-profissional de um conjunto expressivo de assistentes sociais, o debate em torno do preconceito passou a ser fundamentado na concepção ética ontológica de diversidade humana¹⁶⁶. Esse processo é reflexo da superação do “marxismo positivista” althusseriano (QUIROGA, 1989), que impedia a ultrapassagem do caráter messiânico da ação profissional. Tal fundamentação teórica falseava o método marxiano, a partir de uma dinâmica mecânica e simplista em que os determinantes econômicos explicavam a totalidade da vida social, na ausência de mediações sócio-históricas que desvelassem as contradições das relações sociais burguesas. Um marxismo positivista-estruturalista, e não dialético. Superada essa condição, o Projeto Ético Político profissional começou a se consolidar a partir da década de 1980. De acordo com Marylucia Mesquita, Sâmia Rodrigues Ramos e Silvana Mara Moraes dos Santos (2001, s.p.):

Esse Projeto não se constrói e nem se materializa de forma abstrata. Ele revela a opção teórico-ético-política de segmentos expressivos da categoria que, na sua trajetória individual e coletiva, sobretudo, das duas últimas décadas, contribuem, de diferentes formas, para a disseminação e valorização de uma racionalidade crítico-dialética no entendimento da realidade social, bem como na leitura do próprio Serviço Social e das respostas profissionais que lhe são exigidas.

Desse modo, podemos afirmar que ainda hoje, depois de vinte anos desta afirmação, o PEPSS encontra-se em vias de materialização, articulado a um projeto societário, por meio da luta contínua que a profissão realiza, empenhando esforços teóricos-éticos-políticos na consumação da hegemonia de uma racionalidade crítico-dialética e na construção de uma nova sociedade. Esse projeto vai na contramão das tendências presentes dessa sociedade, na produção do conhecimento, na moralidade das relações sociais capitalistas e na operacionalidade das relações trabalho, em sua composição indissociável, que atende à proeminência da *unidade na diversidade*. Portanto, o PEPSS é antítese do projeto societário em

¹⁶⁶ Podemos elencar três marcos históricos que expressam a tentativa de superação do conservadorismo e do ethos tradicional, através da aproximação com a teoria-método marxista, que constituem a intenção de ruptura. A começar pelo III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, em 1979, em São Paulo, e, posteriormente, a materialização do Currículo de 1982 e do Código de Ética de 1986. “Tais documentos constituem ícones históricos porque sua elaboração se deu de forma coletiva, reunindo, além das entidades representativas, os diversos segmentos que formam esta categoria, tais como: assistentes sociais/professores(as)/estudantes que buscaram disseminar, no conjunto da categoria, um novo referencial de análise para se pensar a sociedade, o indivíduo e a profissão. Estas expressões concretas do processo de renovação profissional são signos “daquelas conquistas políticas e teóricas, cujo lastro de crítica visava a recusa da base filosófica tradicional, predominantemente conservadora que informava o Serviço Social” (CFESS, 1996:176)” (MESQUISA; RAMOS; SANTOS, 2001, s/p).

curso, em que prevalece as desigualdades sociais, o neoconservadorismo, o obscurantismo e relações de trabalho cada vez mais precarizadas e desumanizadas.

Nesse percurso, podemos assumir que as fundamentações teóricas marxistas alcançadas através de Antonio Gramsci e, posteriormente, por György Lukács possibilitaram melhor a apreensão filosófica ontológica sobre o preconceito, compreendendo-o como resultado das relações sociais que produzem e reproduzem desvalores, incorporados acriticamente no cotidiano. Essa conquista permitiu que a profissão adensasse a reflexão crítica que envolve a situação das mulheres, dos negros e da população LGBT+, o que resultou num posicionamento crítico, por meio do Código de Ética de 1993. Afinal,

[...] ao reproduzirmos preconceitos na vida cotidiana, estamos corroborando para manter ideológica e moralmente a estabilidade e coesão da sociedade capitalista na qual vivemos, reforçando, independente da consciência que os sujeitos têm de sua ação preconceituosa, a manutenção da hegemonia de um projeto político opressor e explorador. (MESQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, s/p).

Entretanto, a profissão não incorporou os estudos feministas e raciais como referências balizares da formação profissional, o que ainda se encontra em curso, atualmente. É inquestionável a postura ética-política que o Serviço Social passou a assumir por meio do PEPSS, na década de 1990, mas não houve um compromisso teórico-metodológico à altura, que fundamentasse melhor a compreensão das particularidades que envolvem as relações racializadas e generificadas do capitalismo periférico e dependente brasileiro¹⁶⁷. Mesmo as décadas de 1980 e 1990 sendo o momento em que se constituem diversos grupos de estudos feministas, raciais e sobre sexualidade, no Brasil, por meio de diversos programas de pós-graduação, sobretudo nas Ciências Sociais. As formulações acerca do gênero são ainda anteriores: começaram a ser elaboradas em 1970, com ampla absorção no Brasil na década de 1990 (PISCITELLI, 2009)¹⁶⁸.

¹⁶⁷ De acordo Lidiane Cavalcante Tiburtino (2015, p. 261): “Por volta de 1946, com a criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), aconteceram diversos movimentos de mulheres no Brasil, os estudos de gênero são recentes datados a partir de 1990, mas, em 1932, Nísia Floresta já havia publicado *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, por exemplo, um dos muitos exemplares que serviram de base para as diversas lutas do movimento feminista no Brasil, e, o Serviço Social, não acompanhou esse processo cumulativo, de bases epistemológicas e políticas, apontado para um reencontro político e epistemológico na atualidade.”

¹⁶⁸ Para Saffioti (2009, p. 16-17), “[o] conceito de gênero, no Brasil, alastrou-se rapidamente na década de 1990. Já no fim dos anos 1980, circulava a cópia xerox do artigo de Joan Scott (1983,1988). Traduzido em 1990, no Brasil, difundiu-se rápida e extensamente. [...] Deu-se, indubitavelmente, um passo importante, chamando-se a atenção para as relações homem-mulher, que nem sempre pareciam preocupar (ou ocupar) as(os) cientistas. Era óbvio que se as mulheres eram, como categoria social (Poulantzas, 1968), discriminadas, o eram por homens na condição também de uma categoria social. Mas, como quase tudo que é óbvio passa despercebido, houve vantagem nesta mudança conceitual. No Brasil, já na década de 1960, realizou-se estudo sobre mulheres, pesquisando-se também seus maridos (Saffioti, 1969b).”

Lisboa e Pinheiro (2005), assim como Teixeira (1998) evidenciaram que os estudos de gênero, raciais e de sexualidades se mantinham à margem nos Congressos e Encontros da categoria, compondo o espaço de “Temas emergentes em Serviço Social”. Os estudos sobre gênero e violência contra as mulheres foram praticamente inexistentes internamente e quando passaram a ser analisados, eram em torno das temáticas que envolviam as crianças e os adolescentes. O que, no nível da aparência, é uma contradição, pois o Serviço Social tinha acabado de assumir, como princípios fundamentais do Código de Ética de 1993, o “*empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos, o respeito à participação de grupo socialmente discriminado e à discussão das diferenças*” como também a “*garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual*”. Além disso, o Serviço Social é uma profissão majoritariamente composta por mulheres, que lidam no exercício profissional, em grande medida, com mulheres e pessoas racializadas usuárias dos serviços e políticas¹⁶⁹. Nessa perspectiva,

[a] importância do debate sobre o gênero para o Serviço Social reside no fato de que o atual projeto ético-político da profissão, expresso no código de ética profissional, na lei de regulamentação da profissão e nas diretrizes curriculares, tem como inspiração teórico-política o marxismo, apresentando em um dos princípios do nosso código de ética o compromisso com a defesa da igualdade de gênero: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”. Ora, se o projeto ético-político tem inspiração no marxismo e reconhece que a luta pelo fim das desigualdades de gênero deve ser um dos compromissos das(os) assistentes sociais, compreender o gênero sob uma perspectiva marxista se faz indispensável para uma intervenção crítica, criativa, comprometida, competente e, acrescentaríamos, coerente (SOUZA, 2014, p.15).

Portanto, cabe a nós a indagação: *por que houve resistência no interior da categoria profissional, na incorporação dos estudos feministas, raciais e sobre sexualidade em sua dimensão teórico-metodológica?* Acreditamos que essa resistência está calcada nas interpretações economicistas da teoria marxista que designou a centralidade da classe, sem considerar outras dimensões constitutivas da totalidade social, materialmente relacionadas ao

¹⁶⁹ Vale reiterar que o Serviço Social é uma profissão que emerge em dado momento histórico, sob determinadas condições, devido às necessidades do capitalismo, em sua fase monopolista. É uma profissão determinada pela divisão sociossexual e racial do trabalho. O fato de ser uma profissão majoritariamente feminina condiz com o padrão das relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo, que forjam ideologicamente papéis sociais, dos quais as mulheres e os homens são estimulados a seguir. Além disso, as mulheres e as pessoas racializadas compõem majoritariamente o perfil de usuários das políticas e serviços justamente por serem as pessoas mais impactadas pelas desigualdades sociais, o que faz com que sejam também as pessoas mais dependentes de políticas que podem, em alguma medida, diminuir as inequidades sociais intrínsecas as relações sociais capitalistas.

capitalismo. Por mais que o Serviço Social estivesse atento à luta contra todas as formas de discriminação e preconceito, internamente criou uma blindagem teórico-metodológica, inclusive contrária à defesa do pluralismo. Esses equívocos interpretativos não estiveram apenas circunscritos ao Serviço Social, mas fizeram parte de uma geração de intelectuais e ativistas de esquerda, no Brasil¹⁷⁰.

Para essa esquerda, tanto a luta feminista, como as lutas antirracista e LGBTQ+ eram designadas como questões “meramente culturais”, que seriam solucionadas após a constituição de uma nova sociedade. Portanto, essas dimensões “subjetivistas” não deveriam fazer parte do marxismo, tampouco da luta de classes. Esse abstruso argumento teve consequências políticas profundas, sobretudo, com o advento da pós-modernidade, após o fim do “socialismo real” (FRASER, 2006), momento no qual as lutas por reconhecimento ganharam centralidade, em detrimento da luta de classes. Esse cenário complexificou as determinações, dificultando tanto a constituição de um marxismo *não domesticável* (TIBBLE, 2021), como das lutas feministas, antirracistas e LGBTQ+ capazes de se apropriarem da teoria revolucionária marxista como instrumento teórico-político. Nesse sentido, embora o *estudo da diferença* não faça parte constitutiva da teoria marxiana explicitamente, podemos afirmar que

[a] diferença pode ser entendida não como o resultado de relações imutáveis que apontam para a fragmentação, ou como formas de poder múltiplas e universalmente equivalentes, mas como processos de conflito social disciplinadas por uma ordem – ainda que anárquica e competitiva – subjacente. Essa ordem competitiva é o produto de um sistema capitalista que depende e reproduz a atomização e separação entre os atores humanos. Cada processo – exploração, alienação, e opressão – opera com sua própria

¹⁷⁰ Para Rosana Mirales (2010, p.6-7), “[a] hipótese é que o processo ocorrido no serviço social em relação à incorporação das discussões de gênero foi similar ao levado em outras áreas do conhecimento. Processo marcado por estratégias feministas, que foram capazes de alavancar espaços no interior de instituições e movimentos, construindo possibilidades dos debates cederem às discussões sobre gênero, articulando-se a outras reflexões, também necessárias, como raça e etnia, orientação sexual e classe social. [...] Em uma revisão realizada em textos de assistentes sociais, disponíveis na biblioteca da PUC-SP, identifiquei que a produção do serviço social sobre mulheres e gênero segue a demanda situada nos movimentos e nas políticas sociais. Daí a capacidade de antecipação das demandas colocadas na realidade social, nas diferentes conjunturas. Como exemplo, fenômenos como o da feminização da pobreza e das mulheres como provedoras de famílias, que foi abordado no texto de Bastos (1989). Atualmente, essas questões vêm sendo debatidas no interior das políticas sociais e institutos de pesquisa, como uma das tendências relacionadas às famílias, às mulheres, à transferência de renda e à assistência social. Dos cerca de trinta textos verificados, entre trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, observei que os estudos geralmente adotam as concepções de mulher e feminino; homem e masculino e em relação ao casal: conjugal, família, feminicídio, sexualidade, maternagem, mãe. Ao mesmo tempo identifiquei que há uma tendência similar às ciências sociais de incorporação das questões de gênero mais efetivamente nos anos de 1990, sendo que dos textos verificados, somente oito apresentaram gênero nos títulos. Por outro lado, vários textos que não têm como objeto gênero ou temas aproximados como masculinidade, feminilidade, sexualidade, feminismo, incorporam a questão como parte da forma de aprofundamento de seu objeto de estudo. Há vários aspectos e dimensões que devem ser considerados, quando pensamos a categoria dos assistentes sociais. Alguns destes como a produção teórica, a inserção social e política dos profissionais, a relação no mercado de trabalho, os níveis de intervenção.”

dinâmica. Cada um é historicamente específico e moldado pelas interações concretas entre relações subjetivas e condições objetivas que contribuem para a reprodução da totalidade capitalista. Esses processos distintos e em interação se manifestam em formações sociais historicamente específicas. (BAKAN, 2016, p.48).

Isso significa que devemos disputar teoricamente e politicamente o sentido da diferença como algo constitutivamente material, intrínseco ao movimento de lutas de classes do capitalismo. Não é raro localizarmos as agendas da opressão e da diferença como questões não apenas de ordem cultural, mas também exclusivas das “agendas identitárias”. Entretanto, ao encharcar a análise de dialética e da noção de totalidade social, conseguimos alcançar campos de mediações que nos possibilitem saturar o singular de determinações universais, decompondo o cotidiano em suas inúmeras dimensões constitutivas, até alcançarmos como a exploração, a opressão e a alienação se particularizam a partir da raça, sexualidade e do gênero, sem perder a noção da totalidade social. A opressão (de classe ou “específica”), nesse sentido, é necessária para a reprodução das relações sociais no capitalismo.

A opressão é distinta tanto da exploração quanto da alienação; ela é parte de como qualquer sociedade de classe específica dada opera – como a classe dominante domina e perpetua divisões entre aqueles que ela domina. É variável e sujeita a condições, opções e restrições específicas que são historicamente concretas. Como parte do tecido cultural, legal e social da sociedade, a opressão opera com a exploração e pode expressar formas específicas através das quais a exploração ocorre concretamente (BAKAN, 2016, p.70).

No Serviço Social, a partir dos anos 2000¹⁷¹, vemos o esforço da alteração desse quadro de forma mais significativa; além da criação do GTP, em 2010, e dos exemplos já expostos no primeiro capítulo desta pesquisa, o conjunto CFESS/CRESS (gestão 2017-2020) e Gestão da ABEPSS 2017-2018 “*Quem é de luta resiste*” ampliou as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas em torno das questões raciais, através da campanha

¹⁷¹ De acordo com Bruna Irineu (2014, p.195), “[n]o âmbito do Serviço Social, a inserção de reflexões a respeito da sexualidade, da diversidade sexual e dos direitos LGBT é recente. Conferimos destaque à aprovação pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) da resolução 489/2006, que veda conduta profissional discriminatória por motivo de orientação sexual, e da resolução 615/2011, que garante o uso do nome social de travestis e transexuais nos documentos profissionais. Ressalta-se, ainda, a inserção do grupo de trabalho “gênero, raça e etnia e orientação sexual” no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2003, e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 2004. Embora a produção de conhecimento concernente a essa temática seja incipiente no Serviço Social, é importante ressaltar que esta existiu até 2004, ainda que de forma pontual. Observa-se que nos últimos dez anos esse cenário tem sido alterado, tanto pela proeminência das manifestações do movimento LGBT, que trouxeram consigo a denúncia de índices de violência letal e demandas por leis e políticas específicas, quanto pela emergência das primeiras políticas governamentais para a população LGBT, que envolveram o incentivo financeiro – ainda que tímido – à produção acadêmica nessa área.”

*Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*¹⁷² e na criação dos *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*¹⁷³. Ademais, ocorreu, em 2020, o *I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais*¹⁷⁴, nomeado por muitos/as profissionais como a “virada negra” do Serviço Social.

Assim, podemos afirmar que desde a década de 1990, configura-se um esforço no Serviço Social de desenvolver de forma mais intensa *as dimensões ético-política e técnico-operativa* em torno dos debates raciais, de gênero e sexualidade – por meio das campanhas e resoluções lançadas historicamente no interior da profissão, associados, sobretudo, ao exercício profissional. Entretanto, há um *menor desenvolvimento da dimensão teórico-metodológica*, que ainda é percebida por nós como uma dimensão bastante marginal na formação profissional. Compreendemos as dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica de maneira indissociável. Afinal, na prática a teoria não é outra (SANTOS, 2013) e, por isso, no exercício profissional e na formação profissional há a indissociabilidade das dimensões supracitadas. Isso faz com que essa questão se torne ainda mais grave, pois a ausência de uma fundamentação teórica-metodológica que apreenda com coerência científica e metodológica os determinantes das relações sociais capitalistas generificadas e racializadas, pode impelir prejuízos na instrumentalidade do/a assistente social. Portanto, consideramos que na

¹⁷² “A campanha de Gestão (2017-2020) do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS-CRESS), Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, aprovada no fórum máximo deliberativo da categoria em 2017, tem o intuito de debater o racismo no exercício profissional de assistentes sociais. Ao dar centralidade a este debate, queremos incentivar a promoção de ações de combate ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais, ampliando a percepção sobre as diversas expressões do racismo.”. Mais informações em < <http://servicosocialcontraracismo.com.br/> >. Acesso em 23.jun.2021.

¹⁷³ O documento está disponível em: < http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_et_nico_servico_social-201812041419427146430.pdf >. Acesso em 23.jun.2021.

¹⁷⁴ De acordo com o site do evento, “O I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais é uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Unifesp-BS. Apesar dos crescentes estudos sobre Relações Étnico-Raciais, ainda não há na área de Serviço Social um espaço que aglutine e sistematize de forma ampliada os resultados de pesquisas sobre a temática. O objetivo geral do Simpósio é sediar o primeiro grande encontro nacional de pesquisadores/as da área de Serviço Social e afins, com vistas a articular essa discussão com outros programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Os objetivos específicos são:

- Organizar conferências com especialistas na abordagem teórico-metodológica do assunto;
- Discutir as recentes contribuições teóricas acerca do racismo estrutural e institucional;
- Promover a reflexão com representantes das entidades da área: o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e a Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social (ENESSO);
- Fomentar reuniões de grupos de pesquisas, particularmente a ênfase Relações étnico-raciais do GTP da ABEPPS;
- Ampliar a visibilidade da produção acadêmica sobre as políticas de ações afirmativas;
- Apresentar processos de pesquisas acerca da história do movimento negro no Brasil;
- Conhecer diferentes estudos sobre a promoção da igualdade racial;
- Difundir outras experiências e saberes, como as das comunidades indígenas, quilombolas etc.;
- Aprofundar as relações com os movimentos sociais, que abordam a temática étnico-racial, como parte do tripé ensino-pesquisa-extensão;
- Estabelecer uma rede de pesquisadores/as, estudantes, profissionais da área com vistas ao intercâmbio de investigações científicas e experiências interventivas acerca do tema.” Disponível em: < https://simposio_relraciais.openjournalsolutions.com.br/index.php/simposio/apresentacao >. Acesso em 23.jun.2021.

processualidade histórica da profissão avançamos bastante em torno das temáticas da raça, do gênero e da sexualidade, nas últimas décadas, mas ainda não o suficiente.

De acordo com a crítica da teoria unitária, que desenvolvemos ao longo desta pesquisa, em torno das análises que fragmentam as determinações das relações sociais racializadas e generificadas, iremos, neste momento, analisar os aportes teóricos metodológicos mobilizados no interior da produção do Serviço Social. No que tange aos feminismos e estudos de gênero, a partir de uma análise que não esgota a questão. Acreditamos que a incorporação das fundamentações das feministas materialistas francófonas foi imprescindível na consolidação dos “estudos de gênero” no interior da profissão. Isso ocorreu de forma majoritária a partir dos anos 2000. Numa aposta, acreditamos que, possivelmente, essas autoras chegam ao Serviço Social a partir das produções da *Sociologia do Trabalho* de Helena Hirata e das produções de Heleieth Saffioti, que ampliaram o diálogo acadêmico com as teorias feministas pós-estruturalistas e materialistas, na categorização da violência patriarcal no Brasil, o que trouxe inúmeras contribuições, ao abrir várias “janelas” de interlocução teórica. Para percorrermos um pouco dessa trajetória, achamos necessário situar o pensamento de Saffioti e esboçarmos alguns percursos teórico-metodológicos assumidos pela autora.

4.2. Heleieth Saffioti e os estudos sobre classe, gênero e raça no Brasil

Heleieth Saffioti inovou ao fusionar os estudos feministas ao marxismo, por meio do materialismo histórico dialético, na consumação de uma teoria crítica feminista que apreendesse a totalidade social em suas dimensões simbólicas, políticas, culturais e econômicas. Sua obra pode ser dividida em duas fases (GONÇALVES, 2011). A primeira, de meados de 1960 ao final dos anos de 1980, na qual a autora esteve empenhada em analisar o trabalho das mulheres na sociedade capitalista. Sistematizando-o em sua tese de doutorado *A mulher na sociedade de classes* (1969)¹⁷⁵. E a segunda fase, que vai do início dos anos de 1990

¹⁷⁵ Saffioti relata numa entrevista: “Um pouco antes do 31 de dezembro de 1966, eu sentei e falei: “agora eu tenho que parir uma tese; porque sendo mulher marxista, eles vão me botar na rua, é obvio. Os homens não precisam fazer e os não-marxistas tampouco, mas eu tenho que fazer!” O que eu li? No Brasil não havia nada de interessante. Eu li O Segundo Sexo, da Simone; li um livro da Alva Myrdal e Viola Klein. Estes textos existiam ou em francês ou em inglês, em português nada. O Segundo Sexo, sim. Mas o da Alva Myrdal e Viola Klein, não. E o outro de uma francesa que era sobre operárias industriais, era em francês. O nome dela era Evelyne Sullerot. E havia aqueles textos clássicos da Kollontai, que eu não gosto; da Clara Zetkin, que é um pouco melhor, mas a meu ver tem mais ideologia do que ciência. Nem mesmo os textos marxistas me contentavam. E eu era muito metida, isso eu sempre fui, acho que já nasci assim, porque senão teria me recolhido à minha santa ignorância e ao meu destino de gênero e de classe. A única coisa que me favorecia era ser branquinha, porque o resto era uma tragédia. Mas eu resolvi mudar as coisas.” (GONÇALVES, 2011, p.75).

até a sua morte, Saffioti analisou de forma mais contundente as imbricações (a concepção de *nó* ou *novelo*) entre classe, raça, etnia e gênero¹⁷⁶, sofisticando as suas análises. A sua obra “*não surgiu pronta e acabada. Tampouco foi um processo linear de desenvolvimento*” (GONÇALVES, 2011, p.119)¹⁷⁷. O que faz de Saffioti uma autora ainda mais brilhante é o fato de ter contado, ao longo desse desenvolvimento intelectual, sobretudo na primeira fase, com a escassez de obras marxistas traduzidas e da inexpressiva produção teórica acerca das mulheres, no Brasil¹⁷⁸.

Através da tentativa de categorizar o patriarcado, Saffioti¹⁷⁹ desenvolve uma interlocução mais profunda com as feministas materialistas francófonas que, como já expressei, estão situadas na “segunda onda” do feminismo (o momento do “divórcio” entre marxismo e feminismo). Para a autora, “há uma estrutura de poder que unifica as três ordens - de gênero, de raça, etnia e de classe social -, embora as análises tendam a separá-las” (SAFFIOTI, 2015, p. 134). Nos feminismos dessa “onda”, como situamos nos capítulos anteriores, há predominância da investigação do patriarcado, enquanto sistema de opressão/exploração, que

¹⁷⁶ A autora pontua: “A figura do nó foi usada por mim para mostrar, simultaneamente, a simbiose entre o racismo, o sexismo e as classes sociais, assim como deixar aberta a possibilidade de se puxar uma ou outra ponta dos eixos que o formam, para se realizar um escrutínio mais acurado. Não se trata de separar estas contradições, que operam por meio desta nova realidade de caráter fusional, mas de examinar cada uma delas à luz do nó que formam. O nó não apresenta a frouxidão dos laços que se desfazem ao menor movimento. Tampouco é duro a ponto de tornar irreconhecíveis as contradições que o compõem. E, sobretudo, deixa as pontas dos eixos à vista, dispostas a revelar suas especificidades. O mais importante a frisar, contudo, é a natureza contraditória do nó, que, ademais, é regido por uma lógica também contraditória”. (SAFFIOTI, 1999, p. 9).

¹⁷⁷ Nessa última fase, acreditamos que haja a proeminência de uma análise da totalidade social, como é defendida pelas feministas da teoria unitária, na qual raça e gênero não podem ser apartados da totalidade capitalista. Acreditamos que se Saffioti estivesse viva, possivelmente ela estaria contribuindo na construção da teoria unitária. Vale destacar que a autora apreendia que: “[o] modo de produção capitalista alija força de trabalho do mercado, especialmente a feminina. Os caracteres raciais e de sexo operam “como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (1969:30). Isto não significa que estes caracteres contêm em si mesmos a explicação da totalidade ou das determinações de um sistema. São subalternos. E, como tais, “operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade” (Saffioti, 1969: 30)” (GONÇALVES, 2011, p.125).

¹⁷⁸ Renata Gonçalves (2011) pontua: “No Brasil as condições de acesso ao material teórico produzido por Marx e Engels, e pelos marxistas posteriores, eram bem piores [do que em outros países]. Talvez pela própria condição de país de capitalismo periférico, sem uma classe operária consolidada e, portanto, com pouca tradição de luta neste campo. É provável que a ausência de marxistas na academia também tenha contribuído para retardar a publicação da obra teórica de Marx. Ironia das ironias, foi no início dos anos de chumbo da ditadura militar, mais precisamente em 1968, que teve lugar a primeira edição brasileira de O Capital, lançada pela editora Civilização Brasileira.” (p.123-124). Essa conjuntura alterou também a apropriação da teoria marxista pelo Serviço Social, como é trabalhada por Paulo Netto em “Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64” (NETTO, 2015).

¹⁷⁹ Saffioti se opôs teoricamente, em diversos níveis, ao uso do conceito “gênero”, mas sem abrir mão dele, por ser demasiadamente palatável, assim sempre associou o seu uso a noção de patriarcado, justamente na tentativa de historicizar e materializar as relações sociais. “Por que se manter o nome patriarcado? Sistematizando e sintetizando o acima exposto, porque: 1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.” (SAFFIOTI, 2015 [2004], p. 60).

possivelmente teria nascido com a cultura, por meio da discussão de Lévi-Strauss (1955) em torno da “troca de mulheres”.

Diversas feministas no mundo, assim como Saffioti, estavam interessadas em estudar mais profundamente a origem do patriarcado e a associação aos estudos antropológicos foi imprescindível ao possibilitar o acesso a realidade de diversas etnias e povos diferenciados que forneciam alguns subsídios materiais acerca da pluralidade de relações sociais, patriarcais ou semipatriarcais¹⁸⁰. Entretanto, Saffioti em suas análises sempre historicizou a noção de patriarcado, indo na contra tendência do que algumas feministas da “segunda onda” afirmavam ao designar o patriarcado como *trans-histórico* ou *a-histórico*. Inclusive, teceu algumas críticas ao feminismo materialista francófono, em sua obra “Gênero, patriarcado e violência” (2015, p.124):

O pensamento de Kergoat revela que seu texto de 1978, citado anteriormente, já não reflete seu pensamento mais recente, na medida em que ela descartou a noção de patriarcado. Quando separa radicalmente os conceitos relações sociais de sexo e gênero (aqui já existe um problema, pois, via de regra, usa-se a expressão relações de gênero, isto é, relações entre o masculino e o feminino, entre homens e mulheres), procede pelo que considera a presença da relação, no primeiro caso, e a ausência da relação, no segundo. Se o conceito de gênero não envolve relações sociais e é compatível com a noção de patriarcado, esta última noção tampouco se refere, explicitamente, a tais relações. Mas, pergunta-se: cientistas sociais em geral e sociólogos em particular necessitam desta explicitação? Esta ideia de Kergoat vem implícita nas considerações de a-historicidade do patriarcado, porquanto a única possibilidade desta ordem de gênero manter-se imutável consiste na ausência de oposições simples, dicotômicas.

Saffioti mobiliza conceitos e teses centrais das francófonas, assumindo os seus limites e possibilidades, como também já foi trabalhado anteriormente, nesta pesquisa. A autora, sobretudo, em sua segunda fase, manteve diálogo com diversos e plurais campos de conhecimentos, mas sempre os analisando a partir do materialismo histórico-dialético, pois é o método que fundamenta a sua pesquisa. Dialoga, nessa obra em questão (*Gênero, patriarcado e violência*), com o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, *dominação* de Max Weber, *sexualidade* de Michel Foucault, e a sua versão misógina de Sigmund Freud, além de utilizar referências fundamentais para a constituição da teoria unitária, como Heidi Hartmann e Iris Young, mas nem por isso assume as interpretações realizadas pela totalidade desses autores/as, as tomando para si em sua análise.

¹⁸⁰ Ou, como afirmado por Rita Segato (2012), sociedades em que prevalecia o “patriarcado de alta intensidade” ou “patriarcado de baixa intensidade”.

Por isso e muito mais, consideramos Saffioti como uma das principais autoras brasileiras que adensou a análise acerca da “simbiose” entre classe, raça e gênero, embora tenha os designado como “sistemas de exploração-dominação” (em alguns momentos) fundidos numa unidade contraditória, revelando uma conceituação embasada, explicitamente, na noção das materialistas francófonas. Ao igualar as dimensões, contribuiu numa análise que pudesse generificar e racializar as classes sociais, afirmando que “não deveríamos buscar a primazia do sexo, da classe ou da raça, nem as isolar como estruturas separadas, já que elas se fundiram historicamente” (SAFFIOTI, 1992, p. 206). Como dito anteriormente, defendemos que não devemos apreender o racismo e o patriarcado como “sistemas”, mas entendemos que os estudos de Saffioti elevaram a apreensão da realidade social, apesar de alguns limites conceituais¹⁸¹, encontrados em algumas passagens – o que merece ser melhor analisado.

A maior parte dos artigos localizados nas temáticas que envolvem *mulheres, gênero e feminismo*, analisados nesta pesquisa, utilizam Saffioti combinada às francófonas, imputando a prevalência de uma análise que, embora compreenda a totalidade que envolve o capitalismo generificado e racializado, tende a fragmentar a realidade, em seus “inúmeros recortes”, designando, mesmo que no nível das ideias, “os sistemas” como blocos independentes. Embora haja o reconhecimento da particularidade desses “sistemas”, as análises são muitas vezes carentes de mediações históricas que apreendam o capitalismo como um modo de produção criador do racismo e de um novo patriarcado, o que o diferencia dos outros modos de produção, assim como diferencia o cisheteropatriarcado de outras formas patriarcais pré-existentes ao capitalismo. Nesse sentido - e em vários outros que iremos desenvolver ao longo deste capítulo -, visualizamos no Serviço Social a tendência do uso quase que indiscriminado entre autores marxistas e não marxistas que possuem algum nível de criticidade. Isso revela uma forma eclética de mobilizar autores/as e os seus respectivos métodos, que podem, recorrentemente, se contraporem. José Paulo Netto (2009) já havia notado essa realidade e a categorizado como o *sincretismo* da prática profissional, que tem como contraface o ecletismo teórico, presente desde a origem do Serviço Social.

Dito isso, acreditamos que possivelmente as francófonas passam a ser utilizadas pelo Serviço Social através de Saffioti, mas na ausência do reconhecimento dos limites das teorizações francesas e das críticas realizadas por ela. Outro caminho possível é por meio da

¹⁸¹ Falamos conceituais, devido ao fato de considerarmos que Saffioti encarna o método materialista histórico em sua análise, dialogando com diversos/as autores de campos plurais. Assim, defendemos que possamos desenvolver ainda mais os fundamentos apresentados por ela, desde a década de 1960, e reatualizarmos as suas afirmações, articulando com as novas determinações e contradições das quais estamos imersos/as.

Sociologia do Trabalho, de Helena Hirata, que muito contribuiu no processo de apreensão da divisão sexual do trabalho, mas que imputa, muitas vezes, uma transposição de um regime patriarcal (que funda a divisão sexual do trabalho) para o capitalismo, sem se atentar que o capitalismo cria um novo patriarcado e não apenas se apropria. Como fica nítido nesses trechos:

Compreendendo que **a divisão sexual do trabalho é apropriada pela sociabilidade burguesa** e reproduzida na individualidade em seu dia a dia, resultando na desigualdade dos sexos, é que destacamos dois princípios organizadores **desse sistema** retratados por Hirata e Kergoat (2007) [...] [t]anto para Kergoat quanto para Hirata as **relações sociais sexuadas e a divisão sexual do trabalho são “duas expressões indissociáveis” e que constituem um sistema.** [...] [n]esse sentido, o conceito de divisão sexual **baseia-se em uma relação antagônica entre homens e mulheres.** (Artigo 23, p.191, 2015, grifo nosso).

Há de se convir que as relações sociais sexuadas e a divisão sexual do trabalho representam expressões indissociáveis e que **formam epistemologicamente o mesmo sistema.** As relações sociais sexuadas existem anterior e posteriormente ao termo divisão sexual do trabalho, elas preexistem como noção e são posteriores como problemática (HIRATA, 2002) [...] (Artigo 27, p.257, 2015, grifo nosso).

É nítida a apreensão de uma divisão sexual do trabalho, fundada pelo patriarcado, apropriada pelo capitalismo, que cria relações antagônicas entre homens e mulheres (a concepção de *classes sexuais*, da qual já fundamentamos a crítica anteriormente). Essa análise é carente de mediações históricas, pois acaba não apreendendo a particularidade do *cisheteropatriarcado* como uma criação do capitalismo que designa o local das mulheres como produtoras e reprodutoras da força de trabalho. Nesse sentido, defendemos que a centralidade não está nas relações interpessoais entre homens e mulheres, embora estas façam parte da totalidade. A centralidade está na relação entre o sistema capitalista e o local forjado às mulheres dentro deste sistema, como produtoras e reprodutoras da mercadoria central que é a força de trabalho. Assim, a divisão sexual do trabalho é importante, mas ela não corresponde ao patriarcado pré-capitalista, pois não estamos mais diante deste patriarcado, mas sim de um novo fenômeno criado pelo capitalismo: o *cisheteropatriarcado*.

Embora tenhamos uma crítica mais contundente à maneira como o Serviço Social tem desempenhado as suas análises acerca dos gêneros e dos feminismos, é importante destacar que no campo bibliográfico analisado, grande parte dos artigos se situa na *tendência crítica de cariz marxista*. Ou seja, mesmo que haja a mobilização e o recurso às autoras/es que não são necessariamente marxistas, como algumas francófonas ou feministas interseccionais – das quais iremos aprofundar a análise mais adiante –, há a tentativa de manter coerência metodológica com o marxismo, embora isso ainda ocorra de forma inconsistente, na maioria

das vezes. Outras pesquisas constataam essa realidade (DURIGUETTO; ALAGOANO, 2018)¹⁸²; a partir da análise de teses e dissertações, as autoras afirmam que há “uma fragilidade e/ou imprecisão teórica na maioria das produções acadêmicas” (p.245). Entretanto, essas pesquisas possuem grande relevância ao situar o movimento feminista e a luta anticlassista na sociedade capitalista, que nem sempre aparecem dessa maneira, mas também a partir de “uma perspectiva de luta das mulheres no sentido da ampliação dos direitos sociais, nos limites da cidadania burguesa” (p.247), o que também foi possível de ser verificado em diversos artigos analisados, da presente pesquisa.

4.3 Tendência crítica de cariz marxista

Nessa abordagem, vemos uma multiplicidade de pesquisas que se autointitulam marxistas numa perspectiva plural. Dos 50 artigos analisados, 33 (66%) estão situados nessa tendência. Concordamos que a ortodoxia marxista está no método (LUKÁCS, 2003)¹⁸³. Isso implica na garantia da ampliação do diálogo plural, que não pode prescindir de vigilância epistemológica, pois, variavelmente, a partir do recurso a autores/as diversos, corremos o risco de cair no ecletismo. Este é um dos grandes desafios para o Serviço Social na atualidade: manter a perspectiva crítica, marxista e ontológica, concomitantemente à manutenção da garantia do pluralismo, em tempos de ascensão de neoconservadorismo e suas inúmeras expressões teórico-metodológicas. Por isso, o estudo do método marxiano, contemporaneamente, se torna ainda mais matéria imprescindível para a produção do conhecimento no Serviço Social.

Percebemos que na *tendência crítica de cariz marxista* há o recurso a perspectivas teórico-metodológicas diversas. Algumas dessas pesquisas autoidentificadas como marxistas se apoiam no feminismo interseccional, outras no feminismo materialista francófono e outras do feminismo socialista. Como a ortodoxia está no método, as autorias recorrem a uma abordagem que se aproxima da conciliação entre essas perspectivas (que podem ser não

¹⁸² Nesse estudo, foram selecionadas “teses/dissertações que abordam o movimento feminista destacadas na pesquisa coordenada por Duriguetto (2017) sobre a produção do conhecimento nos cursos de pós-graduação — área Serviço Social — sobre movimentos sociais e Serviço Social (1985-2011). A partir dos termos movimento de mulheres, movimento feminista, lutas sociais das mulheres, feminismo, organizações feministas, organização de mulheres, ampliamos a busca no banco de dados da Capes e nos sites dos programas de pós-graduação até 2014.” (DURIGUETTO; ALAGOANO, 2018, p. 238).

¹⁸³ Para Lukács, “[m]arxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento acrítico dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “crença” nesta ou naquela tese nem a exegese de um livro “sagrado”. A ortodoxia, em questão de marxismo, refere-se, antes, exclusivamente ao método. É a convicção científica de que o método correto de investigação foi encontrado no marxismo dialético, de que esse método só pode ser complementado, desenvolvido e aprofundado no sentido dos seus fundadores. No entanto, é também a convicção de que todas as tentativas de suplantá-lo ou de “melhorá-lo” conduzirão à superficialidade, à trivialidade e ao ecletismo [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 29-30).

marxistas, como o feminismo interseccional e o feminismo materialista) com o marxismo, ao passo que se manifesta a ultrapassagem das mesmas, a partir de uma crítica mais radical ao capitalismo. Na diversidade desses feminismos, concordamos que “o feminismo materialista, o marxista e o socialista, historicamente, contribuíram e contribuem para a construção de um projeto de sociedade pautado na emancipação humana” (CISNE, 2020, p.34) e isso implica, necessariamente, na superação de todas as formas de opressão, exploração e alienação. Portanto, mobilizar essa diversidade de feminismos associados ao marxismo resulta numa luta política importante.

Defendemos que nem algumas autoras do feminismo francófono e nem do interseccional¹⁸⁴ imprimem uma crítica radical e ontológica ao capitalismo, embora mobilizem a noção de classes sociais, cada um à sua maneira. O feminismo francófono, como desenvolvido no capítulo anterior, tem como um de seus fundamentos a antropologia de Lévi-Strauss que, de acordo com Maria Carmelita Yazbek (2018, p.61)

[...] ao se apropriar do pensamento estruturalista, busca chegar ao *modus operandi* do espírito humano. Deve haver, no seu entender, elementos universais na atividade de espírito humano entendidos como partes irreduzíveis e suspensas em relação ao tempo que perpassariam todo modo de pensar dos seres humanos. Para os estruturalistas, a realidade se compõe de dados singulares e a universalidade só surge a nível da estrutura, ou seja, do sistema de regras mentais formalizadas (distinção absoluta entre objeto real e objeto do conhecimento). Os estruturalistas limitam a racionalidade à aplicação de regras lógicas formais. [...] Como consequência de sua posição anti-historicista e antissubjetivista e da noção da mesma estrutura, o estruturalismo é uma forma de anti-humanismo metodológico que se caracteriza pelo primado do universo conceitual, autogerador (conhecimento tem referência ao conceito). A abordagem estruturalista nega o movimento da História, que nessa perspectiva resulta da soma e da justaposição de totalidades parciais. Em síntese, no método estruturalista a questão do modo de produção do conhecimento se sobrepõe às questões ontológicas (a epistemologia antecede a ontologia).

Essa condição imprime um limite teórico-metodológico de conciliação dessa teoria com o marxismo. Pois não tem como afirmar, ao mesmo tempo, que o patriarcado é um sistema originado pela troca das mulheres, que origina a divisão sexual do trabalho que, por sua vez, se justapõe ao sistema capitalista. Se assumimos, através do marxismo, que as relações sociais são “mediatizadas por situações, instituições, etc., que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas” (YAZBEK, 2018, p.66), necessitamos aceitar os fatos como sinais

¹⁸⁴ Na seção 4.7.2 *Serviço Social, capitalismo e raça e etnia* desenvolvemos uma crítica mais profunda em relação ao feminismo interseccional.

e não como fundamentos últimos, indo além da aparência. Designar o sistema capitalista e o sistema patriarcal (doméstico) como dois sistemas produtivos justapostos, nesta presente sociabilidade, como a Christine Delphy¹⁸⁵ realiza, é um equívoco analítico profundo que impede a captação do movimento real em sua abstração ideal. Como o método marxista está fundamentado, como desenvolvido no primeiro capítulo deste trabalho, na produção ontológica de conhecimento que tem como organização metodológica a lógica dialética, a noção histórica materialista revolucionária e a teoria valor trabalho de Marx, presume-se que as pesquisas marxistas mobilizem essas dimensões, o que nem sempre foi possível de constatar nos artigos analisados desta tendência, mesmo reconhecendo os limites teóricos-analíticos de um artigo, no qual se torna mais difícil garantir um adensamento metodológico.

Na tentativa de qualificar a opressão de travestis no sistema prisional, por exemplo, no trecho do artigo analisado, a seguir, há a utilização da interseccionalidade enquanto uma categoria que daria conta de qualificar a opressão que não se apresenta enquanto soma (quantitativa), mas sim como qualidade de uma nova opressão:

O cissexismo e o machismo destinados às travestis no Brasil surgem da mesma fonte de racismo e classismo impostos a elas, uma vez que não se pode desconsiderar, entre as travestis brasileiras, a predominância de negras e pardas (CARRARA; VIANNA, 2006) e seus pertencimentos de classe (PELÚCIO, 2006). [...] Não existem também hierarquias de opressão (LORDE, 1983): a opressão que uma travesti sofre é uma experiência única da articulação entre diferentes categorias de diferenciação, assim como a misoginia contra uma negra é racializada e o machismo contra uma lésbica é lesbofóbico etc. (Artigo 45, 2014, p.108-109).

Em outro exemplo, há o recurso à autora Avtar Brah, na sofisticação das relações de raça e de gênero no capitalismo, como é possível verificar na seguinte citação:

Para Brah (2006, p. 350), “[...] o feminismo negro escancarou discursos que afirmavam a primazia, digamos, de classe ou de gênero sobre os demais eixos de diferenciação, e interrogavam as construções de tais significantes privilegiados enquanto núcleos autônomos unificados.” Para a autora, classe, gênero, racismo não são variáveis independentes “[...] porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela.” (BRAH, 2006, p. 351). As feministas negras vão centrar a análise nas interconexões ou nas intersecções das diferentes opressões. Para a autora, vidas reais são forjadas a partir das articulações complexas dessas dimensões. [...] Na mesma direção das feministas negras, Saffioti não realiza uma

¹⁸⁵ Para Delphy “O modo de produção doméstico, como modelo, como conjunto de relações de produção, existia anteriormente ao modo de produção capitalista. Ele é diferente, não há vínculo teórico entre os dois. Mas, há, evidentemente, vínculos concretos” (DELPHY, 2009 [1976], p.248).”. Para maior aprofundamento recomendamos a leitura do artigo “Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão” (2018), de Máira Abreu.

separação entre o patriarcado-capitalismo-racismo, tampouco vai privilegiar a primazia de um sobre o outro. Para a autora, os três sistemas são estruturadores da sociedade brasileira (Artigo 26, 2015, p.498).

Há explicitamente nos artigos referenciados a tentativa de sofisticar a análise interseccional acerca da relação entre gênero, classe, raça, sexualidade e identidade sexual. E, nesta perspectiva, defende-se que a interseccionalidade não criaria “eixos classificatórios de opressão ou opressões que incidem umas sobre as outras (dupla ou tripla opressões, por exemplo), e sim [daria] visibilidade a um tipo novo de opressão, agravada e aprofundada por meio de diferentes dimensões.” (Artigo 45, 2014, p.111). O que se aproxima muito da lógica da consubstancialidade e coextensividade das relações de sexo, raça/etnia e classe (KERGOAT, 2010). Na perspectiva desta última, há também um avanço analítico em relação as relações generificadas e racializadas do capitalismo, afinal, “[a]s “relações sociais de sexo” e de “raça”/etnia são elementos indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho, especialmente, no que Falquet (2008, 2012) denomina de “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”.” (Artigo 37, 2014, p.144).

Diante disso, é inquestionável o avanço qualitativo que foi alcançado na produção de conhecimento do Serviço Social com a adesão tanto aos feminismos interseccionais, como aos estudos das feministas materialistas francófonas, quando se busca a garantia da crítica marxista, por suposto. Esse salto qualitativo é sobressaltado ao compararmos os artigos publicados após o ano de 2014 com artigos publicados entre 2010 e 2013. A forma de apropriação da complexidade das relações sociais burguesas, em suas dimensões diversas, foi, portanto, melhorada e isso é matéria imprescindível para a instrumentalidade do/a assistente social:

[...] a apropriação das categorias relações sociais de gênero, patriarcado e raça pelos(as) profissionais de Serviço Social se faz necessária para uma apreensão crítica das relações sociais e suas múltiplas determinações para além das classes, pois a realidade sobre a qual os(as) assistentes sociais se debruçam é complexa e multifacetada, sendo necessário, portanto, desvendar seus vários determinantes. (Artigo 35, 2014, p.99).

Entretanto, na tentativa de avançar ainda mais, oferecemos os elementos em desenvolvimento pela teoria unitária, que, na nossa opinião, é mais coerente com o método marxista na construção de um feminismo-marxista ontológico, suplantando esses feminismos epistemológicos. Embora as perspectivas supracitadas sejam epistemologicamente diferentes, pois o feminismo interseccional não se constitui como teoria, apresentando-se mais como um

conceito jurídico¹⁸⁶, são perspectivas limitadas ao campo epistemológico da produção do conhecimento. Isso quer dizer que precisamos, assim como sugere Saffioti (2006), desempenhar esforços na construção de um feminismo de caráter ontológico, ancorado no método materialista histórico dialético.

No que se refere ao feminismo-marxista nos artigos analisados, vemos o recurso às autoras socialistas, em alguns poucos artigos, como é possível verificar nesses trechos:

Os escritos de Kollontai (1982) acerca da emergência de uma nova moral como base para a destruição do patriarcado, considerado fundamento ideológico do capitalismo, são exemplos que podemos destacar na difícil incorporação das demandas de liberdade e autonomia das mulheres, pela esquerda mundial socialista. (Artigo 43, 2014, p.58).

Para que as mulheres e os homens alcancem o pleno desenvolvimento de seu potencial humano, deve-se eliminar não só a natureza hierárquica da divisão sexual do trabalho, mas sim esta própria divisão. As teorias do feminismo socialista não colocam a igualdade – eliminação do caráter hierárquico – como solução da desigualdade entre os gêneros, mas reivindicam a desapareição das diferenças de gênero na formação dos seres humanos, com a singularidade expressando diferenças no âmbito individual e não de classe, sexo ou raça/etnia. (Artigo 25, 2015, p.493).

Ainda que nem todas as pesquisas dialoguem com o feminismo-socialista ou marxista, nessa tendência há predominantemente a necessidade da articulação da luta anticapitalista como as lutas antipatriarcalista e antirracista. Dessa forma, assume-se que no capitalismo não é possível haver igualdade de gênero ou de raça.

Por fim, cabe destacar: as diversas formas de violência que têm como alvo prioritário as pessoas negras somente serão superadas no dia em que cada homem e cada mulher forem capazes de respeitar o/a outro/a nas suas diferenças. Isso exige uma sociedade, como disse István Mészáros (2000), **para além do capital**. Acrescenta-se: uma sociedade para além das classes, para além das desigualdades de raça e de gênero, cujas formas de reconhecimento possam forjar-se no sentido da construção da liberdade humana, e não no da dominação.” (Artigo 46, 2014, p.135, grifos nossos).

A análise das relações de exploração/opressão de raça/etnia e de gênero torna-se importante, principalmente quando se busca apreender, nos processos sociais reais, as determinações que limitaram/impediram os(as) racialmente discriminados(as) de participarem da constituição política da “questão social”. Evidentemente, não há como negar as determinações das relações étnico-raciais e de gênero na consolidação do “lugar” do(da) negro(a) na estrutura do capitalismo brasileiro. Daí porque é fundamental que a análise das desigualdades na sociedade de classes considere, tanto do ponto de vista

¹⁸⁶ Ver na seção 4.7.2 *Serviço Social, capitalismo e raça e etnia*, deste trabalho, em que apresentamos o conceito de interseccionalidade.

quantitativo como qualitativo, as condições de vida e de trabalho dos(das) trabalhadores(as) racialmente discriminados(as). [...] Nessa perspectiva, uma análise dessa natureza nos leva a concordar com Lucena (2010, p. 60) em relação à necessidade de recorrer a Marx para entender “os dilemas sociais e as grandes questões referentes ao ser [negro e] mulher [negra] em meio à barbárie do capital”. Por sinal, tal barbárie convida o “Serviço Social, [para] o desafio de articular, do ponto de vista teórico e profissional, a classe à raça/etnia e ao gênero na perspectiva de fortalecer a luta de classes pela **superação da ordem do capital** (MARTINS, 2012, p. 212).” (Artigo 36, 2014, p.129, grifo nosso).

[...] não podemos apreender as desigualdades de gênero de uma forma desarticulada da perspectiva da totalidade, ou seja, da materialidade concreta da sociedade capitalista-patriarcal-racista, visto que, apesar de a categoria gênero estar relacionada aos estereótipos atribuídos ao masculino e ao feminino, tais “características” são sustentadas e disseminadas pela sociedade, sendo a violência contra a mulher a expressão máxima da “lógica patriarcal de gênero”. (Artigo 35, p.103-104, 2014). [...] Para além das lutas contra a lógica patriarcal de gênero, o atual contexto demanda uma articulação em prol da **superação da sociabilidade capitalista**, pois, à medida que essa sociedade se perpetua, se intensificam a pobreza, a miséria, a exploração da força de trabalho e a opressão das mulheres. (Artigo 36, p.109, grifo nosso).

[...] apesar de as desigualdades de gênero serem anteriores ao capitalismo, este tem se apropriado delas mediante a consolidação de modos de vida e de inserção no mundo do trabalho que desqualificam e inviabilizam a experiência das mulheres. Nessa perspectiva, **a superação da condição das mulheres no seio dessa sociedade somente pode se realizar na medida em que se supere essa forma de organização de produção e reprodução social**, pautada na apropriação e acumulação de mais-valia, na dominação de uma classe sobre a outra, num sistema político e ideológico de individualização, pauperização e exclusão de grande parte da população das riquezas socialmente produzidas. (Artigo 32, 2014, p.55, grifo nosso).

A igualdade das mulheres, portanto, **exige luta articulada na perspectiva da emancipação humana**, único caminho pelo qual se pode trilhar o exercício da liberdade. É aí que se conectam as reivindicações feministas com as lutas no campo do serviço social, não apenas por medidas pontuais, mas mecanismos que viabilizem um processo mais amplo de conquistas, no caminho de relações livres das diversas opressões vivenciadas hoje. (Artigo 28, 2015, p.275, grifo nosso).

Mas, se o fim do capitalismo não conduz ao do patriarcado, o fim do patriarcado tem como condição necessária, mas não suficiente, o fim do capitalismo. Como é possível falar em protagonismo de gênero, se protagonismo significa ser sujeito e no capitalismo só o capital é sujeito? Pois, como nos ensina Marx, “[...] na sociedade burguesa, o capital é autônomo e pessoal, ao passo que o indivíduo que trabalha é dependente e impessoal” (MARX, 1998, p. 23). **O que obriga todos(as) aqueles(as) que querem a emancipação humana, como as mulheres feministas, a lutar pelo fim do capital**. O motivo indutor das operações do capital é a apropriação crescente da riqueza abstrata e, para tanto, funciona como capitalista (capital personificado), dotado de vontade e consciência (MARX, 1988, p.125), enquanto exaure os seres humanos de suas potencialidades. (Artigo 25, 2015, p.491, grifo nosso).

Assim, indagamos: **como emancipar as mulheres em um sistema essencialmente alienante?** Compreender esse processo de alienação no capitalismo e, sobretudo, como elemento que também se estabelece na esfera da reprodução social e nos cotidianos de mulheres e homens, possibilita o entendimento das opressões como sustentáculo dessa sociabilidade. (Artigo 22, 2016, p.374, grifo nosso).

A falta de uma perspectiva crítica das relações sociais de sexo na política de assistência social tem reproduzido conceitos como autonomia e emancipação de forma equivocada, tratando de forma negadora das determinações essenciais da sociedade de classes, fazendo acreditar que as investidas nos programas que visam essa autonomia sejam suficientes para solucionar as contradições do sistema capitalista. Para propor a emancipação substantiva é fundamental radicalizar a crítica, entendendo que **não há como emancipar as mulheres sem transformar a sociedade em suas próprias bases**. Fora desta perspectiva, qualquer ação se apresenta meramente como uma conveniência e conservação da sociedade de classes. A promessa de uma sociedade mais justa e igualitária é incompatível dentro de uma sociedade capitalista, que se fundamenta na perspectiva classista, machista, misógina, patriarcal, sexista e racista. Que a política de assistência social reinvente-se. (Artigo 05, 2020, p.99, grifos nossos).

Além disso, verificamos em alguns artigos a existência da disputa da teoria marxista no campo dos estudos de gênero como uma necessidade, como fica explícito nessas passagens:

Consideramos que o gênero é uma categoria em disputa, fundamentalmente teórica e política. Em nossa opinião, as acusações feitas à tradição marxista, acerca de uma pretensa insensibilidade à questão de gênero, não têm validade, constituindo-se muito mais como uma tentativa de desqualificação dessa vertente crítica, visando remeter o problema das relações de gênero a um quadro conceitual nitidamente pós-moderno, em que a articulação entre gênero e classe social é dissolvida. (Artigo 41, 2014, p.14).

No marxismo, a discussão da opressão das mulheres havia sido realizada de forma homogênea e empobrecida, considerando apenas as determinações da classe, sem se pensar a riqueza e variedade da estrutura dinâmica da sociedade de classes, na qual a opressão das mulheres constitui uma das artimanhas mais eficientes de sua perpetuação. Mas, a partir dos anos 1960, com a construção do movimento autônomo de mulheres internacional e de caráter massivo, o marxismo, como teoria que busca explicar a totalidade da vida social do ponto de vista de sua constituição, viu-se em frente ao desafio de oferecer explicação para (e ferramentas para a luta contra) a opressão que recai sobre metade dos seres humanos, isto é, sobre as mulheres. (Artigo 25, 2015, p.484).

No artigo 25, defende-se que o método materialista histórico-dialético deva ser utilizado como arsenal heurístico para a análise da opressão das mulheres no capitalismo. Então, “para apreender esse concreto é necessário então investigar as diversas determinações desse objeto, que é a opressão das mulheres. Uma dessas determinações se refere à diversidade do movimento de mulheres e/ou feminista e suas ligações com a questão de classe.” (p.486). Nesse estudo, em

questão, há uma articulação sofisticada entre o método marxiano e o estudo da situação das mulheres na sociedade capitalista. “Ao partir do geral para o particular e de volta ao geral, e tomar o concreto como síntese de múltiplas determinações, a análise da opressão se mostra essencial, não como desvio do conhecimento da exploração, mas como uma mediação central na construção desta.” (p.489). No entanto, não é o que encontramos predominante nessa tendência, pois, na maioria das pesquisas de *cariz crítico marxista*, predomina a apreensão do patriarcado e do racismo como “sistemas” independentes, embora articulados. O que imprime uma noção fragmentada da totalidade social. Como é possível de verificar nesses trechos:

[...] as relações sociais sexuais e a divisão sociosexual do trabalho constituem um **sistema de gênero** que é perpetuado tanto na esfera produtiva quanto na esfera reprodutiva. Portanto, *as desigualdades instaladas na sociedade de classe também são produtos do sistema de gênero*. (Artigo 23, 2015, p.201, grifo nosso).

O patriarcado se apresenta como um **sistema de dominação e exploração** das mulheres pelos homens, sendo um dos regimes mais antigos na sociedade, antecedendo o sistema capitalista e se complementando a ele para exercer poder hegemônico. (Artigo 05, 2020, p.92, grifo nosso).

As **relações de gênero e o capitalismo se constituem independentemente entre si**, mas no conjunto das relações contemporâneas não se pode apreender as particularidades da formação do ser homem e do ser mulher fora do contexto de exploração e de opressão a que estão submetidos e submetidas. Da mesma forma, o capitalismo se mantém apropriando-se das particularidades dessas relações, em um movimento de aprofundamento das desigualdades. Há uma pressão do capitalismo sobre as chamadas desigualdades extraeconômicas como é o caso das de gênero, “uma espécie de oportunismo sistemático, que permite ao capitalismo aproveitar-se dela”, conforme Wood (2003, p.231) (Artigo 28, 2015, p.273, grifo nosso).

Como dito anteriormente, reconhecemos o avanço estabelecido nas últimas décadas no trato analítico em torno das questões de gênero no interior do Serviço Social, mas será que continuar apreendendo as relações generificadas e racializadas como independentes não resultaria numa real incompreensão dos fenômenos sociais da totalidade capitalista? Defendemos que, através da teoria unitária, conseguimos alcançar níveis mais profundos de abstrações que constituem essa totalidade social capitalista, na qual as relações sociais generificadas e racializadas são totalidades parciais. Nesse complexo de complexos, opera-se a unidade. O capitalismo constitui-se pelo racismo e pelo cisheteropatriarcado e, portanto, toda e qualquer pesquisa sobre o capitalismo não pode prescindir da análise acerca do gênero e da raça, assim o estudo dessas totalidades parciais não pode ser apartado da totalidade social, em seus inúmeros “recortes”.

Além do mais, como bem situamos anteriormente, Ellen Meiksins Wood, autora utilizada no Artigo 28, compõe um segmento do marxismo que designa o capitalismo como um modo de produção indiferente ao patriarcalismo e ao racismo (por se tratarem de desigualdades “extraeconômicas”), mas contraditoriamente apropria-se dos mesmos. Para Wood “o capitalismo não teria ligações intrínsecas com identidades particulares, desigualdades, ou diferenças extra econômicas, políticas ou jurídicas” (ARRUZZA, 2015, p.49). No fundo, essa afirmativa corresponde à ideia de que poderíamos alcançar uma igualdade de gênero e étnico-racial no capitalismo, o que discordamos profundamente, devido à unidade entre produção-reprodução social, na qual as mulheres desempenham papel central na produção e reprodução da força de trabalho.

Nos artigos que centram mais a análise em torno das questões étnico-raciais, localizamos o empenho dos/as autores/as em designar a luta antirracista como uma luta anticlassista e, portanto, anticapitalista, afinal “[a] história de luta e de resistência das pessoas negras no Brasil é uma história de luta de classes” (Artigo 10, 2019, p.40) - como é possível também de observar nos trechos abaixo. A reivindicação da luta antirracista como luta anticapitalista torna-se ainda mais importante na atualidade, pois, embora não consigamos ainda encontrar uma sistematização dos dados que apreenda a diversidade teórico-metodológica dos estudos raciais, compreendemos que estes, contemporaneamente, tendem a se distanciar das perspectivas críticas anticapitalistas (assim como os estudos sobre sexualidade), o que foi desenvolvido, mesmo que de forma sumária, no capítulo metodológico desta pesquisa. As hipóteses outrora desenhadas tentam apostar em caminhos que possam nos ajudar a investigar as razões pelas quais os estudos étnico-raciais, contemporaneamente, portam-se sobretudo nas áreas de estudos culturalistas, avessos ao materialismo histórico dialético e ao legado das teorias críticas revolucionárias.

[...] como observado por Moura (1983), para a construção de uma práxis social coerente, entender que os quatrocentos anos de escravidão no Brasil foram definitivos para a instauração do ethos do nosso país e ainda que a ideologia escravista traz resquícios no tempo presente, falseado pela famigerada perspectiva da democracia racial, é fundamental. **É calcado nesta análise histórico-crítica, classista e de totalidade, que poderemos construir mediações para fortalecer a luta antirracista que, não obstante, está atrelada à luta pela superação da ordem burguesa, pois a igualdade plena para a população negra é impossível de ser realizada nos marcos do capitalismo.** Portanto, nosso horizonte estratégico na luta e combate ao racismo, aponta para a transformação radical dessa estrutura de sociedade (Artigo 12, 2018, p.181, grifo nosso).

Nesse sentido, localizamos estudos marxistas-antirracistas que tendem “a apontar o diálogo e a influência da tradição marxista na luta antirracista, os equívocos e tensionamentos dessa relação, de modo a evidenciar que ela antecede a chamada crise de paradigmas instaurada na academia nos anos 60” (Artigo 04, 2020, p.147). Nesse artigo, por exemplo, há o desenvolvimento histórico e crítico em torno das lutas antirracistas e a anticolonialistas de diversos países africanos influenciadas por lideranças intelectuais marxistas como Agostinho Neto, Kwame Nkrumah, Samora Machel, Stive Biko, Frantz Fanon, dentre outras. Além da expressiva luta de mulheres negras marxistas como Angela Davis e Assata Shakur, assim como Partido dos Panteras Negras que tinha inspiração marxista leninista - maoísta. Há o resgate histórico e reconhecimento da importância da luta na tradição marxista travada por Lênin no “1º Congresso da Internacional Comunista em 1919, através da tese que mencionava a falsa “[...] promessa de igualdade racial, religiosa e sexual das democracias burguesas” (CHADAREVIAN, 2007, p. 83)” (Artigo 04, 2020, p.151), dentre outros aspectos históricos relevantes. Nesse sentido

[...] a luta do movimento negro extrapola a forma mais clássica, relacionada às demandas da classe operária, pois, se é a população negra a base dessa classe, ocupando os espaços mais subalternos e precarizados, é a população negra também àquela parcela que mais sofre com o desemprego. E o racismo é o determinante dessa realidade. Assim, o movimento negro deve ser apreendido enquanto movimento social que detém complexidade e multiplicidade na sua forma de organização (PEREIRA, 2013), e por ser tão diverso, abarca diferentes perspectivas teórico-políticas como qualquer outro movimento social aglutinador das massas. (Artigo 04, 2020, p.154).

À guisa das considerações finais que giram em torno dessa tendência sistematizada, consideramos que é um grande avanço da categoria profissional manter a hegemonia marxista na produção de conhecimento acerca das relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo. Como dito anteriormente, dos 50 (cinquenta) artigos analisados, 33 (trinta e três, ou seja, 66%) estão alocados nesta tendência. Entretanto, identificamos muitos “tropeços” analíticos que, invariavelmente, revelam limites práticos, devido à proeminência entre teoria e prática. Essa questão nos alerta para a necessidade de um cuidado mais rigoroso em torno das dimensões teórico-metodológicas que embasam as nossas referências bibliográficas, afinal, podemos estar inconscientemente (ou de forma despreziosa) empenhando esforços em conciliar perspectivas e autores/as que são antagônicas, como bem pontua Coutinho (1991, p.13): “não se pode conciliar pontos de vista inconciliáveis em nome do pluralismo, a não ser ecleticamente”. Esse descuido epistemológico é resultado de uma prática quase que

indiscriminada em torno do uso de autores/as e as suas diversas vertentes metodológicas, como já foi apontado por Paulo Netto (2009) em sua tese sobre o sincretismo, afinal “[a] contraface desse sincretismo no exercício (ou, se houver preferência, na prática) se constitui, por meio de complexas mediações, no sincretismo ideoteórico, cuja expressão mais evidente é o ecletismo.” (SOUZA, J., 2014, p.537).

4.4 Tendência formal-descritiva

Essa abordagem possui predominância no manuseio de dados quantitativos, mas também se apresenta por meio da análise qualitativa-descritiva. Os artigos analisados distanciam-se da perspectiva marxista, mas não se enquadram na tendência crítica-eclética-pós-moderna. Nessas pesquisas localizamos o recurso a autores como Georg Simmel, Norbert Elias, Pierre Bourdieu¹⁸⁷, Émile Durkheim, Hannah Arendt, Michel Foucault, dentre outros, - que são condizentes com os paradigmas da modernidade. Em alguns artigos, há um recurso maior a literatura marxista, mas não localizamos o método marxista como orientação analítica. O método é apreendido como sinônimo de metodologia. Há grande apoio às fundamentações “discursivas” e “narrativas”, aos “olhares” e “simbologias” que tentam a partir de análises garantir “a inferência ou dedução e a interpretação” (Artigo 39, 2014, p.227) de questões subjetivas.

Os quatro artigos publicados entre 2010 e 2013 pertencem a essa abordagem, mas não apenas eles. Ao todo foram 10 (20%) artigos sistematizados nesta tendência, apresentando-se como uma tendência mais prevalente do que a eclético-pós-moderna. Essas pesquisas se aproximam da abordagem da Sociologia compreensiva e da Fenomenologia, embora não designem estes métodos como orientação analítica. Como já dito, nenhum dos artigos publicados entre 2010 e 2013 tratam sobre sexualidade ou raça e etnia. São artigos referentes à realidade das mulheres, mas, por incrível que pareça, não há menção ao patriarcado enquanto

¹⁸⁷ Bourdieu, um autor muito mobilizado nas pesquisas nas Ciências Sociais, utiliza um método estruturalista associado à noção de *habitus* (presente na ação social). Em sua perspectiva, haveria na sociedade a constituição de diversos microcampos, “esferas relativamente independentes, cada uma com valores particulares, regras internas e princípios de funcionamento” (YAZBEK, 2018, p.63). Em suma, podemos afirmar que o autor “valoriza em suas análises o peso determinante das estruturas e a dimensão simbólica da ordem social, criando a noção de violência simbólica para expressar a dominação social na sociedade” (YAZBEK, 2018, p.63). Nitidamente, é um autor que mobiliza de forma eclética as teorias clássicas da sociologia, realizando uma síntese entre as perspectivas teórico-metodológicas de Max Weber, em sua teoria sobre a ação social, de Émile Durkheim, em seu positivismo-funcionalista, e de Karl Marx, no que tange a crítica a sociedade capitalista. Bourdieu cria, assim, um novo método moderno diante das crises paradigmáticas das Ciências Sociais, no qual há uma pluralidade de capitais: cultural, simbólico, político, etc., em que o *habitus* é a expressão das estruturas sociais nas subjetividades dos agentes sociais, a partir da interiorização da exterioridade.

uma ideologia que pudesse, em alguma medida, ajudar a apreender a opressão dessa *categoria social* (SAFFIOTI, 2009). Em um dos artigos publicados antes de 2014, a violência doméstica é situada como um fenômeno cultural que pode ser superada na sociedade capitalista, como fica explícito nessa passagem:

Contemporaneamente, entende-se que enfrentar a violência contra as mulheres requer não só uma percepção multidimensional do fenômeno como também a convicção de que, **para superá-la, é preciso investir no desenvolvimento de políticas que acelerem a redução das desigualdades entre homens e mulheres**. Em nível mundial, são inegáveis os avanços que asseguram cada vez mais direitos às mulheres, através de uma perspectiva de transversalidade de gênero. (Artigo 47, 2012, p.160, grifo nosso).

Nessa lógica, o “canto da sereia” é que podemos alcançar um capitalismo com igualdade de gênero. Os artigos se situam numa perspectiva pouco crítica e com ponderações reformistas, não havendo muito aprofundamento analítico acerca das contradições que envolvem a vida das mulheres sob a ordem do Capital. De forma geral, na *tendência formal-descritiva* há pouco criticidade anticapitalista, aproximando-se mais de perspectivas fenomenológicas e descritivas. Na citação abaixo, por exemplo, vemos o recurso a autores que não realizam a crítica radical ao capitalismo e não estão interessados em alcançar a essência dos fenômenos sociais desta sociabilidade. Trata-se de autores que se situam dentro de paradigmas epistemológicos e não ontológicos. Além do mais, se apoiam na concepção de *estruturas* ou *microestruturas* incompatíveis com a dimensão de totalidade social marxista.

Ao analisar a dominação masculina, Pierre Bourdieu (2003) argumenta que a lógica do gênero é uma lógica de poder e de dominação, é a forma paradigmática de “violência simbólica”, ou seja, aquela violência exercida sobre um agente social com sua cumplicidade e seu consentimento. Para o autor, a cultura marca os seres humanos com o gênero e o gênero marca a percepção do social, do político, do religioso, do cotidiano. [...] Por outro lado, em sendo a violência de gênero uma forma de afirmar o poder e o controle dos homens sobre as mulheres, Foucault (1988) nos adverte que onde há poder há resistência, o que remete ao apelo às mulheres sobreviventes da violência para produzir maneiras alternativas de poder e resistência, agindo como “sujeitos livres”, uma vez que o autor diferencia relações de poder e de dominação. Nesta, a capacidade de agir deixa de existir por se tratar de uma relação fixa e assimétrica, enquanto nas relações de poder as ações se voltam para o outro reconhecido como sujeito. (Artigo 42, 2014, p.42).

A partir disso, a autoria do artigo sugere que “para desconstruir essa estrutura simbólica de poder e dominação dos homens sobre as mulheres repassada durante séculos através das instituições, os estudos feministas nos convidam a adotar uma “perspectiva de gênero” em

nossas formas de pensar e agir (...)” (p.43). Como podemos perceber, facilmente a questão de gênero é reduzida a um fenômeno simbólico e cultural que não possui materialidade. Embora no artigo haja o desenvolvimento de diversas questões relevantes ao atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, que inclusive possuem muita relevância para o exercício profissional da/o assistente social, existe um limite analítico e, portanto, interventivo, ao não relacionar a sociedade capitalista à condição de dominação-exploração das mulheres, como as feministas marxistas sugerem.

No artigo abaixo (21), localizamos a forma acrítica de analisar o Estado no capitalismo, como se o mesmo estivesse interessado em “criar possibilidades de saída das relações de conflitos sociais destrutivos”. Além do mais, há uma análise muito aproximativa da “microsociologia” de Max Weber, por meio da “sociologia formal” de Georg Simmel (que influenciou a sociologia da ação de Weber). O “empoderamento” das mulheres é situado por meio de uma perspectiva individual e intersubjetiva, no qual as mulheres acessam uma condição de escolha e autodeterminação no âmbito individual.

O processo de institucionalização da violência pelo Estado suscita várias discussões na sociedade e no mundo político. Ao ignorar a interface entre racismo, pobreza, arbitrariedade policial e discriminação de gênero, o Estado deixa de criar possibilidades de saída das relações de conflitos sociais destrutivos, que rompem os laços de sociedade (SIMMEL, 1983). Assim, nega direitos de cidadania a grupos sociais, como o de mulheres negras, pobres, residentes em espaços desprivilegiados. As mulheres fortaleceram sua autoestima, ao abraçarem uma nova identidade, a de Mulher da Paz, num ambiente de conflitos destrutivos e, sentiram-se valorizadas por atuarem em benefício da comunidade, o vínculo entre elas se solidificou, gerando o sentimento de pertencimento ao grupo. Ao mesmo tempo, passaram a reconhecer direitos que possuíam, vislumbrando a possibilidade de saída da situação de violência doméstica, como foi o caso de algumas entre elas. (Artigo 21, 2017, p.225-226).

Essa tendência apresenta-se como uma descoberta de importante reflexão na produção de conhecimento do Serviço Social, pois, embora não possua hegemonia, é bem expressiva (20%). Esses traços fenomenológicos e da sociologia compreensiva que foram adensados no Serviço Social ao longo da década de 1970, em que o Seminário de Teorização de Sumaré (1978) é a expressão mais cardial, ainda hoje é uma maneira analítica conservadora presente na profissão. Nessa tendência, prevalece o real como descrito e não como explicado ou analisado em sua essência. Faz-se necessário adensarmos a crítica ao conservadorismo que, embora não se apresente enquanto teoria, constitui diversas perspectivas teóricas e seus respectivos métodos, que são inconciliáveis com o marxismo.

4.5 Tendência crítica-eclética-pós-moderna

Nessa abordagem localizamos 05 artigos (10%). Na *Revista Temporalis* apresentou-se como uma perspectiva menos presente, mas isso não significa que nos demais espaços de debates e de divulgação do conhecimento do Serviço Social seja da mesma forma, pois esta pesquisa de doutorado não representa nem qualitativamente, tampouco quantitativamente, a totalidade das expressões das tendências teórico-metodológicas sobre gênero, raça, classe e sexualidade do Serviço Social. Sobretudo nas últimas décadas muitas pesquisas foram realizadas na intenção de investigar o influxo pós-moderno no Serviço Social. Essa questão permanece apresentando-se como preocupação da categoria que empenha esforços para realizar o debate teórico-político ao confrontar os limites não apenas metodológicos, mas morais e éticos do pós-modernismo que, como defendemos, não “se constitui como uma teoria ou um método e sim como um conjunto heteróclito de elaborações e reflexões acerca da realidade” (CANTALICE, 2013, p.215), a partir de um conteúdo político neoconservador que, inexoravelmente, é redimensionado no campo da prática social.

Nos artigos analisados sistematizados nesta abordagem, localizamos não apenas o “descuido metodológico”, mas também o debate desatento e, por vezes, indiscriminado com diversas perspectivas teórico-metodológicas que são divergentes não apenas no método, mas também no conteúdo político. Como é possível de constatar nestes trechos:

Butler (2003, p. 29), ao discutir o “sujeito” do feminismo, pondera que o gênero se relaciona com outras **modalidades discursivas** raciais, classistas, étnicas, religiosas, sexuais, o que nem sempre tornou a sua constituição coerente e consistente. Assim, a política fundamentada no aspecto identitário porta “um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade”. Notadamente nos colocamos diante de uma reflexão que problematiza a um só tempo a constituição dos sujeitos e as estratégias coletivas de luta política. Trata-se de um debate que provoca reações, receios de que o “problema do sujeito” redunde na fragmentação e na fuga da perspectiva universalista que as políticas emancipatórias buscam alcançar (p.84). [...] Esses argumentos põem em dúvida o edifício da construção dos sujeitos coletivos baseado em uma identidade não problemática, coesa, imutável e solidária. E mais ainda, essa reflexão nos dirige ao segundo ponto desta discussão, inspirada no filme de Labaki: estamos diante de uma *fantasia* das identidades? Bauman (2011, p. 20) propõe que as identidades hoje somente existem em processo de contínua renegociação. (p.86) [...] A resolução proposta pelas mulheres do filme – *E agora, aonde vamos?* – joga exatamente com essa consciência de que as identidades podem ser manipuladas, acionadas, invertidas sendo, portanto, uma ficção em mãos carregadas de intencionalidades. (p.87). [...] Este artigo propôs uma articulação entre identidade e diferença, particularidade e universalidade que fomenta as lutas emancipatórias dos sujeitos em distintas situações de opressão no contexto societário atual. Desse modo, as diferenças não

significam fragmentação, ao contrário, permitem a construção criativa de engajamentos políticos coletivos mais significativos. (Artigo 34, p.92, 2014, grifo nosso).

É importante frisar que a violência contra LGBTs é algo histórico, resultante de normativas reguladoras, que impõe um modelo padrão, no qual os/as sujeitos/as devem cumprir, para não se tornar o que Butler (2013) chama de seres “[...] abjetos [...]” (BUTLER, 2013, p. 191) e “[...] inteligíveis [...]” (BUTLER, 2013, p. 39). Ainda é válido destacar que **tais normativas de gênero, adentram o campo das políticas públicas, uma vez que estas são influenciadas pelos discursos do patriarcado**, ocasionando, assim, em violências de direitos cotidianas (devido ao não reconhecimento de LGBTs enquanto sujeitos nas ações das políticas) e por vezes institucionais (ocasionadas por discriminação e preconceito) (Artigo 14, 2018, p.251, grifo nosso).

No artigo 34, são apresentados alguns dilemas em relação à “questão de gênero” dos quais não são reduzidos à ordem identitária, apreendida a partir dos fundamentos **discursivos** lançados pelo pós-estruturalismo. A autoria do artigo lança alguns questionamentos, fundamentados em autores/as diversos, defendendo o gênero como um fenômeno social que envolve “processos sociais, culturais e políticos mediante os quais as identidades são continuamente produzidas” (p. 91-92). O que concordamos, embora haja necessidade de irmos além. Os autores outrora referenciados no artigo, como Butler e Bauman, embora bem diversos em seus estudos, dão **centralidade ao discurso**, em detrimento da materialidade das relações sociais concretas, que são tornadas ficções em que operam os símbolos, as representações e o “ocultamento do eu”. Assim, o sujeito torna-se uma fantasia. Uma construção discursiva apresentada pela fala, pelos gestos e pelas *performances*, em constante disputa. As determinações classistas, tão caras ao marxismo, simplesmente não existem – viram **dimensões discursivas**, quando consideradas. Portanto, são também dimensões expressas por discursos, ou seja, inerente ao sujeito que se impõe. O sujeito ao ter centralidade cognosciológica e epistemológica passa a dar significado às expressões fenomênicas da sociedade (produz conhecimento), ao invés de captar a essência dos fenômenos sociais (traduzir a realidade em sua dimensão ontológica). Aparentemente, a autoria do artigo consegue apreender alguns desses limites, mas não os desenvolve em sua produção, deixando questões abertas ao/à leitor/a.

No artigo 14, localizamos como o **discurso patriarcal** está na base das “normativas de gênero” e das violências que atingem o segmento LGBT+. Assim, essa espécie de violência passa a ser apreendida como um fenômeno de base discursiva e cultural, sem materialidade concreta. Como apresentado na subseção sobre sexualidade deste capítulo, situado logo adiante, localizamos nessa tendência a existência de um diálogo que equipara as diversas matizes

teóricas, sem assumir, no entanto, que são destoantes e, muitas vezes, opostas, como o idealismo e o materialismo. Nesse artigo em específico, no que tange ao debate sobre assistência, há uma coerência maior com o Serviço Social, afinado com a perspectiva crítica, mas no debate sobre sexualidade fica numa dimensão quase que meramente cultural, operando na ausência de um recurso analítico que encare a sexualidade em sua dimensão ontológica.

Em um outro artigo, analisado na subseção desta pesquisa sobre violência doméstica – também logo adiante -, é apresentado a necessidade de ir contra “as tendências endógenas do Serviço Social” e se apropriar de bases pós-estruturalistas na “elaboração de ferramentas analíticas poéticas, ricas e plurais, capazes de escapar aos hermetismos e blocos teóricos androcêntricos” (Artigo 16, 2018, p.308), como é possível verificar no seguinte trecho:

Instiga-nos, nessa linha de reflexão criativa e não endógena, interpelar tal objeto de investigação – a Lei n. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha – a partir dos Estudos Feministas e de Gênero de matriz pós-estruturalista. Estas teorias feministas estão comprometidas com a elaboração de um projeto que implica “[...] tanto criticar as definições e representações existentes das mulheres como em criar novas imagens da subjetividade feminina” (BRAIDOTTI, 2000, p. 185). As teorias feministas pós-estruturalistas - que incluem as reflexões de Butler, Braidotti, Laetis, Louro [...]. (Artigo 16, 2018, p.308).

Num outro artigo sobre conflitos envolvendo os povos indígenas há o desenvolvimento de uma identidade relativizada num contexto de “globalização” em que, a partir da fundamentação do teórico culturalista Stuart Hall, estaríamos vivendo uma “crise e uma fragmentação das velhas identidades, a valorização de identidades locais e surgimento de novas identidades, sob os efeitos da globalização, que acaba impulsionando novas posições de identificação que conferem à identidade um caráter mais político, posicional, plural e diverso.” (Artigo 06, 2019, p.91). Embora no artigo haja o desenvolvimento crítico em torno das lutas dos povos indígenas, ao analisar os territórios e organizações políticas, há, em outro sentido, o desenvolvimento analítico limitado ao não alcançar as contradições mais viscerais do modo de produção capitalista, a partir de Marx, nas quais poderíamos localizar os reflexos dos conflitos que envolvem a propriedade privada, exploração da terra e extrativismo da natureza. A criminalização dos movimentos indígenas é apreendida como um “dispositivo de saber”. Assim, o

“dispositivo” no sentido utilizado por Foucault (2000), que considera um conjunto heterogêneo “[...] de discursos, instituições, de organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas,

enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...]” (FOUCAULT, 2000, p. 244), que compõem a dinâmica do mercado de terras. (Artigo 06, 2019, p.96).

O relativismo metodológico levado a sério pelo pós-modernismo é um profundo traço de incoerência, não apenas teórico-metodológica, mas politicamente, materializando-se, inclusive, enquanto uma dimensão “irresponsável”. De acordo com Pedro Demo, esse “relativismo é incoerente, não apenas logicamente (não se pode afirmar que “tudo é relativo”), mas sobretudo socialmente, porque a sociedade possui nítida vigência histórica precisamente em sua relatividade. Esta parte do pós-modernismo é trivial e no fundo irresponsável metodologicamente.” (DEMO, 2002, p.358). Aprofundaremos mais aspectos desse relativismo e do ecletismo, tão presente no pós-modernismo, na seção sobre sexualidade, devido ao fato dessa temática mobilizar mais autores/as e perspectivas teórico-metodológicas que estão situadas hegemonicamente no pós-estruturalismo e pós-modernismo. Isso se justifica devido ao fato de os estudos sobre sexualidade possuírem significativa ascensão no mesmo momento em que estava instaurada a “crise dos paradigmas sociais” nas ciências das humanidades. Não coincidentemente, os estudos sobre sexualidade numa perspectiva ontológica e marxista são tão escassos, evidenciando uma lacuna na qual nós, pesquisadoras/es marxistas, precisamos considerar.

4.6 Tendência indefinida

Dois (02) artigos não foram possíveis de serem enquadrados em nenhum dos três tipos de abordagens, pois eles apresentavam uma perspectiva que se aproximava da criticidade marxista, mas, ao mesmo tempo aproximava-se também de uma abordagem mais formal-descritiva. Como o método não é apresentado, foi mais difícil analisar com profundidade as escolhas realizadas em algumas pesquisas, que sintetizam dados por meio da apresentação de um artigo. Em um dos artigos categorizados nesta “tendência indefinida” há a tentativa de mesclar uma teoria crítica marxista com a interseccionalidade dos feminismos negros e o feminismo materialista francófono. Buscou-se um tipo de apreensão do “abuso sexual” das empregadas domésticas articulando essas três dimensões, ao passo que se priorizou a perspectiva da experiência dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

No outro artigo, busca-se realizar um “experimento mental pós-industrial” sobre a possibilidade da equidade de gênero pós Welfare State nos EUA, a partir dos estudos da filósofa Nancy Fraser, nos quais há o entendimento de que o salário-família não é mais sustentável

empírica ou normativamente. O gênero enquanto categoria que mobilizaria tanto o reconhecimento (políticas identitárias), quanto a redistribuição (políticas compensatórias) impele ao um tratamento bidimensional da justiça. “Tal visão enfrentará redistribuição e reconhecimento como perspectivas ou dimensões distintas da justiça, sem reduzir uma a outra, abrangendo-as dentro de um arcabouço mais amplo (FRASER, 2001; FRASER; HONNETH, 2003).” (Artigo 33, 2014, p.63). O artigo analisado aponta que o feminismo não consegue apontar saídas às contradições da equidade de gênero – parece ignorar a existência do feminismo-marxista. Além disso, pretende universalizar uma realidade de *Welfare State*, apontando possibilidades que são incompatíveis com a realidade da grande maioria dos países, sobretudo, de capitalismo periférico. Nesse Estado de bem-estar nos moldes do *Cuidador Universal* suplantaria-se a binariedade de quem provém e de quem cuida, eliminando a sua codificação por gênero.

4.7 Serviço social, classe, gênero, raça e sexualidade

Nesse momento, iremos dar continuidade à análise das tendências, mas focalizando a análise do conteúdo em sua dimensão qualitativa, levando em conta não apenas o método de análise, mas a maneira como os/as autores/as são mobilizados/as nas análises – por isso, em algumas seções haverá a mescla de tendências, mas a unidade de autores. Esse tipo de estudo envolve uma complexidade muito densa e, por isso, é muito difícil atingir a saturação das análises dos dados. Iremos, nesse sentido, apontar alguns caminhos que não esgotam a complexidade da análise dos temas, havendo, portanto, muitas possibilidades que podem ser aprofundadas em pesquisas futuras.

4.7.1. Serviço Social, capitalismo, violência doméstica e patriarcado

Nos estudos sobre violência doméstica, localizamos duas tendências: a) estudos que apreendem a violência doméstica fundamentados no materialismo histórico dialético, por mais que haja o recurso a alguns elementos problemáticos presentes na perspectiva defendida pelas francófonas¹⁸⁸; b) estudos que apreendem a violência doméstica como expressão da “questão social”, revelando uma total incompreensão da “anatomia” da questão social, que como Netto

¹⁸⁸ Por “elementos problemáticos” entendemos o fato de que as francófonas, recorrentemente: 1) apreendem a divisão sexual do trabalho (nascida no patriarcado) como uma transposição para o capitalismo; 2) reivindicam a existência de classes sexuais; 3) utilizam a categoria *sexagem* para explicar a opressão das mulheres no capitalismo; 4) mantêm a ausência de totalidade em suas análises e, por fim; 6) muitas delas não realizam uma crítica radical ao modo de produção capitalista, mas outras, como Hirata, Kergoat e Falquet, desenvolvem mais essa dimensão.

(2001) afirma, está na *Lei Geral de Acumulação Capitalista*, de Marx¹⁸⁹. Temos ciência de que não é incomum a “elasticidade” da questão social, que passa a englobar todas as questões que o/a assistente social se depara no exercício profissional, como se lidássemos apenas com as expressões da “questão social” no cotidiano de trabalho.

Na perspectiva que apreende a violência doméstica como expressão da “questão social”, há alguns parâmetros que contribuem para o enfrentamento, em âmbito estatal, mas designar este fenômeno como “uma das principais expressões da questão social visível na contemporaneidade” (Artigo 17, 2018, p.353), revela uma real incompreensão do fundamento das expressões da “questão social”. Nesse sentido, gostaríamos de nos deter a um estudo específico, circunscrito à segunda tendência, que levantou questões bem problemáticas ao ampliar a interlocução com estudos pós-estruturalistas e pós-modernos, a partir de uma argumentação “discursiva”, como fica nítido nessa passagem:

[o]s conceitos de questão social e performatividade, no que tange à investigação deste objeto em questão – a violência contra as mulheres – podem ser operados conjuntamente ao apreenderem a dimensão discursiva que, ao nomear, produz a questão social. (Artigo 16, 2018, p.308).

É sob essas argumentações que buscamos sustentar a compreensão de que com a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha - tomada aqui como uma tecnologia de gênero, ou seja, como uma “[...] técnica e estratégia discursiva por meio das quais o gênero é construído [...]” (LAURETIS, 1994, p. 204) - as mulheres podem estar, estrategicamente, melhor posicionadas nas

¹⁸⁹ Fundamentadas nos estudos marxistas e no texto Cinco Notas a propósito da “Questão Social” (NETTO, 2001), afirmamos: Do mesmo modo que as crises são dimensões inexoráveis do sistema capitalista, a “questão social” também é. Não podemos pensar o capitalismo sem as expressões da “questão social”. A grande contradição do capitalismo é, pois, a socialização da produção da riqueza e a sua apropriação privada. Isso faz com que “questão social” seja reflexo dessa dinâmica contraditória. É por meio do capitalismo que temos, pela primeira vez na história da humanidade, o crescimento da pobreza em razão direta do aumento da capacidade social de produzir riqueza (NETTO, 2001) (**primeira nota: pauperismo**). Mas evidentemente que a “questão social” não se apresenta só pela condição de miséria ou do pauperismo, ou seja, na sua condição objetiva de existência, mas se expressa também através da sua dimensão política: por meio da compreensão da classe trabalhadora que a supressão desta (questão social) conduz a supressão daquela (sociedade burguesa). Diferente das explicações positivistas e conservadoras, que reformam as expressões da “questão social”, sem atingir a sua essência, afirmamos que a sua real condição de existência está calcada na própria dinâmica produtiva e reprodutiva das relações sociais capitalistas (**segunda nota: consciência de classe**). Essa compreensão só é possível a partir de um aporte teórico-metodológico marxiano. É com a Lei Geral da Acumulação Capitalista, Cap. 23 d’O Capital, que podemos compreender a anatomia da “questão social” e sua complexidade. Compreender a “questão social” como constitutiva do sistema capitalista em sua determinação molecular: a exploração do trabalho (**terceira nota: compreensão teórica-metodológica**). Diante disso, seria impossível conceber a existência de uma “nova questão social”, pois essa conceituação estaria fundamentada na ideia de que os países de capitalismo central “erradicaram” a questão social nas “décadas gloriosas”, mas que com a crise estrutural, o neoliberalismo e a sociedade “globalizada”, no pós-fordismo, nasceriam uma “nova pobreza”, “novos excluídos”, ou seja, “nova questão social” (**quarta nota: falácia da nova questão social**). Portanto, estamos diante da “questão social de sempre”, mas que se expressa de múltiplas formas: “a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (NETTO, 2010, p.49), o que exige de nós mediações em relação as particularidades histórico-culturais e nacionais para a sua compreensão (**quinta nota: “questão social de sempre”**).

relações sociais de gênero - que são historicamente desiguais - ao poderem contar com um dispositivo normativo que às protege e punem homens agressores. Empoderadas aqui significa terem condições de efetivar uma experiência com seus direitos e deveres garantidos por leis do Estado de Direito, capazes de possibilitar a elas uma vida digna. Assistentes sociais, ao orientar mulheres sejam vítimas ou não de violência na garantia de seus direitos a uma vida livre de violência, ao militar em movimentos sociais marcados pela abordagem de gênero, bem como ao realizar estudos e pesquisas voltados para esses assuntos, podem muito contribuir nesse processo de empoderamento das mulheres [...]. (Artigo 16, 2018, p.318).

No artigo supracitado, a autoria, ao realizar esse ecletismo teórico-metodológico, afirma estar se fundamentando a partir de reflexões “criativas e não endógenas” (entenda-se: não circunscritas ao Serviço Social) que devem ser estimuladas no interior da profissão. Além de manter uma postura analítica acrítica em relação aos limites da Lei Maria da Penha (que, evidentemente, também tem as suas possibilidades), considera viável uma vida “empoderada” e “digna” sob as desigualdades do sistema capitalista, que pode ser viabilizada através do exercício profissional do/a assistente social. Ao passo que usa Deleuze para “um procedimento de desterritorialização dos conceitos”, assume:

[n]esse sentido, articulamos uma passagem da perspectiva de Yamamoto sobre o conceito de questão social e o abordamos junto ao conceito de performatividade de Butler, mesmo que, se observados enquanto dois sistemas de pensamento diferentes, Butler e Yamamoto não combinam. (Artigo 16, 2018, p.308).

A análise sobre violência doméstica e a Lei Maria da Penha, neste caso, contrasta com outras análises (localizadas na primeira tendência), ancoradas na perspectiva crítica e no materialismo histórico-dialético. Nessa tendência, vemos a maior capacidade de captar as contradições, ao reconhecer os limites da Lei, e da própria sociabilidade capitalista, considerando:

que para além da análise das opressões existentes na sociedade, cabe ainda avançarmos no debate crítico sobre as respostas que têm sido dadas a estas formas de opressão, sem descolá-las da análise da totalidade social, das condições de vida e de trabalho das mulheres [...]. Partimos do pressuposto que a sociedade está estruturada em processos de desigualdade de classe, raça e sexo, de forma imbricada, consubstancial e estes elementos não podem estar alheios de qualquer análise. Dessa forma, refletir sobre a violência contra a mulher é compreender tal fenômeno como resultante dessa estrutura balizada na exploração e nas opressões, não sendo um elemento restrito às relações individuais/conjugais, mas, resultado intrínseco dessa imbricação. (Artigo 13, 2018, p.224).

Devido ao fundamento teórico-metodológico analítico distinto, essas duas pesquisas, por mais que envolvam análises sobre as mesmas temáticas, chegam a conclusões contrárias. Enquanto no primeiro caso o “dispositivo” Lei Maria da Penha ajuda no empoderamento da mulher, no segundo caso, apesar dos inúmeros avanços da Lei, ela materializa medidas que são mais punitivas do que restaurativas, ao punir os homens e não conseguir ultrapassar a imediatez do problema, no caso das mulheres. Evidentemente que esse caráter analítico destoante entre a primeira e segunda tendência, não apenas desvela uma incompatibilidade de investigação dos fenômenos sociais, mas também estimula intervenções diferenciadas sobre a mesma questão, devido à indissociabilidade entre investigação e intervenção profissional, imprescindível na instrumentalidade (GUERRA, 2009)¹⁹⁰.

Por fim, localizamos também uma diversidade nas tendências supracitadas, que merecem ser aprofundadas analiticamente. Alguns artigos mobilizam com maior domínio às categorias Lukácsianas, no desenvolvimento de uma apreensão filosófica e epistemológica acerca da diversidade humana, do gênero/sexo e do capitalismo. Esses estudos dialogam com o acúmulo teórico-filosófico realizado pela profissão, sobretudo, em torno do debate da ética e mobilizam também o arcabouço teórico-conceitual dos estudos feministas, que se fundamentam num campo epistemológico diverso. Embora predomine a análise que compreenda as relações de gênero e o capitalismo como sistemas que se constituem independentemente entre si, essas produções permanecem fundamentadas numa perspectiva crítica.

Em suma, por mais que haja grandes incongruências no trato analítico em alguns artigos, a produção acerca da temática que envolve capitalismo, violência doméstica e patriarcado, no Serviço Social, delimitado pelo recorte metodológico realizado nessa pesquisa em questão, evidenciam o compromisso ético-político que a profissão adquiriu historicamente na luta contra todas as formas de preconceitos e discriminação. Nas insígnias da luta pela construção de “um mundo livre, sem exploração e reprodução de preconceitos e de discriminações, onde ser mulher, negra, indígena, lésbica, jovem, idosa, com deficiência, represente a efetividade da diversidade humana e não elementos que desencadeiem formas de opressão e de violência (CFESS, 2011, p.141).

¹⁹⁰ Concordamos com Yolanda Guerra (2009, p.13): “[...] a pesquisa para o Serviço Social fornece subsídios à análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo, no âmbito do qual o Serviço Social se situa, visando a instrumentalização do assistente para a elaboração de projetos de intervenção e para a intervenção propriamente dita.”

4.7.2 Serviço Social, capitalismo, raça e etnia

Por ser o Serviço Social uma profissão de caráter prático-interventivo, que efetiva sua prática na operacionalização do nexo entre as instituições sociais e os serviços que estas devem prestar, além de atender aos usuários com necessidades e demandas na busca pelo acesso aos direitos e serviços, entendemos que a “questão racial” se relaciona com as várias formas de produção e reprodução do capital, das relações sociais, das condições de vida, de cultura e de riqueza. (ALMEIDA, 2015, p.323).

Como já anunciado anteriormente, as produções analisadas sobre relações sociais racializadas não são tão expressivas como as de relações sociais generificadas, nos periódicos analisados. Embora estejamos, neste caso, “apartando” as duas dimensões para fins didáticos, elas constituem a mesma totalidade, mesmo que na produção do conhecimento sejam apresentadas, muitas vezes, como “sistemas” ideológicos independentes¹⁹¹. Defendemos que o racismo, assim como o cisheteropatriarcado, possuem suas particularidades e são desenvolvidos historicamente a partir de determinações sócio-históricas não idênticas. À guisa de exemplo, a ideologia racista contou com o racismo científico positivista para a sua perpetração que ocorreu, no Brasil, a partir de práticas eugênicas que constituem a formação sócio-histórica desde a invasão dos colonizadores, o que impactou sistematicamente na racialização do cisheteropatriarcado, como já desenvolvido nos capítulos anteriores.

Diferentemente dos estudos sobre sexualidade e diversidade sexual, os artigos analisados refletem mais uma fidelidade ao materialismo histórico dialético e a cultura intelectual marxista, recuperando diversos autores/as negros marxistas como Clóvis Moura, Abdias Nascimento, Silvio Almeida, Lélia Gonzalez, Angela Davis e clássicos do pensamento social brasileiro, como Florestan Fernandes e Octavio Ianni. Entretanto, nesses estudos não houve o desenvolvimento mais expressivo das relações sociais generificadas. Notamos um debate mais central em torno da “raça e classe” e, por isso, quase não há também o recurso às teorias materialistas francófonas. Em outros casos, houve maior associação aos estudos feministas negros e decoloniais, avançando, inclusive, em outras dimensões críticas, como é possível de constatar nesse excerto:

¹⁹¹ Como destacado por Jane Prates “A expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados. Sua separação pode se efetivar apenas para fins didáticos, contudo, ao analisarmos o movimento ou a “vida da realidade”, para usar uma expressão de Lefebvre (1991), é necessário reconhecermos que todos estes aspectos precisam ser interconectados para que a explicação contemple o fenômeno como unidade dialética e tenha, portanto, coerência com o próprio método. A separação como parte do processo de análise, diferente da fragmentação, permite um aprofundamento parcial, mas o retorno ao conjunto articulado é fundamental ao processo; realiza-se, portanto, um movimento indutivo e dedutivo, do todo para a parte e da parte para o todo.” (2012, p.117)

As feministas negras vão centrar a análise nas interconexões ou nas intersecções das diferentes opressões. Para a autora [BRAH,2006] vidas reais são forjadas a partir das articulações complexas dessas dimensões. Na mesma direção das feministas negras, Saffioti não realiza uma separação entre o patriarcado-capitalismo-racismo, tampouco vai privilegiar a primazia de um sobre o outro. Para a autora, os três sistemas são estruturadores da sociedade brasileira. [...] Como menciona Hernandez Castillo (2001 p.208), se referindo às mulheres indígenas mexicanas, “[...] as identidades étnicas, de classe e gênero têm determinado as estratégias de luta destas mulheres, que têm optado por se inserir nas lutas mais amplas de seus povos, mas têm criado espaços específicos de reflexão sobre suas experiências de exclusão como mulheres indígenas.” Muitas organizações indígenas e suas lideranças, predominantemente masculinas, utilizam o argumento do princípio filosófico da complementaridade presente nas culturas originárias. Nessa análise, a colonização e/ou o capitalismo seriam responsáveis pela destruição dessa ordem, introduzindo a desigualdade de gênero. Porém, esse suposto é questionado nos espaços de reflexão próprios das mulheres indígenas, nas pesquisas e no programa de um povo originário, no qual a complementaridade não seria sinônimo de equidade e funcionaria mais no nível simbólico do que prático. A proposta do povo Mapuche, principal etnia aborígene do sul argentino-chileno, reconhece essa tensão ao promover a descolonização do machismo, da dominação masculina e da desvalorização das capacidades das mulheres ao mesmo tempo em que sugere “[...] propiciar que as mulheres Mapuche participem ativamente das redes e alianças com o movimento global de direitos humanos das mulheres.” (EQUIPO, 2010, p.88, tradução nossa). (Artigo 26, 2015, p.499).

Vale destacar que embora o conceito de interseccionalidade (usado também em outros artigos analisados), cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), não apresente consigo uma teorização sistemática, é um conceito que instaura uma inovação ao redimensionar a realidade das mulheres negras no sistema de justiça norte-americano, após um processo instaurado contra a multinacional *General Motors* por discriminação racial e de gênero. Nesse sentido, a interseccionalidade se tornou um importante instrumento político e judicial na luta contra as injustiças que as mulheres negras são sistematicamente vítimas. Entretanto, sabemos que a noção de interseccionalidade de “opressões e explorações” ou de imbricação entre gênero, raça e classe já era desenvolvida por diversas autoras antes de Crenshaw, como a própria Angela Davis, Lélia Gonzalez e a Heleieth Saffioti, na tentativa de apreender a complexidade que envolve classe, raça e sexo/gênero, no capitalismo.

Essas autoras, por outro lado, adensaram mais a reflexão crítica em torno das relações sociais racializadas e generificadas no capitalismo, regidas por leis de acumulação e geração incessante de valor. Dessa forma, a interseccionalidade, embora tenha aberto um campo novo de reflexões nos mecanismos jurídicos, é carente de fundamentação teórica, assim como as francófonas defendem – e nós concordamos com elas nesse quesito. Nesse sentido, na crítica à sociedade capitalista constitutivamente racista, o feminismo negro contribui mais do que o

feminismo interseccional. Embora esses dois tipos de feminismos sejam apreendidos muitas vezes como sinônimos, destacamos que o feminismo negro é anterior ao feminismo interseccional e mobiliza com bastante centralidade a luta de classes, como é o caso das produções de Lélia Gonzalez e Angela Davis¹⁹², enquanto o feminismo interseccional surge mais contemporaneamente como contraste ao “feminismo branco” reivindicando “a diversidade na universalidade” e o reconhecimento do privilégio branco nas relações interpessoais (que deve ser reconhecido, mas a luta não pode encerrar aí!). Nessa perspectiva, defendemos que o feminismo interseccional centra sua luta mais no interior das correntes feministas do que propriamente contra a sociedade capitalista, portando-se, inclusive, de forma reformista em muitos casos¹⁹³. No entanto, existem disputas sobre o significado político-social da interseccionalidade, embora nas últimas décadas tenhamos acompanhado o esvaziamento político de sua possível radicalidade¹⁹⁴. Para Rhaysa Ruas Fonseca (2019, p.172-173):

[...] a interseccionalidade não surgiu quando foi "nomeada". Ao contrário, o conceito remete ao acúmulo de formulações produzidas por mulheres negras de diferentes orientações políticas e teóricas na diáspora africana, e em particular nos EUA, sobretudo àquelas consolidadas e sistematizadas durante as décadas de 1960 e 1970 [...]. Tais formulações, eram voltadas a unir na teoria, suas demandas práticas para superar suas realidades materiais de exploração e opressão. Assim, a interseccionalidade teria nascido da própria experiência de vários grupos de mulheres não brancas no interior de movimentos sociais mais amplos nas Américas - cada um acrescentando sua própria visão sobre a escravidão, colonialismo, (i)migração, cidadania, sexualidade e assim por diante (HILL COLLINS; BILGE, 2016).

¹⁹² Para Rhaysa Ruas Fonseca (2019, p.148): “A partir da unidade inseparável entre teoria e práxis, Davis desenvolve um pensamento feminista-marxista negro e anticolonial que a permite questionar premissas hegemônicas como o individualismo burguês e a branquitude masculina enquanto medidas da humanidade. Tal perspectiva teórica pretende-se capaz de considerar as múltiplas epistemologias (visões de mundo/*standpoints/pontos de vista*) que derivam das diferentes experiências e posicionalidades sociais, compreendendo-as em sua materialidade e sem a necessidade de colonizá-las, ao mesmo tempo em que mantém a possibilidade de revelar possíveis pontos em comum.”

¹⁹³ Vale destacar que o termo interseccionalidade tem sido apropriado por grupos de extrema-direita e políticos neoliberais. A própria Hilary Clinton, Richard Spencer e membros de movimentos de extrema-direita nos EUA, “se autodenominam “identitários” para mascarar o fato de que são, na verdade, supremacistas brancos. E, para algumas pessoas “conscientes” usar uma camiseta onde se lê “feminista” e criticar celebridades por serem vagamente “problemáticas” é a máxima extensão de sua participação política” (FONSECA, 2019, p.165).

¹⁹⁴ Ademais, Rhaysa Fonseca (2019, p.173) destaca: “Hill Collins chamou este processo – iniciado na década de 1990 – de período de institucionalização do conceito, durante o qual, a interseccionalidade passou a ser utilizada em maior escala no interior da academia formal, ora como conceito, ora como teoria. Devido a este processo de institucionalização, a teoria da interseccionalidade teria se transformado em “uma mercadoria quente de consumo acadêmico” suprimindo as dimensões transformadoras e potencialmente disruptivas desses projetos críticos (HILL COLLINS; BILGE, 2016, p. 85). Hill Collins e Bilge apontam que, neste processo, a interseccionalidade passou então a ser muitas vezes confundida com as políticas identitárias e culpada pela fragmentação e pelo enfraquecimento da luta de classes, na medida em que ao voltar-se para a cultura, afastava-se da estrutura. Confrontando essas visões, as autoras afirmam que estas críticas ignoram que, quando se trata de questões de identidade, a interseccionalidade enfatiza há muito tempo a centralidade de análises estruturais, como a elaboração de Hill Collins sobre a matriz de dominação (HILL COLLINS; BILGE, 2016, p. 123-131)”.

A partir das contribuições de Angela Davis e Patricia Hill Collins, Ruas Fonseca (2019) elabora uma sistematização entre os tensionamentos em torno do termo/conceito/teoria da interseccionalidade e as correntes marxistas, devido ao fato da ideia de interseccionalidade ter sido não apenas apropriada por grupos de extrema-direita e reformistas, mas em razão do termo, muitas vezes, ser demasiadamente fluido. Entretanto, a própria Angela Davis disputa um significado mais radical da interseccionalidade. “Davis chega a ponderar que precisamos urgentemente falar de “interseccionalidade das lutas”, mais do que da “interseccionalidade de identidades”, e recorrentemente destaca o conteúdo crítico radical de sua genealogia – vinculada à luta pela emancipação humana (DAVIS, 2016; 2018, p. 131).” (FONSECA, 2019, p.176), mesmo que haja uma diferença substancial entre o feminismo interseccional e o feminismo mobilizado por Angela Davis, uma autora feminista-marxista negra, pois a mesma desenvolve seu raciocínio a partir da totalidade social capitalista, não apartando os “sistemas” e tampouco, somando ou cruzando outras dimensões, como nacionalidade, geração etc., ao desconsiderar a relação de classes, o que recorrentemente é percebido em algumas produções da interseccionalidade.

Em outro sentido, Rhaysa Ruas Fonseca (2019) analisa que Hill Collins e outras abordagens da interseccionalidade “a conceituam como um instrumento analítico crítico que cumpre a função de demonstrar como os seres humanos são desfavorecidos, de formas específicas, a partir da incidência de múltiplos sistemas de opressão/dominação.” (p.177), o que revela uma confusão analítica, muito similar a do feminismo francófono, pois não capta o que determina em última instância e distancia-se da totalidade dessa complexa trama social. Portanto, “tal definição, somada com a própria ontologia do conceito – interseccionar – não só permite a compreensão de que cada forma de opressão constitui um sistema distinto, como deixa em aberto a compreensão da existência de um sistema único.” (p.177). Diante disso, concordamos com Ruas Fonseca¹⁹⁵, que

[a]o mesmo tempo, na medida em que a interseccionalidade aborda as relações de opressão como diferentes sistemas, como eixos que tornam os trabalhadores mais vulneráveis à exploração capitalista e à violência, ela coloca o sistema de poder capitalista como um sistema paralelo a outros sistemas autônomos de raça, gênero, idade, status de cidadania (e muitos outros). Nesse caso, a condição econômica é tomada como separada da política, destacando o capitalismo de sua essência – que é a de um sistema de expropriação e poder concentrados –, voltando, assim, a reproduzir uma

¹⁹⁵ A autora desenvolve ainda outras dimensões que não serão trabalhadas nesta pesquisa, em sua dissertação de mestrado *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes* (2019), ao analisar mais especificamente uma comparação entre interseccionalidade e a Teoria Unitária. Para saber mais, recomendamos a sua leitura.

estrutura do pensamento liberal. Tal perspectiva afasta a interseccionalidade da noção de totalidade social marxiana, e também, do pensamento de Davis (2016 [1981]). (2019, p.177).

Nos artigos analisados para o desenvolvimento desta pesquisa, vimos mais a mobilização do feminismo negro do que o interseccional, devido à crítica contundente às relações de exploração capitalista. Nota-se também um consenso em torno da inexpressividade da temática étnico/racial no Serviço Social, como é possível visualizar nesse excerto:

Rocha (2009), afirma que, analisar a inserção da temática étnico-racial no processo de formação profissional de serviço social, bem como sua relevância para a consolidação do Projeto Ético-Político da profissão, configura-se como um grande desafio, tendo em vista que existem alguns entraves que acabam por dificultar a realização de debates ressaltando a importância dessa realidade. Entre outros motivos, alguns entraves se dão pela baixa produção teórica acerca desses temas, e também pela pouca apropriação da categoria pela discussão das temáticas de cor/raça/etnia. A discussão étnico-racial sempre foi secundarizada por essa categoria profissional, e por muitos profissionais não é percebida como importante variável para uma análise crítica das relações sociais sob a perspectiva de totalidade. Quanto à baixa produção de conhecimento no que tange à temática étnico racial, Ferreira (2010) aponta que, até junho de 2010, a revista Serviço Social e Sociedade (uma das revistas mais importante em publicações teóricas acerca do Serviço Social brasileiro), desde o seu início, em 1939, já havia publicado cento e dois números e somente em três deles foram publicados artigos referente à temática étnico-racial. (Artigo 30, 2015, p.324)

Está nítido que, mesmo diante dos últimos avanços em torno da pauta racial no interior da categoria, sobretudo por meio do conjunto CFESS/CRESS, ainda temos muito o que avançar no Serviço Social para alcançar o adensamento crítico sobre as relações sociais racializadas na sociedade brasileira. Nos artigos analisados, constatamos que apenas 11 (3,7%) dos 297 artigos publicados na *Temporalis* nos últimos dez anos eram sobre raça, etnia e luta antirracista. Essa questão exige que na formação profissional acadêmica, os/as docentes se apropriem mais nos componentes curriculares ofertados dos estudos sobre as relações sociais racializadas, tão importantes na formação sócio-histórica brasileira. Não apenas pelo fato de termos sido colonizados e fundados uma sociedade inteira por meio da mão de obra negra escravizada, mas também devido à existência da tentativa política, historicamente situada, de mascarar o racismo através do *mito da democracia racial*. Assim, a dimensão racial é constitutivamente central tanto na classe, como no gênero, articulando-se como uma totalidade parcial da totalidade social.

No Brasil, “conforme Moura (1988) assinala, a divisão social e racial do trabalho determinou o grau de exploração, acumulação e manutenção de um sistema erguido sob e para uma elite branca, e a manutenção de seus privilégios” (Artigo 04, 2020, p.155). Nesse sentido,

[...] a luta do movimento negro extrapola a forma mais clássica, relacionada às demandas da classe operária, pois, se é a população negra a base dessa classe, ocupando os espaços mais subalternos e precarizados, é a população negra também àquela parcela que mais sofre com o desemprego. E o racismo é o determinante dessa realidade. (Artigo 04, 2020, p.154).

Isso faz com que a dinâmica das relações racializadas e classistas estejam amalgamadas de modo que as pessoas brancas recebam os “dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas” (GONZALEZ, 1979, p. 9-10), portanto, o racismo é multissituado na complexidade capitalista, revelando padrões que comportam a divisão sociossexual do trabalho, a cultura, a economia e a política.

4.7.3 Serviço Social, capitalismo e sexualidade

Os artigos analisados sobre sexualidade, diversidade sexual e luta LGBTQ+ ampliam o diálogo em torno de campos multidisciplinares, sobretudo, com o pós-estruturalismo, através de Michel Foucault, e com a pós-modernidade, por meio de Judith Butler¹⁹⁶. O que é compreensivo, pois esses autores consolidaram uma nova fase de aportes teórico-metodológicos que envolvem os estudos sobre sexualidade no capitalismo. Michel Foucault por meio da *História da sexualidade* em seus três volumes (*A vontade de Saber*, publicado em 1976, *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*, publicados em 1984) e Judith Butler com a obra *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, publicada em 1990, contribuindo no debate sobre *Teoria Queer*¹⁹⁷.

¹⁹⁶ Alguns analistas consideram Butler pós-estruturalista, mas nós avaliamos que ela ultrapassa esta corrente epistemológica, devido ao fato de combinar outros fundamentos à sua análise.

¹⁹⁷ Depois de retomarmos as leituras sobre os estudos queer, estimuladas pela orientação da monografia de uma ex-discente, a assistente social Jemima Helen Mota Moura, que defendeu a sua monografia intitulada “Estudos queer e o Serviço Social: possibilidades e limites subversivos” (2018), decidimos nomear a “teoria queer” como “estudos queer”, devido à ausência de um fundamento teórico que possibilite o estatuto teórico. Jemima Moura chegou à seguinte conclusão: “Ao revelar e dedicar esforço analítico para nuances no campo da sexualidade, os estudos queer relevam uma carência de proposições, observações, pesquisas nessa área, que por vezes é posta em segundo plano dentro de pesquisas com teor crítico e tradições marxistas. [...] As já salientadas pontes entre o Serviço Social e os estudos queer podem ser utilizados como fontes de investigação teórica em pesquisas que envolvam a sexualidade, LGBTQs, processos de organização política, potenciais respostas a expressões da questão social, o desenvolvimento e desdobramentos do neoconservadorismo, o neoliberalismo e seus impactos no desenvolvimento humano; Mesmo com limites, a ideia subversiva queer compactua com o projeto ético-político

A “Teoria Queer”¹⁹⁸ emerge de maneira multissituada, entre as décadas de 1980 e 1990, num contexto de epidemia da AIDS, em que havia a forte marginalização de pessoas LGBTQ+, diante da ofensa neoliberal e da inflexão neoconservadora. O “*queer*” rebela-se a partir da sua condição abjeta, anormal e desviante questionando o essencialismo dos sexos que designa o gênero como “norma”, com o objetivo de desestabilizar e desconstruir a heteronormatividade. Assim, o “movimento queer” surge como resposta ao contexto histórico e a alguns estudos feministas da “segunda onda” que essencializavam, em certa medida, a noção de sexo. Embora seja um movimento cultural e intelectual amplo, contando com várias obras e autoras/es, como *One Hundred Years of Homosexuality* [1990] de David M. Halperin e *A epistemologia do armário* [1990] de Eve Kosofsky Sedgwick, além de autoras como Gayle Rubin e Adrienne Rich, Judith Butler é uma das mais reconhecidas e, talvez, a mais lida nessa perspectiva.

Entretanto, esta autora é fundamentada metodologicamente em diversas perspectivas, das quais o idealismo hegeliano, o pós-estruturalismo (de Michel Foucault¹⁹⁹, Derrida e Deleuze), a psicanálise²⁰⁰ (Freud e Lacan) e as teorias feministas (Simone de Beauvoir e Gayle Rubin) são as principais, imprimindo um “método” próprio de análise. Há momentos em que Judith Butler, em sua construção teórica, metamorfoseia o sujeito corporificado numa ficção discursiva imaterial ao ponto de negar a própria existência do sujeito, o que implica na necessidade de maior nível de abstração e vigilância epistemológica, ao realizar um diálogo

do Serviço Social, que caminha a luz de um novo projeto societário. E pensar uma nova sociabilidade é engendrar uma nova forma de pensar as relações sociais, extinguindo velhas morais e formulando uma expressão ética em busca da emancipação humana; Enriquecimento tanto para o Serviço Social quanto para os estudos queer, o último sendo condicionado a pensar a totalidade em sua realidade mais concreta, desvelando a superficialidade das relações sociais. Atender a subversão dentro da luta política por entendê-la como uma arena de disputas e conquistas de direitos; [...]” (MOURA, 2019, p.43-44).

¹⁹⁸ Esses estudos também tecem uma crítica contundente ao “gênero”. De acordo com Lauretis (2019): “Nessa perspectiva, não haveria absolutamente qualquer diferença e todas as mulheres seriam ou diferentes personificações de alguma essência arquetípica da mulher, ou personificações mais ou menos sofisticadas de uma feminilidade metafísico-discursiva [...] mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não apenas na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido” (LAURETIS, 2019, p.122-123).

¹⁹⁹ É bem difícil dialogar com o pós-estruturalismo de Foucault e o marxismo concomitantemente, por isso é necessária a vigilância epistemológica para não cair num método eclético, pois Foucault “opõe-se às investigações que defendem o desdobramento meta-histórico das significações ideais, de teleologias indefinidas que pesquisam a “origem”. Outrossim, Foucault não está preocupado em apresentar a origem do conceito. Neste caso, o de biopolítica. Ele não busca: 1) a essência exata de biopolítica, a sua possibilidade mais pura, a sua identidade primeira, a sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental e sucessivo; 2) a perfeição do conceito de biopolítica; 3) o lugar da verdade do conceito de biopolítica. No entanto, possibilita o saber que o encobre e, no fundo, o desconhece. Foucault postula um estudo genealógico do conceito de biopolítica, ou seja, defende: 1) não há nada “por detrás” do aparente. O único segredo que há é o fato de as coisas serem sem essência.” (VALEIRAO, 2014, p. 70-71.).

²⁰⁰ “Com a psicanálise, a teoria queer pode estender sua área de preocupações para todas as formas de comportamento sexual, não para esclarecê-los ou criminalizá-los, não para “proteger a sociedade” ou fazer uma manutenção da sociabilidade humana, mas para entender as possibilidades que existem nelas.” (LAURETIS, 2019, p. 401).

acadêmico a partir do materialismo histórico dialético, no campo do pluralismo teórico²⁰¹. Butler não é uma autora que está muito interessada em fornecer respostas. Sua escrita, por se tratar de uma filósofa ancorada na dialética, tem mais perguntas do que explicações. É mais de seu interesse captar as normas (por meio de suas incontestáveis negações – tese/antítese), através de discursos proferidos ou “materializados” nas *performances*, do que fornecer explicações históricas e concretas sobre a realidade das pessoas LGBT+.

No caso de Michel Foucault, o consideramos um autor que ajuda a compreender melhor os processos de *disciplinamento* e *docilização* dos sujeitos, que fazem parte do projeto capitalista, sobretudo após a Revolução Industrial. “No âmbito do Serviço Social, encontra-se o recurso a Foucault em estudos sobre instituições-totais como presídios, as clínicas, hospitais, abrigos e outros espaços de domínio e poder” (YAZBEK, 2018, p.65). Entretanto, o autor não alcança as grandes determinações contraditórias do modo de produção capitalista. Tampouco é seu interesse. Por se tratar de um pós-estruturalista, está mais interessado em captar as vísceras contidas nas microestruturas do que de fato articular o que convenhamos a nomear de universalidade, particularidade e singularidade na totalidade. Foucault não persegue a essência dos fenômenos, pois está mais interessado na dimensão expressa pela dominação e pelo poder, através da micropolítica e da biopolítica, revelada pelos próprios sujeitos em suas relações interpessoais. É um autor que se aproximou demasiadamente do estruturalismo de Lévi-Strauss, mas o superou, ao imprimir um foco analítico pós-estruturalista – mesmo que nunca tenha compreendido a si mesmo como um autor pós-estruturalista. Foucault contribuiu para o desenvolvimento das pesquisas e metodologias discursivas presentes na pós-modernidade.

Embora reconheçamos os limites teóricos e categóricos tanto de Butler, como de Foucault, não podemos negar as suas contribuições, assim como de outros/as, em relação à sexualidade humana, o que acaba demandando do pesquisador/a ainda mais vigilância epistemológica, para que não se reproduza um ecletismo em que “tudo está correto, e tudo bem!”. Em suma, apesar de Butler ser hegeliana, ela não ultrapassa sua dialética idealista e, apesar de Foucault ser historiador e filósofo, ele não alcança as contradições mais determinantes da totalidade social capitalista. O fato de as pesquisas em Serviço Social sobre sexualidade buscarem fundamentações nesses autores e concordarem, na maioria das vezes, com suas

²⁰¹ O livro *¿Redistribución o reconocimiento? Un debate entre marxismo y feminismo* (2000) de Judith Butler e Nancy Fraser, com introdução de Montserrat Galceran Huguett é bem frutífero nesse sentido. O livro é organizado entre réplicas e tréplicas entre Butler e Fraser. O primeiro artigo de Fraser é sobre os dilemas entre reconhecimento e redistribuição, na era “pós-socialista”, o segundo artigo é uma crítica de Butler a Fraser e ao marxismo diante do “meramente cultural” e o terceiro artigo é uma resposta a Butler, realizada por Fraser, a partir da crítica ao heterossexismo no capitalismo. Infelizmente essa obra não foi ainda traduzida para o português (exceto o primeiro artigo), mas há essa versão em espanhol pela editora *traficante de sueños*.

conclusões sem uma crítica mais contundente, é uma questão que merece reflexão. Muitas vezes, nessas análises, não há a associação do patriarcado, no caso o *cisheteropatriarcado*, como uma das determinações da condição da população LGBTQ+, sendo que o desenvolvimento analítico se restringe ao âmbito “das normas” e “do poder”, o que impede uma associação mais densa à materialidade das relações sociais. Como neste artigo:

Butler (2003) intitula essa rígida norma por “matriz heterossexual”, cuja centralidade de ação está no estabelecimento compulsório da heterossexualidade. Dessa forma, entende-se, a partir das contribuições dessa autora, a heteronormatividade enquanto um efeito da proibição da homossexualidade, bem como da dominação do masculino e da homofobia. Em consonância, conforme Borrillo (2001), a homofobia – postura de aversão, repúdio, hostilidade e agressão às homossexualidades – funciona como uma espécie de vigilante das fronteiras sexuais entre a heterossexualidade e a homossexualidade que produz o “controle de gênero” (masculino/feminino), contribuindo para que o desejo sexual heterossexualizado atue como dispositivo de reprodução social. (Artigo 41, 2014, p. 204).

Concordamos que essas dimensões existam e façam parte das relações sociais na sociedade capitalista, mas é necessário ir além das expressões, da aparência. O que estamos tentando propor nesta pesquisa é a inclusão das três dimensões do *cisheteropatriarcado* nas análises sobre sexualidade, que iremos repetir aqui, apostando na possibilidade de que essas reflexões talvez nos ajudem a apreender melhor a realidade das pessoas LGBTQ+ no capitalismo, que está contida na totalidade social. Defendemos que apenas uma *teoria unitária*, até este momento, é capaz de articular as dimensões constitutivas dessa totalidade social, afinal, temos como base teórico-metodológica a teoria marxista associada à teorias feministas e decoloniais que buscam sistematizar a complexidade que envolve a totalidade social, em suas diversas totalidades parciais. É um esforço aproximativo. Por estarmos inseridos/as num eterno *devenir*, no qual a realidade é movimento e se apresenta de forma dinâmica, necessitamos sempre, em nossas pesquisas, realizarmos o processo de revalidação categórica, pois a realidade será sempre mais complexa do que qualquer teoria. Nesse sentido, reproduziremos, novamente, as dimensões constitutivas do *cisheteropatriarcado*, enquanto totalidade parcial:

1) O *cisheteropatriarcado* é originado a partir de uma nova divisão sexual do trabalho e da profunda alteração da instituição familiar, realizadas no período da acumulação primitiva do capitalismo. A família, necessariamente monogâmica e heterossexual, passa a não compor mais a unidade produtiva-reprodutiva, sendo restringida ao âmbito da reprodução social da força de trabalho, o que rebaixa o valor (ou importância) do trabalho realizado pelas mulheres, ao passo que aumenta a dependência das mulheres em relação aos homens. Nessa processualidade, a

garantia da manutenção da reprodução biológica passa historicamente a ser regulada pelo Estado. Apesar dos avanços recentes em relação à descriminalização do aborto, em alguns países capitalistas – o que é determinado mais pela força política e organizativa dos movimentos feministas do que pelo desejo do Estado capitalista –, ***o cisheteropatriarcado compõe iminentemente o controle reprodutivo das mulheres e a constituição da família heterossexual.***

2) O cisheteropatriarcado é constitutivamente uma categoria racializada. Se antes do capitalismo, a genitália determinava uma série de atributos do sujeito em dada sociedade (em algumas sociedades ocidentais), isso se complexifica no capitalismo, embora ainda tenha tamanha determinação na fundamentação da cisnormatividade. O que queremos dizer é que ***no capitalismo a designação sexual é substancialmente alterada devido à existência do racismo***, se portando de forma distinta para a população colonizadora e colonizada. Ou seja, as pessoas racializadas com genitália feminina não foram imediatamente identificadas como mulheres. Foram, num primeiro momento, uma espécie animal não humana e, depois, um tipo de sub-humanidade abjeta. Portanto, *o cisheteropatriarcado opera de maneira distinta, a depender das particularidades sócio-históricas e da composição da população que foi historicamente racializada, engendrando a divisão sociossexual e racial do trabalho.* Por mais que esses padrões coloniais não sejam mais reproduzidos desta maneira, atualmente. O que os tornam mais complexos de análise.

3) O cisheteropatriarcado é contraditório e místico em sua complexidade. Embora no capitalismo tenhamos conquistado um leque de direitos abstratos de origem liberal, sobretudo na seara do reconhecimento, o que inclui as pautas LGBTQ+, esse mesmo sistema impõe os limites desses direitos. *No capitalismo evidencia-se que a heterossexualidade compulsória e a normatização generificada (cisnormatividade), ganham atributos ideológicos de suma importância para a produção e reprodução do modelo familiar monogâmico e heterossexual: a forma mais barata e confiável para manter a reprodução biológica, geracional e social da força de trabalho.* Isso corresponde a um projeto de sociedade e não se caracteriza como cortina de fumaça, como alguns segmentos da esquerda costumam dizer. Os direitos LGBTQ+, nessa sociabilidade, portanto, são limitados pelo modelo heteronormativo (ou heterossexista), por mais que sejam direcionados a um casal de pessoas da mesma identidade sexual. Queremos reiterar que a ideologia não se apresenta apenas como uma dimensão do “mundo das ideias”, mas “materializa-se, corporifica-se. Neste sentido, a ideologia integra, de modo inerente, o ser social” (SAFFIOTI, 2009, p.7).

A partir dessas três dimensões, talvez possamos desenvolver uma análise acerca da população LGBTQ+ no Brasil, sob as determinações do modo de produção capitalista, na tentativa de alcançar uma análise da totalidade social. Resumidamente, essas três dimensões constituem o aparato ideológico que conforma materialmente a vida dessa população, mas não apenas, pois está presente na totalidade da sociedade capitalista. Primeiramente, por meio da necessidade do controle da reprodução biológica (a produção e reprodução da força de trabalho), garantida pela família heterossexual. Segundo, devido ao fato das relações generificadas no capitalismo serem racializadas, o que complexifica as determinações nas relações sociais aparentes no cotidiano, impactando de forma diferente a população LGBTQ+. Terceiro, a inclusão da população LGBTQ+ no direito liberal, não conforma, em hipótese alguma, algum sentido de emancipação humana e tampouco política, devido a operacionalidade da lógica de correspondência ao padrão heterossexista/heteronormativo, para “usufruírem” desses direitos.

Essas mediações fazem sentido, quando olhamos para os dados que comprovam que as travestis e pessoas trans corresponderam a 70% das mortes de pessoas LGBTQ+ no Brasil, em 2020²⁰². Por mais que o capitalismo permita a existência e o reconhecimento de uma parte da população LGBTQ+, as travestis e as pessoas trans (sobretudo as que não possuem *passabilidade*²⁰³) jamais poderão usufruir desses direitos nessa sociabilidade, porque a existência dessas pessoas afronta diretamente a ideologia cisheteropatriarcal criada pelo próprio capitalismo. Até pode ocorrer a conquista de alguns direitos pontuais, em algumas sociedades de capitalismo central, mas nós aqui, na periferia do capitalismo, numa “democracia restrita”, não possuímos condições econômicas, históricas e sociais de alcançar direitos que de fato alterem a condição da totalidade da vida da população LGBTQ+ (que escapem ao modelo heteronormativo). O que faz da condição de vida das travestis e das pessoas transexuais a mais cruel que poderia haver, em qualquer das sociabilidades humanas já existentes. O capitalismo consegue ser o mais perverso e bárbaro sistema em relação às pessoas trans e travestis da história. Assim, não podemos abdicar de uma profunda e radical crítica ao sistema capitalista

²⁰² De acordo com o Grupo Gay da Bahia, “Em 2020, 237 LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%). Diferentemente do que se repete desde que o Grupo Gay da Bahia iniciou tal pesquisa, em 1980, pela primeira vez, as travestis ultrapassaram os gays em número de mortes: 161 travestis e trans (70%), 51 gays (22%) 10 lésbicas (5%), 3 homens trans (1%), 3 bissexuais (1%) e finalmente 2 heterossexuais confundidos com gays (0,4%).”. Disponível em: < <https://grupogaydabahia.com.br/2021/05/14/relatorio-observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-2020/> >. Acesso em 26.jun.2021.

²⁰³ *Passabilidade* é um termo utilizado para designar quando as pessoas trans são percebidas como pessoas cis. Sendo isso intencional ou não, as pessoas que não possuem passabilidade, sobretudo, as pessoas não binárias, são o alvo predileto da cultura violenta transfóbica, justamente por não corresponderem ao padrão cisheteronormativo que regimenta as relações sociais generificadas no capitalismo, ou seja, que constitui o cisheteropatriarcado.

no interior dos movimentos de luta pelo “reconhecimento” LGBTQ+, principalmente num país como o Brasil. Sob o pretexto de algumas aproximações conclusivas, expressamos a nossa concordância com o Artigo 08:

[...] posto que o Brasil é o país que mais mata a população de travestis e transexuais, e o quinto mais violento contra as mulheres, é indiscutível a necessidade da incorporação da diversidade sexual e de gênero na agenda de luta do Serviço Social brasileiro, na formação acadêmico-profissional, nos espaços sócio ocupacionais dos/as assistentes sociais. Enfim, é imprescindível a edificação de um caldo ideo-político e teórico-crítico anti-conservador no ínterim da profissão a partir do compromisso e identidade da categoria profissional com o seu projeto emancipatório ético-político. (2019, p.192).

Entretanto, nos artigos analisados em torno da sexualidade e diversidade sexual, predomina uma abordagem hegemonicamente descritiva, embora tente se aproximar do marxismo, seja acerca de políticas ou de dados coletados em pesquisas empíricas. Da totalidade analisada (sete artigos), apenas três não fundamentaram a noção de gênero e/ou sexualidade em Butler e/ou Foucault. Como dito anteriormente, defendemos o debate plural, que não pode prescindir de mediações e rigor metodológico, mas foi muito comum localizarmos uma tendência eclética nesses artigos, como fica explícito neste trecho do Artigo 12 (2018, p.105), em que a autoria associa os fundamentos materialistas e pós-modernos como se fossem convergentes:

Ao mesmo tempo, é importante destacar que as relações de gênero, ou, segundo a perspectiva crítica, as relações sociais de sexo (CISNE; SANTOS, 2018), estão inseridas nas relações de poder que, simbolicamente, hierarquizam as sexualidades, colocando no patamar mais alto, o homem branco heterossexual. Todas as expressões e performances dos gêneros (BUTLER, 2003) no cotidiano ainda se imbricam na cultura do machismo e do patriarcado (SAFIOTTI, 2015).

Talvez isso seja reflexo do baixo número de autores/as marxistas que analisem a sexualidade, levando a sério uma pesquisa ontológica sobre a questão. Por mais que essas produções tenham crescido, sobretudo nas últimas décadas, ainda é incipiente. Uma das primeiras pesquisas no Serviço Social que esteve interessada em analisar essa questão com primor, foi a tese de doutorado de Silvana Mara (2005) intitulada *O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de Orientação Sexual*, que foi referenciada, nesses artigos, apenas **uma** vez.

O gênero e outras dimensões da sexualidade, nesses artigos sobre sexualidade, se apresentam, muitas vezes, como discursos, ausentes de materialidade: “O discurso

heteronormativo está presente na vida dos sujeitos desde o período gestacional/nascimento, através da dicotomia dos sexos, onde se é ensinado aos indivíduos a se comportarem de acordo com tais padrões (heteronormativos)” (Artigo 15, 2018, p.243). Observamos, assim, de forma indiscriminada a incorporação de preceitos incompatíveis com o materialismo histórico dialético, por mais que o/a autor/a se filiasse, teoricamente, a essa corrente de pensamento.

4.7.4 Serviço Social e as mudanças políticas

É interessante observar que muitos artigos publicados entre 2014 e 2018 buscavam analisar as conquistas e os limites do momento que anteriormente vivemos de expansão de políticas sociais destinadas às mulheres, às pessoas LGBT e aos/as negros/as, o que foi drasticamente alterado no processo contínuo de decadência após o golpe executivo-legislativo-judiciário, no qual a ex-presidenta Dilma Rousseff foi destituída de seu poder executivo. Esses artigos analisam tanto as conquistas (as políticas sociais), como os desafios para a sua efetivação (diversas violências institucionais e a reprodução de preconceitos pelos profissionais), como também as contradições (“onguização” de movimentos feministas), desse momento histórico. Interessante observar como o Serviço Social, enquanto área de conhecimento, está ativamente atento às mudanças políticas, econômicas e sociais causadas através dos diversos governos, como é possível verificar nas seguintes passagens:

No Brasil, em particular, a partir do primeiro governo do Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), verifica-se um crescimento da presença das feministas nos organismos governamentais, bem como o aumento do número de projetos desenvolvidos por ONGs feministas com apoio de fundos públicos. Tal constatação nos leva a duas observações, de início. Primeiramente, podemos constatar o envolvimento de lideranças feministas em governos com forte tendência à submissão à ordem capitalista mundial, como o brasileiro. Tal fato confunde e muitas vezes provoca cisões na base social do movimento que se construiu por meio da crítica aos valores patriarcais, capitalistas e em defesa da emancipação humana. Em realidade, a maior repercussão dessa práxis se dá no enfraquecimento das perspectivas de aliança com setores com maior independência política do *status quo* no campo do feminismo ou do movimento social mais amplo. Por outro lado, esse envolvimento manipulatório e financeiro, segundo Cisne (2013), além de favorecer o processo de implantação das medidas de ajustes impostas pelo receituário neoliberal de minimização e focalização das políticas, sem maiores resistências das mulheres, garante o barateamento do processo de reprodução social com a efetiva substituição do Estado pelas ONGs, na execução das políticas. (Artigo 43, 2014, p.64-65).

Ao longo da história das lutas LGBT no Brasil, verifica-se o surgimento no final dos anos 1980 de algumas ações governamentais decorrentes de demandas desses segmentos, como as políticas para prevenção e tratamento

do HIV/AIDS, geralmente voltadas para o âmbito da saúde, e outras no âmbito da segurança pública, como pode ser identificado no Plano Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso. Todavia, é a partir do primeiro mandato presidencial de Lula (2002-2006), marcado por diálogos frequentes com o movimento LGBT, que surgiram as primeiras iniciativas específicas à população LGBT. A relação próxima entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e as principais redes e lideranças do movimento LGBT direcionou também esse diálogo, já que no Brasil, como em outros países ocidentais, os partidos tidos de esquerda têm sido mais progressistas e atentos às questões LGBT. Entretanto, é necessário problematizar essas primeiras iniciativas, mesmo reconhecendo seu ineditismo. (Artigo 38, 2014, p.196).

Foi na administração do governo Lula (PT) (2003-2011) que os esforços foram envidados para “[...] institucionalizar medidas de ação afirmativa por meio da criação de programas, leis e decretos em cuja discussão e elaboração o movimento negro desempenha um papel fundamental” (FERES JÚNIOR; DAFLON; CAMPOS, 2012, p. 403). O governo Lula também criou uma secretaria dedicada à promoção da igualdade racial, em 2003, disseminando a politização do debate a todos os níveis da sociedade, chamada Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir). (Artigo 15, 2018, p.224).

Outrossim, a atual conjuntura brasileira não dá espaço para a mudança de tais paradigmas na PNAS, uma vez que com o Golpe de Estado Parlamentar em 2016, intitulado pela direita conservadora enquanto impeachment, ocasionou no afastamento da presidente Dilma Rousseff, colocando à presidência Michel Temer. Após o golpe, reduziu-se o número de ministérios brasileiros de 32 para 23, com o objetivo de reduzir gastos do Poder Executivo. Entre as mudanças está a fusão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Outro fator que afeta diretamente a Política de Assistência Social é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de nº 241/2016, que institui um novo regime Fiscal para a União, com vigência de 20 anos a partir de 2017, colocando uma limitação anual das despesas da União, ou seja, apenas poderá ter gasto o valor do ano anterior, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). Esta PEC coloca verdadeiramente em ação o plano neoliberal frente às políticas sociais. Nesse sentido, a Política de Assistência Social, cujo sistema (SUAS) que é ainda recente, obtendo apenas 11 anos de execução sofrerá danos, pois seu orçamento para desenvolvimento das ações será limitado. Vale ressaltar que a PNAS não tem orçamento próprio o que agravará a situação. No que concerne à política de Assistência Social voltada para os/as LGBTs, nesse contexto, os/as mesmos/as não são reconhecidos/as em suas particularidades no interior desta, o que ocasiona em ações frágeis, quando não inexistentes. (Artigo 14, 2018, p. 251-252).

Durante o ano de 2017 comemorou-se o centenário da Revolução Russa. Foi um período de tentar reacender a chama da revolução e retomar a utopia da transformação societária. Entretanto, ao mesmo tempo em que vivenciamos um ano festivo para a esquerda, experimentou-se múltiplos ataques e retrocessos na realidade brasileira. Perderam-se direitos sociais, trabalhistas, previdenciários. Sofreu-se ataques com carácter fascista, machista, sexista, lgbtfóbico, racista e etc. O conservadorismo e suas expressões avançaram significativamente. Entendemos que o avanço dos ataques em curso, que estão destruindo feroz e velozmente as conquistas dos/as trabalhadores/as, não motivou a esquerda a ocupar as ruas de maneira intensa e voraz e, logo, pouco

conseguimos contra-atacar1 o projeto político de restauração colonial (NOGUEIRA, 2017). Tal projeto político, gerido e idealizado pelo governo de Michel Temer, carrega em sua essência o patriarcado, o racismo e o colonialismo. (Artigo 12, 2018, p.179).

Nesse sentido, é salutar reconhecer o esforço e compromisso ético-político historicamente construído pela categoria de assistentes sociais, no Brasil. Essa profissão possui não apenas uma preocupação de ordem teórico-metodológica (na qual, pretendemos sumariamente trabalhar nesta pesquisa), ao questionar os padrões científicos e a (des)ordem conservadora, mas, também, na busca incansável para a construção de uma nova sociedade em que prevaleça a emancipação humana e a constituição ética das relações humanas e não humanas, em respeito à diversidade inorgânica, orgânica e social que conformam a natureza social. O Serviço Social, não apenas como profissão, mas reconhecidamente como área de conhecimento, fornece historicamente substratos para a conformação de um caldo cultural-teórico-ético-político revolucionário, contribuindo ativamente na luta de classes em sua diversidade genérico ontológica, constitutivas das individualidades humanas.

5 À GUISA DE UMA TOTALIZAÇÃO PROVISÓRIA

Esta pesquisa parte do pressuposto que “a qualidade acadêmica de qualquer proposta está, antes de tudo, na acuidade epistemológica, ou seja, na preocupação com a possibilidade do conhecimento e da captação da realidade.” (DEMO, 2002, p.351). Diante disso, o método materializou-se como uma dimensão estruturalmente constitutiva da totalidade da pesquisa. A começar pelo primeiro capítulo, no qual introduzimos a temática a ser estudada, assim como as razões que incidem sobre o interesse da temática. As questões centrais deste estudo estão implicadas na apreensão das tendências teórico-metodológicas utilizadas na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro acerca das relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo, a partir da crítica da Teoria Unitária. Diante dos objetivos expressamente apresentados, desenvolvemos a lógica do nosso método analítico: a ontologia do materialismo histórico dialético associado às epistemologias feministas e decoloniais. A conjunção desses métodos aponta para a necessidade de situarmos a produção de conhecimento, mas sem deixarmos de desenvolver uma pesquisa que tenha como primazia a capacidade de *traduzir a realidade*, considerando o cognoscível, na contraposição da incognoscibilidade epistemológica das produções de conhecimento pós-modernas e de algumas modernas²⁰⁴.

Ao longo da exposição, situamos o Serviço Social e o seu compromisso com a classe trabalhadora e, mais especificamente, com as pautas que permeiam a existência das mulheres, das populações negra e LGBTQ+. Evidenciamos que desde o prelúdio do Projeto Ético Político do Serviço Social, a profissão passou desenvolver, a partir da teoria marxista, as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas contribuindo na tomada de posição contrária a qualquer forma de discriminação e opressão social. Superada as bases do *ethos* tradicional, e diante do reconhecimento da profissão como área de conhecimento, o Serviço Social passou a contribuir na construção de uma cultura crítica no campo dos estudos de esquerda no Brasil (MOTA, 2013). Desde então, houve o envolvimento da categoria com a pesquisa de temáticas imprescindíveis para a instrumentalidade do/a assistente social, tais como o debate sobre as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, as Políticas Sociais, o Estado, o mundo do trabalho, a financeirização do capital, dentre outras.

²⁰⁴ Concordamos que “[...] não havendo confluência não problemática entre epistemologia e ontologia, a possibilidade do conhecimento não se desfaz, mas precisa ser vista, não só com base no questionamento impiedoso como fez o modernismo, mas sobretudo com base no auto-questionamento, procurando-se avaliar o que se capta e o que se deturpa no processo de reconstrução da realidade.” (DEMO, 2002, p.358).

Nesse processo histórico, apenas recentemente o Serviço Social passou a desenvolver de forma mais densa e expressiva a análise científica acerca dos determinantes que implicam a condição de vida e existência das mulheres, das populações negra, indígena e LGBTQ+. Assumimos que a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades* da ABEPSS, em 2010, é reflexo desse acúmulo teórico-ético-político alçado no interior da profissão por sujeitos políticos, sobretudo, mulheres feministas, pessoas negras e LGBTQ+, que construíram a luta política por dentro dos segmentos e entidades da profissão. Por mais que o compromisso ético-político e a formulação técnico-operativa, expressos através das campanhas e das publicações de resoluções em relação à conduta de combate às discriminações de raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero, através do conjunto CFESS/CRESS, sejam datados do processo de consumação do projeto ético-político, a partir da década de 1990. Nesse percurso histórico, localizamos que, ao longo das primeiras décadas dos anos 2000, *são mais expressivos* os esforços do conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS e da ENESSO na luta por questões que envolvem as populações negras, indígena, de mulheres e LGBTQ+.

Entretanto, vale destacar que ainda na década de 1990, no Brasil, os estudos sobre feminismos, sexualidades e questões étnico/raciais passam por exponencial crescimento. Vários textos são traduzidos para o português, facilitando a apreensão sobre os fenômenos sobrejacentes aos segmentos racializados e generificados da classe trabalhadora. Como exemplos, os circuitos acadêmicos passam a estudar textos de autoras/es como Joan Scott, Gayle Rubin, Judith Butler e Michel Foucault, dentre outras/os, ao passo em que há o florescimento do influxo pós-estruturalista, pós-moderno e a decadência da perspectiva marxista, apresentando-se como um grande desafio para a materialização de uma sintonia entre as práxis feministas-antirracistas e a teoria marxista. Nesse sentido, desde que o Serviço Social passou a analisar o gênero, a raça, etnia e as sexualidades, houve a preocupação em manter uma harmonia com a crítica marxista, se contrapondo às tendências condizentes com a miséria da razão (COUTINHO, 1972) e, possivelmente, por isso, a sua adesão aos estudos feministas, antirracistas e sobre sexualidade não tenham sido datados ainda da década de 1990, acompanhando o fluxo de desenvolvimento brasileiro.

Isto posto, presumimos a razão pela qual haja nos estudos analisados, cronologicamente, a predominância da autora marxista Heleieth Saffioti e, posteriormente, de autoras do feminismo materialista francófono e do feminismo interseccional, pois embora nem todas assumam uma perspectiva marxista, são condizentes com uma postura mais crítica em relação às abordagens idealistas e subjetivistas que possuem hegemonia nos estudos feministas, raciais

e de sexualidade. Diante desse quadro, tentamos, ao longo desta pesquisa, oferecer a perspectiva feminista-marxista da teoria unitária como um complexo arcabouço teórico-metodológico mais coerente com o Serviço Social, por se tratar de um feminismo-marxista que não pretende hierarquizar o gênero, a raça e a sexualidade na sociedade de classes, a partir da designação dessas dimensões que funcionariam em suas tessituras autopoieticas como “sistemas coextensivos e consubstancializados”, mas sim apreender que a totalidade social capitalista constitui e é constituída pelas totalidades parciais *cisheteropatriarcal e racista*.

Após esboçarmos a nossa filiação teórica-metodológica feminista-marxista, situamos, neste estudo, algumas dimensões dos processos de coalizão e colisão entre as práxis feminista e marxista, que resultam na *teoria unitária da reprodução social*. Esta última encarna o método ontológico marxiano em sua análise e apreende a exploração-dominação das mulheres no sistema capitalista, a partir da teoria valor-trabalho de Marx, concernindo, sistematicamente, a unidade indissociável entre produção e reprodução social. Assumimos que o modo de produção capitalista elevou ao máximo as contradições das formações econômico-sociais anteriores (SAFFIOTTI, 2013), e com isso, complexificou as relações sociais ao criar novas determinações sócio-históricas que permeiam o tecido social da sociabilidade burguesa. A teoria unitária corresponde, justamente, à tentativa teórico-metodológica de captar a totalidade social e a materialidade da opressão das mulheres e das pessoas racializadas, diante dessa complexidade capitalista.

O debate sobre trabalho doméstico e trabalho reprodutivo das mulheres foi imprescindível nesse processo, pois permitiu mediações que possibilitassem a captura da unidade indissociável entre produção-reprodução, devido à condição *necessária* do trabalho reprodutivo na reprodução ampliada do capitalismo. O que imputa a família, essa instituição organizada por laços de parentesco e/ou afinidade, um atributo central para a reprodução social da força de trabalho que, em grande medida, é de responsabilidade das mulheres, ao serem socialmente determinadas a garantir o processo de regeneração do/a trabalhador/a; a manutenção e regeneração da família do/a trabalhador/a e; por fim, o processo de reprodução biológica de novos/as trabalhadores. Portanto, articular produção e reprodução como uma unidade dialética, inscrita na totalidade contraditória do capitalismo, atende a compreensão de que para que haja exploração no âmbito econômico, que gera mais-valia, as condições reprodutivas, no âmbito doméstico, precisam estar dadas e continuamente reformuladas.

Dessa forma, mais precisamente no terceiro capítulo, debruçamo-nos sobre as grandes questões que permeiam a produção de conhecimento dentro dos movimentos e “ondas” dos feminismos. Para isso, apresentamos as grandes teses desse desenvolvimento teórico-político

que caminhou ora mais coligado, ora em oposição ao marxismo. Essa processualidade condiz com as contradições da apropriação da teoria-método marxiano pelos sujeitos políticos que, não necessariamente, reproduziram a lógica ontológica de sua estruturação, fazendo com que emergisse um tipo de marxismo economicista e dogmático que se portou de forma indiferente e avessa às necessidades das mulheres, das populações negras e LGBTQ+ da classe trabalhadora. Evidentemente que esse fenômeno repercutiu politicamente na organização dos movimentos feministas, negros e das pessoas LGBTQ+, somado ao fim do “socialismo real”, o desenvolvimento das “lutas por reconhecimento” (HONNETH, 2003; FRASER, 2006) e o advento do pós-modernismo. Defendemos que a criação desse marxismo economicista contribuiu para a *blindagem* do Serviço Social, impedindo a profissão de se apropriar das teorias feministas, antirracistas e sobre sexualidade que estavam sendo desenvolvidas nas universidades e nos movimentos sociais.

Ainda no terceiro capítulo realizamos uma crítica mais contundente ao Feminismo Materialista Francófono, justamente por reconhecermos que essa perspectiva é atualmente umas das perspectivas mais críticas utilizada nas produções acadêmicas no Serviço Social, mas, contraditoriamente, é uma perspectiva que (re)produz alguns tropeços analíticos ao se fundamentar no materialismo estruturalista de Lévi-Strauss, ao passo que se aproxima, em alguns casos, das teorizações marxistas. Um dos grandes limites apresentados nesta pesquisa em relação ao feminismo materialista francófono é que o mesmo assume como dado empírico e científico a tese estruturalista do antropólogo supracitado de que a cultura emergiu da “troca de mulheres”. Esse é o “salto ontológico” desta perspectiva teórica, em contraposição à centralidade do trabalho, desenvolvida pelas teorizações marxistas lukacsianas. Portanto, enquanto Lévi-Strauss parte de uma fundamentação cultural para designar a conformação do ser social, Marx designa a centralidade no trabalho, aquele ato fundador que diferencia os seres humanos da natureza, calcado na capacidade teleológica e criativa iminentemente humana, como condição de criação da cultura. Além disso, aprofundamos analiticamente algumas contribuições da antropologia na investigação acerca das origens do patriarcado – tema tão caro aos diversos feminismos, assim como designamos alguns elementos que nos ajudaram a apreender que estamos diante de um novo patriarcado, categorizado nesta pesquisa como *cisheteropatriarcado*, no qual se faz impreciso buscar suas explicações atuais o conformando como um sistema que criou a divisão sexual do trabalho, há milhares de anos, sendo apropriado pela sociedade burguesa, sem mediações, como muitas teorias defendem.

Reconhecemos que a tentativa de simplificar ou categorizar dimensões tão complexas da realidade como o *cisheteropatriarcado*, que é, necessariamente, racializado, é um mérito e desmérito científico, diante da primazia da polêmica que envolve a qualidade metodológica.

Aceitando-se que a realidade seja complexa não linear, seja unidade de contrários, não a podemos acomodar por inteiro em nenhuma teoria e nenhum método a capta satisfatoriamente. Assim, em parte, este reducionismo é natural, inevitável. [...] No fundo, reconhecemos que o intento de formalização metodológica exerce sobre a realidade alguma violência analítica, porque a força a caber em estruturas metódicas, úteis para facilitar o manejo categorial, mas possivelmente estranhas à dinâmica complexa não linear. Formalizar é sempre também alinhar. [...] Explicar é inapelavelmente também simplificar. Se apenas complicássemos, teríamos emaranhado ainda mais confuso e ambíguo. (DEMO, 2002, p.361).

Mas, por outro lado, não podemos prescindir da ciência como ferramenta que se aproxima da realidade para o seu desvelamento. Por isso, assumimos que toda produção científica é provisória, justamente por se tratar de aproximações consecutivas da realidade e, essa, ser movimento constante, dialeticamente organizado. Não temos capacidade de explicar a realidade em sua total complexidade, mas nos aproximamos dela, na tentativa de traduzir a essência dos fenômenos sociais, em sua dinâmica sócio-histórica. Alcançar abstratamente as instâncias que determinam os fenômenos e retornar ao concreto como concreto pensado, faz parte da nossa investida científica e, por isso, oferecemos a categoria *cisheteropatriarcado* como uma síntese reflexiva de um percurso investigativo, ontologicamente situado e historicamente validado.

Ao longo deste estudo, não pretendemos desenvolver uma autoridade em torno das dimensões metodológicas da pesquisa, mas sim situar a importância da “autoridade do argumento, em desfavor do argumento de autoridade, preferindo, ostensivamente, a habilidade de fundamentar com coerência e consistência a textos epistemologicamente despreocupados” (DEMO, 2002, p.351). Essa afirmativa corresponde à necessidade da incorporação do método enquanto lógica de análise e exposição dos fenômenos, e não como um receituário de técnicas e passo-a-passo impossível de ser materializado, devido à incorrespondência com o próprio fazer científico. Esse cuidado metodológico “evita certezas, dicotomias banais, evidências empíricas, leituras apressadas, tomadas parciais de autores e teorias, e toda forma de superficialidade na produção científica” (DEMO, 2002, p.351).

O Serviço Social não é uma ciência. É uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, determinada socialmente pela divisão sociossexual e racial do trabalho. Para desenvolver-se historicamente em sua perspectiva renovadora, a partir de 1965, contou com o

diálogo profícuo entre as diversas matrizes teórico-metodológicas das Ciências Sociais. A começar pelo positivismo, passando pelo estrutural-funcionalismo – localizados facilmente nos seminários de teorização de Araxá, em 1967, e Teresópolis, 1970. Depois, passando pela sociologia compreensiva, em sua abordagem fenomenológica, – reatualização do conservadorismo (NETTO, 2017) – até alcançar maioria intelectual e política através do adensamento crítico viabilizado pela teoria marxista - por mais que, neste primeiro momento, tenha sido uma apropriação equivocada, em sua versão marxista economista-estruturalista. A partir do momento em que a profissão passa a ser reconhecida como área de conhecimento, instaura-se a necessidade de um aprimoramento metodológico, que, evidentemente, é garantido não apenas pelo ensino, mas sobretudo pela pesquisa e a consolidação dos Programas de Pós-Graduação da área do Serviço Social. Concordamos que

[c]ursos que não acentuam o cuidado metodológico facilmente se perdem em ativismos ou em coletas justapostas de teorias e métodos, sem a devida reflexão e reconstrução própria. Assim como é possível a/o engenheira/engenheiro que saiba muita matemática, mas, a rigor, não sabe pensar, é possível a/o socióloga/sociólogo que viva de indigestão teórica. Os dois casos têm em comum o procedimento reprodutivo, perdendo-se aí por completo a potencialidade disruptiva do conhecimento crítico e criativo. Pesquisa, por isso, é vista hoje como ambiente próprio da aprendizagem reconstrutiva política. Possivelmente conhecimento é a moeda principal desta sociedade intensiva de conhecimento. Não pode ser encurtado, banalizado, aligeirado. Precisa de dedicação metodológica cada vez mais exigente, tendo em vista que o métier científico se torna, cada dia mais, não facilitado, mas muito mais pretensioso e complexo. Dar conta de realidade complexa não linear reclama habilidade metodológica à flor da pele. Preferir a autoridade do argumento ao argumento de autoridade pede não só competência metódica, mas igualmente qualidade política. (DEMO, 2002, p.366).

Nesse sentido, defendemos que, embora o Serviço Social não se constitua como ciência, é uma área de conhecimento que contribui ativamente na consolidação de pesquisas críticas-científicas, sobretudo marxistas, ampliando a interlocução teórica na esquerda brasileira. Intervém ativamente na cultura crítica, lançando saltos teóricos, analíticos e comprometidos politicamente em torno de questões cruciais, como relacionadas ao Estado, às políticas sociais, ao fundo público, à economia política, aos movimentos sociais, dentre outras. De tal modo, o Serviço Social tem se portado como um dos protagonistas nos estudos e pesquisas sobre as relações sociais generificadas e racializadas do capitalismo, numa perspectiva crítica, por mais que o envolvimento com essas temáticas se constitua tardiamente. Defendemos que, se quisermos manter o aprimoramento intelectual e comprometido, é necessário o movimento

crítico e autocrítico²⁰⁵ que envolve a produção de conhecimento e, nesse sentido, faz-se necessário questionar padrões teórico-metodológicos em desenvolvimento. Para que assim possamos avançar com mais sintonia, critério metodológico e fundamentação marxiana.

Diante desses desafios, oferecemos a teoria unitária como um campo teórico-metodológico feminista-marxista, em desenvolvimento, que poderá contribuir intensamente na produção do conhecimento do Serviço Social. Afinal, temos como compromisso ético-político a construção de uma nova sociedade, mas antes de intervir na construção desta, é necessário investigar e compreender a mesma. Captar as suas tendências contraditórias e os seus movimentos reais que, dialeticamente, conformam o tecido social desta sociabilidade capitalista. Defendemos que nesse processo investigativo é imprescindível o método materialismo histórico-dialético e a teoria marxiana, afinal não podemos apartar teoria e método, como recorrentemente a Academia realiza. O método e a teoria de Marx compõem uma unidade²⁰⁶ e, desta unidade, nasce a lógica de apreensão do sistema capitalista que hoje não corresponde mais ao nível de complexidade do século XIX ou XX. Por isso, a necessidade de autocrítica e de autodesenvolvimento no interior do marxismo, sintonizados com as lutas concretas de nossa sociedade, na construção de um *marxismo indomesticável* (TIBLE, 2019). A teoria unitária caminha neste sentido, não apenas na efetivação de um feminismo-marxista, mas de um marxismo-feminista, constitutivamente antirracista, que se confundem.

Portanto, como defendido por Yazbek (2018, p.51), “a necessária abertura para o diferente não pode significar a aceitação de qualquer coisa, sendo eclética aquela posição que não segue sistema algum, buscando elementos em diversas teorias, escolhendo de cada uma a parte que parece mais próxima do que se pretende defender”. O que, foi expressivo nas quatro tendências apresentadas nesta pesquisa, por mais distintas e diversas que possam ser. O recurso a autores/as diversos e seus respectivos métodos, quase que de forma indiscriminada, apontam ainda para a existência de uma postura teórico-metodológica que deve ser alvo de análise, crítica e autocrítica pela profissão. Alguns/mas autores/as do Serviço Social realizam estudos acerca dessa questão, o que envolve não apenas o estudo sobre o influxo pós-moderno

²⁰⁵ Concordamos com Pedro Demo (2002, p.359), nesse sentido: “Quem não pára para pensar e repensar sobre como faz ciência, certamente não faz ciência, em duplo sentido: ou não faz ciência, porque não sabe tratar o método; ou não faz ciência, porque o mistifica, sobretudo no plano positivista. Por “qualidade metodológica” podemos entender o cuidado investido na reflexão e na prática do conhecimento, tanto no sentido pessoal (como cada qual se ajeita frente ao desafio epistemológico), quanto no sentido intersubjetivo (como a “comunidade científica” discute e questiona o conhecimento científico). Estando a coerência da crítica na autocrítica – sobretudo para superar a contradição performativa – é fundamental construir postura ao mesmo tempo crítica e autocrítica [...]”.

²⁰⁶ Portanto, se a ortodoxia está no método, também o está na teoria. Evidentemente que não estamos defendendo uma visão dogmática do método-teoria marxista, mas da necessidade de apreendemos esforços em mobilizar essa unidade de forma indissociável.

(CANTALICE, 2013; 2016) mas do *sincretismo* profissional (NETTO, 2017; SOUZA, 2014), que tem como contraface o ecletismo teórico. Assim, na unidade indissociável entre teoria e prática é mister o aprimoramento teórico-metodológico, constituinte não apenas da formação profissional no âmbito da graduação, mas continuada ao longo da carreira profissional e intelectual dos/as assistentes sociais. Salientamos que o Serviço Social deva fornecer ainda mais importância à dimensão investigativa na formação profissional, estudada e aprimorada pelas disciplinas de Pesquisa Social (I e II), na participação de grupos de pesquisas, de encontros científicos e de tantas outras dimensões constitutivas da formação profissional – o que já é garantido pelas nossas Diretrizes Curriculares de 1996, mas precisam ser reafirmadas pelos Projetos Pedagógicos do Serviço Social, nas respectivas faculdades e universidades do Brasil inteiro.

Por fim, a síntese conclusiva sobre a análise dos 50 (cinquenta) artigos aponta que os artigos se situam em três principais tendências (a exceção da tendência indefinida, que contém apenas 02 (dois) artigos):

- a) Tendência crítica de cariz marxista, com 33 (trinta e três) artigos (66%);
- b) Tendência formal-descritiva, com 10 (dez) artigos (20%) e;
- c) Tendência crítica-eclética-pós-moderna, com 05 (cinco) artigos (10%).

Na primeira tendência – crítica de cariz marxista –, majoritária nos artigos analisados, localizamos diversas formas de mobilizar o método e a teoria marxista, o que foi expressamente desenvolvido ao longo do último capítulo desta tese. Em relação aos estudos de gênero, predominam as análises fundamentadas nas materialistas francófonas. Nos estudos raciais, há muita associação entre a luta antirracista e anticapitalista, mas uma lacuna expressiva sobre a questão de gênero. E, nos estudos de gênero, uma lacuna expressiva sobre a questão racial. Embora haja a tentativa de apreender a totalidade social, no momento da análise predominam “os recortes de gênero” e “recortes de raça”. Nas pesquisas desta tendência, evidenciamos, portanto, hegemonicamente, tanto o recurso ao feminismo francófono, quanto ao feminismo interseccional e ao feminismo negro.

Na segunda tendência – formal-descritiva –, há o desenvolvimento analítico descritivo e formal que muito se assemelha à sociologia compreensiva e aos métodos fenomenológicos, embora não haja explicitamente essas filiações teóricas, mas no momento de análise a descrição prevalece, em contraposição a uma análise explicativa. Por se tratar de uma tendência que representa 20% da totalidade dos artigos analisados, nos gerou uma preocupação teórico-metodológica em relação à ausência de uma consistência e aprofundamento analítico mais rigoroso que apreenda com radicalidade as contradições inexoráveis do sistema capitalista.

Esses artigos tendem a uma análise mais reformista e menos crítica, aproximando-se de autores conformados nos paradigmas modernos, mas com grande clivagem conservadora, tais como Georg Simmel, Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Émile Durkheim, Hannah Arendt, dentre outros.

Nos estudos que se fundamentam em teorias e estudos diversos da pós-modernidade, mantendo uma criticidade aos “dispositivos” ou “performances” de gênero, encontramos a prevalência do ecletismo teórico, a partir da utilização indiscriminada de métodos e teorias conservadoras e marxistas, na ausência de uma fundamentação teórico-metodológica que situe cada pensamento, método, teoria e autor/a. Os estudos que envolvem temáticas sobre a sexualidade estão mais próximos dessa abordagem crítica-eclética-pós-moderna, por razões já explicitadas, embora haja outras temáticas nesta tendência. Nos estudos sobre sexualidade localizamos, hegemonicamente, tanto o recurso a autora pós-moderna Judith Butler, como ao pós-estruturalista Michel Foucault, mas há também a outros autores como Derrida e Deleuze, vinculados ao pós-modernismo.

No que concerne ao enfrentamento às inflexões pós-modernas (e isso serve também no enfrentamento à tendência descritiva-formal), acreditamos, que diante do estudo às perspectivas diversas e, até mesmo, conservadores, precisamos nos lançar no debate. Não defendemos que o caminho seja impedir os/as discentes de lerem ou se aprofundarem nos estudos pós-modernos (criar uma blindagem), pelo contrário, precisamos garantir consistência teórico-metodológica marxista fomentando a crítica e autopercepção do/a pesquisador/a, ao ponto de potencializar a estranheza aos estudos pós-modernos de forma autônoma. Afirmamos isso devido à experiência, enquanto discente e jovem pesquisadora que pôde imergir nos estudos pós-modernos, na busca de fundamentações críticas sobre a sexualidade, em que nem tudo é conservador. Da mesma forma que houve o processo de aproximação, houve o distanciamento e a superação de tal perspectiva, devido ao predomínio da ausência de uma crítica mais contundente ao capitalismo, assim como as suas fragilidades epistemológicas insuperáveis. Existe muita produção crítica, mas de raiz reformista no pós-modernismo, cabe a nós o diálogo. Só podemos superar a pós-modernidade (e as fundamentações fenomenológicas) dialogando com os seus limites e concepções.

Apresentamos-lhes, portanto, a síntese da pesquisa em relação aos estudos sobre classe, raça, etnia, gênero e sexualidade, no Serviço Social, a partir do recorte da *Revista Temporalis*, entre os anos de 2010 e 2021:

- a) O patriarcado é apreendido como um sistema, assim como o racismo. Sistemas que apresentam as suas particularidades e são *independentes do capitalismo*, embora predomine, na tendência de cariz marxista, uma tentativa de articulação de forma mais

sofisticada entre essas dimensões, fornecidas tanto através do feminismo francófono, como pelos feminismos interseccional e negro;

- b) O recurso à análise do patriarcado se dá, em muitos casos, para apreender *a origem da divisão sexual do trabalho* que também tem como referenciais fundamentais Engels, Daniele Kergoat, Helena Hirata, Saffioti e, mais recentemente, Mirla Cisne. Nos artigos analisados nesta pesquisa, encontramos análises que predominam uma concepção que apreende *o modo de produção patriarcal*, em sociedade pré-capitalistas, como uma dimensão remanescente no capitalismo;
- c) Os estudos étnico-raciais buscam mobilizar mais as dimensões da classe e raça, afastando-se de dimensões culturalistas e aproximando-se do método materialista histórico-dialético. Resgatam autores/as negros/as importantes ao marxismo, mas ao mesmo tempo, em alguns casos, deixam uma lacuna no que se refere às relações sociais generificadas. Fundamentam e situam a luta antirracista como necessariamente anticapitalista. Os estudos sobre os povos indígenas são bem mais escassos do que sobre o povo negro.
- d) Nos estudos sobre sexualidade há maior abertura aos debates pós-estruturalistas e pós-modernos, predominando um uso indiscriminado dos/as autores/as, como se todos/as estivessem corretos/as em suas afirmações, sejam eles/elas idealistas, materialistas ou subjetivistas. Isso revela uma intensa fragilidade no manuseio teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético, ainda presente nas pesquisas do Serviço Social.

Por fim, queremos encerrar com essa citação do Rubem Alves, publicada em 1996, na obra *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*: “A gente pensa porque as coisas não vão bem — alguma coisa incomoda [...]. A ciência se inicia com problemas. Um problema significa que há algo errado ou não resolvido com os fatos. O seu objetivo é descobrir uma ordem invisível que transforme os fatos de enigma em conhecimento”. E, nessa instiga, pretendemos, mesmo que de forma sumária, desenhar alguns diagnósticos que contribuam para o desenvolvimento teórico-crítico do Serviço Social em relação às análises em torno das relações sociais racializadas e generificadas do capitalismo, na qual a teoria unitária se apresenta como um aporte teórico-metodológico que concentra muita riqueza na edificação de uma nova era, em que a diversidade humana seja apreendida em sua riqueza subjetiva, sem fundamentar discriminações de qualquer ordem. Na luta por uma sociedade emancipada e livremente constituída, ou, como afirma Rosa Luxemburgo, *por mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2018.

ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne**: uma teoria feminista-vegetariana. Alaúde Editorial, 2018.

AGUIAR, Jórisa Danilla Nascimento. Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, v. 2, n. 1, p. 67-87, 2018.

ALMEIDA, Sheila Dias. Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. *Temporalis*, v. 15, n. 29, p. 311-333, 2015.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

_____. J.C.S. **Crise, racismo e neoliberalismo**. In: Trabalho, questão social e Serviço Social: a Autofagia do Capital. SOUZA, Edivania. SILVA, Maria Liduina (Org.). São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Lewis Morgan: 140 anos dos Sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana (1871-2011). **Cadernos de Campo** (São Paulo 1991), v. 19, n. 19, p. 309-322, 2010.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. A subjetividade às avessas: toyotismo e "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 11, n. 2, p. 223-239, 2008.

ALVIN, Zuleika MF. A participação política da mulher no início da industrialização em São Paulo. **Revista de História**, n. 114, p. 61-84, 1983.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálisis**, v. 12, p. 216-225, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. Boitempo editorial, 2018.

ARRUZZA, Cinzia. Rumo a uma "União queer" de marxismo e feminismo?. **Lutas Sociais**, n. 27, p. 159-170, 2011.

_____. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, p. 33-58, 2015.

_____. **Ligações perigosas**: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. São Paulo, Editora Usina, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, n. 16, p. 37-69, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Brasília. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/>. Acesso em: 12.jun.2021

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Doutora em Sociologia, 2009.

BAKAN, Abigail. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. Outubro, n. 27, p. 45-76, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BANDEIRA, Lourdes. Patriarcado e violência masculina: crimes de morte como construção pública. **Texto apresentado**, n. 30º, 2007.

BARBOSA, A. L. N. H. **Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018 (Texto para Discussão, n. 2416).

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. Cortez, 2018.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3 ed. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista outubro**, edição 32, 2019. Artigo originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico Socialist Worker. Tradução de Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi. Disponível em < http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf > Acesso em 11.maio.2021.

BOLLA, Luisina. **Cartografías feministas materialistas: relecturas heterodoxas del marxismo**. 2018.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Flavilio Silva Pereira Silva. Mulheres e homens em jornadas sem limites: docência, gênero e sofrimento. **Temporalis**, v. 11, n. 21, p. 119-145, 2011.

BORREGO, Arellys Esquenazi. Género y relaciones capitalistas de producción: una reflexión desde la perspectiva marxista. **Revista Katálisis**, v. 21, n. 3, p. 471-483, 2018.

_____. Debates sobre capitalismo y patriarcado. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 8, n. 14, 2020.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós: 2012.

CASTRO, Celso. **Textos básicos de antropologia: cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **As Incidências Pós-modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social**. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2013.

_____. O neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 231-259, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS 845/2018**, de 26 de fevereiro de 2018. Ementa: Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Brasília (DF), 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS Nº 615/2011**, de 8 de setembro de 2011. Ementa: Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Brasília (DF), 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Conferências e deliberações do 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS**, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS Nº 489/2006**, de 3 de junho de 2006. Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceitos, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Brasília (DF), 2006.

CFESS MANIFESTA. **O amor fala todas as línguas**. Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual. Natal, ago. 2007. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTAOAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: Uma análise feminista materialista. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 133-149, 2014.

_____. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016, 276 p.

_____. Feminismo e marxismo: Ortodoxia no método e teoria em movimento. In: **Teoria e Política Feminista**: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil. (Org.) MIGUEL, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

CISNE, M.; SANTOS, S. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 8).

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Ubu Editora LTDA-ME, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Piecing Together a Genealogical Puzzle: Intersectionality and American Pragmatism, **European Journal of Pragmatism and American Philosophy**, v. 3, n. 2, p. 88-112, 2011.

_____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

_____. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. **Cadernos pagu**, n. 51, 2017.

COSTA, Renata Gomes da; PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. Serviço social e relações sociais de sexo: Uma articulação necessária. **Temporalis**, v. 16, n. 31, p. 357-378, 2016.

COSTA, Micaela da Alves Rocha; SILVA, Lizete Augusta Vidal Pereira Lopes; DA SILVA, Andréa Lima. Agenda feminista em construção e a direção emancipatória do conjunto CFESS/CRESS. **Temporalis**, v. 17, n. 34, p. 589-610, 2017.

COSTA SILVA, René Marc da. História dos trabalhadores negros no Brasil e desigualdade racial. **Universitas Jus**, v. 24, n. 3, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Ed. Paz e Terra, 1972.

_____. **Pluralismo**: dimensões teóricas e políticas. In: A produção do conhecimento e o Serviço Social. Cadernos ABESS, n. 5, 1991.

_____. De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política. Boitempo Editorial, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DEMO, Pedro. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. *Sociedade e Estado*, v. 17, p. 349-373, 2002.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e Estado*, v. 20, p. 561-584, 2005.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; ALAGOANO, Verônica Medeiros. O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 231-251, 2018.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROSSI, Pedro. **Austeridade e retrocesso**: impactos sociais da política fiscal no Brasil. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018.

EDITORIAL. **Temporalis**. Brasília, ano 14, n. 27, p. 9-10, jan./jun. 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESPASANDÍN, María Cecilia. Articulaciones entre marxismo y feminismo: ayer y hoy. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 3, p. 584-593, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. Editora Elefante, 2017.

_____. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

FALQUET, Jules; CURIEL, Ochy. Introdução. In. ABREU, Maira et al. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu**, Recife: SOS CORPO, 2015.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2017.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. “Capital, força de trabalho e relações de gênero”. Tradução de Máira Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. In **Revista Outubro**, n. 29, p. 23-59, novembro de 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica, v. 3, 1975.

_____. **Introdução**. In. Marx, Karl, Contribuição à crítica da economia política. Expressão popular: São Paulo, 2008.

FERREIRA, Verônica Maria. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, 2017.

FIRESTONE, Shulamith. **A Dialética do Sexo: Um estudo da revolução feminista**. Tradução: Vera Regina Rabelo Terra. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1996.

FONSECA, Rhaysa Ruas Sampaio. **Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Rio de Janeiro: UERJ, 2019. 227f.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos et al. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. EPSJV/UFRJ, 2010.

_____. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. in: Boschetti, Ivanete (Org). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo, Cortez Editora, 2018, pp. 17-61.

FOUCAULT, Michel. ([1975]), **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. (2008a). **Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2008b). **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo** (São Paulo 1991), v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista. Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. In: **Revista Lutas Sociais**, n. 27, 2011.

GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. In: **Revista Lutas Sociais**, n. 27, p. 119-131, 2011.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. **O lugar da mulher**, p. 87-106, 1982.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje** 2, ANPOCS, Brasília, p.223-244, 1983.

_____. Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Lingüísticos e Políticos da Exploração da Mulher. **8o. Encontro Nacional da Latin American Studies Association**. Pittsburg.

Disponível em: <

https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf

>. Acesso em 06.jul.2020.

GROSSI, Patrícia Krieger et al. Desenvolvimento e igualdade de gênero: avanços e desafios no enfrentamento da violência contra a mulher. Temporalis (Brasília), 2012.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu, p. 27-99, 2015.

GURGEL, Telma. **Feminismo e liberdade**: sujeito total e tardio na América Latina. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, 2004.

HARTMANN, Heidi I. **Un matrimonio mal avenido**: hacia una unión más progresiva entre marxismo y feminismo. Fundació Rafael Campalans, 1996.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Ed34, 2003.

HUWS, Ursula Elin. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 13-30, 2014.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 11, n. 41e, p. 397-416, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Serviço Social e relações sociais no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1983.

INÁCIO, M. **A emancipação das mulheres no projeto ético-político do Serviço Social: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo**. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, em 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11456/1/TESE%20_%20MIRIAM%20%20DE%20OLIVEIRA%20IN%C3%81CIO.pdf>. Acesso em: 19. jun. 2021.

INFOPEN, **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**, 2020. Disponível em <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>>. Acesso em: 05.jul.2020

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. **Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.41. Brasília, 2019.

IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: 1995 a 2015**. Brasília, 2017.

IPEA [et al.]. **Atlas da Violência**. Brasília, 2017.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014.

KETZER, Patricia. **Como pensar uma Epistemologia Feminista?** Surgimento, repercussões e problematizações. Argumentos Revista de Filosofia, Fortaleza, ano 9, n. 18, p. 95-106, jul./dez. 2017.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

KONDER, Leandro. Benjamin e o marxismo. **Alea: estudos neolatinos**, v. 5, p. 165-174, 2003.

LAURETIS, Teresa de. Teoria Queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019.

_____. Tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019.

LEACOCK, Eleanor Burke. Posfácio: Introdução à edição estadunidense. In: A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado: São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.227-302.

_____. **Mitos da Dominação Masculina: Uma coletânea de Artigos sobre as Mulheres numa Perspectiva Transcultural**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LESSA, Sergio. **Serviço Social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho**. São Paulo: Instituto Lukács, 2016.

LISBOA, T. K. PINHEIRO, E. A. A intervenção do serviço social junto à questão da violência contra a mulher. **Katálisis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 199-210, jul./dez. 2005.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista Katálisis*, v. 13, n. 1, p. 66-75, 2010.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias-uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 09, p. 73-101, 2008.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARQUES, Rosa Maria; BARBOSA, Estela Capelas; HUTZ, Ana. A situação da mulher na América Latina e no Caribe. **Temporalis**, v. 10, n. 20, p. 197-220, 2010.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Boitempo editorial, 2015.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: Melusina, 2020.

MESQUITA, Marylucia; RAMOS, Sâmia Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social. **Presença ética**. Recife: UNIPRESS Gráfica e Editora do NE Ltda, Anuário Filosófico–Social, ano, v. 1, 2001.

MIGNOLO, Walter. Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. **Cuadernos americanos**, v. 67, n. 1, p. 143-165, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1219-1237, 2017.

MIRALES, R. **Algumas reflexões sobre gênero e serviço social**. *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Florianópolis, p. 1-10, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1275850948_ARQUIVO_textoremetido.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista katalysis**, v. 16, p. 17-27, 2013.

MOURA, Jemima. **Estudos queer e o Serviço Social: possibilidades e limites subversivos**. 2018. MONOGRAFIA – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. Cortez Editora, 2017.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. Cortez editora, 2019.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. As organizações não-governamentais (ONGs) feministas brasileiras. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 2006, Florianópolis, SC. Anais (online).

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

OLIVEIRA DUARTE, Marco José de. Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 77-98, 2014.

OLIVEIRA, Leidiane Souza de; DE MEDEIROS, Milena Gomes. Capitalismo, patriarcado, e serviço social: reivindicações feministas na agenda profissional contemporânea. **Temporalis**, v. 15, n. 29, p. 265-288, 2015.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. **O Aborto no Brasil: Análise das Audiências Públicas do Senado Federal (2015-2016)**. Dissertação (Mestrado em Audiências Públicas) – Instituto de Ciência Sociais - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 153p. 2017.

_____. Justiça Reprodutiva: a práxis negra feminista como dimensão da luta pela emancipação humana”. **No prelo**, 2021.

OLIVEIRA, Rayane Noronha; SANTOS, Tássia Monte. A relevância da pesquisa para o Serviço Social: conquistas e desafios permanentes das Diretrizes Curriculares. **Revista Katálisis**, v. 23, p. 63-71, 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual** / Carole Pateman; tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116-128, 2012.

QUEIROZ, F. et al. Grupo temático de pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades: breve históricos e desafios. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.

QUIROGA, Consuelo. **Uma invasão às ocultas**: Reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais: UFMG, 1989.

RIAL, Carmen; LAGO, Mara Coelho de Souza; GROSSI, Miriam Pillar. Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 677-690, 2005.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays**: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 2010.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. **Diálogos internacionais**: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. **Notas sobre a “Economia Política” do sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Vozes, 1976.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINNI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tentos Editora e Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil, p. 13-19, 2009.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **O pensamento da esquerda e a política de identidade**: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual. 2005.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Autêntica: São Paulo, 2016.

SANT’ANNA, Thiago Fernando. O empoderamento das mulheres e a lei maria da penha como tecnologia de gênero: possibilidades com os estudos feministas e de gênero para o serviço social. **Temporalis**, v. 18, n. 35, p. 305-320, 2018.

SANTOS, Cláudia Mônica Dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.

SILVA, Sandra Regina Vaz. LUTA ANTIRRACISTA, TRADIÇÃO MARXISTA E O MAIO DE 68. *Temporalis*, v. 20, n. 39, p. 146-162, 2020.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, p. 531-559, 2014.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. Gênero, marxismo e serviço social. *Temporalis*, v. 14, n. 27, p. 13-31, 2014.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SKIDMORE, T. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TENORIO, Emilly Marques. Sobre a lei maria da penha e as medidas de proteção de urgência judiciais. *Temporalis*, v. 18, n. 36, p. 220-238, 2018.

TEIXEIRA, M. Serviço Social Gênero e violência. In. SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL: LA GLOBALIZACIÓN Y SU IMPACTO EN EL TRABAJO SOCIAL HACIA EL SIGLO XXI, 16, 1998. Santiago. Seminário Virtual - Ponências. Costa Rica, v. 1, p.1-16, 1998.

TIBLÉ, Jean. **Marx Indígena, Preto, Feminista, Operário, Camponês, Cigano, Palestino, Trans. Selvagem**, n-1 edições, 2019. Disponível em: https://www.n-1edicoes.org/book/cordeis/detail_pdf/4. Acesso em 7.abril.2021.

_____. **Marx selvagem**. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

TIBURTINO, Lidiane Cavalcante. Relações de gênero e processos de trabalho no Serviço Social. *Temporalis*, v. 15, n. 29, p. 247-264, 2015.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VALEIRÃO, Kelin. **Marx e Foucault**: ideologia como dispositivo biopolítico. 2014. 146f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women**: Toward a Unitary Theory. Chicago: Haymarket Books, [1983] 2013.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

WELLEN, Henrique. Relatório de Pós-Doutorado no Exterior (PDE). **Origem da Questão Social e Relação entre Teoria e Prática**: uma análise a partir das pesquisas de Karl Marx na Inglaterra. Natal, 2019. p.319.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda et al (Org.) **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização? apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011.

YAMAMOTO, Oswaldo H. A atualidade do método de Marx. In. **Marx Hoje: pesquisa e transformação social**, p. 25, 2016.

YOUNG, Iris. Marxismo y feminismo: más allá del matrimonio infeliz (una crítica al sistema dual). **El cielo por asalto**, v. 2, n. 4, p. 41-56, 1992.